

**CARLOS FILIPE CÂNDIDO MÁLIA**

## **OS ESTADOS PASSIONAIS NOS HOMICÍDIOS**

---

Dissertação apresentada para a obtenção  
do Grau de Mestre em Direito no Curso de Mestrado  
em Ciências Jurídico Forenses conferido  
pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Orientador: Conselheiro José de Sousa e Brito

**Universidade Lusofona de Humanidades e Tecnologias**

**Faculdade de Direito**

**Lisboa  
2011**

## **Agradecimentos**

A DEUS, por tudo o que tem feito por mim e continua a fazer.

Ao meu orientador, o Conselheiro José de Sousa e Brito, pelo interesse demonstrado no tema, pela paciência demonstrada para com a minha pessoa, pela forma como desde o primeiro dia se mostrou sempre disponível, e pelo auxílio precioso que sempre me prestou, pois sem a sua orientação este trabalho nunca conheceria a luz do dia.

Aos meus pais e avós maternos (em especial à avó Bia) pelo apoio incondicionável.

A todos aqueles que de forma directa e indirecta me auxiliaram a elaborar esta dissertação.

## **Resumo**

Nesta Dissertação é feita uma abordagem psicológica ao tema das emoções e à sua influência na criação dos estados passionais. Posteriormente é abordada a influência dos mesmos nos casos de homicídio e de que forma devem ser julgados tais crimes tendo em conta o estado psicológico do agente.

## **Resume**

In this Dissertation it is make a psychological approach to the theme of emotions and its influence over the creation of passionnal states. Furthermore, it is address the influence of passionnal states towards cases of murder and which way these crimes should be tried, knowing the psychological state of the agent.

## Índice

Parte I: Abordagem psicológica	8
Introdução	9
1. Emoção	12
1.1. Emoção ou sentimentos	12
2. Estados passionais	20
3. Crime passional	39
3.1. Panorama do crime passional	41
3.2. Pontos motivadores do crime passional	43
3.2.1. Infidelidade	43
3.2.2. Ciúme	44
3.2.3. Indiferença	46
3.2.4. Amor	47
3.2.5. Paixão	48
3.2.5.1. Paixão segundo a Filosofia	48
3.2.5.2. Paixão do ponto de vista da criminalidade	52
3.2.6. Honra	53
4. Principais anomalias mentais susceptíveis de aplicação forense	54
4.1. Síndrome depressiva	55
4.2. Síndrome maniforme	62
4.2.1. Tipos de Síndromes maniformes	65
4.2.1.1. Hipomania	65
4.2.1.2. Mania com sintomas psicóticos	66
4.2.1.3. Mania sem sintomas psicóticos	66
4.2.1.4. Mania sub-aguda ou furor maníaco	67
4.2.1.5. Estados mistos maníaco-depressivos	67
4.2.1.6. Manifestações maniformes nas perturbações esquizofrénicas e esquizo-afectivas	67
4.2.1.7. Manias crónicas	68
4.2.1.8. Manias sintomáticas	68
4.2.2. Delinquência nas síndromes maniformes	69
4.3. Síndrome e perturbação delirante	70

4.3.1. Síndrome esquizomorfa	70
4.3.2. Perturbação paranóide da personalidade	70
4.3.3. Síndrome delirante	72
4.3.4. Perturbação delirante	72
4.3.5. Perturbação delirante tipo persecutório	73
4.3.6. Perturbação delirante tipo grandeza	74
4.3.7. Perturbação delirante tipo ciúme	74
4.3.8. Perturbação delirante tipo Erotomania	75
4.3.9. Perturbação delirante tipo Somático	76
4.3.10. Perturbação psicótica partilhada	76
4.4. Esquizofrenias	77
4.4.1. Síndrome esquizofrénica – esquizofrenia	77
4.4.2. Tipos de Esquizofrenia	80
4.4.2.1. Perturbação esquizóide da personalidade	80
4.4.2.2. Perturbação esquizotípica da Personalidade	81
4.4.2.2.1. Esquizofrenia paranóide	82
4.4.2.2.2. Esquizofrenia hebefrénica	83
4.4.2.2.3. Esquizofrenia catatónica	83
4.4.2.2.4. Esquizofrenia indiferenciada	84
4.4.2.2.5. Esquizofrenia residual	85
4.4.2.2.6. Esquizofrenia simples	85
4.4.2.3. Perturbação Esquizoafectiva	86
4.4.3. Delinquência nas esquizofrinas	87
4.5. Psicoses orgânicas e sintomáticas	89
4.5.1. Demências	90
4.5.2. Delinquência nas demências	92
4.5.3. Considerações finais	93
Parte II: Abordagem jurídica	94
1. Abordagem jurídica aos crimes passionais	95
1.1. Homicídio privilegiado	96
1.1.1. Interpretação do art. 133: história do preceito	97
1.1.2. Elementos do crime simples	100
1.1.3. Elemento privilegiadores do art. 133.º	101

1.1.4. Compreensível emoção violenta	101
1.1.4.1. Evolução do conceito de “compreensibilidade da emoção violenta” na doutrina e jurisprudência	107
1.1.4.2. Nexo causal	110
1.1.4.3. Entendimento jurisprudencial sobre a cláusula de compreensível emoção violenta	111
1.1.4.4. Críticas doutrinárias	115
1.1.4.5. Critério de aferição da compreensibilidade	121
1.1.5. Desespero	124
1.1.6. Compaixão	125
1.1.7. Motivo de relevante valor social ou moral	125
1.1.8. Diminuição sensível da culpa	126
1.1.9. Formas especiais do crime	128
1.2. As características da emoção exigida pelo art. 133º	129
1.3. A consideração da emoção em termos jurídicos	131
1.4. A amplitude do conceito de emoção no art. 133º	132
2. As emoções e as situações de exclusão da culpa ou de desculpa	135
2.1. Emoção e imputabilidade	135
2.1.1. Emoção provocada de forma dolosa e negligente	145
2.2. Excesso de legítima defesa	149
2.2.1. Emoção e excesso de defesa	151
2.2.1.1 Concurso de estados passionais	153
2.2.1.2. Extensão do excesso de legítima defesa	155
2.3. Estado de necessidade desculpante	157
2.3.1. Perigo actual e não removível de outro modo	158
2.3.2. Bens susceptíveis de serem lesados	158
2.3.3. Cláusula de inexigibilidade e o seu significado	160
2.3.4. O elemento subjectivo	164
2.3.5. A possibilidade de atenuação especial ou de dispensa da pena	164
2.3.6 O erro sobre os pressupostos do estado de necessidade desculpante	165
2.3.7. Emoção e estado de necessidade desculpante	167
3. Homicídio qualificado	168
3.1. Princípio da legalidade	170

3.2. Tipos de culpa agravadores da pena	173
3.2.1. Alínea a)	174
3.2.2. Alínea b)	175
3.2.3. Alínea c)	176
3.2.4. Alínea d)	176
3.2.5. Alínea e)	177
3.2.6. Alínea f)	179
3.2.7. Alínea g)	180
3.2.8. Alínea h)	180
3.2.9. Alínea i)	182
3.2.10. Alínea j)	182
3.2.11. Alínea l)	183
3.2.12. Alínea m)	183
3.3. Formas de cometimento do crime	183
4. Homicídio a pedido da vítima	185
5. Infanticídio	188
6. Exposição ou abandono	191
Parte III: Inexigibilidade dos autores passionais	193
1. Inexigibilidade nos factos passionais	194
1.1. O conceito de inexigibilidade	194
1.2. Desenvolvimentos doutrinários posteriores	195
1.3. A inexigibilidade como causa de diminuição substancial da culpa e de renúncia da ordem jurídica à sua punição (causa de “desculpa”)	195
1.4. A inexigibilidade como causa de exclusão da “responsabilização pelo facto”	195
1.5. A inexigibilidade como causa de exclusão da ilicitude	196
1.6. A inexigibilidade como causa de exclusão da “responsabilidade”	197
1.7. Consideração crítica	197
1.8. Inexigibilidade e exclusão da culpa	198
2. Princípio da desculpa	200
3. Casos práticos	215
3.1. Caso Lienhard	215
3.2. Caso Rudolf	219

3.3. O caso de Mangualde	220
3.4. Caso de Glatzel	223
3.5. Caso de Ansião	226
3.6. Caso de Évora	227
3.6.1. Aplicação analógica do n.º 2 do art. 33º	237
Conclusão	239
Bibliografia	242



# Parte I: Abordagem psicológica

## Introdução

I. Os crimes praticados em estado de intensa agitação emocional não têm sido objecto de especial interesse por parte da doutrina nacional. É pela voz de EDUARDO CORREIA que surgem as primeiras referências sobre este tema, ao referir que os estados afectivos intensos seriam um possível fundamento da inimputabilidade. Todavia, o pensamento de EDUARDO CORREIA surge como eco da discussão travada na Alemanha, de tal modo que o respectivo teor não era referido, e aqueles estados eram inseridos entre os elementos biológicos das perturbações da consciência<sup>1</sup>.

Em contrapartida, FIGUEIREDO DIAS deu alguma atenção ao problema. Apesar de em textos mais antigos se ter mostrado céptico em relação à possibilidade de estados passionais levarem à inimputabilidade – abrindo, contudo, a possibilidade de afectarem a culpa em sede de inexigibilidade –, a sua posição em 1987 é mais explícita<sup>2</sup>. Aqui admite que certos estados passionais possam revelar-se como perturbações da consciência, constituindo assim uma anomalia psíquica transitória, para efeitos do art. 20º do CP. Mas observa ainda que o afecto pode conduzir à exclusão da culpa por inexigibilidade, por via da aplicação analógica do art. 33º n.º 2 do CP<sup>3</sup>. Mais recentemente, no seu tratado sobre a parte geral do Direito Penal, analisou o tema mais em pormenor. Considera agora que os estados passionais podem constituir anomalias psíquicas não patológicas susceptíveis de levar à inimputabilidade, nos termos do art. 20º. Contudo, não deixa de alertar que só em casos de particular intensidade se poderá chegar à inimputabilidade, sendo sempre de considerar, em sede de inexigibilidade, que o estado de afecto pode não só diminuir o conteúdo ilícito do facto, mas também afectar ou estorvar o cumprimento das “intenções normais” do agente<sup>4</sup>.

Também MARIA FERNANDA PALMA dedica alguma atenção ao problema na sua obra mais recente, mas sobretudo do ponto de vista da inexigibilidade, e tendo em conta as emoções que ditam o acto e permitem valorá-lo, não tanto a sua intensidade. Não deixa de considerar a possibilidade de a permanência do estado emotivo afastar a imputabilidade, mas sem discutir em particular a subsunção de tais situações no art. 20º<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Cf. EDUARDO CORREIA, “*Direito Criminal I*” (1963), p. 343.

<sup>2</sup> Cf. CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*” (2008), p. 19.

<sup>3</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “Homicídio Qualificado” in CJ, XIII, 4 (1987), pp. 53 e s.

<sup>4</sup> Cit. FIGUEIREDO DIAS, “*Direito Penal I*” (2004), p. 573, § 33.

<sup>5</sup> Cf. MARIA FERNANDA PALMA, “*Princípio da Desculpa*” (2005), pp. 190 e ss.

Por seu turno, CAVALEIRO DE FERREIRA defende que podem ser consideradas anomalias psíquicas as emoções anormais, dado que o código de 1982 desistiu de distinguir entre imputação e imputabilidade, deixando de se poder exigir que o estado de perturbação tenha determinada causa<sup>6</sup>. Mas o autor não deu mais desenvolvimento ao tema, verificando-se, assim, falta de aprofundamento do problema.

CURADO NEVES contraria a tendência da doutrina portuguesa na sua obra mais recente<sup>7</sup> ao fazer uma abordagem científica do problema, socorrendo-se de vários conceitos da doutrina jurídica e psiquiatria forense alemã. Contudo o estudo deste autor incide, principalmente, na questão da imputabilidade penal e não enquadra psicologicamente os sentimentos relacionados com o Direito.

Proponho então uma abordagem do problema de um ponto de vista científico, centrado mais nos tipos de emoção, do que propriamente em situações típicas. Para tal, há que fazer uma procura nos campos da Filosofia, Psicologia e Psiquiatria Forense que nos permita estudar em pormenor a questão dos factos passionais.

II. Posteriormente, surge a questão de se saber como devem ser responsabilizados jurídico-penalmente, os agentes passionais que por força de intensos estados de espírito, “agridem”, “insultam” e “matam”, sendo a exaltação de ânimo do agente a explicação para a prática de tais actos criminosos.

Na tentativa de responder a esta questão, inicia-se na parte II uma abordagem jurídica ao tema, na qual se incide sobre o homicídio privilegiado (sem esquecer os elementos comuns ao homicídio simples), sobre o homicídio qualificado, homicídio a pedido da vítima, infanticídio e também sobre o crime de exposição ou abandono, sem esquecer as emoções comumente presentes nestes crimes e também a influência de tais emoções sobre o excesso de legítima defesa e sobre o estado de necessidade desculpante. Trata-se de temas que surgem muitas vezes ligados ao tipo de abordagem que é feito nos crimes passionais, daí a incidência nestas matérias.

Finalmente, antes da conclusão final, foram trazidos à colação seis casos típicos de crimes passionais, relatados e comentados três deles na psicologia e jurisprudência alemã, e os restantes pela doutrina e jurisprudência portuguesa. Pretendeu-se, com a

---

<sup>6</sup> Cf. CAVALEIRO DE FERREIRA, “*Lições*” (1992), pp. 269 -273.

<sup>7</sup> Cf. CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*” (2008), pp. 311 e ss.

análise destes casos, demonstrar como devem ser responsabilizados os agentes, e quais os critérios que o julgador da causa deve atender na análise de casos semelhantes.

## 1. Emoção

As emoções, de uma maneira geral, comandam a nossa vida mental, sendo, por isso o fenómeno interno mais importante da nossa existência, enquanto seres humanos. Tal facto despertou a atenção da grande maioria dos filósofos clássicos, como Platão, Aristóteles, Spinoza, Descartes, Hobbes, Hume, e levou-os a elaborar importantes teorias reconhecíveis do fenómeno da emoção, concebida como respostas a determinados tipos de eventos de interesse para um assunto, provocando mudanças corporais e, tipicamente, a motivar o comportamento característico. Apesar de no início do século XX a grande parte dos filósofos, da mente e psicólogos, tenham evitado novas abordagens ao tema da emoção, a verdade é que nos últimos anos a “emoção”, voltou a ter um papel de destaque não só para a filosofia mas também para outros ramos das ciências da mente como, a psicologia, a neurologia e a biologia evolutiva.

A maioria das emoções tem sempre uma estrutura intencional, daí que a Filosofia tenha concebido o lugar das emoções na topografia da mente, especialmente a sua relação com os estados corporais, com as motivação e com as crenças e desejos, bem como algumas das maneiras pelas quais se tenha previsto a relação entre diferentes emoções. Por sua vez, a psicologia e mais recentemente a biologia evolutiva têm oferecido uma série de teorias de emoção, salientando a sua importância na maneira como o indivíduo conduz a sua vida.

As emoções também levantam questões normativas, nomeadamente, em que medida se pode afirmar que a conduta de determinado agente era racional e o que é que se entende por racionalidade. Por outro lado, até que ponto podemos afirmar que conhecemos realmente as nossas próprias emoções quando elas são o objecto mais imediato da nossa consciência e a principal causa de auto-engano? Tal situação resulta muitas vezes numa dicotomia entre emoções e moralidade que influencia marcadamente as vivências do indivíduo.

### 1.1. Emoção ou sentimentos

I. Quando se inicia o estudo dos estados passionais vemos, muitas vezes, associadas as expressões “emoção” e “sentimento” como descritivas da mesma verdade, mas será correcto afirmar que “emoção” e “sentimento” expressam a mesma realidade?

Segundo ANTÓNIO DAMÁSIO, “*emoção*” e “*sentimento*” são processos distinguíveis, embora façam parte de um ciclo muito apertado<sup>8</sup>. Assim, enquanto as emoções são programas complexos, em grande medida automatizados, de *acções* modeladas pela evolução, os sentimentos de emoção, por outro lado, são *percepções* compostas daquilo que acontece no corpo e na mente quando sentimos emoções (tratam-se, portanto, de percepções compostas por um estado corporal específico, durante uma emoção real ou simulada e por um estado de recursos cognitivos alterados que permite a evocação de certas ideias<sup>9</sup>). As acções são completadas por um programa *cognitivo* que inclui certos conceitos e modos de compreensão, todavia, as emoções são, principalmente, acções levadas a cabo no nosso corpo, desde as expressões faciais e posições do corpo até às mudanças nas vísceras e meio interno.

No que respeita ao corpo, os sentimentos são imagens de acções e não acções em si, ou seja, o mundo dos sentimentos é um mundo de percepções executadas em mapas cerebrais. Estes sentimentos baseiam-se no relacionamento exclusivo entre corpo e cérebro que privilegia a *interocepção*. Em regra a interocepção domina o processo e é responsável pelo aspecto *sentido* destas percepções, sendo certo que existem outros aspectos do corpo representados nos sentimentos emocionais.

Deste modo, ao passo que as emoções são acompanhadas por ideias e modos de pensar, os sentimentos emocionais, por seu turno, são sobretudo percepções daquilo que o nosso corpo faz durante a emoção, a par das percepções do estado da nossa mente durante o mesmo período de tempo.

As emoções funcionam quando as imagens processadas no cérebro colocam em acção uma série de regiões incitadoras de emoções, como, por exemplo, a amígdala ou regiões especiais do córtex do lobo frontal. Assim que uma destas regiões é activada seguem-se determinadas consequências: glândulas endócrinas e núcleos subcorticais segregam moléculas químicas que são enviadas tanto para o cérebro como para o corpo (por exemplo, o cortisol, no caso do receio), certas acções são levadas a cabo (por exemplo, fugir ou ficar imóvel; contracção dos intestinos, de novo no caso do receio) e assumem-se determinadas expressões (por exemplo, uma expressão e uma atitude de terror). Um facto importante, pelo menos no caso dos seres humanos, é também o de

---

<sup>8</sup> Cf. ANTÓNIO DAMÁSIO, “*O Livro da Consciência*” (2010), pp. 142 e ss., que se reproduz parcialmente nas páginas seguintes.

<sup>9</sup> Cf. ANTÓNIO DAMÁSIO, “*O Livro da Consciência*” (2010), p. 151.

virem à mente certas ideias e planos<sup>10</sup>. Por exemplo, uma emoção negativa, como a tristeza, leva à invocação de ideias sobre factos negativos; já no caso de uma emoção positiva ocorre o oposto, pois os planos de acção representados na mente estão em consonância com o tom geral da emoção. Certos estilos de processamento mental são imediatamente activados à medida que uma certa emoção se desenvolve. Por exemplo no caso da tristeza ocorre um abrandamento na velocidade do pensamento, o que pode levar a repetir a situação que a desencadeou. A alegria, por sua vez, pode acelerar o pensamento e reduzir a atenção para com acontecimentos não relacionados. A combinação de todas estas reacções constitui o “estado emocional”, que se desenvolve de forma relativamente rápida, e depois se desvanece, até que novos estímulos capazes de desencadear emoções sejam introduzidos na mente e dêem início a outra reacção emocional em cadeia.

“Os sentimentos de emoção constituem o passo seguinte, surgindo logo atrás da emoção, e representando o legítimo, conseqüente e derradeiro empreendimento do processo emocional: a percepção composta de tudo o que aconteceu durante a emoção – as acções, as ideias, o estilo com que as ideias fluem – lenta ou rápida, fixa numa imagem, ou trocando rapidamente uma imagem por outra”<sup>11</sup>.

Ao analisar o ciclo emoção-sentimento, de um ponto de vista neural, verifica-se que o mesmo começa no cérebro, com a percepção e avaliação de um estímulo potencialmente causador de uma emoção, seguindo-se o desencadear subsequente de uma emoção. Posteriormente, o processo dissemina-se depois pelo cérebro e pelo corpo, intensificando o estado emocional. Na fase final, o processo regressa ao cérebro para a parte do ciclo referente ao sentimento, embora esse regresso ocorra em regiões do cérebro diferentes daquelas em que tudo iniciou.

Os programas emocionais incorporam todos os componentes do mecanismo de regulação vital que foram surgindo ao longo da história da evolução, como, por exemplo, o detectar condições, a avaliação dos graus de necessidades interna, o processo de incentivo com as suas vertentes de recompensa e castigo, os dispositivos de previsão. Os drives e as motivações são constituintes mais simples da emoção, sendo

---

<sup>10</sup> Op. Cit., p. 144.

<sup>11</sup> Op. Cit., p. 144.

por isso que a felicidade ou a tristeza alteram o estado desses drives e motivações, alterando de imediato os nossos apetites e desejos<sup>12</sup>.

II. As emoções são desencadeadas por imagens de objectos ou acontecimentos que estão realmente a ter lugar no momento ou que, tendo ocorrido no passado, estão agora a ser evocadas. Deste modo, a situação em que nos encontramos é importante para o aparelho emocional, uma vez que podemos viver uma cena da nossa vida e a reagir a uma situação musical, ou à presença de um amigo; ou podemos estar sozinhos e a recordar uma conversa que nos deixou perturbados de véspera. Quer sejam “ao vivo”, reconstruídas a partir da memória, ou criadas de raiz na imaginação, as imagens iniciam uma cadeia de fenómenos. Os sinais das imagens processadas são disponibilizados a várias regiões do cérebro, sendo certo que algumas dessas regiões dedicam-se à linguagem, outras ao movimento, outras ainda às manipulações que constituem o raciocínio. A actividade em qualquer dessas regiões leva a uma múltipla série de reacções, como por exemplo, palavras com as quais se podem classificar determinados objectos, ou evocações rápidas de outras imagens que nos permitem concluir algo sobre esses mesmo objectos.

Há ainda que referir que as imagens representativas de determinado objecto também chegam a regiões capazes de desencadear tipos específicos de reacções emocionais em cadeia, pelo que, existe uma maior probabilidade de certas configurações de sinais activarem uma região específica – desde que os sinais sejam suficientemente intensos e o contexto seja adequado – e que não activem outras áreas onde os mesmos sinais se encontram igualmente disponíveis. Sobre esta questão, ANTÓNIO DAMASIO, dá como exemplo os estímulos causadores de receio, que muitas vezes activam a amígdala e conseguem desencadear o receio. Deste modo, a probabilidade de activar outras zonas, por parte do mesmo conjunto de estímulos é mínima, porém, existem certos estímulos que são suficientemente ambíguos para activar mais do que uma zona, o que leva a um estado emocional composto, que se traduz num sentimento “misto” que nasce de uma emoção complexa<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Op. Cit., p. 145.

<sup>13</sup> Op. Cit., p. 146.



III. Existem três formas possíveis de criar um sentimento de emoção. A primeira consiste na modificação do corpo ao ter uma emoção; algo que qualquer emoção produz, rápida e prontamente, pois a emoção é um programa de acções, e o resultado das acções é a alteração do estado corporal.

O cérebro está continuamente a criar uma base para os sentimentos, uma vez que os sinais do estado corporal actual estão continuamente a ser enviados, utilizados e transformados nos locais próprios para o seu mapeamento. À medida que uma emoção se desenvolve ocorre um conjunto específico de alterações, e os mapas do sentimento de emoção são o resultado do registo de uma variação sobreposta aos mapas desse momento, gerados no tronco cerebral e na ínsula. “Os mapas constituem a base de uma imagem composta e multilocal”<sup>14</sup>.

Para que o estado de sentimentos se ligue à emoção, o objecto causal e a relação temporal entre a sua aparição e a reacção emocional têm de ser adequadamente observados. O mesmo não se verifica na visão, na audição ou no olfacto, porque esses outros sentidos estão focados no mundo exterior. Daí que as respectivas áreas de criação de mapas podem “recomeçar a partir do zero” e criar uma infinidade de padrões. Tal fenómeno não ocorre com as zonas de sensação do corpo, as quais estão obrigatoriamente dirigidas para o interior e limitadas àquilo que a infinita uniformidade do corpo lhe transmite. Deste modo, a zona do cérebro que se preocupa com o corpo actua como um prisioneiro do próprio corpo e das suas informações.

Face ao que acaba de ser exposto, é plausível afirmar que a primeira forma de criar sentimentos exige um “arco corporal” que liga os estados de sentimentos às emoções.

No que respeita à segunda forma de criar sentimentos de emoção, as zonas do cérebro que dão início à típica corrente da emoção podem igualmente ordenar às regiões de criação de mapas, como a ínsula, que adoptem o padrão que teriam adoptado a partir do momento em que o estado emocional lhe fosse transmitido pelo corpo. Isto é, as zonas de activação ordenam a ínsula que configure o seu disparo “como se” estivesse a receber sinais que descrevessem o estado emocional X. Existe uma grande vantagem na utilização deste mecanismo de “bypass”, pois criar um estado emocional completo demora tempo e consome muita energia preciosa. Assim, é provável que este mecanismo tenha surgido no cérebro exactamente devido à economia de tempo e de

---

<sup>14</sup> Op. Cit., p. 155.

energia que veio introduzir, e também porque os cérebros inteligentes são profundamente preguiçosos<sup>15</sup>.

Todavia, existe um problema com o mecanismo “como se”, é que o mesmo, tal como acontece com qualquer outra simulação, *não* é exactamente como o real. Segundo ANTÓNIO DAMÁSIO, os estados de sentimento “como se” são comuns em todos os seres humanos e certamente reduzem os custos da nossa emotividade, porém não passam de versões atenuadas das emoções sentidas pelo arco do corpo. Os padrões “como se” não podem transmitir a mesma sensação dos estados de sentimento do arco do corpo porque não são o artigo genuíno, e também porque, provavelmente, será difícil para os padrões mais fracos “como se” competir com os padrões em curso, do que para as versões normais do arco do corpo.

Finalmente, a terceira forma de criar estados de sentimento consiste na alteração da transmissão de sinais corporais para o cérebro. Como consequência de acções analgésicas naturais ou em resultado da administração de drogas que interferem com a transmissão de sinais do corpo (analgésicos, anestésicos), o cérebro recebe uma visão distorcida do estado do corpo no preciso momento.

Em sentido restrito, está-se na presença de uma alucinação do corpo, pois aquilo que o cérebro regista nos seus mapas e aquilo que a mente consciente sente não corresponde à realidade que poderia ser apreendida. O ser humano utiliza este mecanismo sempre que ingere moléculas com capacidade de modificar a transmissão ou o mapeamento de sinais corporais. O álcool tem essa capacidade, tal como os analgésicos e os anestésicos, e muitas outras drogas. O Homem, de certo modo, sente-se atraído por essas moléculas devido ao desejo de criar sentimentos de bem-estar, sentimentos em que os sinais de dor são eliminados e se induzem sinais de prazer<sup>16</sup>.

IV. O termo *emoção* é utilizado para designar um programa de acções com relativa complexidade, isto é, um programa que inclua mais do que uma ou duas reacções reflexas, desencadeado por um objecto ou acontecimento identificáveis, um estímulo emocionalmente competente.

As tentativas de classificar toda a gama de emoções humanas não se têm mostrado muito eficazes, pois os critérios usados para as classificações tradicionais não

---

<sup>15</sup> Op. Cit., p. 156.

<sup>16</sup> Op. Cit., pp. 156-157.

são, particularmente, fiáveis e qualquer lista de emoções poderá ser criticada por não incluir algumas emoções, ou por exagerar na inclusão de outras. Contudo, as chamadas emoções universais como é o caso do receio, fúria, tristeza, felicidade, nojo e surpresa, enquadram-se nesses critérios, porque estas emoções estão, indubitavelmente, presentes em muitas culturas – mesmo naquelas que não dispõem de nomes distintos para as emoções –, e são facilmente identificáveis, já que uma parte do seu programa de acção – as expressões faciais – é muito característica. Estas emoções universais não são exclusivamente humanas, pois verificam-se, também, ainda que de modo precoce, nos animais, conforme reconheceu CHARLES DARWIN<sup>17</sup>.

A universalidade das expressões revela até que ponto o programa de acção emocional é inato e automatizado. Em cada desempenho, a emoção pode ser modulada, por exemplo, com pequenas alterações de intensidade ou duração dos movimentos que a compõem. Todavia, a rotina do programa básico é estereotipada em todos os níveis corporais onde é executada – movimentos externos; alterações viscerais no coração, pulmões, intestinos e pele; e alterações endócrinas. A execução da mesma emoção pode variar ocasionalmente mas não a ponto de a tornar irreconhecível quer para o próprio, quer para os outros, uma vez que o perfil geral do comportamento continua a ser mantido.

O facto de as emoções serem programadas de acção inatos, automatizados e previsivelmente estáveis trai a sua origem na selecção natural e nas instruções genómicas que lhes estão ligadas. Estas instruções têm vindo a ser muito bem conservadas ao longo da evolução e como resultado o cérebro tem vindo a ser composto de uma forma específica e fiável, de tal modo que certos circuitos neurais podem processar estímulos emocionalmente competentes e levar certas áreas do cérebro a criar uma reacção emocional completa. As emoções – e os seus fenómenos subjacentes – são tão essenciais à manutenção da vida e à subsequente maturação do indivíduo que ficam organizadas de forma segura logo no início do desenvolvimento<sup>18</sup>.

O facto de as emoções serem inatas, automatizadas e estabelecidas pelo genoma invoca sempre o espectro do determinismo genético. Todavia, apesar de o mecanismo essencial das emoções num cérebro normal ser, muito semelhante entre indivíduos, as circunstâncias em que certos estímulos se tornaram emocionalmente competentes é

---

<sup>17</sup> Cf. CHARLES DARWIN, *“The Expression of the Emotion in Man and Animal”* (1872).

<sup>18</sup> Cf. ANTÓNIO DAMÁSIO, *“O Livro da Consciência”* (2010), p. 159.

bastante personalizável. É evidente que sendo os mecanismos notoriamente semelhantes, temos uma base comum de preferências fundamentais quanto a questões relacionadas com a dor e com o prazer, mesmo em culturas diferentes, contudo, temos uma considerável personalização das reacções emocionais em relação ao estímulo causal. Neste aspecto somos muitos parecidos, mas não totalmente. Há outros aspectos interessantes nesta individualização. Influenciados pela cultura em que crescemos, ou como resultado da educação individual, temos a possibilidade de controlar, em parte, as nossas expressões emocionais. Todos sabemos como são diferentes as demonstrações públicas de riso ou de choro nas variadas culturas e como são moldadas, mesmo entre os membros de classes sociais específicas. As expressões emocionais assemelham-se, mas não são iguais. Podem ser moduladas e tornadas caracteristicamente pessoais ou sugestivas de um grupo social.

Não há dúvida de que a expressão de emoções pode ser regulada de forma voluntária, porém, o grau de controlo de regulação das emoções não pode ir além das manifestações externas. Uma vez que as emoções incluem muitas outras reacções, sendo várias delas internas e invisíveis à vista desarmada dos outros, o grosso do programa emocional continua a ser executado, por mais que nos esforcemos por o inibir. Por outro lado, os sentimentos de emoção, que resultam da percepção do conjunto de alterações emocionais, continuam a ser levados a cabo mesmo quando as expressões emocionais externas são parcialmente impedidas. A emoção e o sentimento têm duas faces, em consonância com os seus mecanismos fisiológicos extremamente diferentes. Por exemplo, quando deparamos com um indivíduo estóico que se mostra impassível face a notícias trágicas, não é correcto admitir que ele não está a sentir angústia ou receio<sup>19</sup>.

V. Para além das emoções universais, há dois grupos de emoções comumente identificados que merecem uma referência especial. Segundo ANTÓNIO DAMÁSIO, as chamadas “emoções de fundo”, de que são exemplos o *entusiasmo* e o *desencorajamento*, traduzem-se em duas emoções que podem ser activadas por uma série de circunstâncias factuais na vida de um indivíduo mas que também podem surgir devido a estados internos como a doença e a fadiga. Essas emoções podem ser desencadeadas quando reflectimos sobre uma situação que já aconteceu ou quando

---

<sup>19</sup> Cf. ANTÓNIO DAMÁSIO, *O Livro da Consciência* (2010), p. 160.

pensamos numa situação que é ainda uma mera possibilidade. As emoções de fundo são parentes próximas dos estados de humor mas diferem destes pelo seu perfil temporal mais circunscrito e pela identificação mais apurada do estímulo.

O outro grande grupo de emoções é o das emoções sociais. A denominação é um pouco estranha, já que todas as emoções podem ser sociais, e são-no com frequência, mas é justificável dado o inequívoco enquadramento social destes fenómenos específicos. Os exemplos das principais emoções sociais justificam facilmente a denominação: compaixão, embaraço, vergonha, culpa, desprezo, ciúme, inveja, orgulho, admiração. Com efeito, estas emoções são desencadeadas em situações sociais e desempenham garantidamente papéis de destaque na vida dos grupos sociais. O funcionamento fisiológico das emoções sociais não é, de todo, diferente do das emoções que referi anteriormente. Necessitam de um estímulo emocionalmente competente; dependem de zonas de activação específicas; são constituídas por programas de acção complexos que envolvem o corpo; e são apreendidas pelo sujeito sob a forma de sentimentos. Contudo, existem algumas diferenças que merecem ser referidas. A maioria das emoções sociais é de criação evolutiva recente e algumas poderão ser exclusivamente humanas. Parece ser esse o caso da admiração e do tipo de compaixão que se concentra no sofrimento mental e social dos outros em vez de se limitar à dor física. Muitas espécies, em especial os primatas, exibem precursores de algumas emoções sociais como por exemplo embaraço, inveja e orgulho.

## 2. Estados passionais<sup>20</sup>

I. A expressão “estados passionais” é muitas vezes utilizada em questões relacionadas com a diminuição ou exclusão da punibilidade devido à existência de perturbações emocionais no agente. Na doutrina jurídica portuguesa têm sido utilizadas como sinónimos as expressões “estados afectivos”, estados de afecto”, “acções de afecto”, ou, no caso dos homicídios, “homicídio passional”<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Nota: A pesquisa feita a autores alemães baseia-se no estudo efectuado por CURADO NEVES in: *A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais* (2008).

<sup>21</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “Homicídio Qualificado” in CJ, XIII, 4 (1987), pp. 52-53; EDUARDO CORREIA, “*Direito Criminal I*” (1963), p. 343; CARLOTA PIZARRO DE ALMEIDA, “*Inimputabilidade*” (2000), p. 47; AMADEU FERREIRA, “*Homicídio Privilegiado*” (1991), p. 108; SILVA DIAS, “*Direito Penal - Parte Especial: Crimes Contra a Vida e a Integridade Física*” (2007), p.

Em relação aos “estados de afecto”, estes traduzem uma emoção intensa, frequentemente, violenta, mas não necessariamente, isto é, designam um estado psíquico de excepção, de curta duração, que não é necessariamente dirigido a um objecto exterior, e que é caracterizado pelo modo de surgimento e intensidade de uma série de possíveis sentimentos, como a cólera ou o ódio, mas também, como o pânico ou o medo, por exemplo<sup>22</sup>. Segundo WITTER, o estado de afecto (*Affekt*) é um sentimento que é provocado por uma situação específica, que se concentra e depois se exterioriza subitamente, mas cujas manifestações externas são de curta duração. Trata-se, por isso, de um sentimento e não de uma emoção porque é mais intenso e transitório, contudo tem em comum com a emoção o facto de surgir de um motivo específico de natureza excepcional<sup>23</sup>. KÖHLER vai mais longe, e distingue o “crime de afecto” do “crime passional” (*Leidenschaftsdelikt*), na medida em que este último, no seu entender, envolve uma forma de reflexão, que não se verifica no primeiro<sup>24</sup>. Todavia, é preferível utilizar a expressão “estado passional” para designar estímulos tão poderosos que causam um arrebatamento ocasional, repentino, que inibe a reflexão fria e objectiva e a motivação racional<sup>25</sup>, pois trata-se da expressão equivalente que é utilizada nos preceitos dos códigos penais espanhol, italiano e alemão, quando se referem ao tema. Além disso, a expressão “estado de afecto” muitas vezes confunde-se com as expressões “perturbações de afecto” e “perturbações da vida afectiva”, que são utilizadas na psiquiatria para descrever vários distúrbios mentais, nomeadamente perturbações de humor que dão origem a estados maníaco-depressivos<sup>26</sup>.

II. Em relação à natureza dos estados passionais, encontram-se na literatura científica duas abordagens diferentes: uma abordagem fenomenológica, centrada na descrição dos fenómenos que caracterizam a emoção passional; e uma abordagem psico-dinâmica, que analisa o desenvolvimento das circunstâncias que levam ao surgimento do facto passional.

---

104; FERNANDA PALMA, “Princípio da Desculpa” (2005), p. 190; CURADO NEVES, “A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais” (2008), p. 22-23.

<sup>22</sup> Cf. WITTER, “*Handbuch der Forensische Psychiatrie II*” (1972), pp. 436 e ss. (CURADO NEVES, p. 21)

<sup>23</sup> Cf. WITTER, “*Handbuch der Forensische Psychiatrie II*” (1972), p. 450. (CURADO NEVES, p. 21)

<sup>24</sup> Cf. KÖHLER, «Zur Abgrenzung der Mordes. Erörtert am Mordmerkmal “Verdeckungsabsicht”», in *Goldammer’s Archiv für Strafrecht* (1980), p. 121. (CURADO NEVES, p. 21)

<sup>25</sup> Cf. SOUSA E BRITO, “*Direito Penal II*” (1988), p. 55.

<sup>26</sup> Cf. DIAS CORDEIRO, “*Psiquiatria Forense*” (2008), pp. 342 e ss.

Ao começar pela abordagem fenomenológica do problema, rapidamente se conclui que não é fácil chegar a um conceito único de facto passional, pois existem varias opiniões. Assim, segundo WITTER o estado passional surge como consequência de um sentimento que é provocado por uma situação específica que se concentra e depois se exterioriza subitamente, mas cujas manifestações externas são de curta duração<sup>27</sup>. Para THOMAE, trata-se de uma excitação de sentimentos que surge, evolui e desaparece, de uma maneira geral, rapidamente, provocada por impressões ou eventos que afectam os interesses e necessidades pessoais do agente, estimulando-os ou colocando-os em perigo; é acompanhada de diversas modificações a nível neuro-vegetativo, em especial no sistema circulatório, respiratório e glandular e pela diminuição da reflexão fria e objectiva do domínio mental sobre o comportamento<sup>28</sup>. Por sua vez, DIESINGER, após sintetizar vários conceitos de diferentes autores, define “estados passionais” como respostas pessoais intensivas a dados ambientais, acompanhadas de manifestações corpóreas tendentes à acção<sup>29</sup>. Na mesma linha de pensamento, QUATEMBER aponta como possíveis manifestações físicas do estado passional, corar, empalidecer, eriçar os cabelos, suar, alterar a respiração e a pulsação e trepidar os músculos<sup>30</sup>.

Todavia, é a noção de “*reacção primitiva*”, desenvolvida por KRETSCHMER<sup>31</sup> e seguida por UNDEUTSCH<sup>32</sup>, BRESSER<sup>33</sup> e SCHNEIDER<sup>34</sup>, que é frequentemente utilizada para caracterizar os estados passionais. Este conceito visa caracterizar comportamentos que surgem como reacção espontânea a uma situação específica no mundo exterior e que, segundo UNDEUTSCH e BRESSER, não são controlados pelo conjunto da personalidade. A reacção é muito intensa e, devido a reacções vivencias anormais, desproporcional face a situação que a desencadeou (pelo menos do ponto de um observador externo). KRETSCHMER também distingue duas formas de reacções primitivas: reacções explosivas e reacções de curto-circuito.

---

<sup>27</sup> Cf. WITTER, “*Handbuch der Forensische Psychiatrie II*” (1972), p. 450. (CURADO NEVES, p. 21).

<sup>28</sup> Cf. THOMAE/MATHEY, “*Kriminalpsychologie*” (1983), p. 184. (CURADO NEVES, p. 30)

<sup>29</sup> Cf. DIESINGER, “*Affekttäter*” (1977), p. 5. (CURADO NEVES, p. 31)

<sup>30</sup> Cf. QUATEMBER, “*Tötungsdelikte*” (1980), p. 143.

<sup>31</sup> Cf. KRETSCHMER, “*Medizinische Psychologie*” (1971), pp. 174 e ss. (CURADO NEVES, pp. 32-33).

<sup>32</sup> Cf. UNDEUTSCH, “*Lehrbuch der Gerichtlichen Medizin*” (1957), pp. 136 e ss. (CURADO NEVES, p. 39)

<sup>33</sup> Cf. BRESSER, “*Jugendlicher Rechtsbrecher*” (1965), pp. 204 e ss. (CURADO NEVES, p. 39)

<sup>34</sup> Cf. SCHNEIDER, “*Zurechnungsfähigkeit*” (1956), pp. 11-12. (CURADO NEVES, p. 39)



Na primeira, o acto está directamente ligado a um evento imediatamente anterior que é sentido como provocação insuportável, isto é, de acordo com a teoria das camadas da personalidade, o acto provém directamente de uma camada inferior, mais primitiva, da personalidade do agente – na qual estaria localizada a emocionalidade –, que, face àquela situação específica, se sobrepõe à camada exterior – onde está localizada a racionalização e socialização do indivíduo – que normalmente faria um controlo sobre os impulsos.

Nas reacções em curto-circuito, por seu turno, a acção é mais complexa e exige uma forma de raciocínio e planeamento. Nestes casos, a acção também é desencadeada por uma situação específica, mas surge no seguimento de um processo reactivo mais ou menos longo que leva ao desenrolar da acção de uma forma menos explosiva e mais coerente, contudo a acção e todo o processo que lhe deu lugar, ocupa grande parte da mente do agente, separando-se do resto da sua personalidade<sup>35</sup>.

Também no campo das reacções vivenciais anormais, WITTER distingue entre as reacções explosivas e as reacções em curto-circuito, por um lado, e as reacções finalísticas psicogénicas, por outro. A primeira caracteriza-se pela sua brevidade, pela sua origem estritamente situacional e por se destinar apenas a aliviar uma pressão específica interna. As reacções explosivas não têm um conteúdo relacionado com o objecto ou sujeito que lhes deu lugar. Ou seja, as reacções explosivas podem ter natureza asténica (como por exemplo, fugir de um local onde foi cometido um crime violento), mas é mais frequente terem uma esténica (traduzida em actos violentos, v. g. a destruição de objectos, agressões e injúrias), porém, e contrariamente ao que acontece nos outros dois tipos de reacção, aqueles actos não têm um objectivo específico, como seria o caso de matar ou agredir o provocador da reacção. No pólo oposto encontram-se as reacções finalísticas psicogénicas, que resultam de processos prolongados dirigidos à realização de uma finalidade específica; esses processos são desencadeados pela própria personalidade do agente e não por uma situação específica, como acontece nas reacções explosivas. Finalmente, as reacções em curto-circuito têm em comum com as reacções explosivas o facto de resultarem de uma situação específica, mas diferem daquelas por serem dirigidas para uma finalidade concreta. Estes actos têm a sua origem numa situação de conflito prolongada que vai provocar uma alteração na disposição do agente, na sequência da qual a sua eventual vontade de reagir às tendências agressivas se vai

---

<sup>35</sup> Cf. KRETSCHMER, “*Medizinische Psychologie*” (1971), p. 175.



desgastando; ou seja, tal como nas reacções explosivas, a agressão surge na sequência de um estímulo exterior, mas em contrapartida não resulta apenas da violência da emoção provocada pelo acto detonador, mas também ou sobretudo da perda de capacidade de resistência a tal emoção<sup>36</sup>.

Deste modo, é fácil concluir que as reacções explosivas e em curto-circuito são, na verdade, actos que resultam de perturbações emotivas, porém a forma como a emoção contribui para o acto é diferente, originando reacções distintas. Assim, nas reacções explosivas o acto resulta de uma emoção intensa, directa e espontânea; trata-se, por isso, da forma mais pura de acto passional, devido à quase inexistência de racionalização do acto. Por sua vez, nas reacções de curto-circuito existe um processo de racionalização das emoções acumuladas que dá sentido ao acto e dirige-o especificamente contra determinada pessoa. A emoção sentida no momento do acto é, por si só, irrelevante, porém, surge no cumular de um estado duradouro de perturbação. Segundo WITTER, as reacções explosivas destinam-se, apenas, a aliviar um estado psíquico, e, por esse motivo, raramente conduzem a condutas ilícitas. E mesmo quando se traduzem em actos ilícitos, esses serão sempre menos gravesos que os actos dirigidos contra outro indivíduo que são característicos das reacções em curto-circuito<sup>37</sup>.

III. Passando agora para a abordagem psico-dinâmica dos factos passionais, encontramos vários autores que os procuraram compreender não tanto em função das características de que se reveste a explosão emocional, mas à luz do processo evolutivo que o antecede, no decurso do qual se vão criando as condições de que depende o estado de espírito que leva ao facto naquelas condições.

O pioneiro na realização destes estudos foi o psicólogo K. LEWIN, que realizou uma série de ensaios com o intuito de investigar a dinâmica de situações de tensão incontornáveis. LEWIN procurou explicar a génese das acções como produto de um campo de forças existente em cada momento determinado. Segundo este autor, actos emocionais, como os praticados em estado de irritação, seriam produto de uma evolução desse campo de forças.

Em ensaios realizados e publicados, posteriormente, por T. DEMBO – discípulo de K. LEWIN –, os examinados do estudo eram um grupo de alunos que se viam

---

<sup>36</sup> Cf. CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*” (2008), pp. 32 e ss.

<sup>37</sup> Cf. WITTER, “*Sachverständige*” (1987), p. 183. (CURADO NEVES, p. 34).

colocados perante um problema impossível de resolver e eram incentivados com a sugestão de que a resolução do problema dependia das faculdades intelectuais de cada um, e seria tomada em conta nas suas classificações académicas. As tentativas frustradas de resolver o problema eram acompanhadas pela orientadora das experiências com comentários zombeteiros<sup>38</sup>.

Os estudos revelaram que a generalidade dos examinados experienciou um processo regular de reacção à situação irresolúvel em que se encontravam, isto é, verificou-se um processo progressivo de concentração no exercício, através do qual a situação envolvente vai deixando de ser tomada em consideração. Assim, à medida que evolui o esforço de resolução da tarefa, os vários objectos presentes no local perdem o seu significado autónomo e passam a ser considerados apenas do ponto de vista da situação sobre a qual o sujeito se concentra.

Quando surgem as primeiras dificuldades os examinados tenderam a reagir agressivamente, porém com a continuação do problema passaram a estar mais controlados e concentrados, pois intervêm mecanismos de controlo. Essa intervenção leva a um dispêndio de energia que se vai esgotando, mas quando a pressão se renova a reacção torna-se mais grave e raivosa, uma vez que o sujeito perde progressivamente o contacto com a realidade e tenta resolver o problema de forma diferente da prescrita.

Todavia, nem todos os examinados reagiram violentamente, alguns acabaram por reconhecer que não conseguiam resolver o problema e desistiram, outros tiveram reacções emocionais não violentas, como ataques de choro ou fuga do local. Contudo aqueles que reagiram violentamente acabaram por destruir os instrumentos que lhes tinham sido entregues para resolver, chegando mesmo a insultar e agredir a orientadora da experiência<sup>39</sup>.

As experiências de DEMBO permitiram compreender o processo de evolução do estado de espírito de alguém que se encontra perante uma situação de conflito irresolúvel porque não consegue encontrar uma solução aceitável e não pode, simplesmente, ignorar o conflito. Esta situação é característica da maioria dos factos passionais, principalmente no âmbito de um matrimónio. É o caso, por exemplo, do marido que não consegue convencer a mulher a desistir do divórcio, mas não consegue

---

<sup>38</sup> Cf. KRÜMPELMANN, “*Affekt und Schuldfähigkeit*” (1988), pp. 80 e ss. (CURADO NEVES, p. 57)

<sup>39</sup> Cf. CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*” (2008), p. 58

(ou não pode) aceitar este facto porque a perda da esposa representa para ele uma situação insustentável.

Todavia, as conclusões destes estudos deixaram questões por resolver. Verificou-se, nomeadamente, que a evolução do processo, sendo regular, culmina em reacções diferentes. Alguns dos examinados reconheceram a inutilidade da continuação dos esforços e, na terminologia de LEWIN, abandonaram o campo. Outros tiveram reacções marcadamente emocionais, mas não agressivas. Só alguns reagiram de forma violenta. A razão de ser das diferentes reacções não é esclarecida por aqueles estudos. Mas também por aí se pode concluir que não é possível, com base naqueles estudos tirar ilações quanto à imputabilidade. Contudo, abriu-se uma nova perspectiva na forma de analisar os factos passionais que serviu de base a estudos posteriores realizados por outros autores.

V. Tendo como ponto de partida as experiências de DEMBO, em 1967 WILFRIED RASCH publicou um importante estudo sobre a psicodinâmica dos factos passionais, mais direccionado à compreensão do processo de motivação característico dos estados passionais, do que, propriamente, com a procura de soluções para o problema jurídico da imputabilidade. Só em estudos publicados posteriormente é que o autor procurou avaliar as implicações forenses das conclusões daquele estudo.

RASCH examinou uma série de casos de homicídio no seio de relações amorosas, na sua maioria de homens que mataram a respectiva namorada, noiva ou mulher. RASCH – tal como outros autores que o procederam em estudos do mesmo género – encontrou ao longo dos casos características de personalidade que parecem comuns à generalidade dos autores passionais, contudo o que despertou a atenção deste autor foi, sobretudo, a dinâmica das relações autor-vítima, que progride de tal forma que apresenta notáveis semelhanças de caso para caso.

RASCH observou que é comum, nos casos de homicídios passionais, a existência de uma situação desequilibrada entre os futuros autor e vítima, resultante de diferentes maneiras de encarar a relação, ou de diferenças de empenho dos seus dois membros. Assim, é habitual que, por exemplo, o futuro autor dê mais importância ao matrimónio ou à relação amorosa e espera que esta evolua brevemente para o casamento. Por sua vez, a futura vítima, de estatuto sócio-cultural superior na maioria dos casos, mais velha e/ou mais dotada intelectualmente, mantém algumas reservas no que respeita

à relação amorosa ou conjugal, colocando-a, de certa forma, numa posição de superioridade em relação ao futuro autor. Nos casos em que a relação é apenas amorosa, tal deve-se frequentemente à maior experiência de vida e maior desprendimento amoroso da futura vítima<sup>40</sup>. Nas relações matrimoniais verifica-se sobretudo uma diferença de expectativas em relação ao casamento, uma vez que o futuro agente (geralmente o marido) provém, frequentemente, de ambientes familiares difíceis e teve muitas vezes complicações no desenvolvimento, e espera do matrimónio uma forma de reconhecimento e afirmação pessoal e social<sup>41</sup>.

Segundo CURADO NEVES, apesar de RASCH não ter acentuado muito este aspecto, é notável a grande semelhança de características de personalidade entre os agentes, pois caso após caso são referidos, nomeadamente, a insegurança, a susceptibilidade, a fraqueza e o egocentrismo<sup>42</sup>. Essas características da personalidade do agente salientam-se à medida que surgem desavenças no casal. Por seu turno, os desentendimentos são frequentemente vaticinados por aqueles traços de carácter do homem, e manifestam-se como descontentamento com a não satisfação das expectativas postas na ligação<sup>43</sup>, uma vez que o homem quer acima de tudo ordem e estabilidade na vida em comum, e queixa-se frequentemente de que a mulher não está suficientemente empenhada na relação matrimonial, desleixa as tarefas domésticas, não cuida da casa ou dos filhos do casal. O comportamento do homem, muitas vezes motivado por ciúme, torna-se cada vez mais constringente, surgindo conflitos frequentes que levam a que a mulher se sinta cada vez menos interessada na manutenção da situação. Como tal a mulher vai-se afastando, o que por sua vez vai dar mais corpo às queixas do homem. Ao fim de algum tempo a futura vítima começa a manifestar o desejo de pôr termo à ligação ou matrimónio. Perante esta ameaça incontornável ao que sente como fundamental para a sua posição social e para o seu bem-estar, o futuro autor cai num estado de cada vez mais profundo desespero, acompanhado por um comportamento cada vez mais agressivo para com a mulher, pois a separação deve ser evitada a todo o custo. Quando parece inevitável o autor recorrerá ao que parece ser a única forma de evitar a partida da mulher, isto é, matá-la<sup>44</sup>.

---

<sup>40</sup> Cf. RASCH, “*Tötung*” (1964), pp. 23 e ss. (CURADO NEVES, pp. 60 e ss.)

<sup>41</sup> Op. Cit., pp. 42 e ss.

<sup>42</sup> Op. Cit., p. 21.

<sup>43</sup> Op. Cit., p. 41.

<sup>44</sup> Cf. CURADO NEVES, *A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais* (2008), pp. 60-61.

RASCH analisou cuidadosamente a evolução no estado psíquico do agente que leva a este desfecho e concluiu que o elemento determinante é o elevado grau de expectativas colocadas pelo agente na ligação com a vítima, que o leva a sentir a separação como uma catástrofe irreparável. Para aquela evolução contribui, em maior ou menor grau, a atitude da vítima e de outras pessoas que de algum modo estejam envolvidas no conflito. Deste modo, os familiares, os amigos, ou os serviços, nomeadamente as instâncias policiais ou judiciárias conforme o agravamento do litígio, vão contribuir para criar no futuro agente a impressão, justificada ou não, de que se encontra isolado e que ninguém lhe dá razão<sup>45</sup>.

Um ponto extremamente importante no desenrolar destes casos tem a ver com a atitude da futura vítima, na qual RASCH encontra uma certa inconstância, um ir e vir, uma indecisão<sup>46</sup>. Ora, estes comportamentos mantêm, muitas vezes, vivas as expectativas do autor e, assim, não só prolongam o período de degradação do seu estado psíquico mas também criam uma contrariedade de perspectivas que contribui para aumentar a sua desorientação.

A conjugação destes elementos provoca no estado de espírito do agente uma evolução degradativa que RASCH compara à progressão de doenças mentais. Como consequência, o agente parece, na opinião de terceiros que o conhecem, outro homem, porque começa a perder o sono e o apetite, apresenta-se deprimido ou mesmo desesperado, abandona hábitos de vida, descuida o emprego e a apresentação pessoal, e a sua vivência concentra-se cada vez mais no parceiro e no conflito<sup>47</sup>. Do ponto de vista subjectivo, o agente encontra-se numa situação de desamparo, isolamento, ausência de perspectivas e falta de saída para a situação.

Neste quadro de circunstâncias surge o facto homicida, que só é possível devido à modificação do estado de espírito do agente provocada pela forma anormal como o conflito é vivido. O homicídio surge numa fase em que a modificação da personalidade do agente o predispõe para tomar uma via violenta como forma de resolver o conflito. Diz-se frequentemente a este respeito que o facto é praticado num acesso de furor provocado pela acumulação de emoções. Todavia, RASCH entende que o que caracteriza o acto homicida não é a intensidade passional, mas antes o modo quase automático como decorre, ou seja, o incidente que o provoca não é a “última gota que

---

<sup>45</sup> Cf. RASCH, *Tötung* (1964), pp. 44 e 95. ((CURADO NEVES, p. 64)

<sup>46</sup> Op. Cit., p. 47.

<sup>47</sup> Op. Cit., pp. 48, 66 e 98.

faz rebentar o dique”, mas antes o ensejo para o desencadeamento de uma reacção para a qual o agente já estava preparado, mesmo que inconscientemente. Deste modo, o evento que desencadeia a prática do facto tem um valor secundário, e mesmo a intensidade passional por este atingida não é determinante. Tal como refere RASCH, muitas vezes não será possível determinar se o estado emocional provoca o facto ou se é antes sua consequência<sup>48</sup>. O homicídio é, então, o culminar de um processo que ultrapassa o agente, de que este nem se dá bem conta, porque é colocado como objecto na realização de um processo causal<sup>49</sup>.

A situação psíquica em que se encontra o agente na altura da prática do facto foi designada por RASCH como disposição para o facto homicida (“*homizidale Tatbereitschaft*”). Este estado pode ser diagnosticado com alguma precisão, pois apresenta traços que se encontram numa série de casos, e caracteriza-se pela impossibilidade para o agente de encontrar outra saída para a solução. Neste medida o acto surge como encadeamento lógico no quadro da disposição psíquica do seu autor<sup>50</sup>.

VI. As conclusões de RASCH para o estudo dos estados passionais são muito importantes, pois este autor desvia sensivelmente o ponto fulcral para a avaliação da imputabilidade, de um estado psíquico momentâneo, para um processo com uma duração que pode ser ou não longa, mas que se traduz sempre numa evolução do estado de espírito do agente, de diversos pontos de vista. RASCH aponta o facto, não como momento de “explosão”, consequente de uma onda emocional momentânea e avassaladora, mas antes como resultado quase necessário de circunstâncias que o precederam.

As consequências deste modo de ver são fundamentais para a decisão sobre a inimputabilidade, isto porque se se entender a prática do facto como reacção primitiva, terá que se considerar que a situação do agente no momento da prática do facto não é patológica, pois a resposta emocional é normal face aos mecanismos de reacção inerentes ao organismo humano. Por seu turno, RASCH considera anómalo o processo que redunde na disposição para o facto, e comparável a processos patológicos já conhecidos e estudados. Abre-se, assim, uma via completamente diferente de apreciação do relevo jurídico-penal dos estados passionais. Dada a importância destes estudos,

---

<sup>48</sup> Cf. RASCH, “*Lehrbuch der Gerichtlichen Medizin*” (1967), p. 84.

<sup>49</sup> Cf. RASCH, “*Tötung*” (1964), pp. 70 e ss.

<sup>50</sup> Cf. RASCH, “*Tötung*” (1964), pp. 65 e ss.

KRÜMPELMANN, propôs em 1993 que o processo degradativo descrito passasse a ser apelidado “síndrome de RASCH”<sup>51</sup>.

VII. Alguns anos depois, STEIGLEDER<sup>52</sup>, tendo como ponto de partida as investigações do seu mentor HALLERMANN, realizou um estudo sobre factos passionais, chegando a conclusões em grande medida coincidentes com as RASCH.

STEIGLEDER utiliza um conceito de perturbação da consciência – perturbação ou perda da relação com a realidade –, apresentando como sintomas a perda de orientação espácio-temporal, a incompreensão de situações, a perda da capacidade de atenção ou percepção<sup>53</sup>. Rejeita o conceito de consciência de THOMAE e SCHMIDT<sup>54</sup>, que assimila à relação com a realidade a orientação normativa, por o considerar excessivamente amplo<sup>55</sup>. E também critica o ponto de vista dos psiquiatras que querem reduzir as perturbações profundas da consciência aos distúrbios de origem biológica, pois, em seu entender, o método biológico-médico deve ser complementado por uma observação fenomenológica-antropológica<sup>56</sup>, que se traduz numa observação global do facto, que inclui o estudo da personalidade do agente e a análise das circunstâncias em que o facto foi praticado. Só deste ponto de vista é possível verificar em que medida o acto pode ser considerado uma manifestação da liberdade do agente<sup>57</sup>.

STEIGLEDER após analisar uma série de casos de autores passionais que foram objecto de exames psiquiátricos concluiu que aqueles têm geralmente estruturas de personalidade muito parecidas, nomeadamente, insegurança, maleabilidade, susceptibilidade, pouca capacidade de afirmação, fuga a diálogos conflituosos; contudo sentem a sua inferioridade como uma vivência negativa e tendem a acumular ressentimentos<sup>58</sup>. STEIGLEDER verificou que os factos passionais, em especial o homicídio, surgem quase sempre no seio de relações pessoais caracterizadas por um conflito entre os futuros autor e vítima, que se desenrola por um período mais ou menos

---

<sup>51</sup> Cf. KRÜMPELMANN, “*Affektdelikte*” (1993), p. 19. (CURADO NEVES, p. 63)

<sup>52</sup> Cf. STEIGLEDER, “*Mörder und Totschläger*” (1968). (CURADO NEVES, p. 63)

<sup>53</sup> Cf. STEIGLEDER, “*Handwörterbuch der Rechtsmedizin*” (1974), p. 60. (CURADO NEVES, p. 63)

<sup>54</sup> Para uma análise detalhada sobre o conceito de THOMAE e SCHMIDT vide CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*” (2008), pp. 46-57.

<sup>55</sup> Cf. STEIGLEDER, “*Handwörterbuch der Rechtsmedizin*” (1974), p. 64. (CURADO NEVES, p. 64)

<sup>56</sup> Cf. STEIGLEDER, “*Handwörterbuch der Rechtsmedizin*” (1974), pp. 65-66.

<sup>57</sup> Cit. CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*” (2008), p. 63.

<sup>58</sup> Cf. STEIGLEDER, “*Mörder und Totschläger*” (1968), p. 82. (CURADO NEVES, p. 64)



longo<sup>59</sup>, uma vez que este tipo de personalidade do autor cria dificuldades no relacionamento inter-pessoal.

Acompanhando o seu mentor HALLERMANN, STEIGLEDER descreveu três fases na evolução que leva do conflito ao facto: a fase dos pressupostos do facto, a do conflito especial e a da descarga afectiva<sup>60</sup>. A primeira fase, nem sempre facilmente separável da formação da personalidade, consiste no surgimento de uma disposição especial no futuro agente, provocada pela experiencia de uma série de pequenos conflitos, ofensas, humilhações, a que não sabe dar uma resposta adequada. Há que referir, contudo, que HALLERMAN, STUMPFEL e STEIGLEDER falam de disposição para o facto (*“Tatbereitschaft”*) num sentido diferente daquele em que a mesma expressão é empregue por RASCH. Aqueles autores entendem que “disposição para o facto” se trata de uma característica da personalidade do agente, que é preliminar ao surgimento do conflito de que resulta o facto típico. Por sua vez, RASCH usa a mesma expressão para caracterizar o estado do agente que, num estado avançado do conflito com a vítima, pode a qualquer momento praticar o facto<sup>61</sup>.

Na segunda fase esta disposição vai projectar-se na relação que une os futuros autor e vítima. Assim, a tendência do agente para reacções desadequadas a vivências e emoções agrava-se, e estas vão concentrar-se cada vez mais na pessoa da vítima. A incapacidade de resolver os problemas emotivos vai reflectir-se no estado psíquico do agente e na sua conduta quotidiana; STEIGLEDER fala aqui de uma alteração da consciência, com reflexos sobre as capacidades de percepção, atenção, concentração, nomeadamente. Com o avanço desta fase começa a verificar-se uma disposição do agente para a prática de acções violentas. Na terceira fase o facto é praticado em reacção a qualquer estímulo, que para o observador pode ser de pequena monta.

VIII. A principal diferença de conclusões entre os estudos de RASCH e STEIGLEDER verifica-se nas conclusões forenses a que chegam, pois para este último, ao contrário do primeiro, este é o tema central da investigação efectuada.

Na terceira fase do conflito, denominada “descarga afectiva”, STEIGLEDER entende que não há uma verdadeira perturbação da consciência e esta só existirá nos

---

<sup>59</sup> Cf. STEIGLEDER, *“Handwörterbuch der Rechtsmedizin”* (1974), p. 61.

<sup>60</sup> Cf. STEIGLEDER, *“Mörder und Totschläger”* (1968), pp. 106 e ss; Cf. HALLERMANN, *“DZgerMed”* (1963), pp. 220 e ss. (CURADO NEVES, p. 64)

<sup>61</sup> Cf. CURADO NEVES, *“A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais”* (2008), p. 64, nota 149.



casos de perturbação da personalidade<sup>62</sup>. Deste modo, no que respeita aos estados passionais, as perturbações emocionais em pessoas psiquicamente sãs não constituem perturbações da consciência, ainda que não seja possível dizer se o agente estava, no momento da prática do facto, em condições de apreciar a ilicitude do mesmo ou se comportar em conformidade. Todavia, STEIGLEDER não restringe as perturbações da consciência às afecções de origem biológica e, por outro lado, afirma existir no processo que conduz à prática do facto uma decisão, ainda que apenas expressa de forma passiva, de não resistir ao impulso para o seu cometimento.

STEIGLEDER afirma que a perturbação emocional não conduz à perda de relação com a realidade, uma vez que o estado passional e o seu culminar no facto não surgem como um corte abrupto com o comportamento anterior do agente, mas antes no seu seguimento natural, como consequência da alteração do estado psíquico do agente ao longo de um período mais ou menos prolongado. Deste modo, a acção passional não surge como uma fatalidade contra a qual o agente nada pode, como acontece normalmente nas doenças psíquicas, mas antes como resultado de uma evolução que foi também criada pelo seu comportamento. Segundo STEIGLEDER, a acção passional trata-se de um processo que, não sendo orientado voluntariamente pelo autor, se faz, contudo, com sua consciência e anuência<sup>63</sup>.

Os estudos de HALLERMANN e STEIGLEDER têm grande interesse para ajudar a compreender a fenomenologia dos factos passionais, até porque os seus resultados parecem até certo ponto confirmados por trabalhos recentes. Contudo as suas conclusões sobre a responsabilidade criminal dos autores passionais transcendem o ponto de vista puramente científico que se pretende expor neste primeiro Capítulo; poderão ser considerados adiante, quando se procurar uma solução para os problemas jurídico-penais que suscitam.

IX. Na psiquiatria forense actual, MENDE ocupa uma posição original ao inserir-se na corrente psiquiátrica de inspiração antropológica<sup>64</sup>, fazendo referência aos

---

<sup>62</sup> Cf. STEIGLEDER, “*Handwörterbuch der Rechtsmedizin*” (1974), pp. 70-71.

<sup>63</sup> Cf. STEIGLEDER, “*Morder*” (1968), pp. 111 e ss. (CURDO NEVES, pp. 65 e ss.)

<sup>64</sup> Na psiquiatria forense alemã, os defensores da corrente antropológica, afirmavam poder dar uma resposta quanto à verificação do elemento psicológico, de onde geralmente partiam para defender também que os estados emocionais não podiam levar à inimputabilidade. Os psiquiatras desta corrente partem do princípio de que a liberdade humana é demonstrável, e pode ser verificada caso a caso. Baseiam-se para tanto na filosofia da vontade de RICOEUR e KELLER, que exerceu muita influência, não só sobre a

pontos de vista de HALLERMANN e STEIGLEDER, porém apresenta diferenças muito significativas em relação a tais pontos de vista. Assim, tal como estes autores, MENDE observa que, embora os factos passionais sejam em grande medida acções impulsivas que surgem sem controlo racional das camadas superiores do pensamento, estão, contudo, geralmente sujeitas à vontade em sentido limitativo. Também em relação a estas acções se exige que os controlos do ego se imponham, obrigando ao respeito de normas morais e sociais. Todavia, admite que em casos extremos a excitação emocional é de tal ordem que a capacidade de decisão e controlo se encontra diminuída ou mesmo suprimida.

Para MENDE a questão essencial que aqui se coloca é se a capacidade de vontade em sentido limitativo, normalmente existente mesmo em factos passionais, continua a ser normativamente pressuposta, ou se é admitida a possibilidade de diminuição ou exclusão de culpa<sup>65</sup>. Ao passo que HALLERMANN e STEIGLEDER negam a diminuição da culpa, afirmando que no processo de degradação da condição mental que conduz ao facto, e na consciência do agente de que está a perder a capacidade de auto-controlo, se verifica precisamente o elemento de culpa pelo qual o agente é responsabilizado; MENDE, por seu turno, entende que a culpa jurídica deve ser excluída em casos extremos de perturbação emocional. Assim, e tal como refere CURADO NEVES, a diferença de posição relativamente a outros psiquiatras da

---

psicologia e a psiquiatria, mas também no campo do direito e em particular do Direito Penal, tendo entre nós influenciado o pensamento de FIGUEIREDO DIAS.

O ponto de partida é o de que o homem não está, nas suas decisões, à mercê de impulsos e emoções, não é por eles arrastado, antes os sentindo e optando por deixar ou não a sua conduta ser por eles orientada. Os motivos para agir não se impõem ao indivíduo, pois só serão motivo real, isto é, só se converterão em acto, através de um acto de vontade que tal decide; entre o motivo e a acção existe um hiato que é ocupado pela decisão, e esta decisão é uma expressão de liberdade do agente. Esta liberdade é entendida, não tanto como liberdade de tomar decisões concretas em determinado momento, mas como liberdade de decisão sobre si próprio, sobre o seu modo de ser. Tal não significa afirmar um livre arbítrio abstracto, pois o homem está condicionado pelo ser, que lhe impõe constrangimentos de diversa ordem, consoante as circunstâncias; a liberdade só é real em determinadas condições. Nesta medida, é possível falar de uma graduação da liberdade. É o que acontece com a imputabilidade, uma vez que sob certas condições somático-psíquicas pode a liberdade ser abolida ou significativamente reduzida. Mas o facto de o agente não estar em condições de se decidir livremente no momento do facto não significa que não seja culpado; a incapacidade para se determinar de acordo com a lei pode ser uma manifestação da sua personalidade, que por sua vez resulta de uma decisão anterior, pela qual o indivíduo se deixou ser assim. O facto final não pode ser considerado isoladamente, mas apreciado como resultado de uma cadeia de actos; em cada um destes o indivíduo encontrou-se num cruzamento, e a opção que tomou contribuiu para a conformação da personalidade que deu origem ao facto. A sua responsabilidade só poderá ser excluída quando um fenómeno doentio tiver alterado ou destruído aquela personalidade (Cit. CURADO NEVES, *A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*, 2008, pp. 65 e ss.).

<sup>65</sup> Cf. MENDE, “*Psychiatrische Begutachtung*” (1986), p. 321; “*PP*” (1974), pp. 219 e ss. (CURADO NEVES, p. 66)

corrente antropológica decorre antes de mais de uma diferença de ponto de vista jurídico<sup>66</sup>.

Todavia, o que realmente distingue a posição de MENDE e justifica a sua consideração em separado é o facto de este autor, ao admitir a possibilidade de exculpação de factos passionais, procurar encontrar nestes as características que possam levar à sua subsunção na norma do § 20 do StGB<sup>67</sup>. A sua análise é, por isso, significativamente diferente da de HALLERMANN e STEIGLEDER, pois enquanto estes centram a atenção no processo anterior ao facto, retirando valor à constituição psíquica do agente no momento da sua prática, MENDE considera que o elemento determinante é a verificação de se o estado de perturbação emocional atinge características doentias. Destaca ainda o facto de os estados passionais em geral não poderem ser considerados perturbações profundas da consciência, naquela acepção, porque apesar de se tratar de decisões não comandadas racionalmente, tal não significa que se verifique alguma forma de anomalia psíquica. Só em casos raros é que os nossos actos são decididos ponderadamente, pois muitos dos actos quotidianos são praticados sem plena consciência<sup>68</sup>.

Nos estados passionais verifica-se um estreitamento do campo da consciência, visto que percepções e ideias diversas das que ocupam a atenção do agente são recalçadas. Contudo o estreitamento da consciência é um fenómeno psiquicamente normal, que pode ser provocado tanto por emoções, como a ira, o desespero ou o pânico, como por um esforço de concentração<sup>69</sup>. Assim, só é possível falar de perturbação da consciência em sentido clínico e psicopatológico quando se verifica um corte

---

<sup>66</sup> Cit. CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*” (2008), pp. 65 e ss.

<sup>67</sup> Os projectos para o novo código penal Alemão que decorreram de 1958 a 1962 referiam a “*perturbação da consciência equiparável a perturbação psíquica doentia*” como pressuposto, inicial da diminuição da culpa, depois de 1962 como pressuposto da exclusão da imputabilidade. Contudo, após proposta dos psiquiatras EHRHARDT e PANSE e do psicólogo ARNOLD, ouvidos pela comissão parlamentar de revisão do projecto, aquela forma foi substituída pela referência a “*perturbação profunda da consciência*”, que foi adoptada na lei de Alteração do Código Penal de 1969 e consta actualmente do § 20 do StGB. A alteração da lei veio trazer uma mudança de pontos de vista, não tanto devido à sua redacção mas devido à intenção legislativa documentada nos trabalhos preparatórios, pois a exigência contida no novo § 20 de que tal perturbação seja *profunda* pareceria constituir antes uma restrição. A possibilidade de atribuir a perturbações emocionais intensas o efeito de exclusão da imputabilidade foi largamente discutida na Grande Comissão e nas várias comissões parlamentares, não havendo dúvidas quanto à intenção de, de algum modo, a admitir na nova regulamentação. Como consequência, muitos autores entenderam deixar de poder afirmar, como anteriormente, que a perturbação da consciência indicada na lei correspondia ao conceito médico de perturbação da consciência. (Cf. CURADO NEVES, *A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais* (2008), pp. 71 e ss.).

<sup>68</sup> Cf. MENDE, *Festschrift für Bockelmann* (1979), pp. 315-316. (CURADO NEVES, p. 76)

<sup>69</sup> Cf. MENDE, *Psychiatrische Begutachtung* (1986), p. 320. (CURADO NEVES, p. 76)

significativo na comunicação com o exterior. Citando o psiquiatra francês HENRY EY, MENDE observa que o campo da consciência constitui uma estrutura dinâmica sujeita a uma hierarquia vertical; a perturbação deste ordenamento estrutural constitui a perturbação da consciência<sup>70</sup>. Essas perturbações da consciência têm geralmente origem somática, podendo verificar-se em caso de traumatismos ou intoxicações cerebrais, ataques epiléticos, etc. Todavia, podem também ter origem psico-reactiva, como acontece em estados de choque ou de pânico. Por essa razão, justifica-se falar, em qualquer dos casos, de estados crepusculares, pois os sintomas são os mesmos: clara limitação temporal, com começo e termo súbitos; mais ou menos nítido corte com o mundo exterior; estreitamento do campo da consciência a um determinado âmbito de vivência, afastando a penetração de outros estímulos vivenciais; falta de clareza ou mesmo confusão do pensamento; falta de conexão do comportamento, com actos violentos anteriormente ausentes no modo de ser do agente e que dão uma impressão de estranheza; e amnésia subsequente, na maior parte dos casos, total<sup>71</sup>. Segundo MENDE este quadro típico verifica-se no estado psíquico dos autores de alguns factos passionais<sup>72</sup>.

X. A caracterização dos processos psíquicos que têm lugar em situações emocionais, levada a cabo por MENDE, não é muito diferente da efectuada por WITTER e BRESSER. Contudo, enquanto estes autores sustentam que o processo de alteração da consciência que tem lugar em perturbações emocionais não é equiparável às perturbações de origem somática, MENDE vai mais longe e afirma que os sintomas das perturbações psicogénicas podem em certos casos ser idênticos aos das doenças mentais. Ao passo que a maioria dos psicólogos forenses que se pronunciaram sobre esta questão defendiam que os estados passionais afectavam a capacidade de motivação do agente, não só pela sua natureza doentia mas também pelos seus efeitos, MENDE defende que o estado crepuscular psicogénico constitui uma patologia específica, que permite dar uma resposta afirmativa também ao elemento psicopatológico da inimputabilidade.

---

<sup>70</sup> Cf. MENDE, “*Festschrift für Bockelmann*” (1979), p. 316. (CURADO NEVES, p. 75)

<sup>71</sup> Cf. MENDE, “*Festschrift für Bockelmann*” (1979), pp. 316-317; “*Handwörterbuch der Psychiatrie*” (1984), p. 480; “*Psychiatrische Begutachtung*” (1986), p. 320. (CURADO NEVES, p. 75)

<sup>72</sup> Cf. CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*” (2008), p. 76.

Tal como denota CURADO NEVES, a utilização forense da construção de MENDE suscita alguns problemas de difícil de resolução, porque pressupõe uma distinção entre estados passionais “normais” e de natureza patológica, que não é nada fácil de efectuar. MENDE tem, contudo, o cuidado de sublinhar que só em casos excepcionais pode a perturbação emocional levar à diminuição ou exclusão da imputabilidade<sup>73</sup>, mas a fronteira entre as várias situações é fluida, e difícil de localizar. O autor afirma que a reconstituição do estado psíquico do agente no momento do facto só pode ser efectuada através da análise de observações de testemunhas e das declarações do próprio agente<sup>74</sup>. Como sintomas a tomar em consideração pelo perito indica as próprias características que apontou para os estados crepusculares: natureza abrupta do facto, estreitamento da consciência, confusão do pensamento, estranheza em relação ao comportamento normal do agente, amnésia<sup>75</sup>. A utilidade destes critérios é porém duvidosa: os dois primeiros são característicos de qualquer facto passional, e os dois últimos são muito contestados.

Desta feita, há que referir que para MENDE os estados passionais podem – em casos raros – assumir natureza doentia, sendo pois justificada a sua inclusão no § 20 do StGB através do elemento psicopatológico da “perturbação profunda da consciência”. Apesar de esta conclusão ser obtida através de um estudo cuidadoso e consequente do problema, são poucos os autores que subscrevem aquele entendimento<sup>76</sup>.

XI. SASS atribui um papel central à verificação de um quadro psicopatológico orientado pelas características das doenças mentais propriamente ditas<sup>77</sup>. Critica duramente o ponto de vista dos autores que pretendem dispensar o conceito tradicional de doença psíquica, nomeadamente VENZLAFF<sup>78</sup>, e mostra-se bastante céptico em relação à exclusão da imputabilidade nos factos passionais. Observa, como vários outros psiquiatras já o tinham feito nos anos 60 e 70<sup>79</sup>, que o problema central do julgamento destes factos é o da exigibilidade, pelo que a sua inserção no quadro da capacidade de

---

<sup>73</sup> Cf. MENDE, “PP” (1974), p. 219; “Festschrift für Bockelmann” (1979), p. 320; “Handwörterbuch der Psychiatrie” (1984), p. 480; “Psychiatrische Begutachtung” (1986), pp. 319, 322 e 323. (CURADO NEVES, p. 77)

<sup>74</sup> Cf. MENDE, “Psychiatrische Begutachtung” (1986), p. 319. (CURADO NEVES, p. 77)

<sup>75</sup> Op. Cit., p. 324.

<sup>76</sup> Cf. CURADO NEVES, “A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais” (2008), p. 77.

<sup>77</sup> Cf. SASS, “Forensia” (1983), pp. 36 e ss. (CURADO NEVES, pp. 77 e ss.)

<sup>78</sup> Op. Cit., pp. 34 e ss.

<sup>79</sup> Cf. WITTER, “Mschkrim” (1962), pp. 91-95; HADDENBROCK, “Handbuch der forensische Psychiatrie II” (1972), p. 934. (CURADO NEVES, p. 78)

culpa constitui um artifício destinado a satisfazer o sentimento geral de que tais factos merecem atenuação da pena<sup>80</sup>. Verifica que o conceito de “perturbação profunda da consciência” é um conceito jurídico, ainda que orientado para uso psiquiátrico<sup>81</sup>, pelo que não cabe aos psiquiatras contestar a possibilidade de verificação de perturbações da consciência exclusivamente psicogénicas, uma vez que é a jurisprudência que o afirma e é assim que a doutrina jurídica interpreta as normas em vigor sobre a inimputabilidade<sup>82</sup>. Entende, por isso, que à doutrina psiquiátrica forense cabe procurar critérios objectivos para a determinação das situações a reconduzir àquele conceito<sup>83</sup>.

SASS é, também, bastante crítico quanto às posições de UNDEUTSCH e THOMAE, pois refere, repetidamente, que a apreciação do elemento psicológico da inimputabilidade não se pode substituir à do elemento psicopatológico, e defende que as perturbações profundas da consciência referidas nos §§ 20 e 21 do StGB não devem compreender apenas os estados denominados “psicologicamente normais”<sup>84</sup>. O autor chama a atenção para o facto de o conceito psiquiátrico de perturbação da consciência se referir apenas a fenómenos patológicos de curta duração como a embriaguez alcoólica, ou o delírio, por exemplo. Contrariamente à posição de vários juristas que remetem estes casos para o primeiro dos elementos psicopatológicos do § 20 (perturbação psíquica doentia), SASS entende que não faria muito sentido que precisamente os casos medicamente considerados como perturbações da consciência fossem retirados do elemento que se lhes refere no § 20<sup>85</sup>. Sobretudo a presença das perturbações da consciência patogénicas tem a função essencial de dar um padrão pelo qual aferir em que medida as perturbações psicogénicas podem levar à inimputabilidade<sup>86</sup>. E é precisamente aqui que se encontra a diferença fundamental entre SASS e os autores do sector da psicologia forense que defenderam a relevância dos estados passionais: enquanto estes defendem que tais estados devem relevar enquanto variante extrema de um quadro psíquico psicologicamente normal, aquele sustenta que só podem revelar na medida em que possam ser equiparados a estados psíquicos equivalentes de natureza doentia. Nesta medida a sua posição aproxima-se,

---

<sup>80</sup> Cf. SASS, “*Nervenzarzt*” (1983), p. 569. (CURADO NEVES, p. 79)

<sup>81</sup> Cf. SASS, “*Forensia*” (1983), pp. 10-11. (CURADO NEVES, p. 79)

<sup>82</sup> Op. Cit., pp. 10 e 16.

<sup>83</sup> Op. Cit., p. 16.

<sup>84</sup> Cf. SASS, “*Forensia*” (1983), pp. 16-19; “*Nervenzarzt*” 1983, pp. 569-570. (CURADO NEVES, p. 79)

<sup>85</sup> Cf. SASS, “*Forensia*” (1983), pp. 10-11. (CURADO NEVES, p. 79)

<sup>86</sup> Op. Cit., p. 20.



significativamente, da de MENDE, com uma diferença importante: enquanto este último sustenta que, do ponto de vista psiquiátrico, alguns estados passionais extremos podem ser considerados fenómeno doentio, para SASS só a opção do legislador em 1969 justifica reconhecer os estados passionais ao lado de outros estados anómalos como fonte de inimputabilidade. “Esta diferença de pontos de vista é importante para a consideração do artigo 20º do CP, onde não se encontra qualquer referência a perturbações da consciência, mas apenas a anomalias psíquicas”<sup>87</sup>.

A posição de SASS pode ser considerada representativa de grande parte da literatura actual sobre psiquiatria e psicologia forense. A discussão sobre o merecimento da atribuição aos estados passionais de efeito exculpante diminuiu em intensidade. Muitos autores parecem considerar a questão resolvida com a reforma do código penal, e a polémica sobre a natureza e efeitos dos factos passionais ultrapassada. Aqui se parecem incluir, nomeadamente, WEGENER<sup>88</sup>, RODE/LEGNARO<sup>89</sup>, BALJER<sup>90</sup>, NORTHOFF<sup>91</sup>, NEDOPIL<sup>92</sup>.

XII. Todavia, não se deve retirar destas observações a conclusão de que se avizinha algum consenso entre psiquiatras e psicólogos quanto à apreciação dos factos passionais. Por um lado, porque a suposição de que a lei penal consagrou determinada solução não equivale à admissão de que tal solução seja acertada. Por outro lado, porque a subsunção dos estados passionais às perturbações profundas da consciência do § 20 do StGB deixa vários problemas de difícil resolução, designadamente a quase impossibilidade de diagnóstico dos estados emocionais que corresponderiam ao pressuposto naquele preceito. Por último, porque, entretanto, surgiu uma nova corrente no pensamento psiquiátrico que tem origem nos estudos de RASCH sobre a psicodinâmica dos factos passionais.

RASCH encontrou semelhanças, não só no modo de prática dos factos passionais, mas também no modo como o autor passional encara o conflito e reage à sua progressão. Concluiu a partir daí que, se só em casos excepcionais se poderá dizer que o agente foi tomado de modo súbito por uma onda emotiva a que não pôde resistir, em

---

<sup>87</sup> Cit. CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*” (2008), p. 79.

<sup>88</sup> Cf. WEGENER, “*Forensische Psychologie*” (1981), pp. 79 e ss. (CURADO NEVES, p. 80)

<sup>89</sup> Cf. RODE/LEGNARO, “*Psychiatrische*” (1994), p. 87. (CURADO NEVES, p. 80)

<sup>90</sup> Cf. BALJER, “*Psychiatrie*” (1995), pp. 820-821. (CURADO NEVES, p. 80)

<sup>91</sup> Cf. NORTHOFF, “*Rechtspsychologie*” (1996), 8.2.(4)(b). (CURADO NEVES, p. 80)

<sup>92</sup> Cf. NEDOPIL, “*Forensische Psychiatrie*” (2000), pp. 21, 193 e ss. (CURADO NEVES, p. 80)

muitos casos a evolução do estado de espírito do agente tem uma dinâmica comparável ao da progressão de certas anomalias psíquicas. Este entendimento do significado dos factos passionais não suscitou muita atenção na altura, mas encontra cada vez mais adesão na actualidade. Esta adesão não se traduz na formação de uma escola em torno de RASCH, mas num numero cada vez maior de autores que chegam a conclusões muito semelhantes, ainda que partindo de diferentes esquemas de pensamento. Destacam-se aqui WITTER, HANDDENBROCK, JANZARIK, RITZEL, KRÖBER, GLATZEL. Este último, contudo, pretende inserir os estados passionais nas perturbações da consciência. Mas partilha a mesma abordagem psicodinâmica, e a convicção de que o factor determinante na avaliação na inimputabilidade não é a intensidade emocional no momento do facto, mas a influência de uma progressão mental duradoura<sup>93</sup>.

### 3. Crime passional

No direito Brasileiro, LUIZA NAGIB ELUF define o crime passional como “o delito derivado da paixão, é o crime cometido por paixão”<sup>94</sup>. A autora explica que a palavra “paixão” representa algo intenso, perturbador, resultante de sofrimento, de uma grande mágoa, da cólera. Para tal afirmação, ela cita o prolongado martírio de Cristo que é chamado de “paixão de Cristo”.

Segundo LUIZA NAGIB ELUF, o crime passional decorre de uma paixão motivada por ódio, possessividade, ciúme desprezível, vingança, ou por um sentimento de frustração aliado à prepotência, uma mistura de desejo sexual frustrado com rancor. No seu entender o delito passional é de natureza psicológica, uma vez que a paixão desvirtuada transforma a mente humana.

Todavia, o crime passional tem a particularidade de apresentar um vínculo afectivo e sexual entre as partes. Daí se constatar que o crime passional, apesar de derivar da “paixão”, não se confunde com “amor”, pois o que leva à prática de tal acto é uma série de sentimentos negativos, como o ciúme e/ou a vingança.

---

<sup>93</sup> Vide Infra, “**Considerações Finais**”.

<sup>94</sup> LUIZA NAGIB ELUF, “*A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres: de Pontes Visgueiro a Pimenta Neves*”. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 111.



II. Para o ENRICO FERRI<sup>95</sup> existem duas espécies de paixão: as paixões sociais e as paixões anti-sociais. No seu entender, são paixões sociais o amor, a honra, o patriotismo e o afecto materno; por seu turno, são paixões anti-sociais o ódio, a vingança, a cólera, a ferocidade, a cobiça e a inveja. O autor refere também que o crime passionai pode ser motivado quer pela paixão social, quer pela paixão anti-social. Contudo, apenas o crime que tenha por base a paixão social torna a conduta do agente menos exigível, pois o delito, baseado na paixão social, é justificável e, até certo ponto, aceitável. O crime cometido com base na paixão anti-social é repugnado, porém o delito não deixa de ser passionai. O exemplo típico de crime baseado na paixão social é aquele em que o homem prefere ver a mulher que ama e que supostamente também o amava morta, do que não poder tê-la pelo facto de ela o ter trocado por outro. O autor diz que, nesse caso, não houve ferocidade, vingança ou ódio, o motivo foi somente o amor.

Segundo ENRICO FERRI, o homicídio passionai é aquele cometido pela privação dos sentidos e da inteligência, face à paixão. A paixão é uma força incontrolável que leva os indivíduos a cometerem o delito passionai. Contudo, nota-se que tal doutrina define crime passionai, como aquele cometido pela força incontrolável da paixão e, sendo essa social, o acto poderia ser justificado, levando mesmo à exclusão da culpa do agente.

Para EUZEBIO GÓMEZ<sup>96</sup> o delito passionai pode ser examinado sob dois pontos de vista: o primeiro seria o crime passionai como facto jurídico; o segundo seria o mesmo acto como um fenómeno puramente psicológico, independente de toda a aplicação legal, que, segundo o autor, é o que oferece permanência ao estudo de tal matéria. No seu entender, a análise do delito passionai, como facto jurídico, induz a erros, uma vez que a classificação passionai não cabe nos códigos devido à possibilidade da palavra “paixão” ser definida sob várias perspectivas. Todavia, quando se estuda a paixão sob o ponto de vista psicológico, é possível entender as normas de uma legislação penal científica.

O delito passionai deve ser fundado na ciência psicológica pelo facto de ser uma conduta imediata de um resultado emocional psíquico. Trata-se de um delito ligado ao amor e à honra, tendo como causa imediata a exaltação ou a irreflexão. Assim, tal como

---

<sup>95</sup> Cf. ENRICO FERRI, “*O delito passionai na civilização contemporânea*.” Campinas: LZN, 2003, pp. 24 e ss.

<sup>96</sup> Cf. EUZEBIO GÓMEZ, “*Paixão e delito*.”, Buenos Aires: Edições América Latina, s.d., pp. 7-8, 17 e 24.

ENRICO FERRI, também EUZEBIO GÓMEZ defende a teoria de que existem dois tipos de paixão: a paixão social e a paixão anti-social e, segundo este autor, para que o crime seja passional, a paixão que o envolve deve ser social, ou seja, proveniente do amor, da honra, do patriotismo ou do afecto materno. Desta forma, EUZEBIO GÓMEZ entende que uma mãe que mata para roubar, com o intuito de alimentar o seu filho comete um crime passional.

Outra questão defendida por EUZEBIO GÓMEZ é de que a paixão, por si só, não é suficiente para conduzir ao delito. Refere que, por mais impetuosa que seja a paixão, esta não é um factor eficiente de criminalidade. É necessária uma situação provocante que possa despertar no indivíduo a capacidade de cometer o delito. Deste modo, a paixão não é um sentimento nocivo que leva o indivíduo a cometer o crime, uma vez que o mesmo só se verifica se houver um complexo de causas que o provoque, que o instigue. O crime ocorre pelas oportunidades e não pela paixão.

### **3.1. Panorama do crime passional**

I. O crime passional sempre existiu, desde o início da humanidade, principalmente com a formação da sociedade, e sempre existirá, pois não está ligado essencialmente a padrões culturais. Trata-se de uma questão subjectiva que envolve uma paixão, em geral, perturbadora.

O homicídio passional esteve presente em todas as épocas da humanidade, motivado por sentimentos inerentes ao ser humano, sendo que cada um tem uma maneira individualizada de administrar uma perda, uma traição, um estado de ódio, o rancor. Daí a afirmação de que tal crime sempre existirá, pois, os sentimentos de perda, traição, ódio, rancor, ciúmes, sentimentos esses apontados como motivadores do homicídio passional, sempre fizeram e sempre farão parte da natureza humana; alguns com mais, outros com menos intensidade, mas sempre presentes no ser humano e na sociedade.

II. O conceito de crime passional é proveniente do século XIX e exprime a dominação da vontade pelas emoções e o descontrolo da sociabilidade perante impulsos insuperáveis. O crime passional da época romântica assenta na fragilidade humana e na revolta do indivíduo contra a sociedade burguesa, contida e anti-sentimental. Nos

discursos do penalista italiano FERRI abundam as defesas comoventes de assassinos que viveram estados de desespero ou humilhação, vítimas da hipocrisia da sociedade. Se o século XIX foi generoso com o crime passionai, o século XX menosprezou-o. Dada a sua singularidade, não o integrou no pensamento sobre a criminalidade gerada pela estrutura social. A mulher que mata os filhos por não encontrar esperança no futuro ou o homem que mata a mulher e o amante no auge da humilhação masculina cometeriam crimes irrepetíveis. Não seriam perigosos fora da sua história particular e não justificariam a atenção da política criminal. Porém, a visão do criminoso passionai como trágica vítima das suas paixões é algo mítica. A repetição, na sociedade portuguesa, de crimes em família – por ciúme, vingança ou desespero – revela a explosão da pessoa no seu drama existencial.

Contudo, tal como refere MARIA FERNANDA PALMA, esses crimes também mostram processos de degradação psicológica e moral, pelo que nos deparamos com um problema de segurança nas explosões emocionais que levam certas pessoas a disparar sobre vários familiares ou companheiros íntimos. Com efeito, tais comportamentos são o produto de percursos corrosivos em que situações de alcoolismo e consumo de estupefacientes ou problemas de infância e adolescência enfraqueceram o domínio do agente sobre si mesmo.

A legislação penal, por seu turno, não é especialmente benevolente, ao distinguir as situações atenuantes de compreensível emoção violenta dos estados de ira ou cólera, que não merecem atenuação. Assim, na prática, acaba por não ultrapassar a visão do século XIX. Ora, ao contrário do que se possa pensar, o crime passionai representa um problema de segurança que, mais do que qualquer outro, apela a apoios sociais. A pessoa encerrada num processo de degradação carece da solidariedade alheia para dar sentido à sua vida. Dai que FERNANDA PALMA, critique duramente as instituições estatais por não investirem nas ciências humanas como conjunto de saberes prioritários e desperdiçarem meios essenciais de protecção da pessoa. No seu entender, não se dissuade os crimes passionais com mais polícias nem com penas mais graves, pois os seus agentes nada têm a perder com o descontrolo. Assim, a autora defende que o crime passionai deve ser objecto de uma análise psicológica e que a Psicologia Criminal deve dar o seu contributo à política de prevenção criminal<sup>97</sup>.

---

<sup>97</sup> Cf. FERNANDA PALMA, *CM-Crimes passionais* (2008), em <http://www.smmp.pt/?p=604>.

### 3.2. Pontos motivadores do crime passional

#### 3.2.1. Infidelidade

A infidelidade, como ponto motivador do crime passional, está relacionada ao desejo sexual pela mesma pessoa, a longo prazo, que não se mantém e não é fiel. A infidelidade é o critério principal para a prática do crime passional.

É evidente a aversão que a sociedade tem da infidelidade; não pelo que possa vir a significar para o relacionamento a dois, mas sim, em face da repercussão social que atinge a pessoa traída. Aquele que é vítima de infidelidade procura recuperar o reconhecimento social e a auto-estima que julga ter perdido. Diante de uma traição, o homicida passional pratica o crime, não por ser insuportável ver a pessoa amada com outra, mas sim, por medo de ser alvo de difamações populares, principalmente em meios pequenos e rurais.

É importante referir que os indivíduos do sexo masculino são os que mais figuram no pólo activo do homicídio passional; isso é constatado devido a questões culturais, pois, antigamente, a mulher era tida como “coisa do homem”, tratada como propriedade dele, que poderia dispor de seu objecto como melhor lhe aprouvesse. Dessa forma, a sociedade considerava a infidelidade da mulher muito mais grave do que a do homem<sup>98</sup>.

Para o homem, a fidelidade da mulher é um direito dele, do qual depende a sua respeitabilidade no meio social em que vive. O efeito mais grave que uma traição poderia trazer a um homem seria o manchar a sua honra, que, para muitos, ainda hoje, é motivo mais do que suficiente para a prática do crime. Quando o homem tem a sua honra manchada pela traição, ele pretende que a sociedade tome conhecimento que ele se vingou, que a honra foi “lavada” com o sangue da infiel, para que fique demonstrado que sua reputação não foi atingida impunemente e que recuperou o respeito que julgava haver perdido<sup>99</sup>.

---

<sup>98</sup> Cf. JAVIER FERNÁNDEZ MONTALVO, ENRIQUE ECHEBURÚA, “*Hombres condenados por violencia grave contra la pareja: un estudio psicopatológico*”, in “*Análisis y Modificación de Conducta*”, 2005, Vol. 31, n.º 138.

<sup>99</sup> Cf. B. J. SAGARIN, “*Reconsidering Evolved Sex Differences in Jealousy: Comment on Harris (2003)*”, *Personality and Social Psychology Review*, 2005, pp. 62-75.

### 3.2.2. Ciúme

I. Numa perspectiva mais ampla, que remonta há aproximadamente vinte e quatro séculos atrás, Aristóteles<sup>100</sup> definia o ciúme como o desejo de ter o que outra pessoa possui, ou seja, originariamente o ciúme era concebido como uma qualidade boa que se referia ao desejo de imitar uma atitude nobre, característica de outra pessoa. Nesta acepção, o filósofo entendia que o ciúme se tratava de uma nobre inveja. Mais tarde, encontramos nas referências bíblicas ilustrações que denotavam como o ciúme já tinha sido concebido como algo belicoso à boa vivência do amor. Salomão, no seu livro “Cântico dos Cânticos<sup>101</sup>”, acreditava que o amor era forte como a morte e o ciúme, concebido enquanto uma paixão, era cruel como um túmulo.

Treze séculos depois, o autor de epigramas, escritor clássico e moralista francês FRANÇOIS DE LA ROCHEFOUCAULD<sup>102</sup> reconhecia no ciúme uma tendência egocêntrica ao dizer: “há no ciúme mais amor-próprio do que amor”. Este autor ainda identificava o amor como substrato para a génese do ciúme: o ciúme nasce sempre com o amor, mas nem sempre morre com ele. ROCHEFOUCAULD ainda associa o ciúme aos grandes defeitos do Homem: o ciúme é o maior de todos os males.

No século XIX, na Alemanha, o ciúme, era concebido por FREUD como um estado emocional. Segundo FREUD “O ciúme é um daqueles estados emocionais, como o luto, que podem ser descritos como normais”. No texto “*Alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranóia e no homossexualismo*”, o autor faz uma distinção entre três tipos de ciúmes, o competitivo ou normal, o projectado e o delirante. FREUD escreveu sobre a projecção do ciúme que o mesmo deriva tanto nos homens como nas mulheres, da sua própria infidelidade concreta na vida real ou de impulsos no sentido dela que sucumbiram à repressão. É um facto da experiência quotidiana que a fidelidade, especialmente aquela que é exigida pelo matrimónio, só se mantém em face de tentações contínuas. Qualquer pessoa que negue essas tentações sentirá em si própria, uma pressão tão forte que ficará contente ao utilizar um mecanismo inconsciente para mitigar a sua situação. Pode obter esse alívio – *in veritate* a absolvição da sua

---

<sup>100</sup> Cf. Aristóteles, “*Da Alma (De anima)* I.2 (C.H. Gomes trad.)”, 2001, Lisboa: Edições, p. 70.

<sup>101</sup> Esta referência pode ser encontrada em qualquer versão do texto bíblico no livro Cântico dos Cânticos 8, versículo 6.

<sup>102</sup> <http://www.proverbs-citations.com/larochefoucauld.htm>

consciência – a pessoa projecta os seus próprios impulsos na infidelidade do companheiro a quem deve fidelidade<sup>103</sup>.

Assim, para este autor, o ciúme pode estar associado, no próprio ciumento, com as suas próprias infidelidades. Para FREUD é o desejo e a possibilidade virtual de trair o parceiro que engendra em cada parceiro o próprio ciúme.

II. A partir dos de 1977 aumentam na literatura científica, estudos sistemáticos sobre o ciúme e surge o conceito de crime passionai ligado ao mesmo. Assim, o ciúme que dá origem ao crime passionai é o ciúme sexual/possessivo: o sentimento de “posse sexual” está intimamente ligado ao ciúme. Trata-se de um ciúme egoísta, violento, descomedido, desmoralizado. O ciumento possessivo tem as suas atitudes limitadas, uma vez que tem a ideia de que a pessoa amada é um objecto, sobre o qual se tem total poder de posse. Para o ciumento descontrolado, a sua vida reduz-se a inter-relação dele com a pessoa amada; dessa forma, o ciúme incomoda, fere, perturba, humilha quem o sente, tendo como desfecho um enorme desespero que pode levar à prática do crime passionai<sup>104</sup>. O ciumento não se sente somente incapaz de manter o amor e o domínio sobre a pessoa amada, de vencer ou afastar qualquer possível rival como, sobretudo, sente-se ferido ou humilhado no seu próprio amor.

O ciúme desmedido gera a nocividade impulsiva de quem o sente quando se encontra diante de uma situação em que sente a posse da pessoa amada ameaçada de forma que seja capaz de praticar um homicídio passionai. O ciúme possessivo não pode ser confundido com amor, pois trata-se de uma distorção, de uma deformação do amor. Não se pode dizer que não existe ciúme sem amor, contudo o ciúme que leva ao homicídio passionai é possessivo e não afectuoso como o de um amor saudável<sup>105</sup>.

Para LÉON RABINOWCZ<sup>106</sup> o ciúme até pode proceder do amor, mas, de qualquer maneira, o ciumento desmedido sofre; o seu amor destrói-o com uma raiva furiosa. Dentro desta linha de pensamento, ROLAND BARTHES, escritor, sociólogo, crítico literário, semiólogo e filósofo francês, retrata o sofrimento ocasionado pelo

---

<sup>103</sup> Cf. Freud, S. (1976). “Alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranóia e no homossexualismo”. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 18, pp. 271-281). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1922).

<sup>104</sup> Cf. Mathes, E. W. (1991). A cognitive theory of jealousy. In P. Salovey (Ed.), *The psychology of jealousy and envy* (pp. 52-78). New York: Guilford Press.

<sup>105</sup> Cf. LUIZA NAGIB ELUF, “A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres: de Pontes Visgheiro a Pimenta Neves”. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 114.

<sup>106</sup> Cf. LÉON RABINOWICZ. “O crime passionai”. Leme: AEA Edições Jurídicas, 2000, p. 71.

ciúme, ao descrever os seus sentimentos: “Como ciumento, sofro quatro vezes: porque sou ciumento, porque me reprovo em sê-lo, porque temo que o meu ciúme magoe o outro, porque me deixo dominar por uma banalidade. Sofro por ser excluído, por ser agressivo, por ser louco e por ser comum”<sup>107</sup>.

Como se pode constatar, o homem, movido por tais sentimentos, pode, facilmente, vir a cometer um delito motivado única e exclusivamente pelo ciúme que lhe turva o pensamento, levando-o à agressividade.

### **3.2.3. Indiferença**

A indiferença tem relação com o crime passional no que diz respeito à rejeição de uma conquista, ao desinteresse pelo sentimento alheio, à apatia para com quem se quer conquistar. Conforme refere EUZEBIO GÓMEZ, “a indiferença faz do amor um amor contrariado, que tem como consequência o desequilíbrio do rejeitado frente ao desdém da pessoa amada”<sup>108</sup>.

Tratando-se de uma pessoa demasiadamente apaixonada, frente ao “amor contrariado”, torna-se infeliz, humilhada, incapaz; julga ter o seu orgulho ferido, passando a ter uma ideia fixa sobre o direito de conquistar e de ser correspondido. Não compreende que não se pode controlar os sentimentos de uma pessoa, pois na sua mente a pessoa amada não tem o direito de desprezá-la, e por se tratar de um amor tão profundo não pode ser rejeitado. Deste modo, o suposto amor transforma-se em ódio, que não perdoa a indiferença, levando ao sentimento de vingança. A vingança surge como a única solução que o ofendido executa através do crime passional.

Quando o homicídio passional tem a indiferença como motivação, geralmente o agente actua de forma premeditada, na maioria das vezes mata com requintes de crueldade. É interessante observar que, nesses casos, as vítimas são alheias, quase em absoluto, à perturbação do agente passional, pois não lhe deram motivos para tal. Refere a este propósito EUZEBIO GÓMEZ que aqueles que cometem o crime passional motivados pela indiferença são os verdadeiros delinquentes passionais, justamente pelo facto da vítima não ter colaborado, de algum modo, para o desfecho do crime<sup>109</sup>.

---

<sup>107</sup> Cf. LÉON RABINOWICZ. “O crime passional”. Leme: AEA Edições Jurídicas, 2000, p. 73.

<sup>108</sup> Op. Cit. P. 84.

<sup>109</sup> Op. Cit. P. 85.

Há casos de pessoas que, frente à indiferença, ao invés de cometer homicídio passional, cometem suicídio, por ser insuportável viver sem ter o amor da pessoa amada. Também há pessoas que se dedicam à conquista pela mera luxúria, pela vaidade, e não por se dizerem apaixonadas; e, quando se deparam com a indiferença, o enfurecimento pela frustração pode ser de tal forma profundo, que as leva a cometer o delito<sup>110</sup>.

MÁRIO AUGUSTO BUNGE, físico e filósofo argentino, expõe o seu pensamento relativamente à paixão não correspondida com a seguinte frase: “Não há paixão que não se cure com o tempo e com o espaço. Não há homem, sobretudo o jovem, que não seja capaz de amar uma segunda vez. Cabe àquele que sofreu uma indiferença respeitar a posição de quem não se quis envolver, sendo inadmissível a ideia de que, pela rejeição, se tem motivo para matar. E, quanto ao seu sentimento desprezado, o tempo acalma a dor e, provavelmente, providencia alguém que o queira”<sup>111</sup>.

#### 3.2.4. Amor

O amor é um sentimento sublime que não deve trazer destruição, e tem, como principal característica, querer, acima de tudo, o bem da pessoa amada. O amor deve ser fonte de compreensão e ternura e não de morte; trata-se de um sentimento louvável e admirável. Assim, podemos afirmar que nenhum acto desprezível pode ser justificado em nome do amor.

Para LÉON RABINOWCZ<sup>112</sup> é possível dividir o amor em três espécies: amor platónico, amor afectivo e amor sexual, com reflexo na possibilidade do amor ser a causa de um crime passional.

Segundo este autor, o amor platónico é, por vezes, o sentimento profundo de uma timidez exagerada; é uma relação entre a energia sexual e a energia intelectual. É o amor que se satisfaz com o pensar na pessoa amada. Aqueles que o sentem, na sua maioria, não são capazes de praticar um crime passional, por serem doces e românticos. A segunda forma de amor mencionada pelo autor é o amor afectivo, por ele designado de “amor normal”. Trata-se, segundo ele, da forma mais sã de amor, a forma mais feliz. O amor afectivo distingue-se do amor sexual pelo papel que nele desempenha a ternura,

---

<sup>110</sup> Cf. THIAGO DE ALMEIDA, “*Ciúme romântico e infidelidade amorosa*”, 2007, pp. 88-100 e 132 e ss.

<sup>111</sup> Cf. LUIZA NAGIB ELUF, “*A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres: de Pontes Visgueiro a Pimenta Neves*”. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 54.

<sup>112</sup> Op. Cit., pp. 55-60



isto é, o desejo é ponderado pela afeição, que abrange a alma e o corpo. É uma mistura de atracção sexual e amizade. Tal tipo de amor fica submetido à ternura do coração, tornando-se uma forma menos egoísta de amor. Porém, ainda que raramente, o autor refere que o amor-afeição pode, excepcionalmente, originar um crime passional.

Por último, o amor sexual consubstancia a forma mais primitiva e mais natural de amor; é um amor profundamente egoísta. Segundo RABINOWCZ: “É esse o amor que arrasta atrás de si os inumeráveis males e os furores, é ele que alimenta o ódio, o crime”. Nenhum sentimento o envolve, pois não há ternura, consubstanciando-se apenas no desejo carnal. O autor afirma que o amor sexual é o principal responsável pela maioria dos crimes passionais.

### **3.2.5. Paixão**

#### **3.2.5.1. Paixão segundo a Filosofia**

I. O conceito ordinário de paixão, adoptado pelo homem comum, traz consigo uma conotação negativa evidente: associa-se paixão a desequilíbrio, tumulto emocional ou desvios patológicos do sentimento, sendo mesmo frequente ouvir-se frases como “Isto não é amor, é paixão”, ou “Aquele indivíduo está cego de paixão”.

Uma paixão só se torna perigosa a partir do momento em que o indivíduo deixa de a poder comandar e esta passa a governá-lo. Deste modo, o limite natural das paixões é estabelecido, em primeiro lugar, com base na capacidade de controlo; e em segundo lugar, mediante os males que essa perda de controlo possam causar a terceiros ou ao próprio indivíduo<sup>113</sup>.

II. Do ponto de vista filosófico o termo “paixão” possui significados mais amplos e neutros em relação à dicotomia do bem e do mal. No seu significado etimológico, *paixão* contrapõe-se a *acção*. Nesse sentido básico, e hoje em dia em desuso, poder-se-ia dizer que acção e paixão são como duas faces da mesma moeda. Sempre que algo age, alguma outra coisa sofre paixão. Todavia, no caso específico do ser humano, que também age e sofre com a paixão, o conceito de paixão é mais restrito.

---

<sup>113</sup> Cf. AMY SCHMITTER, “17th and 18th Century Theories of Emotions” (2010), in Stanford Encyclopedia of Philosophy, <http://plato.stanford.edu/entries/emotions-17th18th/LD4Malebranche.html>.

Na visão do homem estabelecida pelo espiritualismo, ele é um ser composto por um corpo (matéria) e por uma alma (espírito). Embora remonte à Antiguidade, essa visão dualista tornou-se proeminente na filosofia a partir de René Descartes (1596-1650). Na sua doutrina, o filósofo francês dissociou da alma a função de mantenedora da vida orgânica, tomando-a unicamente como o ser pensante, independente da matéria. O último livro de Descartes publicado durante sua vida trata especificamente das paixões, intitulado-se justamente *As Paixões da Alma* (*Les Passions de l'Âme*, 1649)<sup>114</sup>. Essa obra exerceu uma grande influência no futuro das discussões filosóficas acerca das paixões, sendo apenas rivalizado, no século seguinte, pelas obras do filósofo escocês David Hume (1711-1776), escritas dentro de perspectiva filosófica bastante diversa<sup>115</sup>.

Quando comparado com outros filósofos contemporâneos, Descartes apresenta apenas seis paixões simples, embora tenha construído um complexo conjunto de paixões a partir dessas seis. Hobbes apresentou uma lista de cerca de trinta no *Leviatã* (1651), e mais de vinte e cinco em *The Elements of Law* (ms. 1640). O número de paixões em Espinosa é um pouco mais complicado de determinar, mas o terceiro livro da sua *Ética* (1675) define, pelo menos, quarenta afectos. Locke no seu Livro *Ensaio sobre o Entendimento Humano* (1690) define onze. Finalmente, Hume, no livro dois “Das Paixões” do *Tratado da Natureza Humana* e “Dissertação sobre as Paixões” (1757) descreve dez grandes paixões, a partir das quais se desenvolvem numerosas sub-espécies e adjuntos.

Esta proliferação de listas pode ser, pelo menos, parcialmente explicada pela proliferação de sistemas de classificação. Mais uma vez, a atenção aos princípios de classificação é mais marcada nos teóricos do século XVII, em parte por causa das conexões taxonômicas que eles viram entre o tratamento das paixões e das suas ambições científicas noutras áreas, e em parte por causa dos ataques lançados contra os sistemas de precedentes, nomeadamente por académicos e pensadores. Descartes, criticou especialmente a divisão de S. Tomás de Aquino das paixões em concupiscível e irascível. Contudo, apesar dos esforços dos autores de vanguarda da teoria da paixão, a distinção tomista continuou presente na memória dos primeiros autores da psicologia moderna. Também muitos dos primeiros autores modernos são profundamente

---

<sup>114</sup> Cf. DONALD RUTHERFORD, “Descartes’ ethics” (2008), in Stanford Encyclopedia of Philosophy, <http://plato.stanford.edu/entries/descartes-ethics/>

<sup>115</sup> Cf. RACHEL COHON, “Hume’s Moral Philosophy” (2010), in Stanford Encyclopedia of Philosophy, <http://plato.stanford.edu/entries/hume-moral/>

influenciados pela classificação tomista. Hobbes e Locke, por exemplo, partiram da enumeração de S. Tomás de Aquino de onze paixões, tal como fez Jacques Bossuet em *Traité de la connaissance de Dieu et de soi-même* (1675).

Muitos princípios de classificação anteriormente consagrados perderam claramente importância no início do período moderno. Em particular, a possibilidade de conflito psíquico, especialmente aquela que pode gerar motivos concorrentes para a acção, havia sido um dispositivo comum em teorias antigas e medievais para distinguir entre as paixões, os tipos de paixões e faculdades da alma em geral. Este princípio desempenha algum papel em Descartes na distinção entre os movimentos provenientes do corpo e os originários da alma, e foi implantado de forma esporádica por outros teóricos. Mas tal prática morreu ao longo de dois séculos, porque os teóricos passaram a reconhecer a possibilidade de que uma única fonte ou similar emoção pode produzir movimentos ou tendências conflitantes, tanto no indivíduo como em todas as sociedades. De facto, algumas emoções foram caracterizadas exactamente por conflitos ou turbulências. A descrição que Descartes faz sobre o arrependimento é um bom exemplo. Um caso um pouco mais feliz são as emoções geradas pela tragédia, explicadas pelos filósofos Malebranche e Hume.

Talvez a divisão mais básica em questão seja a avaliação, isto é, se a emoção é boa ou ruim. Os filósofos modernos facilmente entenderam essa divisão de duas maneiras diferentes: uma emoção visa o bem ou o mal como um objecto, ou a emoção em si é afectivamente boa ou ruim, prazerosa ou dolorosa. Muitas teorias modernas distintas subsumiram a primeira na última: tanto as teorias naturalistas de Hobbes e Espinosa, por um lado, como as teorias do senso moral de Hutcheson e Hume, por outro lado, consideram que projectamos o valor do objecto na qualidade afectiva da emoção, embora Hume permita complicações na forma como vivenciamos as valências de uma paixão como pertencente a si mesmo ou a outros, utilizando mecanismos como a simpatia e a comparação. Alguns autores também identificaram as emoções neutras: a "maravilha" é um exemplo comum, que decorre em grande parte de Descartes, embora esteja prevista nos dois tratados de Sir Kenelm Digby (1644).

Alguns filósofos destacaram uma paixão especial, ou grupo de paixões, de maneira a interceptar, modificar e criar as suas próprias taxonomias. É o caso típico da "maravilha" em Descartes, e da "glória" em Hobbes. Malebranche introduziu o amor como um elemento irreduzível existente em cada paixão.

Um dispositivo de organização ainda mais comum foi o de dividir as paixões em simples e complexas. Tal facto não só impôs uma ordem viável sobre as várias paixões já reconhecidas, como também permitiu aos autores incidirem mais sobre os casos mais simples, com a expectativa de que as outras emoções seguiriam as normas estabelecidas para as paixões, seja como compostas, descendentes, ou espécies mais simples das emoções principais. As paixões simples foram organizadas em grupos contrastantes, com base no seu carácter avaliativo. Esquemas deste tipo podem ser encontrados em Descartes, Malebranche, Espinosa, Thomas Wright, e, em menor medida, Hume.

Muitas outras formas de classificação foram intimamente ligadas aos interesses particulares dos autores individuais. Este é particularmente o caso dos autores britânicos do século XVIII que argumentaram contra Hobbes e Mandeville, que a própria possibilidade da moralidade exige que sejamos capazes de emoções verdadeiramente benevolentes. Por esta razão, as distinções entre emoção dirigida e outras emoções auto-dirigidas e entre emoções sociais e anti-sociáveis eram um ponto comum de organização e contenção. Preocupações semelhantes também geraram uma distinção entre afectos idiossincráticos e emoções que poderiam ser cultivadas para serem amplamente partilhadas; em especial, as emoções eram muitas vezes divididas em matéria-prima e imediato, e aquelas que envolvem para um elemento de reflexão. Esta distinção também se estendeu aos filósofos preocupados com o desenvolvimento histórico e social dos seres humanos, como é evidente em muitas obras de Rousseau. Por exemplo, o *Discurso sobre a Origem da Desigualdade* (1755) apresenta uma espécie de história natural para traçar a génese de muitas emoções através de mudanças na estrutura social. Tal ideologia está também presente noutras obras como *Emile* (1762), *La Nouvelle Heloise* (1761), e as *Confissões* (1782). Tais obras tratam o amadurecimento afectivo e de socialização dos indivíduos, bem como a gestão e os efeitos das emoções. Mas para todas as suas preocupações genealógicas, Rousseau, e certamente muitos outros autores do século XVIII, não mostraram grande interesse em taxonomizar as emoções de acordo com sistemas de princípios, como os seus predecessores<sup>116</sup>.

III. A paixão pode, então, definir-se por comparação com os impulsos, isto é, pode-se definir a paixão como um movimento impetuoso da alma que nos conduz ou

---

<sup>116</sup> Cf. AMY SCHMITTER, “17th and 18th Century Theories of Emotions” (2010), in Stanford Encyclopedia of Philosophy, <http://plato.stanford.edu/entries/emotions-17th18th/#ConEarModThePas>

afasta de um objecto, conforme encontramos nele uma fonte de prazer ou de dor. Vê-se, assim, que as paixões não são mais do que impulsos levados ao extremo. Todavia, não devemos reduzir absolutamente a paixão ao impulso. Este resulta imediatamente da natureza, e é inato, como o instinto que ele manifesta, enquanto a paixão é adquirida na proporção em que acrescenta à inclinação de que procede uma intensidade por força da vontade. O impulso é permanente como a própria natureza, enquanto a paixão tem o carácter de uma crise.

As paixões podem ter uma causa fisiológica ou psicológica. Em termos fisiológicos, a paixão, sendo um impulso levado ao extremo, resulta directamente do próprio temperamento. De uma maneira geral, a paixão nasce lentamente, e desenvolve-se com base nas nossas experiências e educação, no entanto, são sempre acompanhadas por causas psicológicas que intervêm em todo o seu desenvolvimento. As causas psicológicas são, por isso, as causas mais importantes, porque a paixão não pode assumir extensão e força a não ser pela cumplicidade, pelo menos tácita, da nossa vontade, que se torna assim a causa principal da paixão.

A paixão, ao mesmo tempo, enfraquece e superexcita a inteligência. Com efeito, a paixão centraliza as actividades da alma sobre o objecto da paixão, e ao mesmo tempo suspende qualquer forma de actividade que não seja exigida pelos fins da paixão. Produz-se, assim, uma espécie de unificação da alma, por empobrecimento. Por outro lado, a inteligência fica exaltada e superexcitada quando se encontra ao serviço dos fins da paixão. O apaixonado realiza muitas vezes prodígios de engenhosidade; o monoideísmo, que constitui a paixão, permite-lhe concentrar a sua atenção num mesmo ponto, com uma perseverança que não recua diante de nenhum obstáculo, e não conhece outro interesse senão o da paixão.

O que se verifica com a inteligência também se aplica à vontade. A paixão pode exaltar a energia da alma: é o caso das paixões nobres. Ela também pode roubar à vontade toda espécie de autonomia, e fazer dela uma verdadeira escrava, disposta a todas as suas fraquezas e por vezes até mesmo ao crime<sup>117</sup>.

### **3.2.5.2. Paixão do ponto de vista da criminalidade**

---

<sup>117</sup> Cf. MARCO AURÉLIO, “*Pensamentos*” (1971), pp. 35 e ss.

A paixão é um sentimento eufórico, agitado, arrebatador; no entanto, há pessoas que, antes de atingirem a estabilidade emocional, perdem a sua individualidade em função do fascínio que o outro exerce sobre eles, passando a ter sentimentos de egoísmo e obsessão.

Os sintomas psíquicos de uma paixão anormal são: a obsessão sobre o ser amado, a ideia fixa de um sentimento, o esquecimento de tudo o que não tenha a ver com a pessoa querida, a angústia e o desespero; e isso pode levar o apaixonado ao desequilíbrio emocional. A paixão passa a ser um estado crónico, que transtorna a mente humana fazendo surgir um sentimento negativo capaz de originar o crime passionai.

A paixão do homicida passionai é uma mistura de sentimentos que o leva à infelicidade; é uma paixão nociva que cria no homem uma segunda natureza, e todas as leis da sua psicologia normal perdem o valor.

MAURICE DE FLEURY<sup>118</sup> diz que a grande paixão é apenas uma intoxicação passionai, como as ocasionadas pela cocaína e pela morfina. Desta forma, é errado afirmar que a paixão é decorrente do amor, ou que paixão e amor se confundem. O que pode ocorrer é a paixão saudável, e depois o estado eufórico, dar origem ao amor.

A paixão é um sentimento de risco, pois a pessoa apaixonada só consegue ser feliz quando atinge o seu objecto ou o mantém. Se for correspondido, esse sentimento pode levar ao transtorno mental pela possessividade que o apaixonado exerce sobre a pessoa. Se não for correspondido, a paixão pode causar imensurável tristeza e desconforto pela rejeição, sendo que ambos os casos podem conduzir à prática de crime passionais.

Convém salientar que o vocábulo “paixão” dá origem ao vocábulo “passionai”, que caracteriza o tipo de crime cometido ou movido pela paixão.

### **3.2.6. Honra**

A honra que envolve o crime passionai sustenta-se no comportamento da pessoa com quem se mantém a relação amorosa e afectiva. A honra, no crime passionai, está relacionada com o reconhecimento social e a auto-estima da pessoa perante a sociedade,

---

<sup>118</sup> Cf. LÉON RABINOWICZ. “O crime passionai”. Leme: AEA Edições Jurídicas, 2000, p. 116.

sendo que, se for manchada, o indivíduo será capaz de cometer um crime passional para “lavar a sua honra com sangue” e não ser motivo de chacotas e “julgamentos” populares.

A maior preocupação dos indivíduos que cometem crime passional motivados pela honra é a de não serem julgados ou condenados pela sociedade. Para eles o temor da sanção legal, qualquer que seja a sua severidade, é infinitamente menor que o da sanção social. Para estes agentes, quem expõe a honra é imanente ao homem, e arrancá-la é o mesmo que matá-lo. Deste modo, ele sente-se no direito de matar por entender estar em legítima defesa.

A preocupação em manter a honra intacta baseia-se no conhecimento, ou não, da traição pela sociedade; provavelmente, se ninguém tomasse conhecimento dessa traição a pessoa não teria capacidade para cometer o crime. Para estes agentes passionais, não faria sentido matar para defender a sua honra se a sociedade não tomasse conhecimento do crime.

Nota-se, nesse tipo de delito, uma presença marcadamente egoísta, pois aqueles que praticam o crime passional fazem-no por conveniências pessoais, por terem a convicção de que, de algum modo, devem satisfazer a opinião alheia<sup>119</sup>.

#### **4. Principais anomalias mentais susceptíveis de aplicação forense**

Nem sempre é fácil prever a perigosidade de uma pessoa e prevenir o risco de agressão, homicídio, ou suicídio. Estes comportamentos tresloucados, que geram situações inesperadas e imprevisíveis, verificam-se, na sua maioria, em pessoas que não se distinguem em nada da população em geral. Normalmente, são cidadãos exemplares, bons pais de família e estão integrados social e profissionalmente. Todavia, vão acumulando ao longo de anos zangas, frustrações e irritações, que geram uma sobrecarga interna que se manifesta na prática de um acto violento tresloucado. É certo que o transporte de fortes pulsões agressivas e sexuais, potencialmente violento, é comum à maioria das pessoas, contudo, apenas algumas perdem o controlo e transpõem a linha que separa os comportamentos permitidos dos não permitidos.

Apesar de não ser possível prever muitos destes actos violentos inesperados, é possível, ainda assim, tentar configurar as personalidades que correm mais o risco de

---

<sup>119</sup> Cf. LUIZA NAGIB ELUF, “*A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres: de Pontes Visgueiro a Pimenta Neves*”. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 178.

perder o controlo e serem violentas, para os outros ou para si próprios. Deste modo, com base nos sistemas internacionais de classificação mais creditados – propostos quer pela OMS<sup>120</sup> na 10ª edição da Classificação Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (ICD-10), quer pela APA<sup>121</sup> na 4ª edição do Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM-IV) –, vamos analisar as principais anomalias mentais susceptíveis de aplicações forenses, e quais as suas consequências ao nível do Direito Penal.

#### **4.1. Síndrome depressiva**

I. A depressão, considerada nas suas diversas formas, representa a causa mais frequente de suicídio. Do ponto de vista médico-legal e da psiquiatria forense existem vários aspectos: suicídio praticado pelo próprio, incitamento ao suicídio, suicídio assistido, responsabilidade médica em situações de risco de suicídio e suicídio consumado.

A depressão tem origem na tristeza, enquanto emoção desagradável desencadeada por uma situação de perda. Como qualquer reacção, a tristeza modula e afecta o modo como as situações quotidianas são experimentadas, contudo, e ao contrário da alegria que é efémera e se dissipa depressa, a tristeza pode estruturar-se na personalidade e perdurar muito para além da duração do acontecimento desencadeante ou da sua gravidade, organizando o quadro clínico da depressão.

A personalidade influencia o modo como as pessoas reagem às perdas: umas irritam-se, ficam ansiosas ou tensas, outras apáticas e alheadas como se desistissem, ou susceptíveis e agressivas, outras ainda passivas, dependentes ou apelativas. Assim, a tristeza surge como uma forma básica de perturbação, em íntima continuidade com o enquadramento ecológico humano e é no cruzamento de factores bio-psico-sócio-culturais que deve ser compreendida e valorizada

A depressão é, por isso, entendida como uma síndrome que pode traduzir múltiplas etiologias, desde um pólo puramente psicológico, de reacção a acontecimentos exteriores, a tristeza anímica, a um pólo biológico em que a tristeza, dita vital, mais referida ao corpo, reflecte qualquer obscura disfunção do sistema nervoso central, ou

---

<sup>120</sup> Organização Mundial de Saúde.

<sup>121</sup> Associação Americana de Psiquiatria.



uma disfunção do humor secundário a patologia somática ou induzida por fármacos, por exemplo<sup>122</sup>.

II. Do ponto de vista psicológico, em especial na perspectiva psicanalítica, a depressão é associada à perda de objecto, isto é, ocorre uma identificação ao objecto perdido e, consequentemente, um direccionamento do ódio para o próprio. FREUD valoriza o mecanismo da introjecção do objecto como mecanismo de defesa do eu que visa preservar o contacto com este objecto: a pessoa adopta um comportamento ou atitudes da pessoa perdida. A depressão melancólica é lida com um movimento regressivo à fase oral dando-se a emergência de típicas pulsões sádicas. Uma fixação nesta fase predispõe à depressão na idade adulta.

Por sua vez, as observações de HARLOW e BOWLBY mostram como a separação da mãe condiciona na criança padrões de respostas emocionais que tendem a fixar-se e a persistir ao longo da vida e que se expressam em coordenações motoras características da espécie (a mímica da tristeza, do choro, o comportamento de desamparo). BOWLBY relacionou a depressão infantil com as vicissitudes do vínculo à mãe: a privação de cuidados maternos conduz à resposta depressiva que traduz um pedido de ajuda e um alerta de um ser totalmente dependente.

A expressão emocional da tristeza ou do desamparo provoca comportamentos complementares nas outras pessoas que reforçam os vínculos dentro do grupo e, pelo suporte que proporcionam, contribuem para limitar os efeitos das respostas de perda. Deste modo, a tristeza possui um suporte constitucional que lhe confere um sentido adaptativo e, também, uma função reguladora na comunicação. A *hipótese da competição social da depressão* defende que o comportamento depressivo seria uma estratégia inconsciente de derrota, segundo a qual fica aceitável para a pessoa evitar os desafios dos adversários remetendo-se para um nível de funcionamento ou de passividade típica de uma posição social inferior.

Os modelos cognitivos da depressão relacionam o humor deprimido com perturbações cognitivas que obliquam a representação que a pessoa faz da realidade e de si própria e que ocorrem de uma forma inesperada. Tais perturbações permaneceriam ocultas, sendo activadas em condições de stress, o que levaria às cognições depressivas e ao humor depressivo. A teoria de BECK foca a imagem negativa que os doentes têm

---

<sup>122</sup> Cf. J. C. DIAS CORDEIRO, “*Psiquiatria Forense*” (2008), pp. 370 e ss.

de si próprios, do seu comportamento nas situações e, também, da ausência de esperança com que olham o futuro – continuação de um passado desvalorizado e de um presente experimentado com sofrimento. A tríade cognitiva depressiva consiste nesta auto-desvalorização, isto é, da sua auto-imagem, das suas capacidades e das suas realizações, na desvalorização do presente e na desvalorização do futuro, experimentado como desesperante. Os autores identificaram erros cognitivos específicos que, em circunstâncias propícias, vulnerabilizam para a depressão. São eles a abstracção selectiva que consiste em conferir muita importância a um insignificante detalhe negativo desconsiderando a globalidade da situação, eventualmente favorável; a sobregeneralização que se traduz na dedução de uma conclusão precipitada na base de um único evento negativo; a maximização ou a minimização de acontecimentos excessivamente valorizados, sempre de uma forma que desfavorece o próprio, isto é exagerar a importância de acontecimentos negativos ou retirar importância a acontecimentos positivos; a inferência arbitrária que se manifesta quando a pessoa retira uma conclusão negativa para si, como consequência da falta de evidência; e a personalização na qual a pessoa atribui a si própria a responsabilidade por acontecimentos negativos cujas causas lhe são totalmente estranhas.

O autor defende que a experiência precoce de perdas ou de carências afectivas ou de rejeição conduzem a uma imagem de si caracterizada pela inadequação e pelo defeito e que essas experiências iniciais são reactivadas automaticamente por situações presentes que se lhes assemelham. Posteriormente, os erros cognitivos descritos ampliam os sentimentos depressivos assim evocados, daí que a baixa auto-estima esteja associada à vulnerabilidade e à depressão.

Numa aproximação cognitiva, baseada na teoria dos modelos mentais de JONHSON-LAIRD, a depressão pode ocorrer quando um papel social ou um objectivo é excessivamente valorizado e dos quais, uma pessoa vulnerável à depressão, seja muito dependente para manter a sua auto-estima, (por ex., o trabalho ou o desporto), sendo relativamente desvalorizadas outras áreas da vida da pessoa. Consequentemente, uma ameaça a esse papel social ou à possibilidade de aquisição desse objectivo deixa a pessoa sem possibilidade de reparar a sua auto-estima e à mercê de aspectos não valorizados da sua personalidade, ficando, deste modo, próximo de se deprimir.

Uma perspectiva cognitiva influente foi o modelo atributivo da depressão, segundo o qual a baixa auto-estima e a vulnerabilidade à depressão se caracterizaria

pela tendência a atribuir as situações desfavoráveis ou incontroláveis a causas internas, tal como de um modo recíproco, a atribuição interna de resultados positivos reforça a auto-estima. Parecida com esta teoria, o modelo do desamparo aprendido, de SELIGMAN, baseia-se num paradigma animal de condicionamento instrumental em que nenhum comportamento do animal de experiência era eficaz em evitar choques eléctricos. Ocorre um comportamento de desistência dos esforços para evitar novos choques. O autor propôs esta resposta aprendida de desamparo como um modelo de depressão. A teoria foi depois reformulada no sentido de valorizar a atribuição pelo próprio de ineficácia aos seus esforços para evitar as situações negativas ou fazer ocorrer situações desejadas, conduzindo à mencionada atitude de desistência, identificada com a depressão. Todavia, alguns estudos, mostraram que o pessimismo dos depressivos, por um lado, não era sempre irrealista e que não só eles distorcem a apreciação do real de modos ilógicos, por outro, estas perturbações cognitivas eram, não a causa mas um sintoma da depressão que desaparecia quando a depressão curava, ficando o seu pensamento indistinguível dos normais. Assim, estes modelos não são causais e as perturbações cognitivas não são características da depressão mas apenas mais intensas na depressão<sup>123</sup>.

Por seu turno, o modelo dos acontecimentos vitais defende que os acontecimentos stressantes têm um papel mediador no aparecimento da depressão. Foi apresentada a ocorrência de um maior número de acontecimentos vitais precedendo um episódio depressivo, tal como precedendo uma crise esquizofrénica, ou outras patologias. Também foi feita alusão ao facto de certos acontecimentos, como a separação conjugal ou situações de conflito com figuras importantes, parecerem, de uma forma mais específica, associar-se ao desencadeador de um episódio depressivo.

BROWN & HARRIS, num estudo de factores psico-sociais da depressão, que realizaram sobre mulheres operárias nos arredores de Londres, realçaram a importância das dificuldades persistentes, como as conjugais ou materiais, no desencadear da depressão cujo efeito se adiciona ao dos acontecimentos vitais e a um factor de vulnerabilidade constituído pela ausência de uma relação de confiança e suporte emocional. A frequência de críticas ao cônjuge era um factor predisponente nas recaídas depressivas deste. Outros factores de vulnerabilidade confirmados em estudos ulteriores eram ter a cargo três ou mais filhos com menos de 14 anos. Esta teoria psico-social da

---

<sup>123</sup> Cit. FÉLIX DA COSTA/ JORGE COLAÇO MALTEZ, *Manual de Psiquiatria Clínica* (2009), p. 564.

depressão realça a importância do papel mediador do suporte social, das relações de intimidade e de confiança na resistência à depressão<sup>124</sup>.

III. Do ponto de vista da Psiquiatria, a perturbação característica da depressão é o humor depressivo que se traduz num sentimento de tristeza monótona que não é provocada por nenhum acontecimento externo de momento. De acordo com a ICD-10, “o indivíduo usualmente sofre de humor deprimido, perda de interesse e prazer e energia reduzida levando a uma fatigabilidade aumentada e actividade diminuída”, sendo estes os sintomas típicos.

Nalgumas depressões graves observa-se uma indiferença afectiva, uma incapacidade de reagir emocionalmente a situações ambientais, por muito agradáveis ou desagradáveis que sejam. O pensamento depressivo concentra-se, marcadamente, em temas pejorativos. Do ponto de vista do conteúdo, o pessimismo caracteriza as condições depressivas, pois a pessoa sente-se desesperada e sem esperança, e não acredita poder melhorar ou que haja qualquer possibilidade de sair do presente sofrimento. A nada é atribuído valor o que leva ao alheamento, ao isolamento social, ao desinteresse pelos objectivos exteriores, à falta de entusiasmo pela vida. Ao sofrimento depressivo associa-se a inquietação, a ansiedade, a falta de paciência para as pequenas contrariedades quotidianas e a irritabilidade nas relações com os outros. À auto-desvalorização associa-se a insegurança, a falta de auto-confiança e um sentimento de incapacidade em controlar a sua vida. Por outro lado, o doente deprimido desvaloriza o seu passado, reelaborando-o de uma forma que minimiza os factos positivos, atribuídos a causas exteriores, enquanto os acontecimentos negativos são muito realçados e dominam a apreciação da sua vida como um completo fracasso. Podem ocorrer ideias de culpa ou de ruína sem fundamento na realidade, ou em pequenas falhas que são exageradamente lembradas e classificadas como imperdoáveis delitos. As expectativas para o futuro são as piores conduzindo a uma atitude de desespero que pode evoluir para o suicídio.

Os sentimentos de tristeza, quando se organiza num quadro depressivo, tende a acompanhar-se de outros sentimentos próximos da vivência do corpo, a falta de vigor e de frescura do corpo, de ímpeto e de bem-estar físico, os quais dão lugar à inércia, à fadiga, ao mal-estar, ao sentimento de estar doente, à inquietação. Existem formas de

---

<sup>124</sup> Cf. FÉLIX DA COSTA/ JORGE COLAÇO MALTEZ, *Manual de Psiquiatria Clínica* (2009), p. 564.

depressão mais ligadas à corporalidade, antes designadas endógenas, em que estes sentimentos corporais dominam o quadro, a chamada tristeza vital, e, também, outras depressões em que a tristeza patológica, que é o sintoma nuclear da depressão, se oculta em manifestações somáticas. Em todas as depressões ocorrem queixas físicas como cefaleias, astenia, obstipação, boca seca, as quais podem servir de núcleo a uma elaboração hipocondríaca. Também a instintividade é afectada proporcionalmente à gravidade da depressão, ocorrendo redução do apetite sexual até à anorgasmia e anorexia que, frequentemente, se traduz em emagrecimento acentuado. Em algumas pessoas tem lugar uma bulimia designadamente para alimentos específicos como doces ou chocolates. Existe uma diminuição da profundidade e do tempo de sono, sendo típica a insónia matinal em que a pessoa desperta após poucas horas para não mais conseguir adormecer. Nas depressões agitadas pode predominar a insónia inicial relacionada com a dificuldade em se descontraír e adormecer. Nalgumas depressões a perturbação da vigiidade pode manter-se por hipersónia, uma acentuada sonolência e prolongamento do tempo total de sono. Nas depressões endógenas estes sintomas biológicos são marcantes e é característico a ocorrência de queixas em certas alturas do ano, na Primavera ou no Outono, bem como de uma variação diurna da intensidade dos sintomas com agravamento matinal e alívio vespertino, ao contrário do que acontece nas depressões reactivas em que a pessoa tende a acordar melhor e a piorar com a acumulação de pequenas contrariedades ao longo do dia.

Do ponto de vista psicomotor o humor depressivo traduz-se na inibição e afecta o comportamento e a aparência da pessoa, tornada descuidada, mal penteada, o vestuário desarranjado, sujo ou negligente. A expressão facial é típica com as commissuras labiais para baixo, o sobrolho carregado e uma característica ruga ao meio, o ómega melancólico. A postura apresenta-se flectida, com os ombros descaídos, a cabeça inclinada para baixo e os movimentos vagarosos. O rendimento cognitivo é globalmente afectado pelo retardamento do raciocínio, pela menor atenção prestada ao ambiente, pela conseqüente menor memorização e é uma queixa valorizada pelo doente. O discurso espontâneo é raro ou inexistente, as respostas resumidas podendo, nas formas mais graves, evoluir para o mutismo, com acinesia e recusa alimentar, realizando o quadro do estupor depressivo.

Nas depressões graves podem aparecer ideias delirantes catatímicas, congruentes com o humor depressivo. Os conteúdos característicos são preocupações fundamentais e

comuns em todas as pessoas – a saúde, a segurança, o bem-estar – elevadas pelo humor depressivo até à ruína, à catástrofe, à doença, à culpa com uma intensidade já distante do real e não susceptível de correcção pela evidência dos factos.

IV. A duração mínima dos sintomas para um diagnóstico confiável é de cerca de duas semanas. Caso o indivíduo apresente mais de um episódio depressivo, de acordo com a ICD-10, é designado de “Transtorno Depressivo Recorrente”. Associação Psiquiátrica Americana elaborou uma classificação própria, a qual é apresentada no seu manual, o DSM-IV. Nesta Classificação, os quadros de doença depressiva mais graves que preencherem determinados critérios e que tiverem mais de duas semanas de evolução são enquadrados na categoria diagnóstica “Depressão Maior” e aqueles, com intensidade mais leve e com tempo de evolução igual ou maior a dois anos, na categoria “Distímia”. Cumpre explicar, também, que tanto na ICD-10, quanto no DSM-IV, consta uma outra entidade nosológica, denominada “Transtorno Bipolar” (trata-se da antiga Psicose Maníaco Depressiva). Somente é dado este diagnóstico para aqueles indivíduos que tenham apresentado, também, episódios de mania<sup>125</sup>.

V. Praticamente não há delinquência nos depressivos, porque não têm iniciativa, hesitam, acusam-se, estão tristes, nada fazem, o que não é propício à prática de crimes. Existe apenas, como já fora referido, o risco frequente de suicídio, mas o suicídio não é um crime, a não ser se assumir a forma de suicídio altruísta. Um depressivo suicida, está possuído de um impulso vital irresistível para se matar e serve-se dos maiores ardis para se suicidar. O risco é tanto maior quanto mais precoce é a depressão, isto é, quanto menos aparente ela é ou então quando já está quase curada. Durante a fase mais intensa da depressão pode existir o mesmo impulso suicida, mas a inibição não deixa tomar a iniciativa do suicídio e o doente limita-se a morrer sem ser capaz de se matar por falta de iniciativa e de energia para realizar a sua intenção. Quando melhoram e são considerados capazes de voltar à vida social, surge o suicídio brusco do depressivo.

A frequência dos suicídios em depressivos baixou verticalmente nos hospitais, mas alguns doentes sobretudo pessoas de idades, e doentes que sofreram de doenças somáticas concomitantes e dificultam ou atrasam a aplicação do tratamento anti-depressivo, ainda podem suicidar-se com o mesmo engenho.

---

<sup>125</sup> Cf. J. C. DIAS CORDEIRO, “*Psiquiatria Forense*” (2008), pp. 355 e ss.

Actualmente, os suicidas mais frequentes são os dos depressivos periódicos leves, muitas vezes de ritmo anual e que conseguem ter vida social e trabalhar apesar da depressão.

Embora todos estes tipos de suicídio sejam conhecidos, o exame cuidadoso da grande maioria dos casos, não prova que tenha havido negligência da parte do médico e seus assistentes e é um risco inerente à doença, impossível de evitar por completo. O suicida depressivo tem, pois, ideias de culpa, de ruína, de miséria, de pessimismo, vê no futuro exclusivamente o desastre, a desgraça, a fatalidade irremediável e para poupar os seus entes mais queridos, é capaz de ter coragem de cometer o suicídio altruísta, para os poupar aos tormentos que antevê no futuro, a série inesgotável de desastres e de tormentos que lhes vão suceder. Sendo um delito de gravidade, é praticado sob o domínio de uma ideia patológica, e não é imputável.

Há doentes que sofrem regularmente de crises depressivas anuais ou bianuais, em geral na primavera ou no Outono e que todos os anos passam pelo mesmo estado, de desgosto, de sofrimento, de desejo de morrer, de desinteresse por tudo, de falta de amor pelos filhos, pelo marido, de desligar por completo do mundo circundante. Esta repetição periódica acaba um dia por leva-los a cometer suicídio, apesar de saberem que há a possibilidade de se tratarem e da cura. Nos últimos anos, graças aos avanços terapêuticos, desenvolveram-se tratamentos de carácter permanente, que evitam a repetição dos acessos e têm a vantagem de ajudar a manter uma mais estreita ligação com o médico, o que reduz, drasticamente o risco de suicídio por partes destes doentes<sup>126</sup>.

#### **4.2. Síndrome maniforme**

I. O doente maníaco não tem consciência do seu estado e, face ao exame objectivo, apresenta a maior parte das vezes um quadro de perfeita saúde física. Muitas vezes, uns dias antes de se instalar a doença, o doente ou os seus familiares podem referir um curto período de ligeira depressão que, gradualmente, muda para uma excitação crescente acompanhada de excesso de actividade e intranquilidade. O doente tem tendência para se levantar cedo, depois de um curto período de sono e começar uma actividade contínua e alegre.

---

<sup>126</sup> Cf. PEDRO POLÓNIO, “*Psiquiatria Forense*” (1975), pp. 442 e ss.

Alude-se, a título de exemplo, à situação da dona de casa – com síndrome maníforme –, que executa a maioria das suas actividades antes do pequeno-almoço, podendo passar o resto do dia a fazer limpezas desnecessárias, vestindo-se com roupas exuberantes, usando cosméticos exageradamente, de maneira anti-estética e deambulando por cafés, ou casas de amigos e conhecidos. Noutra situação característica, o homem de negócios exhibe uma energia excessiva, imagina planos e encara-os com optimismo desprovido de qualquer crítica, assume riscos consideráveis e injustificados; pode mostrar-se arrogante, fanfarrão e irritar-se facilmente quando os outros não concordam com os seus planos; nada é suficientemente rápido para ele, não podendo ninguém comparar-se-lhe em êxito e eficiência, encara o presente e o futuro com auto-confiança radiante, mantém um excelente humor e todas as pequenas coisas podem levá-lo à hilaridade.

O maníaco sente-se outro ser: as suas faculdades ampliam-se, o seu humor transforma-se e ele tem a impressão de que está a ocorrer uma transformação agradável dentro de si. São predominantes os sentimentos de felicidade, de alegria transbordante, bondade, satisfação e entusiasmo; o mundo é considerado pelo maníaco uma sucessão de alegrias repetidas que parecem não terminar; tem a impressão de participar de maneira intensa na vida, sendo agradavelmente excitado pelos movimentos, pelos risos, pelos cantos: o amor, a vida, o sol, a natureza, são coisas magníficas. Considera as suas virtudes brilhantes; detentor de uma bondade e generosidade ilimitada; à sua volta tudo é belo ou vai tornar-se pela sua iniciativa e influência; propõe novas teorias de organização e bem-estar social, nas quais ele é o principal impulsionador.

O maníaco experimenta um sentimento de familiaridade, tratando tudo e todos como parte integrante do seu mundo, não distinguindo os desconhecidos e tratando-os por tu como velhos amigos, sentindo-se sempre adaptado no ambiente que o rodeia. Sente um desejo imperioso de iniciativa, de actividade, tem necessidade de se gastar, de se dar, pode ter sentimentos de domínio, de posse, sendo para ele tudo fácil de conseguir, sentindo-se capaz de tudo, de realizar novos eventos. Para ele não há limites para a descoberta do mundo e tem uma explicação para todos os factos; conhece o passado, o presente e o futuro, não havendo, para ele, mistérios. Todavia, também pode acontecer que o maníaco se detenha, fique voluntariamente silencioso, a fim de simular para os outros as suas perturbações interiores.



A maior parte das vezes o início do quadro clínico é repentino, aparecendo os sintomas em toda a sua intensidade no decurso de poucas horas. Alguns doentes com fases maníacas repetidas apresentam o chamado “sintoma sinal”, isto é, o acesso maníaco inicia-se sempre como o mesmo sintoma, sendo este característico para cada doente. Por outro lado, alguns acessos maníacos podem eclodir após um período prodrómico de alguns sintomas da linha depressiva. Apesar da maior das vezes o início da síndrome seja brusco e sem causa exterior aparente, ele pode, contudo, desencadear-se a seguir a um choque emocional (manias reactivas)<sup>127</sup>.

II. No que respeita ao seu aspecto em geral, o doente apresenta-se radiante, transbordante de felicidade, a mímica irradia alegria, a postura e movimentos são indicadores de absoluta satisfação e segurança. Os doentes com mania ligeira emanam, com frequência, um encanto arrebatador, o que não acontece em estádios mais avançados, em que o doente pode tornar-se irritável e vociferante. Está agitado e pode vestir-se e despir-se incessantemente, exibindo vestuário garrido, extravagante e desordenado. Muito raramente, o doente maníaco pode permanecer em mutismo, apresentando uma mímica fechada, contraída, desconfiada.

Como consequência do estado maníaco, verificam-se varias perturbações na linguagem e pensamento, sendo na síndrome típica de ideias ou pensamentos ideofugitivos, que se manifesta tanto na linguagem falada como na escrita. Caracteriza-se por um curso ziguezagueante, frequentemente divertido, que segue todas as associações e impressões sensoriais causais que lhe oferecem no momento. O fluxo da linguagem é rápido com verborreia e logorreia, variando entre o discurso desordenado e fútil, e o discurso eloquente e lírico.

O doente maníaco dá-nos a impressão de que todos os seus processos psíquicos são acelerados. Assim, verifica-se uma aceleração das representações mentais; a associação de ideias é muito rápida e superficial, e faz-se segundo um modo elementar e dependente de hiper-reactibilidade a todo e qualquer estímulo sensorial perceptivo; a atenção voluntária é impossível; o estado de consciência não está alterado, de modo que a orientação é a maior parte das vezes correcta, embora haja manias associadas a confusão mental.

---

<sup>127</sup> Cf. J. C. DIAS CORDEIRO, “*Psiquiatria Forense*” (2008), pp. 342 e ss.

O humor caracteriza-se por uma alegria transbordante e comunicativa, na qual o maníaco ri espontaneamente e sente-se feliz ao falar com os outros. Todavia, apesar da expansividade eufórica que transmite e da hiper-sintonia, é muito irritável, principalmente quando contrariado, podendo passar à cólera e agressão. Em estádios avançados e agudos de mania, o doente pode apresentar excitação erótica.

Em termos activos, observa-se um desejo e desinibição excessivos, pois o doente move-se incansavelmente, com movimentos são rápidos, mímica e gestos activos, fala e ri muito alto. Dorme pouco, o sono é superficial e, desde que acorda, tem necessidade de empreender novas tarefas que a maior parte das vezes não termina, passando para outras que igualmente não concluirá. Muda constantemente de actividade ao menor estímulo externo, não parando um momento, não parecendo apresentar sinais de fadiga e sendo incapaz de perseverar muito tempo na mesma ocupação.

A imaginação é igualmente exaltada e, por esse facto, pode atingir produções imaginativas pseudo-delirantes: ideias de invenção, de grandeza, nas quais o doente acredita seriamente. Embora na mania ciclotímica não exista delírio propriamente dito, podem ver-se nas manias delirantes ideias deliriformes sobre temas de grandeza, de reivindicação, de perseguição, de ciúme.

O sintoma principal é a insónia que pode ser total. Verifica-se também um emagrecimento acentuado e rápido, e uma aceleração e aumento dos processos vitais<sup>128</sup>.

#### **4.2.1. Tipos de síndromes maniformes**

##### **4.2.1.1. Hipomania**

A hipomania é a forma benigna ou atenuada da excitação maníaca, considerada a mais frequente. Esta perturbação é caracterizada pela elevação leve e persistente do humor, aumento da energia e actividade. Observam-se, frequentemente, sentimentos de marcado bem-estar, eficiência física e mental, sociabilidade aumentada, loquacidade, familiaridade excessiva. Ocorre também um aumento do interesse sexual, diminuição da necessidade de sono, contudo, não numa dimensão que conduza a uma perturbação grave do trabalho ou que induza rejeição social. A uma sociabilidade geralmente

---

<sup>128</sup> Cf. PURIFICAÇÃO HORTA, CARLA ROBERTO, “*Manual de Psiquiatria Clínica*” (2008), pp. 596 e ss.

eufórica, pode coexistir irritabilidade e comportamento grosseiro. Todavia, as perturbações do humor e do comportamento não são acompanhadas por alucinações ou delírios.

A hipomania pode aparecer e manifestar-se por um acesso como a mania típica, transitório e geralmente precedido por um ligeiro estado depressivo, ou pode surgir como acentuação de traços prévios da personalidade. Os instintos estão exaltados, podendo o maníaco ter excessos sexuais que o conduzem algumas vezes a situações delicadas do ponto de vista médico-legal. Tratam-se, geralmente, de pessoas extravagantes, com oscilações do humor que passam facilmente da alegria à tristeza, da irritabilidade à cólera. Não suportam a mais pequena oposição o que torna difícil conviver e trabalhar com elas. Ao mesmo tempo, têm um sentimento e energia incansáveis, de bem-estar, de saúde, de poder e de capacidade que tornam extremamente difícil a intervenção médica<sup>129</sup>.

#### **4.2.1.2. Mania com sintomas psicóticos**

Embora num acesso maníaco seja raro a coexistência do delírio e alucinações, nas manias com sintomas psicóticos podem aparecer experiências delirantes associadas a uma desestruturação profunda da consciência. Os temas do delírio são principalmente de grandeza, de ciúme e, muito raramente, de perseguição. O delírio caracteriza-se, principalmente, pela mobilidade e falta de organização e estruturação dos temas sendo o conteúdo do delírio concordante com a perturbação tímica.

Em termos de Quadro Clínico, para além dos delírios ou alucinações poderão estar presentes excitação, actividade psicomotora excessiva e fuga de ideias, cuja gravidade torna incompreensível ou inacessível um padrão comunicacional normal<sup>130</sup>.

#### **4.2.1.3. Mania sem sintomas psicóticos**

O humor encontra-se desproporcionalmente elevado relativamente às circunstâncias do indivíduo, podendo variar de uma alegria despreocupada a uma excitação de difícil controlo. Esta elevação é acompanhada por um aumento da energia

---

<sup>129</sup> Cf. J. C. DIAS CORDEIRO, “*Psiquiatria Forense*” (2008), p. 347.

<sup>130</sup> Cit. PURIFICAÇÃO HORTA, CARLA ROBERTO, “*Manual de Psiquiatria Clínica*” (2008), p. 603.

que conduz a um estado de hiperactividade com diminuição da necessidade de sono, facúndia aumentada, dificuldade em manter a atenção. Verifica-se também uma elevada auto-estima, com ideias grandiosas, e alguns comportamentos inadequados devido à perda das inibições sociais.

#### **4.2.1.4. Mania sub-aguda ou furor maníaco**

Caracteriza-se pela agitação psico-motora acompanha de turvação da consciência. O doente pode recusar alimentar-se, apresentando sinais orgânicos como desidratação, hipertermia; pode tornar-se violento e perigoso, pelo que é considerada uma situação de urgência psiquiátrica<sup>131</sup>.

#### **4.2.1.5. Estados mistos maníaco-depressivos**

Também designados de transtornos bipolares, caracterizam-se pela ocorrência de sintomas maníacos com sintomas de melancolia, com remissão total dos sintomas nos períodos inter-críticos.

#### **4.2.1.6. Manifestações maniformes nas perturbações esquizofrénicas e esquizo-afectivas**

O diagnóstico diferencial entre uma perturbação esquizo-afectiva e a esquizofrenia é, muitas vezes, difícil, caracterizando-se as primeiras por um início súbito e evoluindo os acessos para a remissão completa dos sintomas nos períodos inter-críticos e sendo, segundo os autores, de melhor prognóstico que a esquizofrenia. O quadro clínico da perturbação esquizo-afectiva apresenta sintomatologia alternadamente da linha esquizofrénica e afectiva (mania e depressão). A realidade e importância deste quadro é reconhecido por ARIETI, FREEMAN, KAPLAN e SADDOCK. “Nestes doentes existem oscilações do humor que variam entre o pólo depressivo e maníaco, assim como também apresentam elementos delirantes e alucinatórios, perturbações do

---

<sup>131</sup> Cf. PURIFICAÇÃO HORTA, CARLA ROBERTO, “Manual de Psiquiatria Clínica” (2008), p. 598.

Eu, acompanhados de desorganização da personalidade e alterações do pensamento e conduta que são tipicamente esquizofrénicas”<sup>132</sup>.

#### **4.2.1.7. Manias crónicas**

Está-se perante um comportamento maníaco crónico quando se verificam vários acessos de crises maníacas seguidas, num pequeno intervalo inter-crítico. Os acessos maníacos descritos classicamente são pouco frequentes, observando-se formas sintomatologicamente mais frustrantes que interrompem a sua evolução espontânea sob o efeito de uma terapêutica neuroléptica precoce, podendo, contudo, reaparecer mais frequentemente.

#### **4.2.1.8. Manias sintomáticas**

Estes tipos de manias são assim designadas porque surgem como uma manifestação da doença orgânica que lhes é subjacente. Deste modo temos: manias na demência senil e pré-senil, manias farmacogénicas, manias pós-traumáticas, manias nas neoplasias, e manias nas síndromes endócrinas.

Nas manias desencadeadas por demência senil ou pré-senil, é devido a perturbações de nutrição da célula nervosa por causa vascular, ou por auto-intoxicação consequente da insuficiência de diversos órgãos, que ocorre em pessoas idosas acessos maníacos, mais ou menos típicos, que evoluem posteriormente para a demência.

Nas manias farmacogénicas, existem vários medicamentos que podem provocar estados de mania e a sua supressão nem sempre é suficiente para atenuar o quadro maníaco. A cortisona, a cicloserina, o álcool, a cocaína, as amfetaminas, o haxixe, podem provocar quadros típicos de mania. Por esse motivo, é importante que no decurso da terapêutica dos estados melancólicos com anti-depressivos, se esteja especialmente atento pois, normalmente, ocorre a clássica inversão do humor depressivo em humor eufórico.

As manias pós-traumáticas verificam-se quando os traumatismos cranianos evoluem para um estado maniforme ou para um estado de demência pós-traumática. Já as manias que se verificam nas neoplasias surgem, principalmente, nos tumores do

---

<sup>132</sup> Cit. J. C. DIAS CORDEIRO, “*Psiquiatria Forense*” (2008), p. 348.

diencéfalo e região hipotalâmica, caracterizando-se, principalmente, pelo humor disfórico onde predomina a agressividade e a cólera.

Finalmente, encontramos numerosos casos de manias que estão ligados a síndromes endócrinas. No hipertireoidismo, nas alterações hipofisárias e supra-renais podem aparecer síndromes maníacas, sendo também frequentes no decurso de tratamentos com corticoesteróides<sup>133</sup>.

#### **4.2.2. Delinquência nas síndromes maniformes**

Contrariamente à depressão, na mania é possível encontrar vários delitos de origem patológica. Os maníacos são hiperactivos, por vezes irritáveis, cheios de sobrevalorização pessoal, não param quietos, mexem em tudo, sabem mais do que todos, têm mil ideias, pisam a risca do bom comportamento e entram em pequenos desmandos, pequenos delitos que nem os levam ao tribunal, mas directamente ao hospital psiquiátrico, tão aparente é a sua excitação e loquacidade doentia. O crime de eleição dos maníacos, segundo PEDRO POLÓNIO<sup>134</sup>, é a burla. Compram sem ter dinheiro, lançam-se em mil negócios, sem conhecimento crítico ou capital e arrastam e convencem os outros, garantindo a fortuna do outro lado da porta.

Muitas vezes, as pessoas sérias a quem compram automóveis, casas, ou barcos, vêem o seu estado doentio e arranjam-se para que não haja prejuízo civil, outros aproveitam e exploram o que podem. Em geral se há queixa é preciso maior cuidado em descobrir se se trata de um maníaco que burlou ou de um maníaco que foi burlado. Porque quando um homem sem escrúpulos encontra quem está pronto a ser levado, e o maníaco com o seu entusiasmo e falta de crítica está nesse estado, é em geral explorado. Muitas vezes as famílias contam que o dinheiro desaparece, como por milagre, sem ninguém saber como. As ideias surgem e são logo postas em execução.

PEDRO POLÓNIO dá como exemplo uma situação causada por um doente seu na qual, o dito maníaco, ao ouvir dizer que havia lobos na Serra da Lousã organizou uma caçada, anunciada nos jornais, com preço de inscrição, à qual aderiram cerca de 200 pessoas. No dia marcado para caçar os lobos da serra não apareceu nenhum lobo, o que levou ao internamento hospitalar do organizador, apesar da sua grande satisfação

---

<sup>133</sup> Cf. PURIFICAÇÃO HORTA, CARLA ROBERTO, “*Manual de Psiquiatria Clínica*” (2008), pp. 600 e ss.

<sup>134</sup> Cf. PEDRO POLÓNIO, “*Psiquiatria Forense*” (1975), pp. 444 e ss.

em ter enganado aquelas pessoas. Todavia, deu trabalho provar a origem doentia do acto e a sua não imputabilidade, porque ele não parecia psicótico e antes muito inteligente, despachado e bem-falante, um verdadeiro burlão.

Várias vezes doentes maníacos fazem-se passar por pessoas célebres, membros de famílias monárquicas, embaixadores, e vão para hotéis, instalam-se nos melhores quartos, fazem as maiores despesas, numa euforia, animação e bem-estar que os faz meio acreditar que as suas fantasias correspondem à realidade. É evidente que há responsabilidade civil, e inimputabilidade pelos delitos, porque o que leva à prática de tal acto é o estado patológico, logo, esse factor determinante, gera apenas responsabilidade civil.

#### **4.3. Síndrome e perturbação delirante**

##### **4.3.1. Síndrome esquizomorfa**

Esta designação, bastante utilizada em psiquiatria clínica, pretende abranger de uma forma genérica as síndromes delirantes, esquizofreniformes e esquizofrénicas propriamente ditas.

##### **4.3.2. Perturbação paranóide da personalidade**

A par da síndrome delirante persecutória, mas com características semelhantes, temos a considerar a perturbação paranóide da personalidade, em que não há verdadeiramente uma ruptura psicótica mas que, nos casos limite, particularmente em resposta a situações de stresse, podem emergir ideias de auto-referência e paranóides sobrevalorizadas e sintomas deliriformes ou delirantes persecutórios vagos, originando problemas de diagnóstico diferencial em particular com a perturbação delirante tipo persecutório, as afecções do humor com sintomas psicóticos e a esquizofrenia paranóide.

A perturbação paranóide da personalidade é característica de pessoas habitualmente hostis, que desconfiam que os outros as vão maltratar e explorar tornando-se por isso bastante discretas, procurando sinais de abuso e a confirmação das suas noções negativas e preconcebidas em relação a pessoas e situações. Estas pessoas são bastante relutantes em confiarem nos outros acusando-os mesmo quando são eles

próprios os culpados (mecanismo de defesa: projecção). São muito ciumentos, questionando injustificadamente, preocupam-se demais, nutrem dúvidas acerca da lealdade e honestidade dos outros e conseguem encontrarm mensagens escondidas nos acontecimentos. Desde KRAEPELIN que se discute a autonomia das paranóias face à esquizofrenia, uma vez que as primeiras podem decorrer com um delírio franco baseado em falsas interpretações à volta de uma ideia sobrevalorizada, sem os outros sintomas que acompanham a esquizofrenia. Segundo o mesmo autor, é comum que estas situações se iniciem por uma reacção paranóide a uma vivência primordial que segue o seu curso independentemente desta vivência. Esse tipo de comportamento suscita novas vivências ameaçadoras a que por sua vez se reage de forma paranóide, num processo do tipo circular<sup>135</sup>. O DSM-IV refere que a característica essencial da perturbação paranóide da personalidade é um padrão de desconfiança e suspeição persistentes em relação aos outros com interpretação malévola das suas motivações, que começa no início da idade adulta e está presente numa variedade de contextos. As pessoas com este tipo de perturbação têm grandes dificuldades em estabelecer relações próximas ou tem frequentemente problemas nesse tipo de relacionamentos e a sua suspeição excessiva e hostilidade reflectem-se em discussões abertas e queixas recorrentes ou num afastamento hostil. São hiper-vigilantes para ameaças potenciais levando-os a agir de forma defensiva, aparentando “frieza” e desprendimento de sentimentos afectuosos, expressando frequentemente uma gama lábil de afectos salientando-se a hostilidade, a inflexibilidade e o sarcasmo. Estes sujeitos têm uma necessidade excessiva de serem auto-suficientes e de um forte sentido de autonomia e de terem um elevado grau de controlo sobre os que o rodeiam. São com frequência rígidos, críticos com os demais, incapazes de colaborar mas extremamente sensíveis à crítica dos outros. Podem ser dadas a litígios, envolvem-se com frequência em disputas legais, podem exhibir fantasias grandiosas pouco realistas ligadas a questões de poder e hierarquia e podem ser vistos como fanáticos que formam cultos fortemente ligados ou grupos com outros com quem compartilham o seu sistema de crenças paranóides. O DSM refere também que particularmente em resposta ao stress, as pessoas com a perturbação paranóide da personalidade podem sofrer episódios psicóticos muito breves, durando de minutos a horas e em algumas circunstâncias esta perturbação pode aparecer como antecedente pré-mórbido de perturbação delirante ou esquizofrenia. As pessoas com esta

---

<sup>135</sup> Cf. XAVIER VIEIRA, “*Manual de Psiquiatria Clínica*” (2009), pp. 611-612.



perturbação podem desenvolver Perturbação Depressiva Major, ter um risco aumentado para Agorafobia e Perturbação Obsessivo-Compulsiva, ocorrendo frequentemente Alcoolismo e Abuso ou Dependência de Substâncias<sup>136</sup>.

#### **4.3.3. Síndrome delirante**

As síndromes delirantes funcionais caracterizam-se pelo surgimento de ideias delirantes não bizarras – de auto-relacionamento e de perseguição, mas também de grandeza, de ciúme, messiânicas, eróticas, somáticas ou outras – habitualmente centradas num só tema, constituindo-se num sistema delirante lúcido e aceitável. As perturbações do pensamento, do afecto e do comportamento são concordantes com o conteúdo do delírio.

O termo actual de síndrome delirante vem substituir com vantagem o anterior de síndrome paranóide, com base no facto de os temas do delírio serem variáveis e não apenas o persecutório como a anterior designação faria supor<sup>137</sup>.

#### **4.3.4. Perturbação delirante**

Segundo o DSM-IV a perturbação delirante caracteriza-se pela presença de ideias persistentes delirantes não bizarras, envolvendo situações que podem ocorrer na vida real, tais como ser seguido, envenenado, infectado, amado à distância, enganado por cônjuge ou amante, ou sofrer de uma doença. Duração de pelo menos um mês. Ausência de sintomas do critério 1 da esquizofrenia em qualquer altura durante o curso da perturbação. Existência eventual de alucinações auditivas e visuais se transitórias e de alucinações tácteis e olfactivas proeminentes se relacionadas especificamente com o tema do delírio. Funcionamento não intensamente alterado e comportamento não obviamente estranho ou bizarro, para além do efeito directo que os delírios e suas ramificações provocam na vida do doente. Se as perturbações do humor ocorrem simultaneamente com os delírios, a sua duração total foi breve em relação à duração dos períodos delirantes. A afecção não é resultado dos efeitos fisiológicos directos de uma

---

<sup>136</sup> Cf. XAVIER VIEIRA, “*Manual de Psiquiatria Clínica*” (2009), pp. 612-613.

<sup>137</sup> Cit. XAVIER VIEIRA, “*Manual de Psiquiatria Clínica*” (2009), p. 613.

substância como, por exemplo, abuso de uma droga, de um medicamento, nem decorre de uma afecção física geral<sup>138</sup>.

Deste modo, a perturbação delirante corresponde a um conjunto heterogêneo de condições cuja característica central é a presença de um ou mais delírios, de onde derivam as alterações do humor congruentes com o sistema delirante, do pensamento e do comportamento. Trata-se de uma entidade clínica muito mais rara do que a esquizofrenia ou os estados do humor, de início habitual na idade adulta média da vida e evolução em regra estável.

As pessoas afectadas com a perturbação delirante raramente procuram ajuda especializada, por sua iniciativa. Só quando o quadro clínico se torna particularmente evidente aos olhos de familiares e amigos é que aceitam ser observados por psiquiatras, mas, ainda assim, mostram alguma resistência. Todavia, a experiência clínica tem demonstrado que a psicoterapia e a medicação anti-psicótica, nos períodos de exacerbação dos delírios, podem ser de grande benefício quando o comportamento do doente se tornou auto-destrutivo ou perigoso, o que permitirá não apenas precisar o diagnóstico, identificando eventuais causas médicas ou neurológicas subjacentes, mas também avaliar a capacidade do doente em controlar os seus impulsos violentos.

O DSM-IV inclui na perturbação delirante cinco subtipos principais com base na temática delirante predominante: erotomania, grandeza, ciúme, persecutório e somático e dois residuais adicionais: misto e não especificado<sup>139</sup>.

#### **4.3.5. Perturbação delirante tipo persecutório**

A perturbação delirante persecutória caracteriza-se fundamentalmente por um delírio sistematizado de perseguição, interpretativo, plausível e coerente (para-lógico), que se desenvolve a partir de uma situação (algumas vezes o foco do delírio foi uma injustiça) ou de uma série de acontecimentos inter-relacionados. Inicia-se, habitualmente, aos 40-50 anos, instala-se insidiosamente e evolui de forma estável e crónica. É um quadro relativamente raro ainda que corresponda ao tipo mais frequente da perturbação delirante.

---

<sup>138</sup> Cf. DSM-IV in <http://allpsych.com/disorders/dsm.html>

<sup>139</sup> Cf. XAVIER VIEIRA, “*Manual de Psiquiatria Clínica*” (2009), p. 615.

O doente com esta afecção, antes designada por paranóia (para = ao lado, noia = compreender), tem a crença que pessoas ou organizações o estão a espiar e a conspirar contra si, empenhadas em prejudicar, envenenar, enlouquecer ou arruinar a sua reputação. Exibe um comportamento violento e recorre habitualmente aos tribunais com o objectivo de reparar as injustiças e prejuízos de que foi alvo (daí o termo clássico de “paranóia querelante”). Todavia, as pessoas com esta perturbação mantêm um bom contacto com a realidade (com excepção do seu sistema delirante) e uma personalidade sem deterioração.

#### **4.3.6. Perturbação delirante tipo grandeza**

É uma entidade clínica composta por delírios de grandeza ou megalómanos cujo tema central consiste em ideias de poder, conhecimento, valor ou, menos frequente, de relacionamento próximo com pessoa importante ou divindade. O doente acredita possuir grande talento, ainda que não reconhecido, crê ter feito descobertas fantásticas para o progresso da humanidade e daí as outras pessoas conspirarem contra si (associação eventual com delírios paranóides)<sup>140</sup>.

#### **4.3.7. Perturbação delirante tipo ciúme**

Trata-se de uma psicose de início agudo e evolução arrastada que se caracteriza pela crença delirante de que a sua companheira lhe é infiel. A perturbação, também conhecida por síndrome de Othello ou paranóia conjugal, é mais comum nos homens do que nas mulheres, sendo habitual que a pessoa afectada colecione indícios que contribuam para a elaboração do seu delírio. Olhares, gestos, atrasos ocasionais, vestuário desarrumado, são coincidências fortuitas prontamente tornadas provas irrefutáveis.

O doente passa a seguir a sua parceira secretamente, restringindo-lhe a sua autonomia, examina os seus objectos pessoais, procura manchas comprometedoras nos lençóis e nas peças de roupa íntima, descobre contradições nas respostas às suas intermináveis confrontações, persegue o seu “rival” e nada o demove das suas suspeitas, apesar da evidência em contrário.

---

<sup>140</sup> Cf. XAVIER VIEIRA, “*Manual de Psiquiatria Clínica*” (2009), p. 616.

Ideias delirantes de ciúme podem ser observadas com maior frequência nos quadros depressivos “major” com características psicóticas, nas esquizofrenias e nas psicoses alcoólicas, mas se ocorrem como tema central isolado, como na presente situação, constituem nestas circunstâncias uma entidade muito mais rara.

A perturbação delirante tipo ciúme é uma afecção potencialmente muito perigosa. Provoca intenso sofrimento a nível conjugal e familiar, sendo acompanhada de ameaças constantes, de violência verbal e física frequente e muitas vezes a sintomatologia só termina com a separação ou, em casos mais extremos, com a morte da esposa ou companheira, o que configura uma situação típica de crime passional.

#### **4.3.8. Perturbação delirante tipo erotomania**

O delírio erotomaníaco, também designado por síndrome de Clérambault (1942) ou psicose passional, consiste na convicção delirante de ser amado por alguém, habitualmente uma personalidade famosa ou de *status* profissional ou social elevado.

O início desta perturbação é, em regra, abrupto e a pessoa afectada – geralmente uma mulher vivendo só, isolada e de nível sócio económico modesto – acredita que o seu “amante”, por ser uma personalidade tão importante e inacessível (estrela de cinema, figura pública, pessoa casada), não lhe pode manifestar explicitamente toda a sua paixão, e, por isso, opta por fazê-lo através de sinais implícitos como olhares especiais, entoação de voz e sorrisos, que são interpretados erroneamente como provas inequívocas da sua paixão.

A partir desse momento, toda a sua vida ideo-afectiva é centrada na sua actividade delirante, que pode ser mantida de forma secreta, porem na maioria das situações o doente procura, incansavelmente, contactar com a pessoa que é objecto do seu delírio através de cartas, telefonemas, telegramas, presentes ou tentativas de aproximação, sendo curioso de assinalar que qualquer manifestação de oposição por parte da vítima não diminui mas antes reforça o sistema delirante, pois os comportamentos de rejeição são interpretados pelo doente como uma comunicação paradoxal cujo significado indicia uma paixão redobrada.

A perturbação delirante erotomaniaca é uma entidade pouco frequente, sendo ainda mais rara nos homens. Nestes casos, os doentes, na tentativa de perseguirem a pessoa que é objecto da sua paixão delirante, provocam frequentemente ofensas e

conflitos com a lei, podendo ocorrer comportamentos violentos contra a vítima ou alguém próximo – como familiares (por exemplo, o marido) ou pretensos rivais – que lhe dificulte a aproximação<sup>141</sup>.

#### **4.3.9. Perturbação delirante tipo somático**

Esta perturbação caracteriza-se pela ideia delirante de que a pessoa sofre de uma doença física geral ou alguma deformidade física (apesar da total evidência em contrário) e/ou de que algumas partes do seu corpo não funcionam.

A perturbação que afecta por igual ambos os sexos é considerada uma condição rara. Antecedentes de traumatismos cranianos e abuso de substâncias são comuns na biografia destas pessoas.

Os conteúdos dos delírios somáticos são os seguintes: infestação por insectos na pele; infecção interna por bactérias, parasitas ou vírus; dismorfofóbicos – crença errónea de que certa parte do corpo é feia ou está deformada, normalmente o nariz ou a mama; odores corporais – o doente tem a convicção de que exala um odor desagradável proveniente da boca, pele, vagina ou intestino grosso.

Ideias delirantes hipocondríacas podem surgir mais habitualmente no decurso da depressão psicótica ou da esquizofrenia. Quando surge como tema central, como na presente situação, o diagnóstico diferencial deverá ser efectuado com a hipocondria, tendo em atenção o grau de convicção do doente sobre a sua pretensa doença, que pode variar entre o simples receio, até à ideia sobrevalorizada e depois o delírio.

A pessoa pode ser sujeita a múltiplas investigações e/ou tratamentos médicos ou intervenções cirúrgicas desnecessárias e inapropriadas, com o objectivo de solucionar o seu hipotético mal. A não resolução do seu problema provoca nos doentes intensos sentimentos de frustração e de desespero, aumentando o risco de auto-agressões e mesmo de suicídio consumado.

#### **4.3.10. Perturbação psicótica partilhada**

É um quadro psicótico composto por ideias delirantes de tipo persecutório ou outras bem sistematizadas, resultante da “contaminação” por um indivíduo delirante

---

<sup>141</sup> Cf. XAVIER VIEIRA, “*Manual de Psiquiatria Clínica*” (2009), p. 617.

(doente primário ou principal) com quem o sujeito privara desde longa data. A ICD-10 utiliza o termo de perturbação delirante induzida para se referir a esta entidade que classicamente foi designada de “folie à deux” por LASÈGUE e FALRET. É uma situação rara, sendo mais habitual a implicação de apenas duas pessoas: a dominante ou “indutora” e a pessoa que partilha a perturbação psicótica, geralmente um indivíduo sem antecedentes psicóticos, sendo habitualmente alguém mais dependente, submisso e isolado socialmente.

A separação dos doentes é o primeiro passo a levar a cabo, que resulta, muitas vezes, na eliminação do sintoma delirante no membro que partilha a perturbação psicótica.

#### **4.4. Esquizofrenias**

##### **4.4.1. Síndrome esquizofrénica – esquizofrenia**

I. Segundo o DSM-IV, a síndrome esquizofrénica e, em última análise, a esquizofrenia, caracterizam-se, essencialmente, pela ocorrência de delírios, alucinações, discurso desorganizado, como por exemplo, incoerência ou descarrilamento, comportamento intensamente desorganizado ou catatónico e sintomas negativos<sup>142</sup>.

EUGÈNE BLEULER, influenciado pelas teorias de FREUD e JUNG, introduziu pela primeira vez a noção de esquizofrenia (que significa etimologicamente “cisão da mente”), caracterizada fundamentalmente pela tríade sintomática: dissociação, autismo e ambivalência. Apesar de se entender que a esquizofrenia não podia ser reduzida apenas a uma perturbação fundamental, os autores da época tentaram classificar a esquizofrenia segundo uma série de sintomas específicos. Assim, ao lado de BLEULER – que considerava como sintomas primários da esquizofrenia, o autismo, a ambivalência, a fragmentação das associações e a perturbação da afetividade –, também KURT SCHNEIDER considerava que se podia classificar uma psicose endógena como pertencente ao grupo da esquizofrenia, se, mediante um corte transversal, se verificasse a existência de sintomas psico-patológicos de 1ª ordem. Para este autor são considerados sintomas psico-patológicos de 1ª ordem: eco de pensamento (audição dos próprios pensamentos), audição de vozes em forma de diálogo (ouvir vozes que falam

---

<sup>142</sup>Cf. DSM-IV in <http://allpsych.com/disorders/dsm.html>

entre si a respeito do doente e/ou acompanham com comentários os seus próprios actos), alucinações e vivências de influenciamento corporal (pensamentos controlados, roubo dos pensamentos e outras), difusão do pensamento e percepção delirante. A presença destes sintomas em plena lucidez significava que a pessoa tinha uma grande probabilidade de vir a sofrer de esquizofrenia<sup>143</sup>.

As afecções esquizofrénicas provocam alterações características do comportamento do pensamento, da afectividade, da percepção, da vontade, do comportamento e das funções motoras. Daí que os critérios de BLEULER e os sintomas ditos de 1ª ordem de SCHNEIDER deram contribuições úteis à compreensão das esquizofrenias. Todavia, a esquizofrenia, à época, abarcava diversos sentidos consoante os países e as escolas. Um bom exemplo de tentativa de uniformização do conceito foi o projecto de diagnóstico Reino Unido/Estados Unidos em que se verificou que o diagnóstico de esquizofrenia era duas vezes mais frequente no grupo americano do que no inglês, devido a diferenças de critério de diagnóstico que têm vindo a ser corrigidas<sup>144</sup>.

Neste contexto a introdução de métodos de entrevista “*standardizados*” como o PSE (“Present State Examination”), o SADS (“Schedule for Affective Disorders and Schizophrenia”), o SCAN (“Schedule for Clinical Assessment in Neuropsychiatry”) e a formulação de diagnósticos empiricamente validados (ditos *operacionais*) tais como: os critérios de SAINT LOUIS de FEIGHNER; os RDC (“Research Diagnostic Criteria”), o DSM-IV e a ICD-10, contribuíram para que a fiabilidade do diagnóstico de esquizofrenia seja mais elevada, proporcionando também a comparação dos estudos dos diversos investigadores e a melhoria da reprodutibilidade dos resultados, o que permitiu uma considerável aproximação na conceptualização do conceito de esquizofrenia. Contudo, e apesar das grandes sistematizações de diagnóstico (WHO, OMS, ICD 10; APA, DSM III, DSM III-R e DSM IV) que reuniram consenso internacional por parte de clínicos e investigadores, a falta de um critério de diagnóstico totalmente seguro para a esquizofrenia leva a que se tenham que ter em conta, para além dos aspectos globais do quadro clínico e da evolução da doença, os antecedentes hereditários e pessoais, a personalidade e o funcionamento psico-socio-educacional prévios e a própria resposta à terapêutica.

---

<sup>143</sup> Cf. J. C. DIAS CORDEIRO, “*Psiquiatria Forense*” (2008), p. 393.

<sup>144</sup> Cf. J. C. DIAS CORDEIRO, “*Psiquiatria Forense*” (2008), p. 383.

II. A esquizofrenia, actualmente, é uma doença heterogénea em termos de sintomatologia, severidade, duração, curso, resposta à terapêutica e, provavelmente, na etiologia, porém, as tentativas para subdividir esta afecção em categorias ou subtipos têm sido inconstantes visto que a grande maioria dos doentes apresentam uma sobreposição das características clínicas dos diferentes subtipos.

Estudos epidemiológicos realizados em diferentes países, utilizando uma metodologia uniformizada e critérios de base comuns para o diagnóstico da esquizofrenia, têm indicado que a incidência anual desta perturbação se situa à volta de 0,2% a 0,4%, e que a prevalência da mesma durante vida do doente é de cerca de 1%, não havendo diferenças significativas em ambos os sexos. Numerosos trabalhos têm demonstrado que a ocorrência da esquizofrenia é maior nas populações de nível sócio-económico mais baixo e, ainda que não haja uma explicação definitiva para este facto, é geralmente aceite que a fragilidade económica e o estrato social desfavorecido se possa ficar a dever a um fenómeno de empobrecimento e queda social das pessoas afectadas pela esquizofrenia<sup>145</sup>.

Para se fazer o diagnóstico de esquizofrenia devem excluir-se os critérios de perturbação esquizo-afectiva ou a perturbação do humor com características psicóticas. Isto é, os episódios de depressão *major*, maníacos ou mistos não ocorrem simultaneamente com os sintomas do período activo da esquizofrenia ou, se ocorrerem, a duração total das perturbações do humor *major* é mais curta do que a duração das fases activa e residual da esquizofrenia. A perturbação não deve resultar dos efeitos fisiológicos directos de uma substância como, por exemplo, abuso de drogas ou fármacos, nem ser devida a uma afecção física geral<sup>146</sup>.

III. A Esquizofrenia manifesta-se, normalmente, na adolescência tardia ou no início da idade adulta, sendo que no caso masculino a idade média de começo da perturbação verifica-se entre os 18 e os 25 anos, e no caso feminino por volta dos 25 a 35 anos. Todavia a doença pode ocorrer em qualquer altura da vida, independentemente do género, sendo rara antes dos 10 anos e depois dos 50 anos.

---

<sup>145</sup> Cf. XAVIER VIERA, “*Manual de Psiquiatria Clínica*” (2009), p. 624.

<sup>146</sup> Cf. XAVIER VIERA, “*Manual de Psiquiatria Clínica*” (2009), pp. 638 e ss.



A esquizofrenia instala-se de forma insidiosa e aguda, sendo habitualmente precedida por uma fase de pródromos que podem ser muito breves (horas ou dias) ou muito longos (meses ou vários anos), verificando-se nestas circunstâncias uma evolução gradual para uma fase de deterioração, sendo o prognóstico muito desfavorável.

Na fase prodrômica o doente pode apresentar sintomatologia não psicótica: ansiosa, depressiva, obsessivo-compulsiva, apresentando quadros neuróticos ou alterações da personalidade. Nestes casos impõe-se um diagnóstico diferencial com as reacções vivenciais da adolescência, as afecções neuróticas e as perturbações da personalidade.

As crises de desenvolvimento dos adolescentes, mais ou menos transitórias, tais como: apatia, tristeza, falta de autoconfiança, apreensão, dificuldades de concentração, instabilidade emocional ou episódios de tipo caracterial (teimosia, insolência, hostilidade, atitudes indisciplinadas, desinteresse escolar ou profissional) são, por vezes, difíceis de distinguir das formas iniciais da esquizofrenia, cujo diagnóstico só poderá ser estabelecido em função da evolução clínica. De igual modo, a perda precoce da capacidade de sintonia, a existência de sentimentos contraditórios, a sensação de mudança do *EU*, o aparecimento de emoções desadequadas e, nas pessoas esquizóides, a brusca acentuação dos traços de personalidade – a que se associam experiências perceptivas pouco comuns, como dificuldades marcadas no relacionamento familiar e social e declínio do funcionamento intelectual – são sinais a favor de esquizofrenia, o que requer uma vigilância cuidada<sup>147</sup>.

#### **4.4.2. Tipos de esquizofrenia**

##### **4.4.2.1. Perturbação esquizóide da personalidade**

A perturbação esquizóide da personalidade inicia-se, em geral, na primeira infância e caracteriza-se por um comportamento persistente de isolamento social, um intenso desconforto nas relações humanas e uma tendência para se ocuparem em actividades solitárias e de cariz preferencialmente intelectual. Mostram grande propensão para a introspecção e para a criação de um mundo de fantasia povoado de relacionamentos íntimos, amizades profundas e experiências vivenciais intensas,

---

<sup>147</sup> Cf. J. C. DIAS CORDEIRO, “*Psiquiatria Forense*” (2008), pp. 382-383.

aspecto que está em clara contradição com o que acontece na vida real, pois para além dos familiares em primeiro grau têm poucas ou nenhuma pessoas amigas ou confidentes.

São pessoas inibidas, hipersensíveis, de humor fechado, aparência fria e excêntrica e forte tendência a reagir passivamente aos acontecimentos da vida, de que mostram pouca modulação afectiva e marcada dificuldade na expressão de sentimentos positivos ou negativos, que preferem actividades profissionais pouco competitivas e que exijam escassos contactos humanos, podendo, nestas circunstâncias, obter sucesso e serem pessoas criativas. Revelam desinteresse e uma deficiente capacidade nas relações interpessoais, aparentando pouco desejo por experiências afectivo-sexuais de que tiram pouco prazer.

Esta perturbação é ligeiramente mais frequente nos homens e pode ter uma prevalência aumentada nos familiares de pessoas com Esquizofrenia ou Perturbação Esquizotípica da Personalidade<sup>148</sup>.

#### **4.4.2.2. Perturbação esquizotípica da personalidade**

As características centrais da perturbação esquizotípica da personalidade são semelhantes às descritas para a personalidade esquizóide (no passado estas afecções eram designadas de esquizofrenia latente ou esquizofrenia “borderline”) no entanto, verifica-se uma deterioração mais marcada nas aptidões sociais e no relacionamento interpessoal e a que se associam comportamentos *peculiares*, tais como: ideação estranha ou pensamento mágico (inconsistentes com as normas culturais e o nível intelectual e emocional da pessoa) como superstições, experiências de clarividência, telepatia, *sexto sentido*; ideias sobrevalorizadas; auto-referência não delirante; experiências perceptivas incomuns com ilusões recorrentes, sensação de presença de uma força invisível ou pessoa ausente e sem carácter alucinatório; pensamento ou discurso bizarro, vago, muito elaborado, metafórico, circunstancial ou estereotipado; ideação paranóide; afecto embotado ou inapropriado; comportamento estranho (por exemplo gesticular, falar para si próprio em público); vestuário peculiar e aparência excêntrica ou bizarra<sup>149</sup>.

---

<sup>148</sup> Cf. DSM-IV in <http://allpsych.com/disorders/dsm.html>

<sup>149</sup> Cit. XAVIER VIERA, “Manual de Psiquiatria Clínica” (2009), p. 628.

Em termos Clínicos costumam considerar-se cinco subtipos principais de esquizofrenia: paranóide, hebefrénico (desorganizado segundo a DSM IV), catatónico, indiferenciado e residual, a que se associa o tipo simples, categoria que não é aceite por todas as classificações. Estas formas designam sobretudo a sintomatologia predominante na altura da avaliação, pois muitos doentes apresentam uma mistura de sintomas dos vários quadros, sendo frequente a passagem de uma forma para outra ao longo da evolução da perturbação. Deste modo, os critérios de diagnóstico propostos pelo DSM IV servem como paradigma básico ao quadro de síndromes da esquizofrenia, sendo certo que a complexidade de cada síndrome justifica uma análise pormenorizada sobre a fenomenologia dessas afecções.

#### **4.4.2.2.1. Esquizofrenia paranóide**

Este subtipo de esquizofrenia é considerado o que apresenta melhor prognóstico em relação ao funcionamento profissional e à capacidade de autonomia do doente, constituindo o modelo mais vulgar da pessoa com esquizofrenia, sendo também considerado como o subtipo mais persistente, homogéneo e estável, com tendência a manter as suas características ao longo de todo o curso.

Inicia-se em regra de modo abrupto ou insidioso nos adultos acima dos 25 anos, e apresenta como primeiros e únicos sintomas uma série de ideias delirantes a que se associam também algumas alucinações. As alterações características do pensamento e da vontade, a desorganização do discurso e do comportamento e o afecto embotado ou inapropriado não são proeminentes.

Nas fases iniciais o doente pode conseguir adaptar-se à vida diária, dissimulando ideias e sentimentos absurdos mas, à medida que a psicose avança, referências e explicações delirantes para o que acontece invadem o *EU*, tornando o quadro clínico evidente, observando-se, contudo, uma relativa preservação do afecto e das funções cognitivas, embora a doença evolua para uma deterioração da personalidade.

Os doentes são reservados, circunspectos, desconfiados e hostis, sentindo-se perplexos e cada vez mais presos nesta malha. Suspeitam que lhes querem fazer mal, auto-relacionam acontecimentos do dia-a-dia como dirigidos para si, tentam defender-se de supostos inimigos e isolam-se progressivamente voltando-se para si próprios. Apresentam tipicamente ideias delirantes de perseguição e de grandeza ou outras

(ciúmes, místicas ou somáticas), acompanhadas de alucinações acústico-verbais (por ex. vozes acusatórias, que lhe dão ordens, comentam a sua vida e entram na intimidade).

São quadros muito produtivos, com fortes sentimentos de passividade, ideias delirantes de influenciamento, roubo e difusão do pensamento, sendo habitual que os delírios, embora fragmentados e bizarros, se organizem à volta de um tema e as alucinações se relacionem com o conteúdo das ideias delirantes, podendo predispor as pessoas afectadas a manifestações de grande conflituosidade, raiva e violência ou a comportamentos auto-agressivos e suicidas<sup>150</sup>.

#### **4.4.2.2.2. Esquizofrenia hebefrénica**

Trata-se de um tipo de Esquizofrenia, mais frequente entre os jovens dos 15 aos 25 anos, que se inicia, em regra, insidiosamente, sob a forma de queixas depressivas (frequentemente como 1º sinal), introversão e ansiedade, mas vivências de estranheza e sentimentos de perplexidade podem também surgir nesta fase.

Estes doentes que têm um historial familiar de alterações psicopatológicas e um funcionamento pré-morbo deficiente, progridem rapidamente para uma grave regressão e desagregação da vida psíquica em que a incoerência ideo-verbal (discurso e pensamento desorganizados) e da vontade constituem, de certo modo, a triologia características desta forma. Os indivíduos exibem uma atitude néscia e pueril com ambivalência afectiva, risos discordantes e parálmias abundantes. Manifestam também uma profunda ruptura no cuidado pessoal e uma intensa perturbação nas áreas instintiva e afectiva, com comportamento marcadamente regredido, desinibido e desorganizado e contacto pobre e inadequado com a realidade e com as outras pessoas, sendo habitual que as atitudes primárias do afecto passem, eventualmente, ao acto.

Este enfraquecimento insidioso da vontade, que se verifica desde o início da doença, bem como as perturbações cognitivas e a acentuação da libido conduzem, nos jovens, a perturbações sérias na esfera sexual e à promiscuidade. Ideias delirantes e actividades alucinatórias são esporádicas, pouco sistematizadas e incoerentes<sup>151</sup>.

#### **4.4.2.2.3. Esquizofrenia catatónica**

---

<sup>150</sup> Cf. DSM-IV in <http://allpsych.com/disorders/dsm.html>

<sup>151</sup> Cf. XAVIER VIERA, “*Manual de Psiquiatria Clínica*” (2009), pp. 630 e ss.

Segundo KENDLER a esquizofrenia catatónica é, comparativamente com outros subtipos, a que tende a apresentar o início mais precoce da doença, o pior funcionamento social e ocupacional e o curso mais crónico<sup>152</sup>. Trata-se, assim, do subtipo menos comum das cinco formas indicadas, pelo menos nos países desenvolvidos e industrializados, ainda que se mantenha frequente noutras populações como as Africanas.

Em termos clínicos a esquizofrenia catatónica manifesta-se por, pelo menos, dois dos seguintes sintomas psicomotores característicos: acinesia (catalepsia ou estupor); agitação extrema; negativismo intenso ou mutismo; peculiaridades dos movimentos voluntários (por exemplo, estereotípias, maneirismos, caretas); ecolália ou ecopraxia, e por perturbações da vontade e da esfera emocional, exigindo-se presença concomitante de sintomas típicos da esquizofrenia.

Sintomas catatónicos isolados não são específicos desta perturbação, aparecendo também noutros subtipos da esquizofrenia, nas perturbações do humor (episódios depressivos *major* ou maníacos); noutras perturbações psicóticas; nas doenças orgânicas cerebrais (por exemplo, tumores do lobo frontal, encefalite letárgica, traumatismo craniano, doença cerebrovascular); nas afecções médicas de causa metabólica (como, por exemplo, cetoacidose diabética, encefalopatia hepática, urémia, hipercalcémia, doença de Wilson, porfíria aguda intermitente) ou serem induzidas por substâncias (por exemplo parkinsonismo iatrogénio de causa neuroléptica) e daí a necessidade da esquizofrenia catatónica ser diagnosticada com cuidado, sobretudo nos casos do primeiro episódio psicótico<sup>153</sup>.

#### **4.4.2.2.4. Esquizofrenia indiferenciada**

Entidade clínica na qual os sintomas específicos da esquizofrenia estão preenchidos mas que não satisfazem os critérios para os tipos paranóide, hebefrénico (desorganizado) ou catatónico. A experiência clínica actual tem demonstrado que as

---

<sup>152</sup> Cf. KENDLER, *et al.*, “Outcome and family study of the subtypes of schizophrenia in the West of Ireland” (1994), in *American Journal of Psychiatry*, 151, pp. 849-856. Citado por J. C. DIAS CORDEIRO in “*Psiquiatria Forense*” (2008), p. 389.

<sup>153</sup> Cf. J. C. DIAS CORDEIRO, “*Psiquiatria Forense*” (2008), p. 389.

formas indiferenciadas e paranóides têm vindo a aumentar sobretudo nos países desenvolvidos<sup>154</sup>.

#### **4.4.2.2.5. Esquizofrenia residual**

Manifesta-se pela existência no quadro clínico actual de sintomas negativos (que são comuns) podendo o doente encontrar-se em remissão da sintomatologia psicótica positiva proeminente – como por exemplo: delírios, alucinações, discurso ou comportamento desorganizado – ou apresentar dois ou mais dos sintomas da esquizofrenia mas de forma atenuada tais como, crenças estranhas, leve afrouxamento da associação das ideias, pensamento ilógico e comportamento estranho<sup>155</sup>.

#### **4.4.2.2.6. Esquizofrenia simples**

Para além das categorias anteriormente apresentadas, temos ainda a considerar o tipo simples, descrito por BLEULER, embora seja discutível a sua existência. Assim o DSM IV apenas a inclui em apêndice, por se encontrar em fase de estudo, e designa-a por perturbação deterioração simples. A ICD 10 considera-a, aconselhando no entanto muita prudência no seu diagnóstico que é praticamente de exclusão.

Trata-se de um tipo de esquizofrenia que se inicia, habitualmente, no fim da adolescência, e que se desenvolve de maneira insidiosa, normalmente, após um breve sobressalto psicótico, sem sintomatologia produtiva, estabelecendo a transição entre a personalidade esquizóide ou a esquizotípica e a esquizofrenia com predomínio de sintomas negativos desde o início. É uma forma semelhante ao tipo residual mas sem a existência prévia de sintomas psicóticos positivos e com uma evolução para uma deterioração funcional grave.

Estes doentes revelam uma total falta de consciência da alteração e desagregação da personalidade, aceitando com a maior naturalidade a ruína familiar, profissional e social das suas vidas. Permanecem isolados, abúlicos e incapazes de tomar decisões, mantendo um contacto social frouxo e um relacionamento superficial com o sexo oposto. Raramente vêm ao médico, deambulam habitualmente pelas ruas, podendo ser

---

<sup>154</sup> Cit. XAVIER VIERA, “*Manual de Psiquiatria Clínica*” (2009), p. 633.

<sup>155</sup> Cit. J. C. DIAS CORDEIRO, “*Psiquiatria Forense*” (2008), p. 390.

*aproveitados* por grupos marginais, cometendo pequenos crimes, burlas, etc. Episódios irracionais de fúria podem surgir, levando-os a executarem crimes extremamente brutais, consumados fria e isoladamente<sup>156</sup>.

#### **4.4.2.3. Perturbação esquizoafectiva**

Deve-se a KASANIN a utilização do termo esquizoafectiva para designar uma perturbação psicótica de início agudo e recuperação breve, caracterizada por sintomas esquizofrénicos e afectivos (do humor) concomitantes.

DIAS CORDEIRO alerta para o facto de este conceito, apesar de impreciso, ter vindo a ser usado de forma excessiva, havendo tendência a incluir nesta categoria, inapropriadamente, os quadros esquizofrénicos associados a sintomas depressivos. A depressão representa uma complicação séria e que ocorre em cerca de metade das pessoas com esquizofrenia, admitindo-se que 10% destes doentes acabem por se suicidar. A importância deste tema levou a ICD 10 a identificar um subtipo de esquizofrenia que designou por depressão pós-esquizofrénica. Deste modo, o diagnóstico da perturbação esquizoafectiva deverá ser limitado aos doentes que preencham os critérios para a esquizofrenia e para a perturbação do humor em simultâneo ou separados de poucos dias<sup>157</sup>.

A questão realmente importante passa por critérios precisos de classificação da doença, ou seja, é necessário saber se esta psicose é ou não um variante da esquizofrenia ou das perturbações afectivas ou se se trata de uma entidade clínica independente e separada da esquizofrenia e das perturbações do humor.

A psicose esquizoafectiva tem um começo mais agudo e uma prevalência mais elevada nas mulheres do que nos homens, admitindo-se que o seu valor global possa ser de 0,5% a 0,8%. É mais comum iniciar-se em pessoas mais idosas do que a esquizofrenia, se bem que o tipo bipolar seja mais comum em adultos jovens do que em adultos mais velhos.

A tendência actual é para considerar a psicose esquizoafectiva como uma entidade geneticamente heterogénea. Assim, os familiares de doentes com perturbações esquizoafectivas de tipo depressivo podem ter um risco mais elevado de desenvolverem

---

<sup>156</sup> Cf. XAVIER VIERA, “*Manual de Psiquiatria Clínica*” (2009), pp. 634-635.

<sup>157</sup> Cf. J. C. DIAS CORDEIRO, “*Psiquiatria Forense*” (2008), p. 391.

esquizofrenia do que de perturbação de humor e que, por outro lado, os familiares de probandos com psicoses esquizoaffectivas tipo bipolar não mostram uma prevalência elevada de esquizofrenia.

Contudo, estes trabalhos não revelam uma prevalência elevada de psicoses esquizoaffectivas nos familiares de doentes com esta perturbação, pondo em causa a hipótese desta afecção ser uma entidade autónoma e independente da esquizofrenia e das perturbações afectivas.

Como grupo, os doentes com perturbações esquizoaffectivas têm um melhor prognóstico do que as pessoas com esquizofrenia e um pior prognóstico do que os indivíduos com perturbações do humor. De uma maneira geral, os doentes com psicose esquizoaffectiva tipo bipolar têm um prognóstico semelhante ao da perturbação bipolar I, enquanto o prognóstico das pessoas afectadas de psicose esquizoaffectiva tipo depressivo se assemelha ao da esquizofrenia<sup>158</sup>.

#### **4.4.3. Delinquência nas esquizofrenias**

Ainda que a grande maioria das pessoas com esquizofrenia não seja violenta nem perigosa e que as relações entre a esquizofrenia, a violência e o crime não sejam totalmente consensuais, admite-se que os esquizofrénicos têm um risco mais elevado para apresentarem comportamentos violentos do que as pessoas sem esta perturbação sendo, no entanto, este risco inferior ao das pessoas com perturbações de personalidade anti-social ou com história de abuso de substâncias.

COID num estudo de gémeos com esquizofrenia, demonstrou uma taxa elevada de criminalidade que ocorreu na sua grande maioria após o início da esquizofrenia e HODGINS verificou nos esquizofrénicos um risco elevado para o crime violento independentemente do sexo, do nível socioeconómico, da situação marital e da associação, ou não, com perturbações da personalidade.

Os actos delituosos que na esquizofrenia podem resultar dos delírios e das alucinações, das dificuldades de personalidade e/ou das incompetências sociais resultantes da própria esquizofrenia, devem ser analisados individualmente, por peritos médicos nomeados pelos tribunais. No caso especial da esquizofrenia paranóide é sobretudo, o delírio e as alucinações que levam à delinquência. Já no caso da

---

<sup>158</sup> Cf. XAVIER VIERA, “*Manual de Psiquiatria Clínica*” (2009), p. 638.



esquizofrenia catatônica as alterações psicomotoras são a principal causa de delinquência. Os sintomas característicos como os maneirismos, os gestos bizarros, as estereotípias – podem estar horas numa posição fixada – não levam à delinquência, contudo a agitação psicomotora destruidora e o chamado rapto catatônico, que se caracteriza pela ocorrência de uma agressão brusca e não motivada, são a principal causa de surgimento de comportamentos delinquentes. PEDRO POLÓNIO descreve como exemplo típico de rapto catatônico, uma situação em que um doente internado após regressar da caça com o tio – seu melhor amigo –, lhe deu, sem qualquer motivo, dois tiros, matando-o. Também SOBRAL CID relata a história de um esquizofrênico catatônico crônico, rico que vivia isolado numa casa de campo com vários criados, sendo a sua paixão a caça. Um dia estando à janela do quarto viu passar dois transeuntes pela estrada diante da janela, pegou na arma e como era bom caçador, deu dois tiros certos e mortais<sup>159</sup>.

Finalmente na esquizofrenia hebefrênica a delinquência consiste na vadiagem. Desinteressados e vazios de afecto os hebefrênicos perdem a ligação humana com o mundo, deixam a casa e o emprego, vagueiam e deambulam sem destino, sem cuidar de si, nem se lavar e mal arranjados<sup>160</sup>.

De uma forma genérica, podemos dizer que nas fases de psicose em actividade, em que os doentes se apresentam muito produtivos, com intensas ideias delirantes de perseguição, megalómanas, místicas (e/ou outras), acompanhadas de alucinações várias e sentimentos de passividade (ideias delirantes de ser comandado por forças externas) e sem controlo sobre a sua vontade, os indivíduos são considerados inimputáveis.

Nos intervalos entre as crises e nos estados crónicos o problema é mais complexo, pois nestas circunstâncias, o perito deverá analisar cuidadosamente, caso a caso, as repercussões que a doença já provocou no indivíduo, nomeadamente, o grau de envolvimento do processo destrutivo, os recursos da personalidade ainda sã e a existência ou não, de actividade produtiva. Nestas situações a imputabilidade é gradativa, havendo sempre atenuação da responsabilidade<sup>161</sup>.

---

<sup>159</sup> SOBRAL CID classificou esta agressão brusca, e não motivada, de rapto catatônico; cf. SOBRAL CID, “*Psicopatologia Criminal*” (1934), citado por PEDRO POLÓNIO in “*Psiquiatria Forense*” (1975), p. 462.

<sup>160</sup> Cf. PEDRO POLÓNIO, “*Psiquiatria Forense*” (1975), pp. 461 e ss.

<sup>161</sup> Cf. J. C. DIAS CORDEIRO, “*Psiquiatria Forense*” (2008), pp. 401-402.

#### 4.5. Psicoses orgânicas e sintomáticas

De uma maneira geral, a psicose orgânica manifesta-se quando lesões adquiridas e de carácter permanente prejudicam a actividade psíquica do doente. Na psiquiatria clássica orgânico era sinónimo de prejuízo permanente e adquirido das faculdades psíquicas. Os progressos da psiquiatria permitem esperar em muitos desses casos uma melhoria, embora persista um défice orgânico. Nos tratados clássicos eram descritas melhorias consideráveis, após um amolecimento cerebral de origem arteriosclerótico e graças aos progressos do tratamento, eles são hoje mais frequentes e pronunciados. A paralisia geral era considerada uma doença cerebral orgânica que levava à demência. O primeiro tratamento eficaz desta doença foi descoberto por WAGNER-JAUREC o que lhe mereceu o prémio Nobel da Medicina, e actualmente, graças aos sucessivos avanços clínicos, foi possível a descoberta de meios mais eficazes no tratamento da doença.

Deste modo, a medicina moderna afirma que um mesmo processo mórbido (ex: infecção sífilítica) se pode manifestar por síndromes diferentes (como a ansiedade, a depressão, a mania, a paranóia, a esquizomorfia, a confusão mental ou a demência) e que, por outro lado, qualquer destas síndromes pode ter causas distintas.

Na sua monografia, VICKERS sugere algumas das características psicopatológicas gerais que poderiam alterar para a identificação de uma etiologia orgânica, quando se estamos perante um dos grandes quadros psiquiátricos. Segundo este autor temos: instalação de sintomas em idades atípicas (ex: um quadro neurótico de início aos 60 anos); ausência de história familiar de patologia psiquiátrica (ex: uma esquizofrenia em família perfeitamente saudável); ausência de patologia psiquiátrica em antecedentes pessoais (ex: início de paranóia grave aos 50 anos, sem traços na personalidade pré-morbida); má resposta à terapêutica (ex: depressão resistente aos 65 anos); sintomatologia mais grave do que seria de esperar (ex: ansiedade extrema e persistente, numa circunstância banal); modificação abrupta da personalidade (ex: impulsividade mantida e não característica do doente); coexistência de patologia somática que habitualmente se associa a patologia psiquiátrica (ex: doença de Crohn); presença de uma perturbação cognitiva em especial envolvendo a memória ou o grau de consciência (ex: *Delirium* ou Quadro Confusional)<sup>162</sup>.

---

<sup>162</sup> Cit. J. C. DIAS CORDEIRO, “*Manual de Psiquiatria Clínica*” (2009), p. 657.

Também se mantêm, embora com algumas reservas, as descrições de certas perturbações do comportamento relacionadas com perturbações neurológicas focais e de que são exemplo a síndrome do Lobo Frontal (associado a uma desinibição acentuada, elação do humor e exacerbação da sexualidade, e descrito nos quadros involutivos por “Moria”) e a síndrome do Lobo Temporal (associado a labilidade emocional, hipermotividade, sentimentos de estranheza, ou a quadros de epilepsia temporal por vezes de difícil diagnóstico diferencial com a esquizofrenia).

#### **4.5.1. Demências**

Em termos clínicos, a Demência existe desde que PINEL usou o termo para descrever a diminuição generalizada das faculdades mentais. ESQUIRINOL descreveu-o depois nos casos senis. A noção de organicidade inerente à demência surge com A. J. BAYLE que descreveu a Paralisia Geral e com J. BAILLARGER que sublinhou a sua natureza evolutiva para a Demência<sup>163</sup>.

A síndrome Demencial caracteriza-se por uma perturbação das funções corticais superiores como a memória, o pensamento, a orientação, a compreensão, o cálculo, a capacidade de aprendizagem, a linguagem, e o julgamento das funções executivas (como planear, organizar, sequenciar e abstrair). A perturbação da memória atinge normalmente a fixação, o armazenamento e a evocação das informações recentes, embora a recordação de experiências antigas seja atingida nas fases mais tardias da doença. A fluência do pensamento torna-se mais lenta e aumenta a dificuldade em seleccionar ou processar estímulos simultâneos ou ainda em manter a atenção concentrada num tópico. A deterioração do controlo emocional, do comportamento social ou da motivação podem associar-se ou preceder a disfunção cognitiva.

Embora o perfil deste decrescimento se manifeste em função das circunstâncias socioculturais em que o doente se encontra, são frequentes as transformações a nível das Actividades de Vida Diária (AVD) como a higiene, o vestir-se, alimentar-se, tomar banho e desenvolver actividades de higiene. São também possíveis atentados ao pudor, de carácter néscio, como por exemplo urinar na via pública, embora discretamente<sup>164</sup>.

---

<sup>163</sup> Cf. J. C. DIAS CORDEIRO, “*Psiquiatria Forense*” (2008), p. 409.

<sup>164</sup> Cf. J. C. DIAS CORDEIRO, “*Manual de Psiquiatria Clínica*” (2009), p. 662.

II. Segundo a ICD-10, só é possível formular o diagnóstico da demência se os sintomas perdurem há pelo menos seis meses e se não se verificar nenhuma perturbação ao nível da lucidez da consciência (como na desorientação ou obnubilação). Neste sistema de classificação admite-se a presença simultânea de demências e quadros como a depressão, alucinações ou ideias delirantes.

As demências têm sido classificadas em primárias ou secundárias, em precoces (antes dos 65) ou tardias, em reversíveis ou irreversíveis e ainda de acordo com a topografia da encefalopatia subjacente em corticais, subcorticais, cortico-subcorticais e multi-focais<sup>165</sup>.

A disfunção das diversas regiões do sistema nervoso central atingidas determina, em grande parte, a sintomatologia clínica. Desta feita, nos quadros Corticais o envolvimento occipital determina dificuldades perceptivas e espaciais, como a dificuldade em reconhecer pessoas e objectos e a desorientação espacial. A perturbação da Fenda de Silvíus à esquerda, determina dificuldades na linguagem, na compreensão do discurso (afasia), do cálculo (acalculia) e na expressão gestual (apraxia gestual). A região parietal superior liga-se à organização dos movimentos e a sua destruição relaciona-se com apraxias motoras (no uso dos membros, face e boca). A região Média, no Hipocampo e Amígdala, correlaciona-se com as perturbações da memória e o Córtex Anterior permite a avaliação e planeamento de tarefas. Os exemplos típicos de encefalopatias corticais são a Alcoólica (límbica e frontal), o Alzheimer (límbica e temporo-parietal) e um grupo de Fronto-parietais não Alzheimer.

No que respeita às encefalopatias Subcorticais, como o Parkinson, a Coreia de Hungtinton e a Paralisia Supra-nuclear Progressiva, surgem essencialmente alterações cinéticas com perseveração do pensamento, mas com baixa expressão nas funções amnésticas, nas alterações da linguagem, nas percepções espaciais ou ainda nos desvios da personalidade.

No caso das encefalopatias Cortico-subcorticais, como as de Corpos de Lewy, verifica-se um predomínio dos quadros confusionais, com alucinações e alterações afaso-apraxo-agnósticas.

Por último, nas encefalopatias Multifocais, como a de Creutzfeldt-Jakob, (variante humana da BSE, encefalopatia espongiiforme bovina), há um processo difuso

---

<sup>165</sup> Cf. J. C. DIAS CORDEIRO, “*Psiquiatria Forense*” (2008), p. 410.

que não respeita estruturas e que ressalta pela grande rapidez com que o quadro evolui depois de instalado<sup>166</sup>.

III. O Diagnóstico Diferencial das Demências faz-se em geral com os quadros de expressões deficitária, como é o caso das Depressões do Delírio; do Atraso mental; e do estado de Défice Cognitivo Ligeiro atribuível ao empobrecimento da estimulação social, à educação e a factores iatrogénicos. O diagnóstico duplo é comum nos quadros confusionais mas pode fazer-se também com outras doenças mentais orgânicas.

Admite-se que cerca de 5% da população está Demenciada aos 65 anos, aceitando-se uma quase duplicação da prevalência por cada corte de 5 anos (seja 10% aos 70 anos, 30% aos 80 anos). Cerca de 2/3 dos casos são imputados à doença de Alzheimer, 1/5 à patologia cardiovascular, 1/5 a quadros mistos e 10% a outras perturbações<sup>167</sup>.

#### **4.5.2. Delinquência nas demências**

I. Segundo PEDRO POLÓNIO, não são muito frequentes as situações de delinquência provocadas por demências. Podem surgir casos esporádicos de pedofilia, ultraje ao pudor e fogos postos, mas a existência de uma perturbação da consciência, juntamente com a desorganização das capacidades mentais, nomeadamente com desorientação temporo-espacial e perturbações sérias da memória, torna o doente inimputável, ou seja, não é possível responsabiliza-lo penalmente pelos actos que por ele foram cometidos ou de prever as suas consequências<sup>168</sup>.

Nos exames Médico-Legais estão em causa a lucidez e as capacidades de entendimento ou de autonomia do doente. É o caso dos demenciados envolvidos em processos de heranças ou abandonados à sua sorte e que não têm capacidade para gerir os seus interesses, ou ainda o casos dos litígios em que frequentemente se envolvem companhias seguradoras a propósito de acidentes e/ou de questões laborais em que se evocam síndromes amnésicos ou défices e perturbações da personalidade pós-concusionais.

---

<sup>166</sup> Cf. J. C. DIAS CORDEIRO, “*Manual de Psiquiatria Clínica*” (2009), p. 663.

<sup>167</sup> Cit. J. C. DIAS CORDEIRO, “*Psiquiatria Forense*” (2008), p. 410.

<sup>168</sup> Cf. PEDRO POLÓNIO, “*Psiquiatria Forense*” (1975), pp. 479 e ss.

II. Nem sempre é possível determinar com exactidão o grau de deterioração e de lucidez do doente, nem prognosticar o grau de remissão. Por esse motivo, nos quadros demenciais e confusionais, depois de avaliada a co-morbilidade somática é feito, habitualmente, um diagnóstico de presunção, com base na experiência do observador e que deverá representar um consenso médico sobre a matéria. Sugere-se habitualmente a realização de eletroencefalografia, ressonância magnética nuclear e testes psicológicos, além de uma rotina de sangue, para o reforço da observação do estado mental, que deve ser feito por médicos experimentados neste domínio.

O comportamento inadequado por parte do doente poderá também obrigar a medidas de contenção imediata, mesmo contra a sua vontade. Neste caso deverá ser solicitado no hospital local uma observação pelo Psiquiatra em serviço de urgência, que depois de comunicar às instâncias adequadas poderá propor o doente, para que se proceda ao seu internamento compulsivo<sup>169</sup>.

#### **4.5.3. Considerações finais**

Face ao que acaba de ser exposto, é fácil concluir que os estados passionais não constam de qualquer das numerosas perturbações classificadas como formas de anomalia psíquica. É certo que podem surgir estados de perturbação emocional intensa no quadro de várias doenças mentais, porém, o estado emocional não surge de *per si*, mas apenas em consequência de uma anomalia psíquica de contornos mais amplos. Isto significa que não existe qualquer perturbação mental que consista, apenas e simplesmente, num estado emocional muito intenso, susceptível de privar o afecto do controlo dos seus actos. Todavia, recorde-se que vários Autores<sup>170</sup> procuram verificar até que ponto se pode falar de anomalia psíquica na prática de factos passionais. Segundo esta nova corrente se, por exemplo, os estados passionais puderem ser equiparados a neuroses, será difícil contestar a presença de alguma forma de distúrbio mental, o que implica colocar a questão da possibilidade de falar a este respeito de anomalia psíquica, na acepção do artigo 20º do CP. Esta questão será retomada quando, na Parte II, se decidir quanto à Imputabilidade dos agentes por força de estados emocionais.

---

<sup>169</sup> Cf. J. C. DIAS CORDEIRO, “*Manual de Psiquiatria Clínica*” (2009), p. 672.

<sup>170</sup> Designadamente, WITTER, HANDDENBROCK, JANZARIK, RITZEL, KRÖBER, e GLATZEL.

## **Parte II: Abordagem jurídica**

## 1. Abordagem jurídica aos crimes passionais

O crime passionais, praticado em estado de intensa agitação emocional, não se encontrando previsto na lei, com designação autónoma e sujeito a tratamento especial. Quando por força de uma paixão incontrolável o agente tira a vida à mulher ou companheira, tal conduta é enquadrada na *ratio* dos artigos 131º e seguintes conforme as situações. Porém, se entendermos que conceito de crime passionais abarca uma série de crimes que têm na sua génese uma emoção intensa, um estado psíquico de excepção, de curta duração, que não é necessariamente dirigido a um objecto exterior, e que é caracterizado pelo modo de surgimento e intensidade de uma série de possíveis sentimentos, como cólera, ódio, pânico ou medo, então não podemos cingir o enquadramento penal do crime passionais apenas aos homicídios. E mesmo dentro dos homicídios, é incorrecto designar, logo à partida, o homicida passionais como um crime hediondo porque estes crimes mostram que os agentes sofrem processos de degradação psicológica e moral, e que apesar de muitas vezes terem alguma consciência da prática dos seus actos, estes agentes vêm no homicídio a única solução para o problema que os afecta<sup>171</sup>. Se associarmos estes estados psicológicos degradantes, a comportamentos nocivos como o consumo excessivo de álcool ou estupefacientes, ou relacionados com problemas de infância e adolescência, estamos perante situações de classificação da conduta do agente mais complexas que levam a questões relacionadas com a própria culpa do agente, no momento específico da prática do crime.

Da mesma forma que para WITTER, o estado de afecto (*Affeckt*) é um sentimento que é provocado por uma situação específica, que se concentra e depois se exterioriza subitamente, mas cujas manifestações externas são de curta duração, o “crime passionais” refere-se à conduta do agente que tem na sua base estímulos tão poderosos que lhe causam um arrebatamento ocasional, repentino, que inibe a reflexão fria e objectiva e a motivação racional<sup>172</sup>. Deste modo, vamos analisar não só os homicídios mas também outros tipos de crimes onde se verifica, normalmente, nos

---

<sup>171</sup> Neste sentido: MARIA FERNANDA PALMA “CM-Crimes passionais” (2008) in <http://www.smmpt.pt/?p=604>; no sentido de que o crime passionais é por si só hediondo: LUIZA NAGIB ELUF, “A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres: de Pontes Visgueiro a Pimenta Neves”. São Paulo: Saraiva, 2002, pp. 23 e ss.

<sup>172</sup> Cf. SOUSA E BRITO, *Direito Penal II* (1988), p. 55.



agentes estados emocionais que lhes turvam ou lhes retiram por completo a análise fria e objecta das suas condutas.

### 1.1. Homicídio privilegiado

A incriminação do homicídio privilegiado, para PINTO DE ALBUQUERQUE, fundamenta-se no estado emotivo ou de afecto em que se encontra o agente, que torna a sua conduta menos exigível e diminui sensivelmente a sua culpa. Portanto, o art. 133.º consagra hipóteses de homicídio privilegiado em função de uma cláusula de exigibilidade diminuída legalmente caracterizada. A compreensível emoção violenta, a compaixão, o desespero ou um motivo de relevante valor social ou moral privilegiam o homicídio, apenas e quando “diminuem sensivelmente” a culpa do agente. Esta diminuição, segundo FIGUEIREDO DIAS, não pode ficar a dever-se nem a uma imputabilidade diminuída, nem a uma diminuída consciência do ilícito, mas unicamente a uma exigibilidade diminuída de comportamento diferente. Do que se trata em último termo é da verificação no agente de um hoje dogmaticamente chamado, em geral, estado de afecto. Estado que pode, naturalmente, ligar-se a uma diminuição da imputabilidade ou da consciência do ilícito, mas que, independentemente de uma tal ligação, opera sobre a culpa ao nível da exigibilidade<sup>173</sup>.

COSTA PINTO<sup>174</sup> e CLÁUDIA CASAL<sup>175</sup> sustentam que a compreensível emoção violenta, a compaixão e o desespero produzem uma imputabilidade diminuída e o motivo de relevante valor social ou moral revela um menor desvalor do ilícito e da culpa. Para FERNANDA PALMA<sup>176</sup> a compreensível emoção violenta, a compaixão e o desespero diminuem a capacidade psicológica do agente e os motivos de relevante valor social ou moral tornam a conduta menos exigível. Já AMADEU FERREIRA<sup>177</sup> considera que a emoção violenta compreensível corresponde a uma imputabilidade

---

<sup>173</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “Comentário Conimbricense ao Código Penal – Parte especial”, Tomo I, p. 47. Também neste sentido, PAULA RIBEIRO DE FARIA, “Comentário Conimbricense ao Código Penal – Parte especial”, Tomo I, p. 256., TERESA SERRA, “Homicídio Qualificado - Tipo de Culpa e Medida da Pena” (2003), p. 19 e 136., TERESA QUINTELA DE BRITO, “Direito Penal – Parte Especial: Lições, Estudos e Casos” (2007), p. 911., e PINTO DE ALBUQUERQUE, “Comentário do Código Penal”, p. 356.

<sup>174</sup> Cf. COSTA PINTO, 1998, p. 279.

<sup>175</sup> Cf. CLÁUDIA CASAL, “Homicídio privilegiado por Compaixão” (2003), p. 230.

<sup>176</sup> Cf. FERNANDA PALMA, “Direito Penal, parte especial. Crimes contra as pessoas” (1983), p. 82.

<sup>177</sup> Cf. AMADEU FERREIRA, “Homicídio privilegiado” (1991), p. 143.

diminuída e a compaixão, o desespero e o motivo de relevante valor social ou moral correspondem a uma exigibilidade diminuída.

Na opinião de SOUSA E BRITO, todas as circunstâncias privilegiadoras do art. 133.º revelam uma imputabilidade diminuída, e que o artigo em si mesmo é uma regra de medida da pena (*Strafzumessungsregel*, na terminologia germânica) em função da culpa, com a importante consequência de que não se aplica a regra do art. 28.º, mas sim a do art. 29.º. O que significa que as circunstâncias qualificativas não são qualidades ou relações especiais do agente que fundamentam a ilicitude material e se comunicam aos participantes. Todavia, não se trata de uma simples regra de medida da pena, manifestando-se a autonomia da qualificação como crime distinto na eficácia exclusiva não só do art. 131.º, como também do art. 132.º, quando se verifique alguma das circunstâncias normalmente agravantes do n.º 2 deste artigo. Como tal, por exemplo, verificados os pressupostos do art. 133.º (compaixão ou desespero), a concomitante premeditação não revela uma especial censurabilidade ou perversidade exigida pelo n.º 1 do art. 132.<sup>178</sup>.

### **1.1.1. Interpretação do art. 133: história do preceito**

O art. 133.º do Código Penal (CP) de 1982 representa um desvio importante do direito anterior e da tradição legislativa correspondente. No código penal de 1852 previa-se, seguindo o modelo do código francês de 1810, uma secção contendo “as causas de atenuação” referidas genericamente aos “crimes de homicídio voluntário, ferimentos e outras ofensas corporais” (art. 370.º a 375.º). Tratava-se, essencialmente, do regime da provocação como circunstância modificativa atenuante. A provocação tem dois elementos: um estado emocional de cólera, dor, excitação ou indignação, e um facto injusto do provocador, que é determinante daquele estado emocional, que a ele se segue mais ou menos imediatamente (“em acto seguido”, art. 39.º). A atenuação qualificativa do artigo 370.º acrescenta um requisito negativo, a ausência de premeditação, e um requisito positivo, que o facto injusto consistisse em pancadas ou outras violências graves, com exclusão de injúrias verbais, difamação ou imputações injuriosas e ameaças não qualificadas como crime no art. 363.º (art. 374.º). Com a

---

<sup>178</sup> Cit. SOUSA E BRITO, “Colectânea de Textos de Parte Especial do Direito Penal – *Um caso de Homicídio Privilegiado*”, AAFDL, Lisboa, (2008), pp. 11 e 12.

reforma Penal de 1884, a ofensa directa à honra passou a ser considerada como violência grave (circunstancia 4.<sup>a</sup> do art. 39.º).

O Código de 1982 seguiu uma orientação radicalmente diferente. Não se regula genericamente a provocação, mas cria-se um tipo de crime, o homicídio privilegiado (art. 133.º), em que o fundamento da atenuação não é a provocação, mas um intenso estado emocional que tanto pode ser causado por provocação, como por qualquer outro facto, mesmo lícito.

O modelo seguido foi o do Projecto de Código Penal alemão de 1962, que por sua vez se inspirou no Código Penal suíço. O código suíço regula em primeiro lugar no art. 111.º o homicídio doloso simples (*meurtre*), depois no art. 112.º o homicídio qualificado (“em circunstancias ou com uma premeditação que revelam que o individuo é particularmente perverso ou perigoso”) e nos artigos 113.º a 116.º varias formas atenuantes ou privilegiadas do homicídio doloso - passional (art. 113.º), a pedido da vitima (art. 114.º), incitamento e ajuda ao suicídio (art. 115.º), o infanticídio (art. 116.º)<sup>179</sup>.

Há que destacar, em especial, o homicídio passional (*Totchlag*) do art. 113.º, nos termos do qual “se o delinquente matou estando dominado por uma emoção violenta<sup>180</sup> e que as circunstancias tornavam desculpável, será punido com reclusão até 10 anos ou com prisão de um a cinco anos”.

O projecto alemão de 1962 segue o código suíço enquanto começa por descrever o tipo fundamental do homicídio doloso, a que chama *Totchlag*, seguindo-se dois crimes privilegiados como formas atenuadas de *Totchlag* e que têm a seguinte redacção: “Quem matar outrem será punido com prisão maior (*Zuchthaus*) de não menos de cinco anos. Se o agente é levado a agir em compreensível emoção violenta a pena é de prisão maior até 10 anos, (ou) em casos menos graves, prisão de um a cinco anos. Se a compaixão, o desespero ou outros motivos, que determinem o agente a agir, diminuem substancialmente a sua culpa, a pena é prisão de não menos de um ano. A tentativa é punível”.

O texto português foi também directamente influenciado pelos trabalhos preparatórios do projecto alemão, em particular pela discussão transcrita no vol. 7 das Actas, donde resulta, por um lado, a evidente semelhança entre o art. 139.º do

---

<sup>179</sup> Op. cit., p. 13.

<sup>180</sup> Em francês: “lors qu’il était en proie à une émotion violente”; em italiano: “cedendo ad una violenta commozione dell’animo”.

Anteprojecto Eduardo Correia (correspondente à primeira parte do art. 133.º) e a alternativa sugerida por GALLAS e por SCHAFHEUTLE e preferida pela totalidade dos professores de Direito Penal presentes na reunião da Comissão alemã (JESHECK, WELZEL, GALLAS, BOCKELMANN, LANGE, EBERHARD, SCHMIDT), segundo a qual: “Quem, em compreensível emoção violenta, que diminui substancialmente a sua culpa, é levado a matar outrem, será punido com prisão de não menos de um ano”; por outro lado, o Anteprojecto Eduardo Correia, no art. 140.º, retém a qualificação genérica dos motivos que privilegiam o homicídio como motivos “de relevante valor” (*ansich achtenswert*), fórmula que caracterizava o estado da redacção final por ter prevalecido a crítica de Lange, segundo o qual as palavras citadas deveriam ser eliminadas por repetirem o que já é dito pela exigência de motivos que diminuam substancialmente a culpa, uma vez que estes, para diminuïrem a censurabilidade, já terão de ser de relevante valor<sup>181</sup>.

São estas as fontes dos arts. 139.º e 140.º do Anteprojecto Eduardo Correia<sup>182</sup>.

A Comissão revisora aprovou os dois artigos por unanimidade, com leves alterações formais: “é levado” foi substituído por “for levado” e, no art. 139.º, “e que diminui” foi substituído por “que diminua”.

Por último, no art. 136.º da proposta de lei de 11 de Julho de 1979 (Código Penal – Parte Especial), encontramos o texto do art. 133.º do Código actual. A história do preceito sugere que se trata de uma junção dos dois artigos anteriores, resultante da uniformização das respectivas medidas penais, já muito próximas, sem alterar os grupos de casos e a teologia própria de cada artigo. Como tal, a oração relativa final “que diminua sensivelmente a sua culpa” refere-se às duas partes da frase “dominado por compreensível emoção violenta” e “por compaixão, desespero ou outro motivo, de relevante valor social e moral”, e não apenas ao “outro motivo”, como no anterior art. 140.º. A alternativa “outro motivo de relevante valor social e moral” abrange apenas os motivos de compaixão e desespero que se seguem à disjunção básica “ou por”; e,

---

<sup>181</sup> Op. cit., p. 14.

<sup>182</sup> Art. 139.º (homicídio privilegiado por provocação): Quem, dominado por compreensível emoção violenta e que diminui sensivelmente a culpa, é levado a matar outrem, será punido com prisão de seis meses a cinco anos.

Art. 140.º (homicídio privilegiado): Quem, por compaixão, desespero ou outro motivo de relevante valor social ou moral, que diminua sensivelmente a sua culpa, é levado a matar outrem, será punido com prisão de um a cinco anos.

finalmente, “dominado” refere-se somente à emoção violenta e não aos motivos seguintes à disjunção<sup>183</sup>.

### 1.1.2. Elementos do crime simples

O homicídio privilegiado tem, antes de mais, os elementos do homicídio simples (art. 131.º). Assim, o tipo de ilícito objectivo constante do art. 131.º basta para concretizar o conteúdo essencial do ilícito de todos os crimes contra a vida, sendo exactamente o mesmo em qualquer deles, o bem jurídico protegido: a vida de outra pessoa. É a partir deste tipo legal fundamental que a lei edifica os restantes tipos de crimes contra a vida, ora qualificando-o (homicídio qualificado, art. 132.º), ora privilegiando-o (homicídio privilegiado, homicídio a pedido da vítima e infanticídio, arts. 133.º, 134.º e 136.º), ora especializando as formas de ataque ao bem jurídico (incitamento ou ajuda ao suicídio, exposição ou abandono e propaganda ao suicídio, arts. 135.º, 138.º e 139.º) ou o tipo subjectivo de ilícito e o tipo de culpa congruente (homicídio por negligência, art. 137.º)<sup>184</sup>.

O tipo objectivo de ilícito do homicídio realiza-se com a morte de outra pessoa, isto é, com o causar a morte de pessoa diferente do agente. Assim, tem de se estabelecer o indispensável nexo de imputação objectiva do resultado à conduta, com absoluta irrelevância dos meios e dos modos<sup>185</sup> através dos quais a morte é provocada: directa ou indirectamente, por conduta activa ou omissiva, sejam utilizados meios físicos ou psíquicos, resulte aquela do encurtamento do período de vida de uma pessoa sã ou do apressamento do momento da morte de um moribundo, ocorra ela imediatamente ou após um período longo relativamente à acção ou omissão<sup>186</sup>.

Relativamente ao tipo subjectivo de ilícito do homicídio, previsto no art. 131.º, exige-se o dolo em qualquer das suas formas contempladas no art. 14.º: directo, necessário ou eventual. Trata-se por isso de um tipo, em relação ao qual, se verifica aquilo que a doutrina chama de total congruência entre a sua parte objectiva e a parte subjectiva. Importa, contudo, realçar que (por este ser um campo em que situações desta

---

<sup>183</sup> Op. cit., p. 15.

<sup>184</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “*Comentário Coninbricense ao Código Penal*” (1999), p. 3.

<sup>185</sup> Ressalva-se, contudo, a situação da Eutanásia: FIGUEIREDO DIAS, op. cit., pp. 11-15.

<sup>186</sup> Sem prejuízo de deverem considerar-se as dificuldades que, no plano da prática e, especificamente, do processo penal podem ser suscitadas pelo factor “tempo” relativamente à verificação do resultado. Cf. MUNOZ CONDE, p. 33 e ss., e também FIGUEIREDO DIAS, op. cit., p. 16.

ordem são frequentes), para se verificar dolo eventual relativamente a condutas objectivamente e mesmo extremamente perigosas, não basta que o agente preveja o perigo de resultado e se conforme com ele, tornando-se antes sempre necessário que aquele preveja e se conforme com o próprio resultado; *mutatis mutandis*, também se aplica nas acções cometidas em estado de afecto, por mais que às regras da experiência mostrem que a acção levada a cabo tem normalmente o resultado morte. Mesmo em casos deste teor, uma comprovação cuidadosa do elemento intelectual e do momento volitivo do dolo (para a qual a análise da motivação constituirá, em muitas hipóteses, um passo decisivo da convicção judicial) torna-se sempre indispensável.

### **1.1.3. Elemento privilegiadores do art. 133.º**

Além dos elementos comuns do art. 131.º, contem o art. 133.º a descrição de várias circunstâncias modificativas atenuantes ou privilegiantes. Podemos, então, distinguir duas vertentes deste privilegiamento. Uma que diz respeito às motivações do agente – “compaixão” e “motivo de relevante valor social ou moral” -, e por outro lado, circunstâncias privilegiantes que dizem respeito a estados psicológicos do agente – “compreensível emoção violenta” e “desespero”.

### **1.1.4. Compreensível emoção violenta**

I. Relativamente à expressão “compreensível emoção violenta” há que distinguir o elemento de natureza fáctica do elemento normativo. A “emoção violenta” trata-se de um elemento de facto (a existência dessa emoção é matéria de facto e não de direito) que se traduz numa perturbação psicológica do agente no sentido de que – e por virtude dessa perturbação forte – esse mesmo agente não consiga ter domínio total do curso do acontecimento. Já a “compreensibilidade” é matéria de Direito: é um conceito normativo que terá de ser identificado. Se a emoção está definida desde logo, a “compreensibilidade” depende da opção normativa nesse âmbito.

Deste modo, a expressão “compreensível emoção violenta” significa que o grau de “chacota”, “gozo”, ou “insistente pressão”, sobre certa pessoa lhe atinge interiormente com um tal efeito que acaba por compromete-la na sua capacidade de posicionamento ético e de controlo sobre os seus actos, desencadeando uma reacção que

facilmente a impelirá à prática de uma conduta punível ao nível criminal. Como tal, não basta qualquer emoção, antes pelo contrário, tem-se em vista a emoção forte, que arrasa, excita ou empurra para a acção. Isto é requerido pela própria palavra “violenta”, que implica que a emoção actua como uma força sobre o agente, e ainda pela palavra “dominado”, que implica a sujeição do agente à força da emoção<sup>187</sup>. Trata-se um forte estado de afecto emocional provocado por uma situação pela qual o agente não pode ser censurado e à qual também o homem normalmente “fiel ao direito” não deixaria de ser sensível. Não se trata aqui de qualquer valoração social ou (muito menos) moral do estado de afecto, mas apenas da sua verificação nos termos preditos. Pode assim, deste ponto de vista, retirar-se um certo paralelo entre esta situação e a que, para diversos efeitos, o direito penal português anterior a 1982 conhecia sob o designativo de provocação; nomeadamente da chamada provocação suficiente, isto é, aquela que atingiu “uma intensidade tal, face a ela seria razoavelmente de esperar que o provocado reagisse através de uma agressão”. Tal como na provocação suficiente, também na emoção violenta compreensível o que está em questão não é uma (eventual) inimizabilidade; do que nela se trata é de um conjunto de disposições normais, que, em face do estímulo levam à prática do facto criminoso. A exposição de motivos do Código Austríaco de 1974, em disposição semelhante, explica a “violência” exigida da emoção como significado que “a emoção tem de ocorrer em tal grau, que pode vencer mesmo fortes inibições éticas”<sup>188</sup>. A compreensibilidade, neste sentido, tanto abrange a falta de censurabilidade dos motivos, como dos pressupostos de uma livre determinação, traduzida na perturbação provocada por um acto (aqui: por uma situação) que exclui a apreciação ou o controlo dos instintos ou afirmações normais de personalidade<sup>189</sup>. Fala-se aqui numa imputabilidade diminuída, uma vez que o agente ainda tem um controlo dos acontecimentos, contudo, está numa posição em que não consegue adequar os seus actos num grau de liberdade suficiente para tal, mas esse descontrolo não é suficientemente forte para figurar numa situação de total inimputabilidade.

---

<sup>187</sup> Cf. SOUSA E BRITO, “Colectânea de Textos de Parte Especial do Direito Penal – *Um caso de Homicídio Privilegiado*” (2008), pp. 18-19.

<sup>188</sup> *Dokumentation zum Strafgesetzbuch*, Wein, 1979, p. 121.

<sup>189</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “*Comentário Coninbricense ao Código Penal*” (1999), p. 50.



Em qualquer caso, há uma consciente opção contra o modelo legislativo da provocação, pelo que não se exige um prévio acto injusto do provocador. A provocação é apenas um caso possível de “compreensível emoção violenta”<sup>190</sup>.

Os casos de homicídio passional são característicos neste âmbito, sendo referidos pelas expressões “*meutre par passion*”, “*omicidio passionale*”, “*Affekttotug*”, onde se pretende com a “paixão” o arrebatamento ocasional, repentino, que inibe a reflexão fria e objectiva e a motivação racional (e não a paixão de uma vida, como projecto de vida). É uma situação psíquica que se aproxima da inimputabilidade accidental, que se traduz popularmente na expressão “estar fora de si”, bem significativa do fundamento da diminuição da culpa. O “*thema decidendum*” resulta da eterna dualidade entre paixão e razão, pretendendo-se a “acção apaixonada” (*Affekthandlung*), isto é, na definição de BINDER<sup>191</sup>, “a passagem repentina, directa, actos de impulsos primitivos, instintivos, com forte carga afectiva, sem que tivesse podido interferir a elaboração do pensamento e da vontade”. Também sobre este tema dizia PEREIRA E SOUSA que no transporte do primeiro movimento da ira “não pode impedir-se o efeito das causas físicas que ocasionam as acções involuntárias”<sup>192</sup>.

II. A noção de “compreensível” emoção violenta arranca, *ab initio*, no sentido de que esta só será relevante quando aceitável. O julgador da causa terá de averiguar se o homem médio, colocado na posição do agente, nas mesmas condições de tempo e lugar, conseguiria ou não libertar-se da emoção violenta que dele se apoderou, não no sentido de saber se ele também mataria, mas sim, já, de forma a descortinar a sua própria sensibilidade no campo da situação concreta e compreender se seria menos exigível ao agente que, sob aquelas circunstâncias, tivesse um comportamento não tradutor de um facto ilícito-típico.

A própria letra da lei é clara pois fala em “compreensível emoção violenta” e não em homicídio compreensível. Assim, tal como refere AMADEU FERREIRA, a lei pode “compreender” a emoção mas já “não compreende que o autor se deixe compelir

---

<sup>190</sup> Cf. SOUSA E BRITO, “Colectânea de Textos de Parte Especial do Direito Penal – *Um caso de Homicídio Privilegiado*” (2008), pp. 18-19.

<sup>191</sup> “*Der juristische und psychiatrische Masstab bei der Beurteilung der Totungsdelikte*”, *Revue Pénale Suisse*, 67, 1952, p. 318.

<sup>192</sup> Cf. SOUSA E BRITO, “Colectânea de Textos de Parte Especial do Direito Penal – *Um caso de Homicídio Privilegiado*” (2008), p. 19.



para o crime, mesmo que a emoção seja compreensível”<sup>193</sup>. A lei em relação ao facto exige que o agente se domine, mas em relação à emoção já pode desculpar o agente por se ter deixado dominar por ela. Deste modo, o legislador separa dois factos: o facto criminoso e o facto (estado) emocional violento. O primeiro é considerado criminoso porque não pode ser objecto da compreensão, mas o segundo já poderá ser objecto de um juízo de compreensibilidade. No facto criminoso está em causa a tutela da vida humana, tal tutela insere-se no âmbito da função primordial do direito penal na protecção dos bens jurídicos e no caso especial da vida humana essa protecção corresponde a um dos mais elevados valores que a ordem jurídica visa tutelar. Por seu turno, no facto emocional violento, o *thema decidendum* respeita ao próprio estado psicológico do agente que praticou o crime; mais do que tutelar o bem jurídico vida, verifica-se uma preocupação do legislador em considerar o carácter humanista e individualizador que assume a acção do agente.

III. Neste sentido, o legislador do código austríaco de 1974, influenciado pelo projecto alemão de 1962, definia que a emoção seria “compreensível (*begreiflich*) para um homem médio no sentido de que este pode representar-se que também pode cair, nas particulares circunstâncias dadas, em tal estado de ânimo”<sup>194</sup>.

No Projecto do código Alemão referia-se que “a emoção não tem de ser desculpável, mas apenas compreensível quanto à relação entre a ocasião e o estado emocional do agente. Não pode ter já desaparecido no momento do facto. Na sua apreciação sob o ponto de vista da compreensibilidade pode, por exemplo, considerar-se se, e em que medida, o agente tinha culpa da sua própria emoção. A compreensibilidade deve ser julgada da perspectiva do observador objectivo, que conhece todas as circunstâncias do facto, incluindo, as ligações psicológicas”<sup>195</sup>.

Segundo FIGUEIREDO DIAS, o requisito da “compreensibilidade” da emoção representa por isso ainda uma exigibilidade adicional relativamente ao puro critério de menor exigibilidade subjacente a todo o preceito. Deve considerar-se que a compreensibilidade assume ainda um qualquer cunho objectivo de “participação” do julgador nas conexões objectivas de sentido que moveram o agente. Fica deste modo

---

<sup>193</sup> Cit. AMADEU FERREIRA, “*Homicídio Privilegiado*” (1991) pp. 93 e 94.

<sup>194</sup> *Dokumentation* cit., p. 122.

<sup>195</sup> Cf. SOUSA E BRITO, “Colectânea de Textos de Parte Especial do Direito Penal – *Um caso de Homicídio Privilegiado*” (2008), p. 20.

ainda espaço autónomo de funcionamento do critério de menor exigibilidade (“sensível diminuição da culpa”)<sup>196</sup>.

Concordando com este critério, mas em termos mais exigentes, CURADO NEVES sustenta que o acto de matar deve ser, para um observador externo, o único meio de o agente pôr fim a uma situação insuportável<sup>197</sup>. Em sentido contrário AMADEU FERREIRA<sup>198</sup>, TERESA SERRA<sup>199</sup> e CLÁUDIA CASAL<sup>200</sup>, defendem um critério subjectivo.

FERNANDA PALMA aponta como possível critério uma aferição em relação à personalidade do agente naquela situação em concreto comparada com situações normais. Isto é, a situação seria compreensível quando, comparada com o percurso normal do agente, se apurasse ali uma tal perturbação anormal<sup>201</sup>.

Na opinião de COSTA PINTO tal entendimento não faz sentido, sendo preferível recorrer à ideia de exigibilidade. Assim, só será compreensível quando, à partida, não for exigível um comportamento alternativo. Mais indica que, seguido o critério de FERNANDA PALMA, esvazar-se-ia completamente o conceito de “compreensível”: pelo facto de se verificar uma emoção violenta já, de facto, se regista uma situação diferente, uma situação de alteração em relação ao estado normal daquele agente; então, o facto seria sempre compreensível porque se identificava sempre com uma situação anormal. Deste modo, segundo COSTA PINTO, há que apurar, face ao plano concreto daquele agente e ao estado psicológico desse mesmo agente naquela situação, se um comportamento alternativo seria exigível<sup>202</sup>.

Apesar de existirem várias opiniões doutrinárias diferentes, o que é facto é que o elevado grau de ilicitude do facto e a importância do bem jurídico tutelado desencadeiam um “efeito de bloqueio”, porque apesar de o agente estar dominado por

---

<sup>196</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “*Comentário Conimbricense ao Código Penal*” (1991), p. 51. Também no sentido de um critério objectivo para aferição da emoção compreensível, TERESA QUINTELA DE BRITO, “*Direito Penal – Parte Especial: Lições, Estudos e Casos*” (2007), pp. 912-913., SILVA DIAS, “*Direito Penal - Parte Especial: Crimes Contra a Vida e a Integridade Física*” (2005), p. 39., FERNANDO SILVA, “*Direito Penal Especial: Os Crimes Contra as Pessoas*” (2008), p. 103., e PINTO DE ALBUQUERQUE, “*Comentário ao Código Penal*” (2010), p. 357.

<sup>197</sup> Cf. CURADO NEVES, “O homicídio privilegiado na Doutrina e na Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça” (2001), pp. 180-182.

<sup>198</sup> Cf. AMADEU FERREIRA, “*Homicídio privilegiado*” (1991), p. 99.

<sup>199</sup> Cf. TERESA SERRA, “*Homicídio Qualificado - Tipo de Culpa e Medida da Pena*” (2003), p. 143.

<sup>200</sup> Cf. CLÁUDIA CASAL, “*Homicídio privilegiado por Compaixão*” (2004), p. 132.

<sup>201</sup> Cf. FERNANDA PALMA, “*Direito Penal, parte especial. Crimes contra as pessoas*” (1983), pp. 78-85.

<sup>202</sup> Cf. COSTA PINTO, “Homicídio privilegiado (art. 133º do Código Penal): tipo de culpa e *in dubio pro reo*” in RPCC 8 (1998), n.º 2, pp. 279 e ss.

uma emoção violenta e de essa emoção ser compreensível, é-lhe exigido que se controle, que encontre em si mesmo capacidade e vontade suficiente para não praticar o homicídio. Deste modo, a emoção em si mesma, por mais violenta que seja, não é valorada, pois só a emoção violenta que for compreensível poderá diminuir a pena do agente pelo crime praticado. Por esse motivo, o legislador pressupõe a existência de emoções violentas compreensíveis e emoções violentas não compreensíveis. De maneira semelhante, no art. 33º n.º 2, a emoção (“perturbação, medo ou susto”), só por si, não leva à impunibilidade do excesso de defesa, mas apenas as emoções que forem “censuráveis”.

Verifica-se, assim, a existência de toda uma valoração que incide sobre a emoção do agente. Tal significa que se deve fixar previamente, com o máximo de rigor possível, esse objecto do juízo de compreensibilidade que é a emoção violenta que domina o agente<sup>203</sup>.

Todavia, não é compreensível a emoção violenta que resulta de uma situação criada dolosamente pelo próprio agente. Este era o sentido explícito da expressão “quem for levado a matar outrem” na versão do CP de 1982<sup>204</sup>. A revisão do CP de 1995 não teve o propósito de mudar este requisito legal implícito. Com efeito, a sentido da expressão legal “quem matar outra pessoa dominado” é o mesmo da anterior expressão “quem for levado a matar outrem”<sup>205 206</sup>.

IV. Existe alguma jurisprudência que interpreta a exigência de que a emoção seja “compreensível” no sentido da necessária existência de uma adequada relação de proporcionalidade entre o facto que a desencadeia e o facto provocado<sup>207</sup>. Tomada no seu teor puramente literal, é obviamente errada uma tal jurisprudência<sup>208</sup>, pois nunca pode existir “proporcionalidade”, em qualquer dos sentidos possíveis em que este princípio releva juridicamente, entre uma qualquer emoção e a morte dolosa de outra

---

<sup>203</sup> Cf. AMADEU FERREIRA “*Homicídio Privilegiado*” (1991) p. 95.

<sup>204</sup> Actas CP/ EDUARDO CORREIRA, 1979, pp. 28-29., e, apontando no mesmo sentido, acórdão do STJ, de 21-2-1985, BMJ, 344.º, p. 274., AMADEU FERREIRA, “*Homicídio privilegiado*” (1991), p. 146., e FERNANDO SILVA, “*Direito Penal Especial: Os Crimes Contra as Pessoas*” (2008), p. 106., à imagem da exigência de falta de culpa do art. 213.º STGB Alemão.

<sup>205</sup> Equiparando expressamente estas expressões, FIGUEIREDO DIAS, na comissão de revisão do CP de 1989-1991, in Actas CP/FIGUEIREDO DIAS, 1993, p. 197.

<sup>206</sup> Cit. PINTO DE ALBUQUERQUE, Comentário ao Código Penal, pp. 357-358.

<sup>207</sup> Acs. STJ de 5-2-86 e de 26-11-86, BMJ 354.º, p. 285., e 361.º, p. 283.

<sup>208</sup> Neste sentido, TERESA SERRA, “*Homicídios em série*” (1998), p. 166 e ss., e TAIPA DE CARVALHO, “*A Legítima Defesa*” (1995), p. 465 e ss.

pessoa. A análise possível dos casos jurisprudenciais mostra em todo o caso que não se trata no fundo da exigência de “proporcionalidade”, mas sim, como deve ser, de um mínimo de gravidade ou peso da emoção que estorva o cumprimento das intenções normais do agente e determinada por facto que lhe não é imputável<sup>209</sup>. O que confirma a forma como o elemento acabou de ser determinado nas considerações anteriores<sup>210</sup>.

#### **1.1.4.1. Evolução do conceito de “compreensibilidade da emoção violenta” na doutrina e jurisprudência**

I. O legislador não considera a emoção em si mesma, por mais violenta que seja, como causa de exclusão da culpa: faz antes incidir sobre ela uma valoração de carácter jurídico. Por conseguinte, a comprovação psiquiátrica ou psicológica, da emoção, não é suficiente porque, do ponto de vista científico, a emoção pode sempre ser explicada e compreendida. Deste modo, a compreensibilidade deve ser entendida em termos normativos, isto é, ser preenchida e concretizada, através de juízos de valor da competência exclusiva do intérprete-aplicador<sup>211</sup>.

II. Para compreender a emoção é essencial estabelecer uma relação entre o afecto e as suas causas ou motivos, uma vez que para se entender uma emoção tem de se entender as relações que lhe deram origem, tendo em atenção o sujeito que a sentiu e o contexto em que se verificou a atitude, de maneira a entender o estado de espírito, o “conflito espiritual”, a situação psíquica que leva o agente ao crime. Diferentemente do artigo 370.º do Código Penal de 1852/1886, o facto que origina a emoção não tem de estar ligado a qualquer provocação; o art. 133º assenta, não em juízos de ponderação ético-jurídicos dos valores conflituantes, mas sim na valoração da situação psíquica que leva o agente ao crime: o que interessa é “compreender” esse mesmo estado psíquico, no contexto em que se verificou, a fim de se poder simultaneamente “compreender” a personalidade do agente manifestada no facto criminoso e, assim, efectuar sobre a mesma o juízo de culpa com base no desvalor da acção.

Deste modo, a compreensibilidade da emoção consiste em estabelecer uma relação não desvaliosa entre os factos que provocaram a emoção e essa mesma emoção.

---

<sup>209</sup> Acs. STJ de 19-12-84 e de 16-1-85, BMJ, 342.º, p. 237., e 343.º, p. 189.

<sup>210</sup> Cit. FIGUEIREDO DIAS, “*Comentário Conimbricense ao Código Penal*” (1999), p. 51.

<sup>211</sup> Cf. AMADEU FERREIRA “*Homicídio Privilegiado*” (1991), p. 118.

Se essa relação for estabelecida, a emoção é compreensível e provoca, então, uma diminuição da culpa do agente. Por conseguinte, está subjacente a todo o preceito um critério de menor exigibilidade relacionado com a “sensível diminuição da culpa”, à qual se acresce uma exigência adicional, isto é, exige-se que a emoção seja compreensível<sup>212</sup>.

III. No entender de TERESA SERRA<sup>213</sup>, o preceito do artigo 133.º coloca à cláusula de emoção violenta maiores exigências do que em relação às restantes cláusulas, verificando-se, neste caso, uma dupla exigência que se configura como um duplo controlo, pois a emoção, por um lado, tem de ser compreensível (sendo que nem a compaixão, nem o desespero estão sujeitos à cláusula da compreensibilidade), e, por outro lado, tem de diminuir sensivelmente a culpa do agente. Para esta Autora compreender significa: “entender, perceber, alcançar com inteligência, conhecer a razão de, em suma, penetrar o sentido de alguma coisa. O que impõe o estabelecimento de uma relação entre a emoção violenta e aquilo que a precedeu e lhe deu causa, não com o objectivo de estabelecer uma qualquer relação de proporcionalidade, mas antes para conhecer a razão da emoção violenta: a emoção violenta só é compreensível em face das razões que lhe deram origem e do sujeito particular que as sofreu. O que significa que esta compreensibilidade não pode fugir ao princípio da razão”<sup>214</sup>.

Segundo COSTA PINTO<sup>215</sup>, a exigência de “compreensibilidade” da emoção é um filtro normativo que apenas se aplica à primeira cláusula, isto é, à emoção violenta, e não às demais. No mesmo sentido se pronuncia FERNANDO SILVA<sup>216</sup> ao afirmar que a compreensibilidade é um requisito que apenas se coloca em relação à emoção violenta, e já não ao desespero ou à compaixão.

Para CURADO NEVES<sup>217</sup> a compreensibilidade representa apenas um dos filtros normativos apostos pela lei à emoção violenta, porque a parte final do artigo

---

<sup>212</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “*Comentário Conimbricense ao Código Penal*” (1999), p. 50.

<sup>213</sup> Cf. TERESA SERRA, “*Homicídios em série*” in CEJ, *Jornadas de Direito Criminal, Revisão do Código Penal, Alterações ao Sistema Sancionatório e Parte Especial*, volume II, Lisboa,” (1998), pp. 160 e 163.

<sup>214</sup> Op. Cit. pp. 165-166.

<sup>215</sup> Cf. COSTA PINTO, “Homicídio privilegiado (art. 133º do Código Penal): tipo de culpa e *in dubio pro reo*” in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, ano 8, Fasc. 2, Abril-Junho (1998), p. 287.

<sup>216</sup> Cf. FERNANDO SILVA, “*Direito Penal Especial, Crimes contra as pessoas*” (2008), p. 96.

<sup>217</sup> Cf. CURADO NEVES, “*Homicídio privilegiado na doutrina e na jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça*” (2001), pp. 181 e 189.

133.º contém o requisito suplementar de que se verifique uma diminuição sensível da culpa.

Diversamente, AMADEU FERREIRA<sup>218</sup> entende que o artigo 133.º não faz qualquer restrição relativamente ao requisito da compreensibilidade, pelo que devem considerar-se aí incluídas as emoções esténicas (ira, cólera, irritação) e asténicas (medo, desespero), pois ambas têm virtualidade para possuir violência bastante capaz de dominar o agente e arrastá-lo para o crime.

TERESA QUINTELA<sup>219</sup> considera que a compreensibilidade da emoção violenta, a compaixão, o desespero e o motivo de relevante valor social ou moral não significa, automaticamente, uma sensível diminuição da culpa. Esta depende de uma valoração das causas da emoção ou do motivo do autor, que não tem de ser necessariamente positiva. Basta que as razões da prática do homicídio não sejam reprováveis.

Deste modo, no art. 133º, a exigibilidade diminuída depende da compreensibilidade do homicídio, duplamente aferida pela não reprovabilidade da razão ou das razões do mesmo e pelo quadro de situação de vida em que o agente – real ou supostamente – se encontrava. Tudo isto na óptica de um observador externo, embora sem nunca perder de vista a concreta pessoa que viveu tais razões e o contexto de vida em que ela se encontrava.

Todavia, a autora adverte que: “apesar da violência e da compreensibilidade da emoção, pode manter-se intacta ou não sensivelmente diminuída a exigibilidade de outro comportamento, tendo em conta a reprovabilidade dos motivos do agente ou as capacidades, a força e a vontade que a Ordem Jurídica espera ou exige de um homem do tipo social do autor”<sup>220</sup>.

Para SILVA DIAS<sup>221</sup> a compreensibilidade significa que a emoção violenta terá de ser socialmente tolerável ou respeitável.

IV. A compreensibilidade pode ser afastada se o estado de afecto for causado pelo próprio agente, pelo que a emoção só será compreensível, caso a situação que a

---

<sup>218</sup> Cf. AMADEU FERREIRA, “*Homicídio privilegiado*” (1991), p. 100.

<sup>219</sup> Cf. TERESA QUINTELA DE BRITO, “*Liber Discipulorum para Jorge Figueiredo Dias*” (2003), pp. 912-913.

<sup>220</sup> Op. Cit. p. 917.

<sup>221</sup> Cf. SILVA DIAS, “*Crimes contra a vida e a integridade física*” (2007), p. 39.

gerou não possa ser censurada ao agente por lhe ser imputável. Tal como refere o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 21 de Fevereiro de 1985: “não pode considerar-se desculpável o estado emocional se ele tiver sido causado por uma situação criada pelo agente, através de um seu comportamento censurável. Sempre será de excluir a compreensibilidade se o agente puder ser censurado pela situação geradora da emoção, na medida em que esta lhe é imputável”<sup>222</sup>.

#### **1.1.4.2. Nexo causal**

I. O privilegiamento do homicídio por emoção violenta analisa-se em três requisitos: primeiro, que o arguido se encontre dominado por emoção violenta; que seja tal emoção a causadora do acto criminoso (a conexão entre a emoção e o crime e bem expressa pela expressão “é levado a matar”); terceiro, que tal emoção seja compreensível.

II. Sobre esta questão, MAIA GONÇALVES refere: “Deve existir, para que seja possível o enquadramento da conduta neste homicídio privilegiado, nexos de causalidade entre a emoção violenta, a paixão e qualquer motivo, de relevante valor social ou moral e a prática do crime. O texto da lei – matar dominado por – não deixa margem para dúvidas. E isto está também implícito na própria razão teleológica do efeito atenuativo, como se sublinhou no seio da Comissão Revisora”. Demarcando-se do acórdão da Relação de Évora de 04-02-1997, o autor adianta que: “existindo o nexos de causalidade e a sensível diminuição da culpa, este crime verifica-se mesmo nos casos em que o facto determinante da diminuição sensível da culpa não foi praticado pela vítima”<sup>223</sup>.

COSTA PINTO<sup>224</sup>, comentando tal acórdão, acrescenta que o que se acentuou no seio da Comissão Revisora em 1966 foi a importância da emoção violenta como causa do crime. Nunca se referiu que o causador da emoção violenta tinha de ser a vítima. A referência feita no artigo 133.º na versão de 1995 ao “domínio da emoção” e, no texto de 1982, ao facto de o agente ser “levado a matar outrem” (expressão

---

<sup>222</sup> Cf. Ac. do STJ de 21-2-1985 BMJ n.º 344, p. 274; também se pronunciam neste sentido os acórdãos do STJ de 18-3-2004, processo n.º 2716/03; 15-3-2007, processo n.º 160/07 – 5.ª; e 3-5-2007, processo n.º 1233/07 – 5.ª.

<sup>223</sup> Cit. MAIA GONÇALVES “*Código Penal Português Anotado*” (2007), p. 465 e 466.

<sup>224</sup> Cf. COSTA PINTO, “*Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, ano 8, Fasc. 2, Abril-Junho” (1998), pp. 294-297.



suprimida em 1995), pretende expressar a intensidade dos efeitos que a emoção tem sobre o agente e não qualquer relação de causalidade entre o causador da emoção e o acto homicida.

III. Sobre este propósito, temos na jurisprudência o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 20 de Abril de 1988 que refere: “o tipo de homicídio privilegiado do artigo 133.º do C. Penal exige que o agente esteja dominado por compreensível emoção violenta. Para que se verifique a atenuação do artigo 133.º é indispensável que entre a emoção violenta e a prática do crime exista nexó de causalidade, isto é, a emoção há-de ser a causa determinante do crime”<sup>225</sup>. Também no acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 23 de Maio de 1991 se lê: “Deve existir, para que seja possível o enquadramento da conduta no homicídio privilegiado, nexó de causalidade entre a emoção violenta, a compaixão e qualquer outro motivo de relevante valor social ou moral e a prática do crime”<sup>226</sup>.

Nos acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça de 1 de Março de 2006, e de 29 de Março de 2006 considera-se que se estabelece e exige uma relação de causalidade entre o crime e a emoção, a que Eduardo Correia, na Comissão Revisora do CP, a propósito da redacção dada ao artigo 139.º do Anteprojecto chamou de conexão entre a emoção e o crime<sup>227</sup>.

#### **1.1.4.3. Entendimento jurisprudencial sobre a cláusula de compreensível emoção violenta**

I. A doutrina tem entendido que o artigo 133.º, pondo o acento no estado emocional do agente, representou um corte com a solução tradicional do direito português, consagrada nos artigos 370.º e seguintes do Código Penal de 1886, de associar o tratamento privilegiado do homicídio a um comportamento prévio da vítima que em grande medida chamasse a si a responsabilidade pelo facto. Por seu turno, a jurisprudência procurou desde o início da vigência do Código Penal de 1982 interpretar a nova lei à luz do disposto no direito anterior, entendendo que o privilegiamento do homicídio continua a ter como pressuposto essencial a provocação da vítima.

---

<sup>225</sup> Cit. Ac. do STJ de 20-4-1988 in “*Colectânea de Jurisprudência*” (1998), tomo 2, p. 28

<sup>226</sup> Cit. Ac. do STJ de 23-5-1991 in BMJ n.º 407, p. 341.

<sup>227</sup> Cf. Acs. do STJ de 01-03-2006, processo n.º 3789/05; e de 29-03-2006, processo n.º 360/06.



Efectivamente no domínio do Código Penal de 1886, para a verificação da atenuante especial da provocação prevista no artigo 370.º, sempre se considerou indispensável que houvesse proporcionalidade entre o facto injusto e a reacção do provocado, isto é, o crime praticado. São exemplos de tais decisões os acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 28 de Julho de 1954, de 30 de Abril de 1969, de 7 de Janeiro de 1981, de 7 de Março de 1983<sup>228</sup>.

II. Segundo a posição largamente dominante à época que se seguiu à entrada em vigor do Código Penal de 1982 e que se prolongou ao longo de vários anos, o requisito da adequada relação de proporcionalidade entre o facto injusto, a acção do provocador que desencadeia a emoção e a reacção do agente provocado, foi exigido como índice de compreensibilidade da emoção violenta.

Todavia, em sentido diverso, afastando o modelo de provocação injusta e sem exigir proporcionalidade para que se verificasse o requisito da compreensibilidade, temos como exemplo o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 03 de Outubro de 1984 que afastou o enquadramento da conduta do arguido, quer no artigo 370.º, n.º 1, do Código de 1886, quer no artigo 133.º do Código de 1982, não obstante ocorrer no caso então em reapreciação todo um conjunto de actos provocatórios antes praticados pelas vítimas contra o autor do homicídio. Explicitava o acórdão que “no artigo 133º não se prevê nem regula especificamente a «provocação» como circunstância com influência bastante para a qualificação da conduta do agente como integradora do crime aí definido, sem prejuízo, no entanto, de a provocação poder ser, ela mesma, em determinadas circunstâncias, determinante do estado de «emoção violenta» aí exigido – esse sim o elemento típico – para a verificação de tal crime. Com o que se quer significar que, sendo este o elemento típico do aludido crime – logo, o elemento que fundamenta e determina a medida da pena aí estabelecida -, tal estado emocional tanto pode resultar ou ser causado por provocação como por qualquer outro facto”<sup>229</sup>.

Para além deste, podem citar-se ainda no mesmo sentido, os acórdãos de 21 de Julho de 1983, 30 de Novembro de 1983, 30 de Maio de 1984, de 03 de Outubro de 1984, e de 19 de Dezembro de 1984 que entenderam, de uma maneira geral, que para o enquadramento de uma conduta no artigo 133.º exige-se não apenas um estado de

---

<sup>228</sup> Cf. Acs. do STJ de 28-07-1954, BMJ n.º 44, p. 145; 30-04-1969, BMJ n.º 186, p. 134; 07-01-1981, BMJ n.º 303, p. 127; e 07-03-1983, BMJ n.º 325, p. 390.

<sup>229</sup> Cit. Ac. do STJ de 3-10-1984, BMJ n.º 340, p. 214.

emoção violenta, como ainda, e mais, que o agente, ao matar outrem, o faça dominado por tal estado e que este seja compreensível<sup>230</sup>.

III. No sentido da posição dominante, isto é, de ser necessário verificar-se proporcionalidade entre a acção provocadora e a reacção, pronunciaram-se os acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça, de 16 de Janeiro de 1985: “Havendo desproporção entre o facto injusto e a reacção do agente, a emoção violenta causada por aquele facto nunca pode ser compreensível. A emoção violenta só é compreensível, isto é, natural ou aceitável, desde que exista uma adequada relação de proporcionalidade entre o facto injusto provocador e o facto ilícito do provocado”<sup>231</sup>; de 13 de Março de 1985: “É necessário que se verifique proporção entre o facto injusto e o crime cometido; a emoção só é compreensível desde que exista uma adequada relação de proporcionalidade entre o facto injusto do provocador e o facto ilícito do provocado”<sup>232</sup>; de 05-02-1986: “A verificação do estado de compreensível emoção violenta, necessário para que a conduta do agente integre o crime privilegiado do artigo 133.º do Código Penal, implica a existência de uma adequada relação de proporcionalidade entre o facto injusto do provocador e o facto ilícito do provocado”<sup>233</sup>; de 18-06-1986: “A reacção tem de ser proporcionada pelo facto injusto; no caso de grave desproporção deixa de haver nexo causal”<sup>234</sup>; de 06-01-1988: “A emoção violenta de que fala o artigo 133.º do Código Penal só existe quando obscurece a inteligência, arrebatada a vontade ou enfraquece a livre determinação. Tal emoção só é compreensível, isto é, natural, aceitável, quando existe uma adequada relação de proporcionalidade entre o facto do ofendido e o facto criminoso do réu”<sup>235</sup>; de 28-09-1994: “Para que a emoção violenta seja fundamento de crime de homicídio privilegiado, é necessário que se verifique uma relação de proporcionalidade entre o facto injusto causador da emoção violenta e o facto ilícito provocado”<sup>236</sup>; de 27-11-1996: “Este estado de espírito por parte do agente é compreensível se o comportamento alheio injusto que o pressiona é especialmente grave,

---

<sup>230</sup> Cf. Acs. do STJ de 21-07-1983, BMJ n.º 329, p. 416; 30-11-1983, BMJ n.º 331, p. 356; 30-05-1984, BMJ n.º 337, p. 235; 03-10-1984, processo n.º 37432, in BMJ n.º 340, p. 207; 19-12-1984, BMJ n.º 342, p. 237.

<sup>231</sup> Cit. Ac. do STJ de 16-1-1985, BMJ n.º 343, p. 189.

<sup>232</sup> Cit. Ac. do STJ de 13-3-1985, BMJ n.º 345, p. 239.

<sup>233</sup> Cit. Ac. do STJ de 05-02-1986, BMJ n.º 354, p. 285.

<sup>234</sup> Cit. Ac. do STJ de 18-06-1986, BMJ n.º 358, p. 248.

<sup>235</sup> Cit. Ac. do STJ de 06-01-1988, BMJ n.º 373, p. 264.

<sup>236</sup> Cit. Ac. do STJ de 28-09-1994, “Colectânea de Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça”, ano 1994, tomo 3, p. 206.

alterando as normais condições de determinação do agente, e desde que gere por parte deste uma reacção proporcional àquele comportamento. A proporcionalidade exigida para se estar perante um crime de homicídio privilegiado não pode ter o mesmo grau que é de exigir para a verificação dos pressupostos da legítima defesa, nos termos dos artigos 32.º e 33.º; basta aqui uma certa proporção entre a conduta do agente e o factor determinante da emoção deste, traduzida na razoabilidade humana do seu descontrolo face à violência sobre ele exercida”<sup>237</sup>.

Também neste sentido se pronunciaram vários outros acórdãos entres os quais os acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça de 18-12-1985, de 26-11-1986, de 25-02-1987, de 23-04-1987, de 04-10-1989, de 04-10-1989, de 10-11-1989, de 16-01-1990, de 16-01-1990, de 07-02-1990, de 14-02-1990, de 17-10-1990, de 31-10-1990, de 06-02-1991, de 20-06-1991, de 11-12-1991, de 13-01-1992, de 01-04-1993, de 23-06-1993, de 21-10-1993, e de 11-06-1997<sup>238</sup>.

Mais recentemente, continuam a seguir esta posição o Acórdão do STJ de 2 de Junho de 2004 no qual é referido que a emoção violenta, pressuposto do homicídio privilegiado, implica um enfraquecimento da inteligência, da vontade e da livre determinação e que se verifique uma relação de proporcionalidade entre o facto injusto e o facto ilícito provocador<sup>239</sup>; o acórdão de 20-10-2004 onde se lê: “Não basta a mera emoção violenta, é preciso que esta à luz das circunstâncias do caso concreto, se mostre aceitável, naturalmente justificada, pela subsistência de uma adequada relação de proporcionalidade entre o facto injusto do provocador e o facto ilícito do provocado, exigência que se, no art. 370º, do CP de 1886, se justificava já na configuração da provocação dos crimes de homicídio e de ofensas corporais, e era defendida pela jurisprudência, ainda actualmente dessa adequação se não deve abstrair” e mais adiante:

---

<sup>237</sup> Cit. Ac. do STJ de 27-11-1996, BMJ n.º 461, p. 226.

<sup>238</sup> Cf. Acs. do STJ de 18-12-1985, BMJ n.º 352, p. 220; de 26-11-1986, BMJ n.º 361, p. 283; de 25-02-1987, Tribuna de Justiça, n.º 27, p. 27; de 23-04-1987, BMJ n.º 366, p. 305; de 08-03-1989, BMJ n.º 385, p. 312; de 04-10-1989, BMJ n.º 390, p. 113; de 04-10-1989, processo n.º 40164; de 10-11-1989, BMJ n.º 391, p. 224; de 16-01-1990, processo n.º 38690-3.ª, in Actualidade Jurídica (AJ), n.º 5, CJ 1990, tomo 1, p. 11 e BMJ n.º 393, p. 212; de 16-01-1990, processo n.º 40599, AJ, n.º 5 e BMJ n.º 393, p. 278; de 07-02-1990, processo n.º 40603, AJ, n.º 6; de 14-02-1990, processo n.º 40308, Actualidade Jurídica, n.º 6; de 17-10-1990, processo n.º 41100, AJ, n.º 12; de 31-10-1990, in Colectânea de Jurisprudência, ano 1990, tomo 5, p. 5, Actualidade Jurídica n.º 12 e BMJ n.º 400, p. 366; de 06-02-1991, processo n.º 41384, AJ n.º 15/16, p. 6; de 20-06-1991, processo n.º 41564, AJ, n.º 20; de 11-12-1991, CJ, ano 1991, tomo 5, p. 19; de 13-01-1992, BMJ n.º 413, p. 283; de 01-04-1993, BMJ n.º 426, p. 165; de 23-06-1993, BMJ n.º 428, p. 304; de 21-10-1993, processo n.º 42887 – 3.ª; de 11-12-1996, BMJ n.º 462, p. 207; de 11-06-1997, CJSTJ 1997, tomo 2, p. 228.

<sup>239</sup> Cf. Ac. do STJ de 06-02-2004.

“Acentua-se ao nível da jurisprudência, com afirmação uniforme, que aquela emoção, aquele abalo psíquico, para serem compreensíveis, hão-de diminuir sensivelmente a culpa, numa avaliação conjunta e global da situação, em que é relevante, não podendo afastar-se, o factor - índice da proporcionalidade entre o facto que provoca tal emoção e o facto provocado”<sup>240</sup>; e também o Acórdão de 17-04-2008 que invoca o supra citado acórdão de 16-01-1985.

#### **1.1.4.4. Críticas doutrinárias**

I. Esta orientação jurisprudencial mereceu críticas da generalidade da doutrina, mesmo em datas muito recentes. Assim, FIGUEIREDO DIAS<sup>241</sup> considera tal exigência errada, uma vez que nunca pode existir “proporcionalidade”, em qualquer dos sentidos possíveis em que o princípio releva juridicamente, entre uma qualquer emoção e a morte dolosa de outra pessoa. Adianta que a análise dos casos jurisprudenciais mostra que não se trata no fundo da exigência de “proporcionalidade”, mas sim, como deve ser, de um mínimo de gravidade ou peso da emoção que estorva o cumprimento das intenções normais do agente e determinada por facto que não lhe é imputável, não se tratando de “provocação” da vítima, mas de diminuição da culpa do agente.

No mesmo sentido, FERNANDA PALMA<sup>242</sup> afirma que no novo Código o legislador nos casos de atenuação especial do homicídio, como o homicídio privilegiado, deslocou literalmente para o estado emocional do agente (a compreensível emoção violenta) ou para a sua motivação, o fundamento da atenuação.

SOUSA E BRITO, a este propósito, refere: “O Código de 1982 seguiu uma orientação radicalmente diferente. Não se regula genericamente a provocação, mas cria-se um tipo de crime, o homicídio privilegiado (art. 133º), em que o fundamento da atenuação não é a provocação, mas um intenso estado emocional que tanto pode ser causado por provocação, como por qualquer outro facto, mesmo lícito”<sup>243</sup>.

TERESA SERRA<sup>244</sup> considera que a jurisprudência, ainda imbuída do espírito que presidia ao privilegiamento no antigo Código Penal, tende a reduzir esta cláusula

---

<sup>240</sup> Cit. Ac. do STJ de 20-10-2004, CJSTJ 2004, tomo 3, p. 189.

<sup>241</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “*Comentário Conimbricense ao Código Penal*” (1999), pp. 51 e 52.

<sup>242</sup> Cf. FERNANDA PALMA, “*Direito Penal, Parte Especial, Crimes contra as pessoas*” (1983), p. 81.

<sup>243</sup> Cit. SOUSA E BRITO, “*Homicídio Privilegiado – Parecer*” (1984), pp. 42-44.

<sup>244</sup> Cf. TERESA SERRA, “*Homicídios em Série*” (1998), p. 163.

aos casos de provocação, considerando que a emoção violenta é compreensível quando existe uma proporção entre a provocação e o homicídio praticado.

AMADEU FERREIRA<sup>245</sup> entende que a compreensibilidade não significa proporcionalidade entre o facto causador da emoção e o homicídio; a posição da jurisprudência ignora o “corte realizado” pelo legislador em relação ao “modelo da provocação injusta” do Código Penal anterior; não permite compreender claramente o fundamento de atenuação da pena no artigo 133.º e leva a uma aplicação demasiado restritiva do preceito, contrária à sua letra, violando o princípio da legalidade, uma vez que a interpretação restritiva do tipo privilegiado incide sobre um alargamento da punibilidade.

No mesmo sentido, COSTA PINTO<sup>246</sup> afasta a teoria da provocação injusta para interpretar o actual artigo 133.º, entendendo que à luz da actual redacção do preceito e do seu fundamento material o que se valoriza não é o facto, mas sim o estado emotivo do agente.

SILVA DIAS defende igualmente que não é correcta a concepção jurisprudencial dominante, porque a estrutura do privilegiamento no artigo 133.º é totalmente diferente da do artigo 370.º do Código Penal de 1886. O autor refere que: “ao colocar o acento tónico na compreensível emoção violenta, o novo Código Penal dá prevalência à relação entre a situação geradora da emoção violenta e a sua aptidão para provocar essa mesma emoção. Perde relevância a esta luz não só se a situação geradora da emoção se reconduz ou não à figura da provocação ilícita, mas também se há proporcionalidade entre essa situação e o homicídio, pois não se questiona se o homicídio é compreensível, mas apenas se o é a emoção violenta”<sup>247</sup>.

CURADO NEVES<sup>248</sup>, embora começando por afirmar que a exigência feita pelos tribunais de uma provocação que propicie o facto não é tão estranha ao funcionamento do artigo 133.º como a generalidade da doutrina parece entender, assinala que não é possível falar de proporcionalidade entre um homicídio e uma provocação, qualquer que seja esta. Todavia, o que está em causa não é a gravidade da provocação, mas a da situação que cria e que leva à diminuição da exigibilidade.

---

<sup>245</sup> Cf. AMADEU FERREIRA, “*Homicídio Privilegiado*” (1991), pp. 119-124, e 146.

<sup>246</sup> Cf. COSTA PINTO, “*Revista Portuguesa de Ciência Criminal, ano 8, Fasc. 2, Abril-Junho*” (1998), pp. 297-298.

<sup>247</sup> Cit. SILVA DIAS, “*Crimes contra a vida e a integridade física*” (2007), p. 40.

<sup>248</sup> Cf. CURADO NEVES, “*Homicídio privilegiado na doutrina e na jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça*” (2001), pp. 213-217.

FERNANDO SILVA<sup>249</sup> começando por referir que a jurisprudência do STJ tem recorrido ao critério da proporcionalidade entre o facto injusto do provocador e o facto ilícito do provocado e que o STJ tem mantido este critério – não obstante as críticas formuladas –, assinala o facto de, em acórdãos mais recentes, se assistir a uma tendência para se afastar de uma estrita orientação pelo critério da proporcionalidade, e dá como exemplo o acórdão de 01-03-2006.

II. A partir dos finais da década de 90 o cenário jurisprudencial mudou com o acórdão de 8 de Maio de 1997, como exemplo de transição, uma vez que os tribunais passam a encarar a exigência de proporcionalidade apenas como uma das alternativas possíveis de análise, aí se defendendo que para que ocorra a emoção violenta a que se refere o artigo 133.º do Código Penal, tem o agente de actuar sob choque emocional, sendo esse estado compreensível, por existir proporcionalidade entre o facto injusto que o desencadeou e o facto ilícito do agente, ou uma relação não desvaliosa entre os factos que provocaram a emoção e essa mesma emoção<sup>250</sup>.

Posteriormente, temos como exemplos de decisões sem recurso ao critério de proporcionalidade, os acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça de 24-11-1998: “Embora seja de reconhecer que o arguido actuou dominado por emoção violenta e desespero, nem aquele nem estes sentimentos, face ao quadro factual provado, se apresentam como compreensíveis. A lei, ao exigir para o homicídio privilegiado que o agente actue dominado por compreensível emoção violenta, faz depender o privilegiamento de a actuação do agente se apresentar como reacção aceitável motivada por um estímulo susceptível de, em consequência de natural obscurecimento da inteligência e de enfraquecimento da vontade de um homem médio, impeli-lo a agir contra a vida da vítima. In casu, a situação determinante do estado de emoção violenta e de desespero do arguido arrastava-se há um período de tempo suficientemente longo para o arguido poder e dever reflectir nos seus propósitos e consequências, não se tendo provado a superveniência de outro motivo que no momento o impedisse dessa reflexão e inelutavelmente o impelisse para a actuação apurada”<sup>251</sup>; de 20-05-1999: “Ao contrário do que pretendem os recorrentes, não se pode pôr a compreensibilidade da

---

<sup>249</sup> Cf. FERNANDO SILVA, “*Direito Penal Especial, Crimes contra as pessoas*” (2008), pp. 98-99 e 101-102.

<sup>250</sup> Cf. Ac. do STJ de 8-05-1997, CJSTJ, ano 2004, tomo 3, p. 189.

<sup>251</sup> Cit. Ac. do STJ de 24-11-1998, BMJ n.º 481, p. 350.

emoção no mero campo da proporcionalidade entre o facto injusto e o facto ilícito, pois nunca entre ambos existe proporção. O que a jurisprudência citada pelos recorrentes pretende explicar, com recurso à proporcionalidade entre aqueles factores, não é mais do que o prolongamento da justificação para a atenuação especial anteriormente prevista em caso de provocação, referida no CP de 82 (sic), mas que não foi aceite nos mesmos termos para o caso de homicídio privilegiado no actual CP”<sup>252</sup>; de 11-11-1999: “A razão de ser do homicídio privilegiado arranca da ideia de que determinados motivos que impelem à perpetração do crime podem induzir um juízo de censura mais leve e uma pena menos severa. Na emoção violenta há que sublinhar a compreensibilidade referida à personalidade do agente manifestada no facto, em termos de se estabelecer uma relação não desvaliosa entre o facto que provocou a emoção e esta mesma emoção e de se concluir por um menor grau de culpa do agente”<sup>253</sup>; de 23-02-2000: “É o menor grau de culpa do agente que fundamenta o crime privilegiado através de factores privilegiantes. Existe uma exigibilidade diminuída de comportamento diferente. A compreensível emoção violenta analisa-se num forte estado emocional, estando de alguma forma, no preenchimento valorativo, sujeita a um juízo de relação objectivo e subjectivo entre a emoção violenta e a situação que lhe deu causa, valorando-se essa relação como decorrente de um motivo intenso, face ao qual seria razoavelmente de esperar que o agente reagisse da forma como reagiu”<sup>254</sup>; de 29-03-2000: “Para que se verifique a circunstância modificativa do artigo 133.º do Código Penal, não basta que o agente tenha agido dominado por emoção violenta, pois é ainda imprescindível que esta seja compreensível. Tal compreensibilidade, embora não exija uma adequada proporcionalidade entre o facto injusto (“provocação”) da vítima e o ilícito do agente “provocado”, pressupõe, sempre, uma relação entre a emoção violenta e as circunstâncias que a precederam e lhe deram causa, relação nem sempre demonstrável do ponto de vista objectivo mas que tem de se apresentar como não desvaliosa e com suficiente gravidade e intensidade para impedir ou limitar a expressão das intenções normais do agente, ou seja, estorvando o normal cumprimento dessas intenções, como pressuposto de redução de exigibilidade (trecho citado no acórdão de 03-05-2007, processo n.º 1233/07-5.ª)”<sup>255</sup>; de 22-11-2001: “É tipificável o crime de homicídio

---

<sup>252</sup> Cit. Ac. do STJ de 20-05-1999, processo n.º 273/99.

<sup>253</sup> Cit. Ac. do STJ de 11-11-1999, BMJ n.º 491, p. 78.

<sup>254</sup> Cit. Ac. do STJ de 23-02-2000, BMJ n.º 494, p. 131.

<sup>255</sup> Cit. Ac. do STJ de 29-03-2000, processo n.º 27/00-3.ª Secção.



privilegiado quando, quem matar outra pessoa o faça “dominado por compreensível emoção violenta, compaixão, desespero ou motivo de relevante valor social ou moral, que diminuam sensivelmente a sua culpa – art. 133º do CP. Se o homicídio privilegiado é um homicídio permissivo de um mais esbatido ou menos intenso juízo de censura ético-penal, isso fica a dever-se justamente à natureza dos motivos que levaram à sua comissão”<sup>256</sup>; de 06-03-2003: “a emoção poderá definir-se como um estado afectivo que produz momentânea e violenta perturbação ao psiquismo do agente com alterações somáticas e fenómenos neurovegetativos e motores, sendo necessário que a emoção seja violenta, forte, no sentido, e citando Heleno Fragoso, Lições de Direito Penal, 11.<sup>a</sup> edição, 36, de «séria perturbação da afectividade, de modo a destruir a capacidade de reflexão e os freios inibitórios», sendo por isso «incompatível com o emprego de certos meios, que demonstram planeamento e fria premeditação», sendo indispensável ainda que seja compreensível, isto é, natural, entendível, justificável, não no sentido de proporcional como vem sufragando significativa jurisprudência, mas de logicamente explicável”<sup>257</sup>; de 26-09-2002: “através do tipo legal de homicídio privilegiado, criou-se uma censura mais suave para o homicídio, em função dos motivos que determinaram a sua perpetração, uma vez que os motivos constituem, modernamente, um elemento valioso a ponderar, uma das pedras de toque do crime, uma vez que não há crime gratuito ou sem motivo, e é no motivo que reside, em parte importante, a significação da infracção. Ao lado do perfil psicológico do arguido, o maior ou menor dolo, quantidade de dano ou de perigo de dano, não pode deixar de ser valorada a qualidade dos motivos que o impeliram a prática do crime, importando no recorte desse tipo, em primeiro lugar, que se mostre sensivelmente diminuída a culpa do agente, depois, que essa diminuição advenha de uma das quatro cláusulas de privilegiamento que o dominam”<sup>258</sup>; de 11-11-2004: “Se não está provado que o arguido tenha ficado dominado por fortíssima e compreensível emoção violenta que levou a uma profunda alteração do seu estado psicológico e consequente perda do seu auto domínio, matéria que releva da matéria de facto da competência exclusiva das instâncias, está afastada a ocorrência de homicídio privilegiado. A provocação, como circunstância atenuativa da culpa, pode ocasionar a compreensível emoção violenta, mas não se completando os requisitos a que apela o artigo 133.º do CP, pode a provocação injusta actuar nos termos do artigo 72.º, n.º 2,

---

<sup>256</sup> Cit. Ac. do STJ de 22-11-2001, processo n.º 2059/01-5.<sup>a</sup>.

<sup>257</sup> Cit. Ac. do STJ de 06-03-2003, processo n.º 4406/02-3.<sup>a</sup>.

<sup>258</sup> Cit. Ac. do STJ de 26-09-2002, processo n.º 2360/02.



alínea b) e conduzir à atenuação especial da pena”<sup>259</sup>; de 23-06-2005: “As circunstâncias previstas no artigo 133º do Código Penal actuam ao nível da culpa, traduzindo-se numa menor exigibilidade, ou numa diminuição sensível da exigibilidade de outro comportamento”<sup>260</sup>; de 07-07-2005: “O quadro legal em causa tem algo de paralelo com a ideia de «provocação» de que se falava no direito anterior ao Código de 1982, exigindo-se ali, em regra, a suficiência da provocação, ou seja, que aquela atingisse uma intensidade tal que, face a ela, fosse, razoavelmente, de esperar que o provocado reagisse através de uma agressão”<sup>261</sup>; de 03-11-2005: “A compreensível emoção violenta corresponde a um estado psicológico não normal do arguido, em que a sua vontade e a sua inteligência se mostram afectadas e, assim, diminuído o seu posicionamento ético, a sua capacidade para agir em conformidade com a norma, estado que deve ser compreensível no quadro de facto em que o mesmo agiu, o que conduz a uma reacção proporcional à ofensa sofrida e que torne compreensível a alteração das suas condições de determinação para o acto”<sup>262</sup>; de 5-03-2006: “A emoção violenta não corresponde a uma simples situação de ausência de serenidade, exigindo perturbação muito mais intensa”<sup>263</sup>; de 01-03-2006: “É de exigir uma relação de causalidade entre o crime e a emoção, a que Eduardo Correia, no seio da Comissão Revisora do Código Penal, a propósito da redacção dada ao artigo 139.º do Anteprojecto, chamou de conexão entre a emoção e o crime. Essa conexão, conquanto não implique, em princípio, que a vítima seja pessoa estranha ao desencadeamento da emoção, consabido que o que está na base do ilícito típico não é a provocação da vítima, mas sim a diminuição da culpa do agente, impõe uma especial atenção e um especial cuidado no exame e análise do facto, tendo em vista a averiguação da ocorrência, em concreto, de uma diminuição sensível da culpa. A culpa só deverá ter-se por sensivelmente diminuída quando o agente, devido ao seu estado emocional, seja colocado numa situação de exigibilidade diminuída, ou seja, quando actue dominado por aquele estado, isto é, seja levado a matar, no sentido de que não lhe era exigível, suposta a sua fidelidade ao direito, que agisse de maneira diferente, que assumisse outro comportamento”<sup>264</sup>; de 26-10-2006: “Será, pois, uma situação paralela à da “provocação suficiente”: “na provocação, do que

---

<sup>259</sup> Cit. Ac. do STJ de 11-11-2004, processo n.º 3182/04 - 5.ª.

<sup>260</sup> Cit. Ac. do STJ de 23-06-2005, processo n.º 1301/05 - 5.ª.

<sup>261</sup> Cit. Ac. do STJ de 07-07-2005, processo n.º 2314/05 - 5.ª.

<sup>262</sup> Cit. Ac. do STJ de 03-11-2005, processo n.º 2993/05 - 5.ª.

<sup>263</sup> Cit. Ac. do STJ de 5-03-2006, processo n.º 656/06 - 3.ª.

<sup>264</sup> Cit. Ac. do STJ de 01-03-2006, processo n.º 3789/05 - 3.ª.

se trata é de um conjunto de disposições normais, que, em face do estímulo da provocação, levam à prática do facto criminoso. A não exigibilidade, neste sentido, tanto abrange a ausência de censurabilidade dos motivos, como dos pressupostos de uma livre determinação, traduzida na perturbação provocada por um acto que exclui a apreciação ou o controlo dos instintos ou afirmações normais da personalidade”<sup>265</sup>; de 15-03-2007: “A “compreensível emoção violenta” é um forte estado de afecto emocional provocado por uma situação pela qual o agente não pode ser censurado e à qual o homem normalmente fiel ao direito não deixaria de ser sensível. Tudo dependerá de, numa avaliação conjunta e global da situação, o julgador concluir que a emoção violenta compreensível diminui sensivelmente a culpa do agente. Tal significa que sempre será de excluir a compreensibilidade se o agente puder ser censurado pela situação geradora da emoção, na medida em que esta lhe é imputável”<sup>266</sup>; “de 03-10-2007: “A compreensível emoção violenta é um estado de afecto provocado por uma situação pela qual o agente não é responsável, sendo, de certo modo, a resposta a uma provocação e, nessa medida, ela pode diminuir de forma sensível a culpa do agente. Mas terá de ser compreensível, exigência adicional de pendor objectivo não extensível aos outros elementos privilegiadores. A ponderação da diminuição sensível de culpa, da diminuição da exigibilidade de conduta diferente, é indispensável para subsunção dos factos ao artigo 133.º do Código Penal: só se o “estado de afecto” que determina o crime for de molde a atenuar sensivelmente a exigibilidade de conformidade com o direito, mitigando notavelmente a culpa, o homicídio pode ser privilegiado”<sup>267</sup>; de 12-06-2008: “O fundamento do homicídio privilegiado é exclusivamente um menor grau de culpa, de censura, de reprovação ético-social. A emoção que justifica a tipização do homicídio privilegiado não é uma qualquer emoção, não correspondendo a uma ausência temporária de serenidade, não se dispensando um quadro de perturbação muito intensa, autorizando o estabelecimento de um nexo causal adequado entre perturbação e a ofensa”<sup>268</sup>.

#### **1.1.4.5. Critério de aferição da compreensibilidade**

---

<sup>265</sup> Cit. Ac. do STJ de 26-10-2006, processo n.º 183/06 - 5.ª.

<sup>266</sup> Cit. Ac. do STJ de 15-03-2007, processo n.º 160/07 - 5.ª.

<sup>267</sup> Cit. Ac. do STJ de 03-10-2007, processo n.º 2791/07 - 3.ª.

<sup>268</sup> Cit. Ac. do STJ de 12-06-2008, processo n.º 1782/08 - 3.ª.

I. Em relação à questão de saber como ajuizar o poder das razões que ocasionaram a emoção violenta, desenham-se na doutrina duas linhas, sendo uma que entende que este critério deve ser concretizado por referência à personalidade daquele agente que actua; outra que defende que a compreensibilidade há-de aferir-se, não em relação às particularidades concretas daquele agente, mas em relação a um homem médio com certas características que aquele agente detém.

FIGUEIREDO DIAS<sup>269</sup>, seguindo a primeira orientação, refere que na visão do art. 133º, que assenta na valoração da situação psíquica que leva o agente ao crime, o que interessa é “compreender” esse mesmo estado psíquico, no contexto em que se verificou, a fim de se poder simultaneamente “compreender” a personalidade do agente manifestada no facto criminoso e, assim, efectuar sobre a mesma o juízo de culpa com base no desvalor da acção.

Para TERESA SERRA<sup>270</sup> a emoção violenta só é compreensível em face das razões que lhe deram origem e do sujeito particular que as sofreu, especificando que o critério para aferir da diminuição sensível da culpa provocada por uma emoção violenta deve ser concretizado por referência à personalidade do agente individual que actua.

AMADEU FERREIRA<sup>271</sup> entende que a emoção só poderá ser correctamente avaliada se tomarmos como medida o próprio agente emocionado. É em relação a ele, e não em abstracto ou de acordo com qualquer homem médio, que deve poder dizer-se se a emoção é violenta e o domina. A emoção é um facto e não pode confundir-se a determinação da sua existência com a sua avaliação ou valoração normativa do ponto de vista da culpa do agente.

TERESA QUINTELA DE BRITO<sup>272</sup> refere que a existência de uma emoção violenta dominadora perfila-se como matéria de facto e deve ser apurada por referência à concreta personalidade do agente. Contudo, por via da exigência de compreensibilidade da emoção violenta, a lei quer destrinçar a reacção emocional normal da patológica. Por conseguinte, a compreensibilidade constitui uma questão de direito que não pode ser solucionada atendendo apenas à personalidade do agente em concreto, porque, caso contrário, inutilizar-se-ia esta exigência, já que, à luz da

---

<sup>269</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “*Colectânea de Jurisprudência*”, Tomo IV (1987), p. 55.

<sup>270</sup> Cf. TERESA SERRA, “*Homicídios em Série*” (1998), pp. 166-168.

<sup>271</sup> Cf. AMADEU FERREIRA, “*Homicídio privilegiado*” (1991), p. 99.

<sup>272</sup> Cf. TERESA QUINTELA DE BRITO, “*Liber Discipulorum para Jorge Figueiredo Dias*” (2003), p. 916.

personalidade de cada agente em concreto, quase todas as emoções são compreensíveis ou racionalmente explicáveis. Por esse motivo, a compreensibilidade deve ser avaliada na perspectiva de um observador objectivo, correspondente ao tipo social do agente. Ou seja, por uma pessoa proveniente do mesmo meio social do autor, com uma educação e uma mentalidade análogas às dele, conhecedora de todas as circunstâncias do facto.

AUGUSTO SILVA DIAS<sup>273</sup> defende o critério do tipo social, para aferir da compreensibilidade da emoção, que consistente em saber se a situação vivida é adequada a produzir uma emoção violenta numa pessoa do tipo social do agente, sendo o tipo social um modelo ou padrão reconstruído a partir das características sociais do agente: idade, grau de cultura, profissão, meio em que vive, formas ou níveis de participação social, etc., tratando-se de um mediador normativo particularmente idóneo para a individualização e por isso para resolver questões de culpa. Daí o afastamento do critério do padrão do homem médio ou do papel, que considera perder ligação com a pessoa do agente, ser excessivamente abstracto para a individualização e acabar por ditar a equivalência entre ilicitude e culpa.

Por seu turno, FERNANDO SILVA<sup>274</sup> defende a avaliação em função de um padrão de homem médio (diligente, fiel ao direito, bom chefe de família), colocado nas condições do agente, com as suas características, o seu grau de cultura e formação.

II. Na jurisprudência têm sido seguidos os dois critérios. Assim, nos acórdãos de 29-03-2000, de 03-05-2007, de 01-03-2006, de 29-03-2006, e de 12-6-2008, defende-se que a compreensibilidade e perceptibilidade deve ser aferida em função do padrão de um homem médio, colocado nas circunstâncias do agente, com as suas características, o seu grau de cultura e formação, intentando saber-se se esse, nesse exacto contexto, também reagiria assim, incapaz de se libertar dessa emoção, matando ele próprio.

O mesmo critério foi também seguido, mas reportado ao requisito da proporcionalidade, nos acórdãos de 19-04-1989, de 28-09-1994, de 11-12-1996, de 11-06-1997, onde foi referido que a invocação de emoção violenta e proporcionada para enquadramento dos factos no tipo de homicídio privilegiado previsto no artigo 133.º do

---

<sup>273</sup> Cf. SILVA DIAS, “*Crimes contra a vida e a integridade física*” (2007), p. 41.

<sup>274</sup> Cf. FERNANDO SILVA, “*Direito Penal Especial, Crimes contra as pessoas*” (2008), p. 103.

Código Penal, deve fazer-se na perspectiva do homem médio suposto pela ordem jurídica, sem haver que atender a reacções particulares ou ao temperamento do agente<sup>275</sup>.

No acórdão de 23-06-2005, defende-se que a menor exigibilidade tem de ser vista à luz do comportamento de um homem normal, respeitador das normas jurídicas, e não do particular ponto de vista do agente<sup>276</sup>.

Já no acórdão de 03-10-2007 defendeu-se que a ponderação da diminuição sensível da culpa, da diminuição da exigibilidade de conduta diferente, terá de ser realizada à luz do que seria exigível a alguém colocado naquelas circunstâncias concretas<sup>277</sup>.

Finalmente para o acórdão de 17-09-2009, o elemento de referência é um homem comum e fiel ao direito<sup>278</sup>.

III. Penso que a posição que deve ser seguida pelos tribunais em matéria de homicídio privilegiado e também em todas as questões relacionadas com a culpa do agente e o grau de exigibilidade de comportamento de acordo com a lei, deverá ter por base a figura do homem fiel ao direito. Esta figura tem em conta a situação global onde a emoção se gerou, qual o seu grau de intensidade e as características pessoais do agente o que permite aferir se naquele determinado momento lhe era possível ter um comportamento diferente ou, mesmo sendo-lhe exigível um comportamento diferente, se a sua conduta não poderá ser desculpada tendo em contas os restantes factores.

#### **1.1.5. Desespero**

O desespero é o estado de afecto que suscita no agente impotência diante de uma situação pessoal, de terceiro ou da vítima<sup>279</sup>. Assim, há desespero quando o agente não vê outra saída para a situação que está a viver senão a morte daquela determinada pessoa. O desespero não tem de ocorrer numa situação imediata ou espontânea, normalmente estas situações, em que o agente não vê outra saída, estão associadas a uma certa reflexão: a pessoa reflecte durante determinado tempo, concluindo ser aquela

---

<sup>275</sup> Cf. Acs. do STJ de 19-04-1989, BMJ n.º 386, p. 222; de 28-09-1994, CJSTJ, ano 1994, tomo 3, p. 206; de 11-12-1996, BMJ n.º 462, p. 207; de 11-06-1997, CJSTJ, ano 1997, tomo 2, p. 228.

<sup>276</sup> Cf. Ac. do STJ de 23-06-2005, processo n.º 1301/05 - 5.ª.

<sup>277</sup> Cf. Ac. do STJ de 03-10-2007, processo n.º 2791/07 - 3.ª.

<sup>278</sup> Cf. Ac. do STJ de 17-09-2009, processo n.º 434/09.5YFLSB-3.ª.

<sup>279</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE, “Comentário ao Código Penal” (2010), p. 358.

uma situação para a qual não existe outra saída. Deste modo, Os actos de desespero, de que é exemplo típico o suicídio alargado (a mãe que tenta matar-se com os filhos, para lhes poupar o sofrimento posterior, mas que acaba ela por sobreviver), são, frequentemente, o fruto de uma prolongada reflexão.

Não se exige que o desespero se baseie num motivo de relevante valor social ou moral, como fundamento geral da atenuação. Seguindo a posição de FERNANDA PALMA, o que torna o desespero fundamento de atenuação especial só podem ser as limitações da capacidade psicológica do agente que vive um estado emocional e não a configuração ética desse estado. O que identifica socialmente um homem desesperado não é o valor social ou ético dos seus motivos, mas a estrutura comportamental, independente das suas causas<sup>280</sup>. Tem de se aferir da posição e do entendimento que o agente tinha naquela concreta situação. Daí falar-se em imputabilidade diminuída: por exemplo, a mulher frequentemente agredida pelo marido, normalmente, não se encontra num estado psicológico que lhe permita avaliar friamente o seu acto. O juízo de culpabilidade terá de ser feito, não com recurso à figura do homem fiel ao direito, mas com recurso à situação daquele agente em concreto naquela situação.

#### **1.1.6. Compaixão**

A compaixão é a motivação que suscita no agente a comiseração e solidariedade com a situação de um terceiro ou da vítima. Trata-se de um sentimento de piedade, de altruísmo, de consideração pelo bem daquele que se vai matar. No fundo, ter compaixão por uma pessoa é ter pena dessa pessoa; é matar por achar que a morte para essa pessoa é melhor do que a vida.

Não basta, contudo, que haja compaixão: é indispensável que haja uma diminuição sensível da culpa do agente, caso contrário, como refere EDUARDO CORREIA<sup>281</sup>, haveria o risco de se institucionalizar os homicídios por piedade, ou seja, bastaria que se tivesse pena de alguém para que, se se matasse, já se beneficiasse de uma moldura penal bastante mais reduzida. Deste modo, não é toda a compaixão que é relevante para estes efeitos, mas apenas aquela suficiente para levar o agente a vencer determinadas barreiras ético-sociais, e isto num sentido menos censurável que o dos

---

<sup>280</sup> Cf. FERNANDA PALMA, “*Direito Penal. Parte Especial. Crimes contra as Pessoas*” (1983), pp. 82-83.

<sup>281</sup> Cf. EDUARDO CORREIA, Actas 1982, pp. 28-31.

comportamentos tidos como normais. Terá de se provar haver sobre o agente uma pressão tal que faça do seu comportamento um comportamento menos culposos (menor exigibilidade).

#### **1.1.7. Motivo de relevante valor social ou moral**

O motivo de relevante valor social ou moral é aquele motivo válido em face da ordem valorativa constitucional e das concepções axiológicas de uma sociedade democrática pluralista<sup>282</sup>. A relevância tem então de se avaliar à luz da ordem axiológica suposta pela ordem jurídica: em caso algum se poderão avaliar como tais motivos de pureza rática, de superioridade política ou de casta, ou de necessidade de extermínio de “infiéis”, de “opositores” ou de “dissidentes”. Só isso porém deverá fazer “bons” ou “maus”, adequados ou inadequados às concepções sociais e morais do próprio aplicador ou mesmo prevalentes na comunidade num dado momento histórico correspondentes à “moralidade média”<sup>283</sup>. Não podem, assim, ser atendidos motivos discriminatórios ou fundados em preconceitos de qualquer natureza contra grupos de cidadãos<sup>284</sup>. Por exemplo, mostra-se incluída nesta situação o caso de homicídio de um governante tirano<sup>285</sup>, mas não o caso de homicídio de um criminoso altamente perigoso à solta, nem o caso do homicídio para “lavar” a honra da família. Estes dois últimos casos, não se podem considerar como motivos de relevante valor social ou moral, porque a justiça pelas próprias mãos põe em causa o próprio Estado de Direito.

No caso do tiranicídio o agente que pratica tal acto está de tal forma generalizado na sociedade que esse próprio agente quase que considera que esta admite que ele pratique tal acto. Dito de outra forma, o agente que pratica tal acto está convencido de que a sociedade deseja a morte do tirano. Não se trata aqui não só de ultrapassar barreiras ético-sociais constituintes de um contra aquela acção: existe também uma menor desvaliosidade do próprio acto uma vez que a sociedade parece quase servir de instigador do agente. Verifica-se assim, não só uma diminuição da culpa, resultante de uma menor exigibilidade, mas também uma diminuição da ilicitude (menor desvalor do ilícito).

---

<sup>282</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE, “*Comentário do Código Penal*” (2010), p. 358.

<sup>283</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “*Comentário Conimbricense ao Código Penal*” (1999), p. 53.

<sup>284</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE, “*Comentário do Código Penal*” (1999), p. 358.

<sup>285</sup> Cf. CURADO NEVES, “*Homicídio privilegiado*” (1991), p. 195.



### 1.1.8. Diminuição sensível da culpa

I. O fundamento de atenuação é a diminuição da culpa do agente, pelo que pode perguntar-se se a exigência de “que diminua sensivelmente a sua culpa”, é realmente um requisito adicional. Em comentário a exigência semelhante do Código Suíço, GRAVEN<sup>286</sup> explica que a diferença entre os casos de simples atenuação por emoção violenta e os de atenuação modificativa por emoção violenta desculpável (*excusable*) está em que “a pena é simplesmente atenuada quando a emoção não é violenta ao ponto de chegar a provocar uma perturbação de consciência tal que o delinquente, no momento de agir, não possuía plenamente a faculdade de apreciar o carácter ilícito do seu acto ou de se determinar de acordo com essa apreciação”, o que é, para o código suíço (arts. 10.º e 11.º), a definição de imputabilidade diminuída. Trata-se, portanto, de uma questão de grau. Deste modo, Não há diferença senão de grau entre a simples compreensibilidade e a desculpabilidade, análoga à que existe entre a maior ou menor compreensibilidade (ou desculpabilidade); estamos perante compreensão e desculpa da emoção, e não do facto.

Neste âmbito, exige-se da emoção que, além de compreensível, diminua sensivelmente a culpa, como tal, não assume relevo a questão de saber se na origem do estado emocional esteve um qualquer comportamento ilícito ou injusto do próprio agente, surgindo a “provocação” como resposta ou retorsão. Tudo dependerá de uma avaliação conjunta e global da situação, na qual o julgador conclua que a emoção violenta compreensível diminui sensivelmente a culpa do agente. Concordo assim com COSTA PINTO quando, a propósito do Ac. da RE de 4-2-97, RPCC 1998 279 ss., critica a jurisprudência portuguesa dominante por negar o privilegiamento do homicídio, em nome da falta de nexo de causalidade entre o motivo e a prática do crime, quando a vítima seja pessoa estranha ao desencadeamento da situação: pois, como se disse, não se trata aqui, em definitivo, de “provocação” da vítima, mas de diminuição da culpa do agente. Restando porém saber se a emoção violenta, por compreensível que seja, diminuirá nestes casos (um em certos destes casos) a culpa do agente relativamente ao facto cometido, considerado na sua integralidade e da qual, por isso, faz parte a pessoa da vítima. O que, a ser assim, revelará também por aqui como a exigência autónoma de

---

<sup>286</sup> Citado por SOUSA E BRITO, cf. Colectânea, p. 21.



diminuição sensível da culpa tem sentido mesmo perante uma compreensível emoção violenta<sup>287</sup>.

II. A diminuição sensível da culpa é uma exigência típica comum aos quatro fundamentos típicos do homicídio privilegiado (emoção violenta compreensível, compaixão, desespero, motivo de relevante valor social ou moral), tendo um conteúdo próprio adicional, pelo que deve ser testada com autonomia pelo tribunal<sup>288 289</sup>.

Deste modo, o que acabou de ser referido para a emoção deve repetir-se, de forma ainda mais linear, para a compaixão e para o desespero. Na compaixão a lei confere a esta motivação do agente a susceptibilidade de desencadear sem mais (embora nunca de forma automática) o efeito de menor exigibilidade susceptível de diminuir sensivelmente a culpa do agente. No caso do desespero o agente não se encontra num estado psicológico que lhe permita avaliar friamente o seu acto, daí falar-se em imputabilidade diminuída. Tanto numa situação como na outra não se torna necessário, diversamente do que sucede com a emoção, que elas devam ter-se também com “compreensíveis”.

Exactamente o mesmo haverá que dizer do motivo de relevante valor social ou moral, sendo certo que uma tal relevância tem de avaliar-se à luz da ordem axiológica suposta pela ordem jurídica<sup>290</sup>.

### **1.1.9. Formas especiais do crime**

A tentativa é punível nos termos combinados dos arts. 23.º n.º 1 e 133.º.

Uma vez que o privilegiamento se deve à culpa diminuída, a comparticipação entre agentes rege-se pela regra do art.º 29.º. Por exemplo, ao autor pode ser imputado um crime privilegiado e ao cúmplice um crime de homicídio privilegiado.

Pode verificar-se na mesma situação de vida um concurso de circunstâncias do tipo de homicídio qualificado e do tipo de homicídio privilegiado. Mas os crimes de homicídio qualificado e de homicídio privilegiado encontram-se numa relação de

---

<sup>287</sup> Cit. FIGUEIREDO DIAS, “*Comentário Conimbricense ao Código Penal*” (1999), p. 52.

<sup>288</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE, “*Comentário do Código Penal*” (2010), p. 358.

<sup>289</sup> Cf. Actas CP/ FIGUEIREDO DIAS, 1993, pp. 196-197.

<sup>290</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “*Comentário Conimbricense ao Código Penal*” (1999), p. 53.

exclusão entre si<sup>291</sup>. Assim, o tribunal deve ponderar quais são as circunstâncias que prevalecem. Verificando que prevalece a especial censurabilidade da culpa, aplica a moldura do art. 132.º. Concluindo que a culpa é especialmente diminuída, aplica a moldura do art. 133.º. Inaceitável é a solução da compensação mútua automática das circunstâncias, com punição do agente pelo homicídio simples<sup>292</sup>. FERNANDO SILVA<sup>293</sup> e SILVA DIAS<sup>294</sup> pronunciam-se, contudo, a favor da compensação das circunstâncias e da consequente punição a título de homicídio simples, eventualmente atenuado nos termos do art. 72.º.

O elenco das circunstâncias atenuantes da culpa é taxativo e a diminuição da culpa no homicídio privilegiado é geralmente mais acentuada do que a resultante da atenuação especial do art. 72.º, uma vez que a moldura penal no homicídio privilegiado fica aquém da moldura do homicídio simples com atenuação especial prevista no art. 73.º. Por isso, é admissível o concurso de circunstâncias previstas no art. 133.º e no art.º 72.º n.º 2, ou seja, é aplicável a atenuação especial da pena ao crime de homicídio privilegiado, quando a atenuação especial se deva a circunstância distinta da tida em conta para o privilegiamento<sup>295</sup>.

## **1.2. As características da emoção exigida pelo art. 133º**

I. As emoções podem ocorrer em diversos graus de intensidade, oscilando entre as mais ligeiras até às mais violentas. No caso concreto do crime de homicídio, e fora os casos de anomalia psíquica grave, é geralmente reconhecido que o agente age sempre em estado mais ou menos emocionado, uma vez que o agente mostra-se quase sempre excitado ou perturbado, sendo, por isso, raros os homicídios em que os agentes matam as vítimas a sangue-frio<sup>296</sup>. Contudo, o art. 133º exige como elemento típico que a emoção seja violenta. Se tal não acontecer, o crime será previsto no art. 131º ou 132º podendo a emoção relevar apenas, se o seu grau o justificar, para efeitos de

---

<sup>291</sup> Cf. STRATENWERTH/JENNY, 2003, p. 34., BK-SCHWARZENEGGER, 29.ª anotação ao artigo 112.º, TRECHEL, 27.ª anotação ao artigo 112.º, e PEDRO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código Penal*, p. 259.

<sup>292</sup> Neste sentido, cf. FIGUEIREDO DIAS, “*Comentário Conimbricense ao Código Penal*” (1999), p. 54.

<sup>293</sup> Cf. FERNANDO SILVA, “*Direito Penal Especial: Os Crimes Contra as Pessoas*” (2008), p. 94.

<sup>294</sup> Cf. SILVA DIAS, “*Direito Penal Especial: Os Crimes Contra as Pessoas*” (2007), p. 66

<sup>295</sup> Cf. AMADEU FERREIRA, “*Homicídio Privilegiado*” (1991), p. 89., FIGUEIREDO DIAS, “*Comentário Conimbricense ao Código Penal*” (1999), pp. 49-50., e SÁ PEREIRA e ALEXANDRE LAFAYETTE, “*Código Penal Anotado e Comentado, Legislação Conexa e Complementar*” (2008), p. 351.

<sup>296</sup> Cf. Ac. STJ de 16-7-1986, BMJ n.º 359, p. 380.

determinação concreta da pena nos termos do art. 72º n.º 2, pois de outra forma, haveria que absolver ou privilegiar a maioria dos homicídios dolosos<sup>297</sup>.

A lei só considera violenta aquela emoção que “domina” e leva o agente ao crime. Deste modo e uma vez que é a emoção que domina o agente, este perde o seu autodomínio, o seu controlo e a sua relação com a realidade. O agente, contudo, não deixa de ser imputável porque apesar de não conduzir, directamente, o seu comportamento, “deixa-se levar” pela violência da emoção que o domina.

Segundo AMADEU FERREIRA, a emoção violenta é um estado de afecto que pode prolongar-se e que está imbuída de uma dinâmica própria, sendo, por isso, de considerar, pelo menos, três momentos: o seu surgimento, o seu desenvolvimento e a descarga ou transbordamento. O autor salienta que existem vários casos em que a fase intermédia pode ser reduzida ao mínimo quando se trata de uma reacção imediata a um estímulo exterior. Por outro lado, há outras situações onde a mesma fase intermédia se pode prolongar durante muito tempo, como acontece, por exemplo, nos chamados estados de afecto<sup>298</sup>.

II. O que está em causa no art. 133º não é apenas considerar o grau de emoção mas sobretudo a influência que esta exerce sobre o agente, pois a emoção, além de violenta, deve domina-lo. Esse domínio afecta a inteligência e a vontade do agente, que ficam bastante diminuídas ou, até mesmo anuladas, porque se verifica uma fixação dos objectivos, uma indiferença pelos meios utilizados e a perda de consciência da realidade. Este domínio pode ser mais ou menos prolongado no tempo, conforme a duração da fase de desenvolvimento da emoção.

O domínio do agente pela emoção manifesta-se, principalmente, em termos psicológicos e morais. Nestes casos, verifica-se, nos agentes, uma redução abrupta ou até mesmo uma anulação total da capacidade de controlo dos seus actos, o que os leva a terem comportamentos absurdos e objectivamente insensatos, perda de consciência da realidade, perda do quadro de valores referencial do comportamento, e desmoronamento ou enfraquecimento de contra-motivações de carácter ético bloqueadoras de determinados comportamentos.

---

<sup>297</sup> Neste sentido: STRATENWERTH “*Strafrecht, Allgemeiner Teil, I, Die Straftat*” (1976), pp. 171 e ss.

<sup>298</sup> Cf. AMADEU FERREIRA, “*Homicídio Privilegiado*” (1991), p. 96.

Por esse motivo, não é concebível que alguém seja punido por uma emoção por mais violenta e dominadora que seja, mas apenas pelo facto ilícito cometido nesse estado. Em suma, o art. 133º exige uma relação de causalidade entre o crime e a emoção, uma vez que a emoção deve levar o agente a matar.

Segundo AMADEU FERREIRA, a relação de causalidade tem-se por verificada se o agente cometer o crime durante o estado emocional. O facto de o agente ter decidido cometer o crime antes do estado emocional não prejudica tal relação de causalidade, excepto se a decisão for ela própria a causa do estado emocional. Assim, a relação de causalidade não é suficiente para que a emoção seja “compreensível”<sup>299</sup>.

Todavia, a emoção pode não ser a única causa do crime, pois as emoções são fenómenos complexos e paralelamente a elas podem ocorrer outros motivos. O essencial é que o agente seja levado a matar durante o estado emocional e este deve ser o elemento decisivo para levar o agente ao crime.

III. A duração da emoção depende muito das circunstâncias envolventes, do indivíduo emocionado e da situação concreta em que a emoção surge. Daí que não se possam estabelecer limites rígidos.

Igualmente nada impede que a uma primeira “descarga” da emoção se sigam outras, estando ainda o agente dominado pela emoção. Tais situações devem considerar-se como uma unidade pois, na emoção, devem sempre ter-se em conta todos os momentos<sup>300</sup>.

### **1.3. A consideração da emoção em termos jurídicos<sup>301</sup>**

I. Segundo KRÜMPELMANN, a emoção deve ser analisada no todo, como uma unidade singular, desde do seu surgimento, passado pelo seu desenvolvimento e terminando na sua descarga ou exteriorização. Para este autor, o princípio metodológico decisivo está no alargamento da visão sobre o arrebatamento ou ímpeto manifestado na emoção até à sua própria génese, uma vez que o aspecto da reacção explosiva – a

---

<sup>299</sup> Cf. AMADEU FERREIRA, “*Homicídio Privilegiado*” (1991), p. 97.

<sup>300</sup> Cit. AMADEU FERREIRA, “*Homicídio Privilegiado*” (1991), p. 98.

<sup>301</sup> Nota: os autores alemães citados são referenciados na obra de CURADO NEVES: “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*” (2008).

descarga, também chamada de “movimento tempestuoso” – não descreve com exactidão o real conteúdo dos factos<sup>302</sup>.

Deste modo, é necessário tomar em conta todos os comportamentos do agente realizados durante a emoção, bem como os influenciados e determinados por esta: a decisão de cometer o crime, a reflexão sobre o seu cometimento, o modo de execução, etc. Muitas vezes só é possível apreciar correctamente a explosão emocional final se tivermos em conta o conflito interior que a precede e que, por vezes, pode ser longo.

Sobre este tema, RASCH compara a emoção a um mosaico composto por vários elementos, constituintes da unidade do conjunto: a personalidade do agente, factores psicológicos, influências exógenas, o estado psíquico nas semanas e meses antes da acção, o comportamento imediatamente antes, durante e depois da acção<sup>303</sup>.

Por conseguinte e tendo em conta que há sempre algo de exterior que bloqueia a emoção, só aquele longo conflito interior poderá explicar que factos banais, autênticas bagatelas em si mesmas consideradas, possam desencadear uma emoção com tal violência. Por esse motivo, a emoção violenta não tem de ser instantânea (apenas momentânea), justamente pelo prisma daquilo que a psicologia chama de “espiral de emoções”: às vezes basta uma gota para fazer transbordar o copo de água; às vezes não é essa gota que é relevante em si mas todo o resto, como aquele conjunto de emoções que se foi acumulando ao longo do tempo, que provoca precisamente o descontrolo naquela determinada situação. Assim, não tem de haver uma emoção violenta imediata, podendo compreender-se uma emoção resultante de uma acumulação de emoções que se foi densificando em espiral.

II. A emoção, igualmente, só poderá ser correctamente avaliada se tomarmos como medida o próprio agente emocionado. É em relação a ele, e não em abstracto ou de acordo com qualquer homem médio, que se pode determinar se a emoção é violenta e o domina. A emoção é um facto, pelo que não se pode confundir a determinação da sua existência com a sua avaliação ou valoração normativa do ponto de vista da culpa do agente. Deste modo, concordando com a opinião de AMADEU FERREIRA, entendo

---

<sup>302</sup> Cf. KRÜMPELMANN, “*Motivation und Handlung im Affekt*” (1974), pp. 327 e ss.

<sup>303</sup> Cf. RASCH, “*Die psychologisch – psychiatrische Beurteilung von Affektdelikten*” (1980), pp. 1310 e ss.

que confundir os dois momentos não só não é elucidativo como, na prática, leva a anular o momento psicológico do agente<sup>304</sup>.

#### **1.4. A amplitude do conceito de emoção no art. 133º**

I. O legislador no art. 133º não faz qualquer tipo de distinção entre as emoções asténicas (medo, desespero, etc.) e as esténicas (ira, cólera, irritação), uma vez que há situações de fronteira e, também, porque à emoção esténica pode suceder a emoção asténica e vice-versa. Deste modo, considera-se que o art. 133º abarca os dois tipos de emoção, sem fazer qualquer tipo de distinção entre elas.

Tal distinção, contudo, é essencial, por exemplo, no art. 33º n.º 2 em relação ao excesso de legítima defesa. Todavia, no art. 133º, considera-se que tanto as emoções esténicas como as asténicas podem surgir com uma tal violência e intensidade que sejam capazes de dominar o agente e arrastá-lo ao crime. O que interessa é que a emoção seja de tal forma intensa a ponto de dominar o agente, independentemente da sua origem esténica ou asténica.

II. AMADEU FERREIRA rejeita o argumento de que as emoções esténicas estão contidas na primeira parte do artigo (no seguimento da doutrina da provocação à ira) e que as asténicas estão reservadas para a segunda parte na medida em que aí se referem o desespero e a compaixão. Este autor entende que na segunda parte é valorado não apenas a emoção mas também o motivo e que as situações a que se refere a segunda parte do artigo podem caber ainda na primeira parte se forem violentas ao ponto de dominar o agente, não sendo necessário considerar os motivos mas apenas a compreensibilidade da emoção<sup>305</sup>.

Ora, se por um lado é verdade que não é feita nenhuma distinção entre emoções esténicas e asténicas no art. 133º, também não é menos verdade que a emoção violenta tem de ser compreensível, ao passo que tal compreensibilidade não é exigida nas situações de desespero ou compaixão. O medo, por exemplo, pode despoletar no agente uma fúria incontável que o leva à prática do facto criminoso, de maneira a eliminar o perigo que o ameaça e atormenta. No entanto, esse mesmo medo pode tomar de tal

---

<sup>304</sup> Cf. AMADEU FERREIRA, “*Homicídio Privilegiado*” (1991), pp. 99-100.

<sup>305</sup> Cf. AMADEU FERREIRA, “*Homicídio Privilegiado*” (1991), pp. 100-101.

forma conta do estado psicológico do agente que este não vê outra solução para o seu problema que não seja a morte da pessoa que o agride constantemente e torna a sua vida num verdadeiro inferno.

Em ambos os casos a emoção asténica original – medo – levou à prática de um homicídio privilegiado. No primeiro caso, as agressões e provocações que inicialmente causavam medo e pavor ao agente forçaram-no, de certa forma, a cometer o crime; surge uma emoção violenta que é compreensível porque qualquer homem fiel ao direito, colocado na posição do agente, nas mesmas condições de tempo e lugar, dificilmente se conseguiria libertar da emoção violenta que dele se apoderou. Naquela situação concreta, seria menos exigível ao agente que, sob aquelas circunstâncias, tivesse um comportamento não tradutor de um facto ilícito-típico.

Na segunda situação o medo apodera-se de tal forma do agente que este não vê outra saída para a situação que está a viver senão a morte daquela determinada pessoa. O requisito adicional “que diminuam sensivelmente a sua culpa”, comum às quatro situações típicas referidas no artigo 133º, é analisado de maneira diferente quer numa quer noutra situação. Conforme já foi referido, o fundamento de atenuação é a diminuição da culpa do agente, assim, a conduta do agente diminui sensivelmente a sua culpa se a emoção que o domina for de tal forma intensa ao ponto de lhe provocar uma perturbação da consciência que conseqüentemente, não permite que o agente, no momento de praticar o facto, possua, plenamente, a faculdade de apreciar o carácter ilícito do seu acto ou de se determinar de acordo com essa apreciação. No primeiro caso é necessário que a emoção violenta para além de compreensível diminua sensivelmente a culpa; no segundo caso, o fundamento de atenuação especial são as limitações da capacidade psicológica do agente que vive esse estado emocional, tendo por isso que se aferir a posição e o entendimento que o agente tinha naquela situação em concreto.

Deste modo, a mesma emoção asténica pode criar no agente uma nova emoção esténica que o domina e o leva a praticar o crime, como pode, por sua vez, domina-lo, priva-lo do seu normal discernimento e indicar-lhe a morte daquele determinada pessoa como a única solução possível para a sua situação. Assim, contrariamente ao que afirma AMADEU FERREIRA, as situações de desespero não podem ser incluídas na primeira parte do art. 133º, uma vez que não existe, verdadeiramente, nenhuma emoção violenta. No primeiro exemplo que referi à pouco, a conduta do agente foi integrada na primeira parte do art. 133º não porque este agente vivia uma situação desesperante mas porque

surgiu nele uma fúria incontrolável que o arrastou para o crime. Apesar de ser a situação desesperante que a sua vida se tinha tornado o motivo que levou ao surgimento da emoção esténica e que ajuda a “compreender” que o agente se tenha deixado arrastar por ela, a verdade é que a sua conduta só poderá ser objecto de atenuação por se tratar de uma compreensível emoção violenta. Já no segundo caso, o agente devido aos constantes maus tratos a que é sujeito, encontra-se num estado psicológico que não lhe permita avaliar friamente o seu acto; não existe nenhuma emoção violenta, o que existe apenas, na mente do agente, é uma solução rápida e eficaz para acabar com o seu sofrimento e mal-estar (matar o responsável por aquela situação insustentável que se tornou a sua vida).

Por conseguinte, não é possível concordar com a integração do desespero na primeira parte do artigo 133º uma vez que o momento psicológico do agente é diferente numa situação e noutra, e porque o fundamento da atenuação da culpa também é diferente. As situações de desespero que relevam como emoção violenta deverão ser analisadas com base na compreensibilidade da emoção violenta que domina o agente, já as situações em que o desespero é a causa que leva à prática do facto ilícito típico, só poderão relevar dado o menor grau da emoção, devido ao motivo e à pressão exercida sobre o agente.

## **2. As emoções e as situações de exclusão da culpa ou de desculpa**

Para podermos apreender a compreensibilidade das emoções que atenuam a culpa do agente no crime de homicídio, devemos analisar o seu efeito sobre a exclusão da culpa ou a desculpa do agente. É à luz destas que deve ser considerada a diminuição sensível da culpa do agente pois é, em geral, aceite que as causas de exclusão da culpa ou as causas de desculpa quando verificadas em grau menor levam também à diminuição da culpa.

Deste modo, vão ser aqui analisadas algumas situações em que é excluída a culpa do agente (inimputabilidade) ou em que a sua conduta é desculpada (excesso de defesa e estado de necessidade desculpante). É necessário apurar até que ponto os estados emotivos violentos podem estar na sua base, de maneira a que possa retirar algumas conclusões para a concretização da compreensibilidade da emoção violenta no crime de homicídio privilegiado.



Posteriormente, quando forem analisados outros tipos de crime, ver-se-á, também aí, até que ponto as emoções presentes nessas condutas do agente lhe diminuem ou lhe excluem a culpa.

## **2.1. Emoção e imputabilidade<sup>306</sup>**

I. Para alguns autores uma emoção violenta pode estar na origem de uma situação de inimputabilidade. Estes autores defendem que a expressão “anomalia psíquica”, presente no art. 20 n.º 1 do CP, é utilizada em termos tão amplos que pode incluir tais estados emotivos<sup>307</sup>.

Também na Alemanha, existe um grande número de penalistas que defendem que os estados passionais conduzem à inimputabilidade. Para estes juristas, o agente passional não está, devido à anormalidade do seu estado psíquico no momento do facto, capaz de se motivar em função das normas violadas. O estado passional constitui assim uma perturbação profunda da consciência de efeitos equiparáveis aos de doenças mentais em sentido estrito.

De entre os autores que defendem tal ponto de vista, há que destacar KRÜMPELMANN que procurou demonstrar que nos estados passionais característicos o agente se encontra inimputável. KRÜMPELMANN comparou os resultados das experiências de DEMBO com a evolução da disposição do agente que leva à prática de homicídios em estado passional, apresentada no estudo de RASCH. Na origem da evolução encontra-se, em qualquer dos casos, um conflito que o agente não pode resolver e a que não consegue escapar. Na maior parte dos casos estudados por RASCH o sujeito vê-se na iminência de ser abandonado pelo seu parceiro amoroso ou conjugal; não consegue convencê-lo a alterar os planos de separação, mas também não consegue conformar-se com as suas consequências – perda de um esteio fundamental para a sua auto-estima, do símbolo do seu sucesso social. Com a evolução do conflito inter-pessoal e da sensação de impotência do parceiro abandonado ou em vias de o ser surgem certas especificidades comportamentais relacionadas com os factos passionais, que

---

<sup>306</sup> Os autores Alemães referenciados são baseados no estudo de CURADO NEVES in “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*” (2008), pp. 311 a 475.

<sup>307</sup> Vide: FIGUEIREDO DIAS, “*Pressupostos da punição e causas que excluem a ilicitude e a culpa*” (1983), p.77; RASCH, “*Die psychologisch – psychiatrische Beurteilung von Affektdelikten*” (1980), p. 206; RUDOLPHI, “*Affekt und Schuld*” (1974), p. 214; STRATENWERTH, “*Strafrecht, Allgemeiner Teil, I, Die Straftat*” (1976), p. 171.

KRÜMPELMANN designou “*síndrome de Rasch*”<sup>308</sup>. O indivíduo vai concentrando a sua vivência na relação em crise, descarta outros interesses, perde cuidados regrados a que dava importância anteriormente, desleixa contactos sociais, eventualmente começa a consumir álcool abusivamente; no paroxismo da crise tira a vida ao parceiro epositor no conflito<sup>309</sup>. Ao analisar estas duas investigações, KRÜMPELMANN concluiu que o agente se encontra incapaz de culpa no momento do facto.

AMADEU FERREIRA, por seu turno, apesar de concordar em parte com esta doutrina, chama a atenção para o facto de a situação de inimputabilidade, se ter de verificar “no momento da prática do facto” e de ter como efeitos sobre o agente a incapacidade de avaliar a ilicitude do facto ou a incapacidade de se determinar de acordo com essa avaliação. Para este autor o agente não tem culpa pelo facto praticado, pois é de tal forma dominado, que não tem forças para se determinar de acordo com a avaliação da ilicitude do facto<sup>310</sup>.

Totalmente contra a doutrina de que os estados passionais constituem profundas perturbações da consciência, está CURADO NEVES. Este autor entende que os estados passionais não são fenómenos psicopatológicos, pelo que não podem ser reconduzidos ao conceito de anomalia psíquica contido no art. 20º do CP. CURADO NEVES, apesar de reconhecer que a constituição psíquica do agente – conhecida como síndrome de Rasch – pode constituir uma perturbação mental, defende que esta não altera a estrutura motivacional do agente e, como tal, não pode ser incluída nas anomalias psíquicas a que se refere o art. 20º<sup>311</sup>.

II. Antes de ser tomada qualquer posição em relação a esta polémica, é necessário ter presente alguns conceitos. Assim, no que respeita à questão da imputabilidade e anomalia psíquica, apesar do conceito de anomalia psíquica referida no n.º 1 do art. 20º do CP ser um conceito, essencialmente, normativo, cujo significado só pode ser encontrado no contexto legal e doutrinário que lhe deu origem<sup>312</sup>, a verdade é que o Direito não pode definir a imputabilidade penal em função de uma abstracta e

---

<sup>308</sup> Cf. KRÜMPELMANN, “*Affektdelikte*” (1993), p. 19.

<sup>309</sup> Cit. CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*” (2008), p. 479.

<sup>310</sup> O autor dá como exemplo as situações em que estão presentes estados passionais, pois em alguns casos eles podem provocar a inimputabilidade do agente, embora se tratem de casos raros. Deste modo, AMADEU FERREIRA entende que, por vezes, o momento volitivo da culpa torna-se duvidoso na actuação sob intensa emoção. (cf. AMADEU FERREIRA, “*Homicídio Privilegiado*”, 1991, p. 108)

<sup>311</sup> Cf. CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*” (2008), p. 607.

<sup>312</sup> Neste sentido: CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*” (2008), p. 311.

pressuposta capacidade de determinação pela norma, que prescinda de investigar a maturação da inteligência e as reais capacidades de abstracção, discernimento, apreciação ética e determinação da vontade<sup>313</sup>.

O art. 20º do CP revela um certo cruzamento entre o nível jurídico e o nível das Ciências da mente. Por conseguinte, o legislador afirma, no art. 20º n.º 1, que é “inimputável quem, por força de uma anomalia psíquica, é incapaz, no momento da prática do facto, de avaliar a ilicitude deste ou de se determinar de acordo com essa avaliação”. Assim, o facto de existir uma anomalia psíquica não significa, imediatamente, que a pessoa afectada é inimputável; é necessário que a anomalia psíquica torne o agente incapaz de avaliar e/ou de se determinar pela ilicitude. Por outro lado, o conceito de “anomalia psíquica” não inclui, apenas, a doença mental de base orgânica, mas também as psicopatias, neuroses, psicoses, e as perturbações profundas da consciência. Face as características destas doenças, que já foram referidas no 1º Capítulo, e à sua inclusão no conceito médico-jurídico de anomalia psíquica, rapidamente se conclui que a anomalia psíquica pode ser acidental e transitória<sup>314</sup>; o que se torna indispensável é que no momento da prática do facto, tal anomalia psíquica impossibilite o agente de avaliar a ilicitude do facto, ou de se determinar de acordo com essa avaliação.

Em relação à inclusão dos estados passionais no conceito jurídico de anomalia psíquica, recorde-se que nem o DSM-IV, nem a ICD-10 incluem os estados passionais nos quadros clínicos das doenças mentais susceptíveis de provocar perturbações da consciência. Conforme se referiu na 1ª parte, não existe qualquer perturbação mental que consista, apenas e simplesmente, num estado emocional muito intenso, susceptível de privar o afecto do controlo dos seus actos. Porém, existem vários autores que procuram verificar até que ponto se pode falar de anomalia psíquica na prática de factos passionais. Destes vários autores destaca-se KRÜMPELMANN, não só pela forma como defende e justifica a sua posição, mas também pelas críticas dirigidas aos autores psiquiátricos que negam relevância forense aos estados passionais por partirem de considerações formais ou dogmáticas, em vez de aspectos fácticos ou científicos<sup>315</sup>.

---

<sup>313</sup> Assim refere Fernanda Palma in “*Casos e Materiais de Direito Penal*” (2004), p. 101.

<sup>314</sup> Cf. EDUARDO CORREIA, “*Actas CP/Eduardo Correia*” (1965), pp. 140-143.

<sup>315</sup> Cf. KRÜMPELMANN, “*Affekt*” (1972), pp. 109 e ss.

Todavia, tal como denotou CURADO NEVES<sup>316</sup>, as experiências de DEMBO permitiram verificar que a progressão do estado emocional leva a que o campo psíquico do agente se torne mais primitivo, levando à perda da capacidade de reflectir sobre a situação, pois o agente imagina que pode resolver a situação por algum meio irreal, o que o leva a perder, progressivamente, o respeito pelas normas e regras sociais. Apesar de deixarem de ser palpáveis muitas das barreiras que normalmente impedem a decisão no sentido da prática do facto incompatível com normais sociais, morais e jurídicas a que o indivíduo se sente obrigado, a verdade é que não é toda e qualquer regra que deixa de todo de produzir efeitos<sup>317</sup>. A questão da capacidade de motivação não chega a ser analisada nos estudos de DEMBO e, como tal, foi não demonstrado que algum dos agentes se encontrasse privado da capacidade de motivação. Para se poder falar de inimputabilidade é necessário compreender o processo de motivação que envolve os agentes e tal compreensão passa, necessariamente, pela análise de outros elementos como o conhecimento da personalidade do agente, das suas expectativas em relação à prova a que foi sujeito, o resultado dos seus estudos em geral e o conhecimento mais aproximado do processo de motivação que o levou a reagir daquela forma. Nada disto foi feito nas experiências de DEMBO, uma vez que tais experiências não tinham por objecto retirar conclusões forenses.

III. KRÜMPELMANN não elaborou as suas conclusões com base apenas nas experiências de DEMBO, mas, essencialmente, da sua comparação com casos de relevância criminal relatados na doutrina psiquiátrica e retirados da jurisprudência. Porém, retirar elementos que nos permitam decidir a questão da inimputabilidade com base em tal comparação suscita algumas dúvidas. É certo que as experiências de DEMBO permitem obter um melhor conhecimento do processo que leva o autor passional a praticar um homicídio, sendo possível, nalguns casos, reconstituir o conflito gerador da degradação do estado mental do agente, a regressão dos processos mentais, o surgimento do estado de disposição para o facto, bem como o incidente que dá origem à “descarga emocional”. Todavia, nada disto permite tirar conclusões relativamente à capacidade de culpa do agente. Neste aspecto as experiências de DEMBO não podem dar qualquer contributo, precisamente porque não permitem retirar quaisquer conclusões

---

<sup>316</sup> Vd. CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*” (2008), pp. 477-522.

<sup>317</sup> Cf. CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*” (2008), p. 483.

sobre a maior ou menor capacidade de motivação dos experimentados em que o processo de irritação progressiva originou a erupção emocional<sup>318</sup>.

Por outro lado, também o factor tempo surge como obstáculo fundamental à contraposição das experiências de DEMBO e aos casos de homicídios passionais. As primeiras tiveram lugar numa única sessão, na qual o experimentado tomou conhecimento da natureza da tarefa, iniciou a sua realização, experimentou a sua dificuldade e uma série de sensações que levaram a uma irritação progressiva que, nalguns casos, originou uma explosão emocional desmedida. Já os homicídios passionais têm lugar depois de um processo mais ou menos prolongado no decorrer do qual o agente sente a transição entre aqueles estados de espírito, não no decorrer de uma experiência isolada, mas com tempo para os inserir na sua vivência quotidiana, perspectivar no quadro das suas expectativas e dos seus objectivos de vida<sup>319</sup>.

A principal diferença está no modo como o conflito altera a maneira de ser do agente e a sua postura social. As experiências de DEMBO permitem verificar um processo normal de alteração do estado de espírito do agente, que dá lugar ao fenómeno da exaltação, acompanhado das consequências sobre a capacidade para tomar decisões ponderadas. Os estados passionais, por seu turno, verificam-se em situações reais de vida onde existe uma vivência anormal que dá origem a alterações duradouras na personalidade do agente. Ao passe que nas experiências de DEMBO o agente exaltado não pratica factos estranhos à sua personalidade e que nunca praticaria noutras circunstâncias, nos factos passionais resultantes de um conflito prolongado pode verificar-se não um facto estranho à personalidade do agente mas uma alteração da própria personalidade do agente<sup>320</sup>. A verificação desta alteração leva muitos psiquiatras a afirmar que em certos factos passionais pode ser posta em causa a imputabilidade do agente. Mas será que esta alteração da personalidade é suficiente para falar de inimputabilidade?

Para THOMAE os estados passionais constituem perturbações da consciência que se traduzem em alterações, duradouras ou momentâneas, da personalidade<sup>321</sup>. A alteração comportamental verifica-se, regra geral, quando alguém pratica um facto que dele não se espera. Todavia, isso não significa que a estrutura do processo de motivação

---

<sup>318</sup> Cf. CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*” (2008), p. 485.

<sup>319</sup> Cf. CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*” (2008), p. 486.

<sup>320</sup> Cf. CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*” (2008), p. 487.

<sup>321</sup> Cf. THOMAE/SCHMIDT, “*Handbuch der Psychiatrie, II*” (1967), pp. 363 e ss.

esteja alterada, pois, tal como refere CURADO NEVES: “nenhuma pessoa é um monólito que apresente sempre a mesma reacção a qualquer situação de vida”<sup>322</sup>. No caso do homicídio, a predisposição do agente para o crime representa sempre uma alteração do comportamento da generalidade dos autores deste crime, pelo que, não é possível tirar conclusões em relação à capacidade de culpa dos agentes, no momento da prática do facto, com base na mera alteração comportamental.

THOMAE, por seu turno, citando pareceres de psiquiatras e psicólogos, afirma que nos casos de homicídio passional o facto é praticado numa reacção passional coactiva, verificando-se estreitamento da consciência, decorrendo como uma fatalidade. Para este autor o agente encontra-se afectado por falta de orientação normativa, que corresponde a uma perturbação profunda da consciência, devendo por isso ser considerado inimputável<sup>323</sup>. Contudo, THOMAE não demonstra em que medida estas circunstâncias afectam a capacidade de motivação do agente.

Nos vários casos que foram analisados por THOMAE verificou-se um estreitamento da consciência do agente, que lhe permitiu praticar um acto incompatível com a sua personalidade, devido a uma ruptura com o seu estilo normal de comportamento, que ocorre sem que o agente o possa evitar, porque, no momento da prática do facto, as normas que normalmente proíbem o agente de se comportar daquela forma não são tomadas em consideração, pois estão psiquicamente inacessíveis. Porém, estas considerações não permitem concluir que o agente praticou o facto por se encontrar inimputável. Nos vários casos analisados por THOMAE verificou-se, de uma maneira geral, que foi a agitação que envolve os agentes, seguida da decisão de matar que originou o estado passional que culminou na prática do facto. Nos relatos de THOMAE, não se encontra qualquer elemento que permita supor que o agente estava impedido de se decidir tomando em consideração o contexto normativo do facto a praticar; em contrapartida, é de supor que o agente quis, voluntariamente, praticar o facto, ignorando, para tal, a valoração jurídico-social deste.

*In veritate*, não é possível assinalar, no percurso da tomada de decisão, circunstâncias externas ao processo motivacional que tenham impedido o agente de se aperceber da natureza ilícita do facto que decidiu praticar. Por seu turno, é a natureza da decisão e a sua importância sobre a vida presente e futura do agente, que originaram,

---

<sup>322</sup> Cf. CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*” (2008), p. 505.

<sup>323</sup> Cf. FOERSTER/VENZLAFF, “*Psychiatrische Begutachtung*” (2000), p. 185.

provavelmente, um processo de excitação que o levam a afastar do pensamento contra-argumentos que alterariam o teor da decisão. Falta neste processo de decisão um estado anômalo que permitisse dizer que o processo de tomada de decisão é diferente e não comparável com o de uma pessoa psicologicamente saudável<sup>324</sup>.

Conforme já foi referido na Parte I, a existência de transtornos de personalidade, bem como reacções vivenciais anormais, podem afectar o estado de espírito do agente a ponto de condicionar as suas decisões. Podem até se verificar certos casos em que a presença de perturbações profundas da consciência originam estados passionais que conduzem à prática do facto ilícito, nos quais o agente se encontra numa situação de inimputabilidade por ser incapaz de se determinar com o juízo de ilicitude. Mas não é esse o entendimento de THOMAE. Para este autor os transtornos momentâneos da personalidade são equiparáveis a perturbações da consciência e subsume os estados passionais nos primeiros. THOMAE acaba por não considerar a existência de uma perturbação da personalidade que prive o agente da capacidade de motivação; em vez disso, afirma que é a falta de capacidade de motivação que se traduz num distúrbio mental<sup>325</sup>.

Tal entendimento poderá ser válido em psicologia ou psiquiatria, mas não pode ser aceite para efeitos de verificação da imputabilidade, pois não permite distinguir entre situações em que o agente está à partida impossibilitado de tomar decisões que reflectam a sua qualidade de membro responsável da comunidade, e outros em que é a dinâmica da decisão tomada que limita, em maior ou menor grau, a ponderação do relevo social e normativo do facto a praticar. Deste modo, não é possível falar de inimputabilidade nos termos do art. 20 CP, com base na emoção intensa de *per si*, pois os estados passionais apesar de configurarem distorções que toldam a visão clara da situação, não anulam por completo a razão nem a capacidade de autocontrolo, nem configuram, de *per si*, nenhuma doença mental do ponto de vista médico ou jurídico.

IV. Regressando a KRÜMPELMANN, recorde-se que este autor dirige algumas críticas aos autores psiquiátricos que negam relevância forense aos estados passionais. As suas principais críticas são dirigidas em especial contra GRUHLE e HADAMIK. GRUHLE desenvolveu um conceito estrito de consciência que só permitia considerar

---

<sup>324</sup> Cf. CURADO NEVES, “A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais” (2008), p. 506.

<sup>325</sup> Cf. CURADO NEVES, “A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais” (2008), p. 507.



perturbações da consciência fenómenos de origem doentia<sup>326</sup>. Apesar de este autor ter publicado pouco sobre as aplicações forenses daquele conceito, ficou conhecido o seu parecer no caso OGH 3, 80<sup>327</sup>, no qual afirmou que o agente no momento da prática do facto não podia dar conta dos seus actos, o que aliás seria normal nos estados passionais, em que os sujeitos se deixam levar pelas paixões; não seria contudo possível falar de perturbação da consciência, que só tem lugar quando há diminuição da vigilância<sup>328</sup>. Posteriormente, a posição de GRUHLE foi desenvolvida e aprofundada pelo seu discípulo HADAMIK.

KRÜMPELMANN afirma que os psiquiatras que contestam a relevância dos estados passionais não deixam de admitir que aquele estado psíquico leva à incapacidade de motivação. Esta crítica é especialmente dirigida a HADAMIK, quando afirma que: “se se disser que o agente tem que ter a capacidade de ponderar representações em sentido oposto, etc., terá que se responder que o agente passional não a tem (presente). Assim, caso se entenda que o autor não tem culpa se não tiver tido aquela “ponderação”, não a tem. Neste caso, muitos agentes passionais seriam inimputáveis (...)”<sup>329</sup>. Todavia, tal como denota CURADO NEVES, a afirmação de HADAMIK não é feita para admitir que são utilizados critérios mais restritos, mas antes para indicar quais as consequências de abrir as portas da inimputabilidade a agentes passionais (e consequente exclusão da culpa) na generalidade dos casos. A ponderação do facto e das suas consequências estão geralmente ausentes das decisões quotidianas, uma vez que a generalidade dos factos resulta de um turbilhão intenso composto por impulsos e emoções. É por esse motivo que se procura na maioria dos ilícitos penais a auto-consciência, a ponderação de representações opostas decorrentes dos prós e contras do acto<sup>330</sup>, porque a falta de reflexão sobre o facto é motivada pela fixação exclusiva da atenção, sentimento e do pensamento no objecto da emoção. HADAMIK observa que o surgimento do estado passional não é inconstante, antes pelo contrário verifica-se uma entrega à emoção. O indivíduo abandona o auto-controlo quando deixa de acreditar na possibilidade de realização dos seus objectivos anteriores, faz desaparecer as barreiras que impedem a realização do facto e acaba por auto-justificar a sua conduta: “ao fim ao

---

<sup>326</sup> Cf. CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*” (2008), pp. 37 e ss.

<sup>327</sup> Cf. CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*” (2008), pp. 87 e ss.

<sup>328</sup> Cit. CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*” (2008), p. 513.

<sup>329</sup> Cf. HADAMIK, GA 1957, p. 108; citado por CURADO NEVES, in “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*” (2008), p. 513.

<sup>330</sup> Cf. HADAMIK, GA 1957, pp. 102-103.



cabo também me fizeram mal”<sup>331</sup>. RASCH chegaria a conclusões idênticas anos depois. Por conseguinte, KRÜMPELMANN, que reivindica as conclusões dos estudos de deste autor para fundamentar o aspecto empírico da sua tese, devia em rigor reconhecer o valor das observações de HADAMIK (aliás baseadas na análise, da sua actividade forense, de um conjunto significativo de casos) para o conhecimento dos estados passionais<sup>332</sup>.

Deste modo, contrariamente ao que afirma AMADEU FERREIRA, as emoções fortes que estão na origem dos estados passionais não constituem nenhuma anomalia psíquica porque neles apenas se verifica uma perturbação transitória e não patológica da consciência, com cariz súbito, reactivo e mecânico, mas que não obsta à orientação do agente pelos valores<sup>333</sup>.

V. AMADEU FERREIRA entende que o paralelismo existente entre as expressões utilizadas no art. 20º n.º1 “... *por força* de uma anomalia psíquica...” e 20º n.º 2 “... e cujos efeitos *não domina*...”, com as expressões utilizadas no art. 133º “...*dominado* por...”, mostra que no art. 133º o legislador pode ter querido incluir situações que são de autêntica inimputabilidade ou, pelo menos, muito próximas dela<sup>334</sup>. Mas também aqui não é possível concordar com a opinião deste autor. A imputabilidade a que se refere o art. 20º aplica-se a situações em que o agente, devido a uma anomalia psíquica, se encontra incapaz de uma avaliação e determinação pela ilicitude. No caso do art. 133º o legislador reconhece que uma emoção intensa pode dominar o agente privando-o do seu auto-domínio, do seu controlo e da sua relação com a realidade. No entanto não é possível falar aqui em inimputabilidade porque a emoção intensa não priva o agente da sua motivação. Não se trata de uma perturbação patológica da consciência, mas antes de uma perturbação transitória, com cariz súbito, reactivo e mecânico.

Entendo que o legislador no art. 133º teve a sensibilidade em separar as situações de inimputabilidade daqueles em que se verifica uma imputabilidade diminuída, uma diminuição da culpa por força de uma “emoção violenta”, “compaixão”, desespero, ou motivo de relevante valor social ou moral. O privilegiamento da conduta

---

<sup>331</sup> Cf. HADAMIK, GA 1957, pp. 104 e ss.

<sup>332</sup> Cf. CURADO NEVES, “A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais” (2008), p. 514.

<sup>333</sup> Neste sentido: PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, “Comentário do Código Penal” (2010), p. 127.

<sup>334</sup> Cf. AMADEU FERREIRA, “Homicídio Privilegiado”, 1991, pp. 108-109.

do agente verifica-se, num primeiro momento, por existir uma emoção de tal forma intensa que domina o agente e o priva da sua relação com a realidade. Esta falta de domínio é compreensível dada a força da emoção. É compreensível e até aceitável que as forças faltem contra uma força muito superior, pelo que a compreensibilidade deve estar, antes de mais, relacionada com a própria força violenta da emoção. O juízo de compreensibilidade deve ser feito em relação à emoção que provoca o corte do agente com o seu auto-controlo.

Num segundo momento é necessário analisar até que ponto a emoção dominante diminui sensivelmente a culpa do agente. É de notar que o legislador fala em diminuir a culpa do agente e não em excluir a culpa do agente, pelo que não é possível falar aqui em nenhuma intenção por parte do legislador em incluir no art. 133º situações de inimizabilidade. O que se pretende no art. 133º é que a emoção seja de tal forma violenta ao ponto de chegar a provocar uma perturbação de consciência tal que o agente, no momento de agir, não possuía plenamente a faculdade de apreciar o carácter ilícito do seu acto ou de se determinar de acordo com essa apreciação. No entanto não é possível falar de inimizabilidade porque apesar de não conduzir, directamente, o seu comportamento, o agente opta, voluntariamente, por se deixar levar pela violência da emoção que o domina.

### **2.1.1. Emoção provocada de forma dolosa e negligente**

I. O n.º 4 do art. 20º não exclui a imputabilidade do agente quando a anomalia psíquica contemporânea do factor tiver sido provocada por aquele com intenção de provocar o facto (*Actio libera in causa*). Neste caso, o agente é considerado imputável porque instrumentaliza o seu próprio corpo de modo a realizar um facto querido pela sua vontade. Trata-se, então, de uma excepção à regra da coincidência entre a inimizabilidade e o facto<sup>335</sup>.

Segundo PINTO DE ALBUQUERQUE, FERNANDA PALMA e FIGUEIREDO DIAS, a acção livre na causa pode ser provocada com dolo directo ou necessário, mas não admitem a punição do agente a título de dolo eventual<sup>336</sup>. TERESA

---

<sup>335</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE, “Comentário do Código Penal” (2010), p. 130, anotação 17.

<sup>336</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE, “Comentário do Código Penal” (2010), p. 130; FERNANDA PALMA, “Casos e Materiais de Direito Penal” (2004) p. 102; FIGUEIREDO DIAS, “Direito Penal, Parte Geral”, Tomo I (2004), pp. 545 e ss.

DE BRITO vai mais longe e admite a acção livre na causa com dolo eventual<sup>337</sup>. Em sentido contrário, CAVALEIRO DE FERREIRA e GERMANO MARQUES DA SILVA admitem apenas a privação intencional e preordenada da imputabilidade<sup>338</sup>. Por último, RUI PERREIRA e TAIPA DE CARVALHO admitem a acção preordenada apenas a título de dolo directo<sup>339</sup>.

II. No caso do art. 133º também se exige que a emoção, não tenha sido provocada pelo agente de forma preordenada (acção livre na causa), uma vez que não pode ser compreensível a emoção causada preordenadamente pelo agente, com o intuito de praticar um homicídio. Nestes casos, o legislador recua a momentos anteriores para fundamentar um juízo de culpa, porque no momento da prática do facto, o agente tem a sua imputabilidade diminuída. Assim, é necessário analisar, nestes factos, o momento temporal da prática do facto com uma certa elasticidade porque a emoção acaba por ser, ela própria, um meio de execução do facto. Por conseguinte, a análise da emoção tem de ser feita, obrigatoriamente, em dois momentos: no momento da prática do facto e na sua origem. Se o agente não pode ser responsabilizado no primeiro momento, já o poderá ser no segundo. Deste modo, apesar da imputabilidade diminuída do agente no momento da prática do facto, ele poderá ser punido não de acordo com o art. 133º, mas de acordo com os arts. 131º ou 132º.

Tal como refere AMADEU FERREIRA: “esta solução deriva directamente do art. 20º n.º 4, em nada respeitando à compreensibilidade da emoção, a não ser em sentido muito amplo, nada nos adiantando para o preenchimento daquele conceito”<sup>340</sup>. Todavia, o legislador recua para além do momento da prática do facto para poder fundamentar a culpa do agente, pelo crime cometido, pelo menos nos casos de provocação preordenada da emoção.

III. Nos casos em que a acção livre na causa não é preordenadamente provocada mas que ainda assim é provocada culposamente, isto é, nos casos em que *actio libera in*

---

<sup>337</sup> Cf. TERESA DE BRITO, 1991, p. 11; citada por PINTO DE ALBUQUERQUE, in “*Comentário do Código Penal*” (2010), p. 130.

<sup>338</sup> Cf. CAVALEIRO DE FERREIRA, “*Lições de Direito Penal, Parte Geral, I*” (1992), pp. 276-277; GERMANO MARQUES DA SILVA, “*Direito Penal Português, Parte Geral, II*” (1998), p. 158.

<sup>339</sup> Cf. RUI PERREIRA, “*O consumo e tráfico de droga na lei penal portuguesa*” (1996), in RMP, ano 17º, n.º 65, p. 63; TAIPA DE CARVALHO, “*Direito Penal, Parte Geral*”, volume II (2004), p. 318.

<sup>340</sup> Cit. AMADEU FERREIRA, “*Homicídio Privilegiado*” (1991), p. 110.

*causa* é provocada com dolo eventual ou com negligência, aplica-se a regra do art. 295º. Segundo FIGUEIREDO DIAS, deixam de funcionar as regras gerais sobre a inimputabilidade, porque o agente apesar de não ser punido pelo facto típico cometido em estado de inimputabilidade provocada, sê-lo-á, de forma independente e autónoma, pelo acto de auto-colocação em estado de inimputabilidade por dolo eventual ou negligência, sendo ainda necessário que, nesse estado, o agente pratique um facto típico, que funciona, unicamente, como condição objectiva de punibilidade<sup>341</sup>.

Mas no caso do art. 133º e, de uma maneira geral, no surgimento de estados passionais será possível falar de emoções culposamente provocadas mas não preordenadas?

*In veritate*, para se compreender melhor a própria emoção violenta é imperativo que se o estabelece uma relação entre o estado passional e as suas causas ou motivos, pois, para se entender uma emoção tem de se entender as relações que lhe deram origem, tendo em atenção o sujeito que a sentiu e o contexto em que se verificou a atitude, de maneira a entender o estado de espírito do agente e a situação psíquica que o levou ao crime. Contudo, a compreensibilidade pode ser afastada se o estado emocional for causado pelo próprio agente.

Para haver privilegiamento do homicídio por emoção violenta é necessário que o agente se encontre dominado por tal emoção, que a mesma seja compreensível, e que seja ela própria a causadora do acto criminoso, ou seja é a emoção que leva o agente a matar (nexo de causalidade entre a emoção e o crime).

Quanto à questão de saber como ajuizar o poder das razões que ocasionaram a emoção violenta, desenham-se na doutrina e jurisprudência duas linhas, sendo uma que entende que este critério deve ser concretizado por referência à personalidade daquele agente que actua; outra que defende que a compreensibilidade há-de aferir-se, não em relação às particularidades concretas daquele agente, mas em relação a um homem médio com certas características que aquele agente detém<sup>342</sup>. Entendo que no caso da emoção violenta, se está perante um forte estado de afecto emocional que é provocado por uma situação que o agente não pode ser censurado e à qual também um “homem fiel ao direito”, colocado nas mesmas condições, também não deixaria de ser sensível.

---

<sup>341</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “Direito Penal, Parte Geral”, Tomo I (2004), p. 546.

<sup>342</sup> Cf. Ac. STJ de 14-07-2010.

No caso do desespero, o elemento que privilegia o crime é a ausência total de esperança, sentimento de absoluta incapacidade de superação das contingências exteriores que afectem negativamente o indivíduo, a falência irremediável das condições elementares de manifestação da dignidade da pessoa. O desespero significa e traduz-se num estado subjectivo em que a angústia, a depressão ou as consequências de factores não domináveis colocam o estado emocional do sujeito ao ponto em que nada mais das coisas da vida parece possível ou sequer minimamente positivo. Deste modo e atendendo às circunstâncias de cada caso em concreto é possível considerar, uma acentuada diminuição da culpa por menor exigibilidade de outro comportamento.

Face as características especiais deste estado emocional, o juízo de culpabilidade terá de ser feito, não com recurso à figura do homem fiel ao direito, mas com recurso à situação daquele agente em concreto naquela situação.

IV. Se analisarmos bem a emoção que acompanha o estado passional presente no homicídio privilegiado – independente de se tratar de uma compreensível emoção violenta, compaixão ou desespero – vemos que, de uma maneira geral, o estado passional só se desenvolve e conduz à prática do crime porque o agente permitiu. Ou seja, o domínio do agente pela emoção poderá configurar situações de inimputabilidade no momento da prática do facto, contudo o agente deve ainda responder pelo homicídio praticado, porque sente a emoção a crescer e nada faz para a controlar, deixa-se, voluntariamente, envolver por ela.

Não é possível privilegiar um estado passional quando este é criado pelo próprio agente, aliás o privilegiamento da emoção só se justifica se existirem causas externas à conduta do agente que justifiquem o surgimento de tal estado. Mas o facto de surgir tal estado é um risco tanto para o agente como para terceiros que estejam à sua volta. Uma situação de compreensível emoção violenta provoca no agente uma perturbação emocional devido à intensidade daquela emoção, que acaba por dominar o agente chegando mesmo, no momento de praticar o facto, a priva-lo do seu auto-controlo e do seu domínio sobre o curso causal dos factos. Esta entrega à emoção violenta representa um risco porque, muitas vezes, estas condutas terminam com a morte da pessoa, objecto do estado passional. Privilegia-se a conduta do agente apenas e só quando, por um lado a emoção surge num contexto no qual um homem fiel ao direito não deixaria de ser sensível e quando, por outro lado, essa emoção é de tal forma intensa e violenta a ponto

de privar o agente, no momento da prática do facto, do seu raciocínio e da sua relação com a realidade.

A não verificação de uma causa externa que justifique a presença de tal emoção, não pode privilegiar a conduta do agente quando este cria o estado passional. Entendo que o agente quando cria ele próprio o estado passional assume sempre, em última análise, o risco inerente a tal estado passional. Ainda que não assuma o resultado morte como consequência directa da sua colocação naquele estado, certamente assumirá o perigo inerente à colocação num estado emotivo que lhe retira o discernimento.

O que acaba de se dizer em relação à compreensível emoção violenta também se verifica nos restantes elementos privilegiadores do art. 133º. Por exemplo, não é admissível que o agente, “do nada”, se coloque num estado de desespero e que em consequência do mesmo, mate os seus descendentes; ou ainda que o agente movido por um pressuposto “motivo de relevante valor moral ou social” assassine o chefe de estado.

Por conseguinte, entendo que o agente que cria o estado passional, independentemente de ter ou não intenção de cometer o crime, perde automaticamente o privilegiamento da sua conduta.

V. E ainda importante salientar que na análise destes casos se trata, em suma, de um alargamento do conceito de “momento da prática do facto” até ao surgimento da própria emoção que leva ao crime. Este alargamento e não a concepção rígida de fazer equivaler o momento da prática do facto com o momento da sua execução, tem suporte bastante no art. 133º. Aí a culpa diminuída do agente pela prática do homicídio depende de um juízo prévio de compreensibilidade em relação à emoção que levou o agente ao crime. Se não foi a emoção que levou ao crime já não fará sentido aquele juízo de compreensibilidade. Assim, segundo AMADEU FERREIRA: “o juízo de compreensibilidade e o juízo de culpa são juízos de idêntico conteúdo só que referidos a momentos distintos da acção do agente. Ambos se situam ao nível do tipo de culpa”<sup>343</sup>.

Denote-se que mais uma vez, o legislador não se limita à verificação da emoção, pois sobre ela faz incidir juízos de valor para que possa ser relacionada com a culpa do agente.

## **2.2. Excesso de legítima defesa**

---

<sup>343</sup> Cf. Cit. AMADEU FERREIRA, “*Homicídio Privilegiado*” (1991), p. 112.

I. O excesso intensivo de legítima defesa verifica-se quando o meio utilizado não é necessário. Por esse motivo, a necessidade do meio afere-se segundo um juízo *ex ante*, de prognose póstuma. O excesso de legítima defesa constitui uma causa de exclusão da culpa, assente na postura de fidelidade ao direito do agente que se reflecte nas atitudes próprias do excesso asténico de legítima defesa. O excesso de legítima defesa tem ínsita uma cláusula de inexigibilidade e é por isso que o juízo de censurabilidade se deve referir às atitudes e comportamento do agente em concreto<sup>344</sup>.

II. A inexigibilidade, contudo, está tipificada pelo legislador, competindo-lhe definir os circunstancialismos em que já não espera do agente fiel ao direito a observância deste mesmo direito, sob pena de outra solução implicar uma grande insegurança na aplicação do direito e a concomitante redução da eficácia de prevenção geral do sistema penal. Com efeito, a inexigibilidade deixou de ter a natureza de uma causa geral de exclusão da culpa, pois o legislador suprimiu o art. 45º do projecto EDUARDO CORREIA, que previa a inexigibilidade diante de um “tipo médio de agente” como causa geral de exclusão da culpa, apesar de essa disposição ter sido aprovada pela comissão<sup>345</sup>. Por outro lado, segundo GERMANO MARQUES DA SILVA, o medo insuperável de um mal igual ou superior ao mal que resulta da acção do defendente, nos termos do art. 44º do CP de 1886, não constitui hoje uma causa autónoma de exclusão da culpa, só podendo ser considerado no âmbito das concretas causas de exclusão da culpa<sup>346</sup>.

Os casos definidos pelo legislador são: o estado de necessidade desculpante e o excesso de legítima defesa. Porém, nada obsta à aplicação analógica das causas de exclusão da culpa<sup>347</sup>.

III. Volvendo ao excesso de legítima defesa, se do excesso resultar uma pluralidade de acções de defesa, isto é, um concurso de acções de defesa excessiva do mesmo defendente, como por exemplo, ofensas à integridade física e dano, PINTO DE ALBUQUER entende que a culpa do agente deve ser aferida em relação a cada uma

---

<sup>344</sup> Cf. TAIPA DE CARVALHO, “*Direito Penal, Parte Geral, Volume II*” (2004), p. 344.

<sup>345</sup> Cf. Actas do CP/EDUARDO CORREIA (1965), pp. 256 a 260.

<sup>346</sup> Cf. GERMANO MARQUES DA SILVA, “*Direito Penal Português, Parte Geral, II*” (1998), p. 201.

<sup>347</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE, “*Comentário do Código Penal*” (2010), p. 180.

dessas concretas acções criminosas e, por conseguinte, a pena de cada crime deve ser atenuada, se for esse o caso<sup>348</sup>. Já para CAVALEIRO DE FERREIRA, a atenuação deve incidir na medida concreta da pena conjunta<sup>349</sup>.

Se, por ventura, o excesso consistir na prática de acções dolosas ou negligentes, deve ser apurada a culpa em relação a cada crime. Assim, se houver uma acção de defesa excessiva negligente para efeitos de atenuação deve ser considerada a moldura do crime negligente, caso ele seja punível<sup>350</sup>. No caso de concurso de acções de defesa excessiva de vários defendentes, a culpa de cada um deles é aferida separadamente nos termos do art. 29º do CP<sup>351</sup>.

IV. O excesso de legítima defesa putativa deve ser resolvido por aplicação sucessiva das regras do erro sobre os pressupostos de facto de uma causa de justificação e, caso subsista responsabilidade, das regras do excesso de legítima defesa.

O regime do excesso pode ser aplicado a outras causas de justificação, como o estado de necessidade e a acção directa, não por analogia mas “por dedução das regras gerais de incriminação”. Com efeito, este regime deve ser aplicado às demais causas de justificação, salvo se a lei previr norma especial. É esse o caso do estado de necessidade desculpante<sup>352</sup>.

### **2.2.1. Emoção e excesso de defesa**

I. Nos termos do art. 33º n.º 2 a perturbação, medo ou susto, podem excluir a culpa do agente em caso de excesso de defesa. Convém desde já referir que só o “medo” configura, verdadeiramente, uma emoção. Já a “perturbação” não é uma espécie de emoção mas antes a consequência de uma emoção. Finalmente o susto configura uma reacção impulsiva perante uma agressão externa<sup>353</sup>.

Todavia, de uma maneira geral a doutrina e a jurisprudência tendem a incluir no n.º 2 do art. 33º as chamadas emoções asténicas, sendo as esténicas incluídas no n.º 1 do

---

<sup>348</sup> Op. Cit. p. 181.

<sup>349</sup> Cf. CAVALEIRO DE FERREIRA, “*Lições de Direito Penal, Parte Geral, I, A Lei Penal e a Teoria do Crime no Código Penal de 1982*” (1992), p. 198

<sup>350</sup> Cf. PAULA RIBEIRO DE FARIA, “*Comentário Conimbricense do Código Penal*” (1999), p. 246, anotação 16.

<sup>351</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE, “*Comentário do Código Penal*” (2010), p. 181, anotação 9.

<sup>352</sup> Op. Cit. p.182.

<sup>353</sup> Cf. AMADEU FERREIRA, “*Homicídio Privilegiado*” (1991), p. 113.



mesmo artigo. Mas para CAVALEIRO DE FERREIRA, tal distinção não tem fundamento legal porque a inclusão da “perturbação” no n.º 2 do art. 33º alargou as espécies de estados emocionais que podem ser fundamento da causa de exclusão da culpa. No entender deste autor: “Não há por isso que fazer uma distinção baseada na classificação kantiana das emoções em asténicas e esténicas. Não só emoções depressivas, mas também agressivas causam perturbação de ânimo”<sup>354</sup>.

AMADEU FERREIRA entende que, por um lado, a enumeração feita pelo art. 33º n.º 2 relativamente ao medo e ao susto indica que a “perturbação” está sobretudo relacionada com emoções desse género (emoções asténicas) e que, por outro lado, as emoções asténicas se adaptam melhor às situações de legítima defesa, pois apesar do excesso nos meios, pretende-se defender o bem jurídico agredido, mesmo quando tal defesa consista num ataque ao agressor<sup>355</sup>.

De qualquer forma, para que seja excluída a culpa do agente nos termos do art. 33º n.º 2 é necessária que se verifique, primeiro, a existência de uma situação de legítima defesa; segundo, ser uma daquelas emoções a causa do excesso; e finalmente, a não censurabilidade dessas emoções.

II. Se o excesso se dever a perturbação, medo ou susto e esse afecto não for censurável, está excluída a culpa, pelo que deve ser excluída a pena. O excesso asténico não deve ser censurável, ou seja, deve atingir um tal grau de intensidade que se torne inexigível outra conduta ao agente<sup>356</sup>. Assim, a não censurabilidade refere-se à emoção e não ao excesso de defesa, uma vez que de outra forma, bastaria que a emoção se verificasse para que aquele juízo de não censurabilidade fosse quase automático.

A “não censurabilidade” a que se refere o n.º 2 do art. 32º incide sobre uma emoção que resulta de uma agressão ilícita e actual. Assim, trata-se de uma emoção repentina e de curta duração, não precedida de uma longa situação de conflito interior, o que a distingue dos estados passionais.

Apesar do excesso de defesa não justificar o facto do defendente, a sua ilicitude é, em regra, menor. Portanto, se a emoção que dá origem ao excesso não é censurável, também a culpa do agente pelo excesso praticado é tão diminuta que a ordem jurídica lhe retira a punição (o facto é ilícito mas não se exige do agente um comportamento

---

<sup>354</sup> Cit. CAVALEIRO DE FERREIRA, “*Direito Penal Português, Parte Geral, Volume I*” (1981), p. 583.

<sup>355</sup> Cf. AMADEU FERREIRA, “*Homicídio Privilegiado*” (1991), p. 114.

<sup>356</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE, “*Comentário do Código Penal*” (2010), p. 181, anotação 3.

diferente). Se a emoção for censurável, então o agente não poderá ser desculpado, ou seja, se o excesso for devido a perturbação, medo ou susto censuráveis, por ser exigível outra conduta ao agente (por exemplo, atentos os seus especiais conhecimentos e deveres profissionais), não está excluída a culpa, mas ela pode ser diminuída, podendo a pena ser especialmente atenuada<sup>357</sup>.

O juízo de censurabilidade deve atender ao grau de intensidade da emoção, ao seu conteúdo e ao circunstancialismo em que surge: só uma emoção intensa pode levar o agente a exceder-se nos meios de defesa; se o conteúdo da emoção for de carácter agressivo e não defensivo então será, também, censurável; se a agressão não for causa da emoção então esta será ainda censurável<sup>358</sup>.

Deste modo, a não censurabilidade da emoção está relacionada com a desculpa do facto praticado em excesso de defesa.

III. Caso a emoção seja censurável poderá ainda ocorrer uma atenuação da pena, nos termos do art. 33º n.º 1. Nestes casos, se se verificarem os requisitos do art. 133º ele será aplicável aos homicídios resultantes de excesso de defesa. Em regra, a emoção for esténica (como a raiva, o ódio, a vingança ou cólera), não há diminuição da culpa, mas quando ela se verifique a pena pode ser atenuada, nos termos gerais do art. 71º. Deste modo, apesar de a emoção ser censurável, ela pode ainda ser compreensível; há uma diminuição da ilicitude material porque o agente actua para proteger bens jurídicos, o que significa um grau diminuto de censurabilidade.

Nos termos do art. 33º n.º 1, a compreensibilidade deve aferir-se em relação ao facto que deu origem à emoção, ou seja, a violência da agressão, o seu carácter ofensivo para o agente e para a sua dignidade como pessoa, é que cria no agente aquele estado passional. Assim, tal como refere AMADEU FERREIRA: “a compreensibilidade deste tipo de emoções implica um juízo de censura pela emoção que, dado o condicionalismo em que ocorre, não desculpa mas pode atenuar a culpa do agente”<sup>359</sup>. Contudo se a perturbação, medo ou susto assumirem uma dimensão patológica, como pânico, fica excluída a imputabilidade, por força da anomalia psíquica que priva o agente da capacidade de querer livremente<sup>360</sup>.

---

<sup>357</sup> Op. Cit. p. 181, anotação

<sup>358</sup> Cf. AMADEU FERREIRA, “*Homicídio Privilegiado*” (1991), p. 115.

<sup>359</sup> Op. Cit. p. 116.

<sup>360</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE, “*Comentário do Código Penal*” (2010), p. 181, anotação 5.

### 2.2.1.1 Concurso de estados passionais

I. No entender de PINTO DE ABUQUERQUE: “se concorrerem o affecto esténico e o affecto asténico, pode haver uma diminuição de culpa, quando se verifique a predominância deste. Neste caso, a diminuição da culpa deve ser ponderada na medida da pena”. No entanto, será possível falar na existência de dois affectos/estados passionais no momento da prática do facto?

Vejamos, por exemplo, a situação de A que no meio de uma discussão acesa com B sente a crescer em si um forte impulso para agredir fisicamente B. Nada fazendo para afastar aquela emoção que cresce dentro de si e face às sucessivas provocações de B, A prepara-se para agredi-lo. Contudo, antes que pudesse fazer fosse o que fosse, B vem na sua direcção, munido com uma faca para agredi-lo. A, temendo pela sua vida, agarra numa caçadeira e dá um tiro a B, provocando-lhe a morte.

Neste caso, face a uma agressão actual e ilícita, A utilizou um meio excessivo para repelir a dita agressão, contudo, no momento em que disparou, A estava dominado por medo, apesar de inicialmente existir uma emoção violenta que estava a começar a dominá-lo e a força-lo à prática de um acto ilícito, no momento da defesa a sua acção teve como único objectivo salvar a sua própria vida/integridade física. Não interessa se o intuito de B era matar A ou simplesmente fazer-lhe um corte, pois face a toda a situação envolvente (principalmente o facto de ter havido posteriormente uma discussão acesa com troca de acusações de parte a parte), qualquer homem fiel ao direito, colocado na situação do agente temeria pela sua vida e, uma vez dominado pelo medo, provavelmente utilizaria o meio mais rápido e eficaz de pôr fim a tal perigo. *In casu*, a caçadeira foi o meio mais próximo do agente para por fim à agressão. A conduta do defendente enquadra-se perfeitamente na *ratio* do artigo 33º n.º 2, pelo que é excluída a culpa de A.

II. Utilizando outro exemplo, A, casado e pai de uma filha menor, vê o seu mundo mudar completamente ao saber que a sua filha foi violada quando se dirigia à escola para ter aulas. Identificado o violador, B, A, movido por uma fúria incontrolável e alimentado por um desejo de vingança cego, procura incansavelmente B, acabando por o encontrar num beco de uma rua. A retira do bolso do seu casaco uma pistola e

prepara-se para matar B, contudo, antes de disparar vê que o mesmo B se preparava, novamente para forçar uma menina menor a ter relações sexuais com ele. Temendo as sequelas que tal acto de violação pudesse provocar na criança, mas lembrando-se do que aconteceu com a sua filha, A dispara sobre a cabeça de B provocando-lhe de imediato a morte.

Neste caso, contrariamente ao primeiro, a acção de A foi motivada por um forte estado passional esténico, temperado por um ligeiro estado passional asténico. No momento que efectua a “defesa” (digo defesa porque, efectivamente, A impediu que fosse consumada uma violação) A é dominado por uma fúria incontável que o domina e o leva a disparar. Esta defesa preenche os requisitos da legítima defesa, mas verifica-se um excesso em relação ao meio utilizado para repelir a agressão. O excesso é provocado não por um estado asténico (medo que a criança fosse violada) mas antes por um estado esténico (desejo de vingança pelo facto da filha ter sido violada por aquele agressor). A conduta do agente, neste caso, enquadra-se nos termos do art. 33º n.º 1, ou seja a culpa do agente não é excluída, mas como o agente actuou para proteger bens jurídicos (*in casu* liberdade sexual e integridade física da menor), há uma diminuição da ilicitude material, pelo que a pena deste agente deve ser especialmente atenuada.

III. Enquanto no primeiro caso se verifica um concurso entre estados passionais esténico e asténico, no qual prevalece o segundo, já no segundo caso apesar de concorrer dois estados passionais é o estado esténico que prevalece e que domina o agente no momento da defesa. Contrariamente ao que defende PINTO DE ALBUQUERQUE, entendo que no caso de concurso entre estados passionais asténicos e esténicos deve ser apurado qual deles, no momento da defesa, é que dominou o agente e o levou a actuar. No momento de actuar apenas a natureza esténica ou asténica do estado passional domina e compele o agente à prática do facto. Assim não é possível configurar situações em que o agente actua dominado por medo e ódio, porque no momento da prática do facto foi o ódio ou o medo que o dominaram, isto é, no momento da prática do facto o agente é dominado por apenas uma destas emoções e não pelas duas em simultâneo. Por conseguinte, se num concurso entre estados passionais prevalecer o estado esténico, nos termos do art. 33º n.º 1, o agente é condenado mas a pena pode ser especialmente atenuada; já do caso de prevalecer o estado asténico, segundo o disposto no art. 33º n.º 2 do CP, é excluída a culpa do agente.

### 2.2.1.2. Extensão do excesso de legítima defesa

I. Segundo PINTO DE ALBUQUERQUE<sup>361</sup>, o excesso de legítima defesa não é extensivo a outros pressupostos da legítima defesa para além da necessidade dos meios (por exemplo, a reacção a uma agressão não actual), por força da restrição literal do preceito ao excesso dos meios. Por seu turno, o homólogo alemão no § 33º do StGB prevê a impunidade do agente desde que ele ultrapasse os “limites da legítima defesa” devido a perturbação, susto ou medo. No entender de FIGUEIREDO DIAS<sup>362</sup>, quando se verifique excesso de legítima defesa por outros pressupostos que não o excesso de meios, aplicam-se as regras do erro sobre os pressupostos fácticos da causa de justificação. Já para TAIPA DE CARVALHO<sup>363</sup> é possível aplicar analogicamente o art. 33º n.º 2 ao excesso extensivo asténico.

Pergunta-se então o seguinte: *“É possível aplicar o n.º 2 do art. 33º quando se verifique excesso de legítima defesa por outros pressupostos que não o excesso de meios”?*

II. Nos termos do art. 33º n.º 2 é excluída a culpa do agente se devido a medo, susto ou perturbação se verificar excesso de defesa. Assim, só pelo n.º 2 do art. 33º seríamos levados a pensar que o excesso asténico é extensível a todo e qualquer pressuposto da legítima defesa. Contudo o n.º 1 do mesmo artigo refere que o excesso de meios empregues na defesa não exclui a ilicitude nem a culpa do agente, pelo que o excesso asténico a que se refere n.º 2 do art. 33º incide apenas e só sobre o excesso de meios utilizados.

No entender de TAIPA DE CARVALHO<sup>364</sup>, nada impede que se possa aplicar analogicamente um requisito da legítima defesa ao n.º 2 do art. 33º e, deste modo, excluir a culpa do agente por excesso de legítima defesa.

III. Concordo com a posição deste autor, não só pelo facto de se tratar de uma analogia que beneficia o agente defensor (analogia *in bonam partem*), mas também

---

<sup>361</sup> Cf. Op. Cit. p. 181, anotação 10.

<sup>362</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “Direito Penal, Parte Geral”, Tomo I (2004), p. 576.

<sup>363</sup> Cf. TAIPA DE CARVALHO, “Direito Penal, Parte Geral, Volume II” (2004), p. 347.

<sup>364</sup> Op. Cit. p. 347 e ss.

porque pela letra do n.º 2 do art. 33º nada vincula o excesso asténico aos meios utilizados na defesa, assim como também não há nada que impeça esse excesso asténico de se verificar nos outros requisitos da legítima defesa. Aliás, face à natureza dos estados passionais asténicos, é injusto afirmar que os mesmos só se verificam em relação aos meios utilizados na defesa.

O medo (a emoção asténica de eleição) quando domina o agente retira-lhe o controlo frio e objectivo comum ao “homem médio”. Por conseguinte, uma vez dominado pelo medo, o agente pode actuar excessivamente na sua defesa, mas também pode proceder a uma defesa preventiva que apesar de ser ilícita poderá ser desculpada face à forte emoção asténica que dele se apodera. Neste caso, apesar de não existir uma agressão actual, mas existindo a forte certeza que a agressão vai acontecer, se o defendente for dominado por medo ou pânico e actuar antes de ocorrer a própria agressão, deverá, nestes casos a sua conduta ser desculpada nos termos do art. 33º n.º 2 porque o excesso de defesa é motivado por um forte estado passional asténico que retira ao agente/defensor a sua análise fria e objectiva e o domínio sobre o curso causal dos factos.

Deste modo, contrariamente à posição de FIGUEIREDO DIAS, se o defendente não ultrapassou os meios necessários de defesa, na sua reacção contra o agressor, mas antes reagiu antecipadamente, dominado por medo ou pânico, a uma agressão figurada como certa, deve a sua conduta ser desculpa, aplicando analogicamente o n.º 2 do art. 33º, não só porque essa analogia é permitida face ao teor literal do n.º 2 do art. 33º, mas também porque se revela injusto condenar o defendente por facto ilícito doloso e culposo ou a título de erro sobre a legítima defesa (erro sobre os pressupostos – art. 16º n.º 2, ou erro sobre a ilicitude – art. 17º).

### **2.3. Estado de necessidade desculpante**

O estado de necessidade desculpante é uma causa de exclusão da culpa, que reflecte a teoria diferenciada sobre o estado de necessidade. Assim, se o estado de necessidade justificante visa a salvaguarda de bens jurídicos sensivelmente superiores ao bem jurídico lesado, por força de uma situação de conflito existencial do agente, o estado de necessidade desculpante supõe, tal como no estado de necessidade justificante, a existência de um perigo actual e não removível de outro modo, mas onde se visa a

salvaguarda bens jurídicos inferiores, iguais ou no máximo não sensivelmente superiores ao bem jurídico lesado.

Por conseguinte, quer no estado de necessidade justificante, quer no estado de necessidade desculpante, estamos perante uma colisão de bens jurídicos o que justifica que muitos dos requisitos do estado de necessidade justificante devam ser repetidos para o estado de necessidade desculpante – perigo para bens jurídicos, adequação do meio, a sua necessidade, etc. –, restando, contudo, ajustar esses mesmos requisitos, em função do especial fundamento do estado de necessidade desculpante e, em particular, das diferentes exigências de hierarquia dos bens em conflito<sup>365</sup>.

### **2.3.1. Perigo actual e não removível de outro modo**

No estado de necessidade desculpante, o conceito de “actualidade” do perigo é mais amplo do que o da actualidade da agressão para efeitos de legítima defesa, principalmente em relação aos chamados “perigos duradouros”. Contudo, não são permitidos abusos face à cláusula de inexigibilidade, segundo a qual é indispensável, segundo as circunstâncias do caso, não ser razoável exigir ao agente comportamento diferente, para efeito de exclusão da culpa. Já a cláusula de que o perigo não seja removível de outro modo deve ser, em princípio, tão estrita quanto em matéria de estado de necessidade justificante. Deste modo, não pode, por exemplo, reivindicar-se do estado de necessidade desculpante o soldado que deserta, por estar sujeito a tortura física e moral da parte do seu superior imediato, quando podia queixar-se ao comandante; do mesmo modo que alguém que é sujeito a maus tratos repetidos por parte do cônjuge pode matá-lo se, em vez disso, seria possível fugir de casa ou queixar-se à autoridade. Todavia, não está excluído que, em alguns destes casos, se possa remeter uma solução definitiva para a cláusula estrita da inexigibilidade.

O facto de o perigo não ser removível de outro modo implica igualmente que se escolha o meio adequado menos gravoso para os direitos do terceiro não implicado. Por exemplo, se algum se pode salvar de um perigo de morte ferindo apenas um terceiro não implicado, não pode, ao invés, matá-lo para depois se escudar na cláusula de inexigibilidade.

---

<sup>365</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “Direito Penal, Parte Geral”, Tomo I (2004), p. 562.

Por ultimo, tal como refere FIGUEIREDO DIAS, resulta ainda da cláusula de inexigibilidade que: “para todos os bens jurídicos susceptíveis de fundarem um estado de necessidade desculpante deve (...) valer a cláusula de que não pode tratar-se da sua ameaça por perigos insignificantes”<sup>366</sup>.

### 2.3.2. Bens susceptíveis de serem lesados

I. Uma vez que no estado de necessidade desculpante se pretende saber se era ou não exigível ao agente, na situação concreta, um comportamento adequado ao direito, compreende-se que, segundo a lei positiva, a exclusão da culpa só possa ocorrer quando se trata de preservar determinados bens jurídicos individuais elementares: a vida, a integridade física, a honra e a liberdade. Por força do carácter irrestrito da lei penal ao mencionar a “vida” e a “liberdade”, entende-se que também integram o *numerus clausus* do art. 35º o bem jurídico “vida intra-uterina”, “liberdade ambulatoria” e “liberdade sexual”.

Face ao disposto no n.º 2, não é possível aplicar analogicamente o n.º 1 do art. 35º a outros bens jurídicos.

II. Estes bens em perigo podem ser bens do próprio, ou de terceiro, que pode mesmo ser qualquer pessoa estranha ao agente, atento, mais uma vez, o carácter irrestrito da lei penal. PINTO DE ALBUQUERQUE<sup>367</sup>, TAIPA DE CARVALHO<sup>368</sup> e FIGUEIREDO DIAS<sup>369</sup>, criticam duramente esta disposição legal porque, para estes autores, o legislador não teve em conta que o fundamento do estado de necessidade é a salvaguarda de bens jurídicos preponderantes, pelo que a intervenção na esfera jurídica do lesado não implicado na situação em nome da salvaguarda de bens jurídicos alheios surgirá como altamente problemática sempre que a circunstância de se tratar de bens jurídicos de terceiro não seja susceptível de provocar sobre o agente uma pressão semelhante à que teria lugar se os bens em perigo fossem do agente.

Contrariamente ao direito alemão que restringe a desculpa aos casos em que o perigo ameaça “um parente ou outra pessoa próxima” do agente; estes autores entendem

---

<sup>366</sup> Op. Cit. p. 563.

<sup>367</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE, “Comentário do Código Penal” (2010), p. 188.

<sup>368</sup> Cf. TAIPA DE CARVALHO, “Direito Penal, Parte Geral, Volume II” (2004), p. 347.

<sup>369</sup> FIGUEIREDO DIAS, “Direito Penal, Parte Geral”, Tomo I (2004), pp. 563 e ss.



que no direito português e na falta de uma restrição deste teor, a solução correcta estará no funcionamento da cláusula de inexigibilidade, segundo as circunstâncias do caso, ou seja, só através dessa cláusula é possível a extensão em bloco da exclusão da culpa relativamente aos bens jurídicos de quaisquer terceiros.

III. Apesar de partilhar a opinião dos outros dois autores, FIGUEIREDO DIAS reconhece que a extensão do estado de necessidade desculpante a todo e qualquer terceiro evita a criação de causas de exclusão supra-legais para resolver casos, como o dos chamados “médicos de Hitler”, em que o agente – geralmente por força de ordens criminosas do poder do Estado – sacrifica um certo número de vidas como meio de salvar a vida de um maior número de pessoas. No direito alemão, contrariamente ao português, não é possível, nestes casos, recorrer ao estado de necessidade desculpante porque não se trata de salvar bens jurídicos do agente ou de uma pessoa próxima e por esse motivo é necessário apelar a uma causa supra-legal de exclusão da culpa<sup>370</sup>.

### **2.3.3. Cláusula de inexigibilidade e o seu significado**

I. O art. 35º n.º 1 supõe a inexigibilidade de conduta diversa do agente “quando não for razoável exigir-lhe, segundo as circunstâncias do caso, comportamento diferente”. Tal significa, que esta exigência de comportamento diferente constitui um critério pessoal onde se torna sempre indispensável convencer o juiz da causa de que não era razoável exigir ao agente, segundo as circunstâncias do caso, um comportamento diferente. Contudo, este critério não é meramente individual, uma vez que ainda é necessário uma análise objectivo-pessoal da conduta que se traduz num certo dever de suportar perigos (não apenas gerais mas também concretos) que é inafastável. Ou seja, é sempre exigido ao agente um mínimo de força de resistência, normativamente determinado, sob pena de o facto aparecer fundamentado por qualidades pessoais e atitudes juridicamente censuráveis<sup>371</sup>.

---

<sup>370</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “*Direito Penal, Parte Geral*”, Tomo I (2004), p. 565.

<sup>371</sup> Op. Cit. p. 566.

Diferente do ordenamento jurídico nacional, no direito alemão a exclusão da culpa decorre, como um corolário, dos requisitos objectivos relacionados com o perigo e o bem jurídico ameaçado<sup>372</sup>.

II. Por conseguinte, a desculpa deve ser negada sempre que a lei exija do agente que suporte o perigo, principalmente se este advir do exercício de determinadas profissões ou da ocupação pelo agente de certas posições sociais à qual se liga o dever de suportar perigos acrescidos ou perigos especiais. Assim, é exigível que o agente suporte o perigo quando sobre ele impedem especiais deveres de suportá-lo e o perigo seja um desses que o agente tem de enfrentar por força da sua condição profissional (por exemplo, soldados, bombeiro, polícias)<sup>373</sup>, pelo que dificilmente se poderá aceitar a intervenção da cláusula de inexigibilidade se a ameaça se mantém dentro da área típica de perigos que o agente tem o dever de correr ou de suportar, ou mesmo que o agente venha a beneficiar de uma atenuação da pena em função da diminuição da culpa. Todavia, tudo depende, em última análise, da espécie de qualidades pessoais manifestadas no facto e da sua maior ou menor censurabilidade.

III. Também é exigível ao agente suporte o perigo quando este tenha sido criado por si voluntariamente, sendo aplicável, no âmbito do direito de necessidade desculpante, o princípio expresso no art. 34º /a) para o direito de necessidade justificante. Assim, se o perigo é intencionalmente provocado pelo agente, nomeadamente no intuito de poder mais tarde reivindicar-se de uma desculpa por estado de necessidade, esta deve ser em definitivo negada. Nas restantes hipóteses não existem à partida motivos suficientes para negar, *a priori*, a possibilidade de exclusão da culpa: tudo dependerá do resultado a que conduza a apreciação em concreto da questão da inexigibilidade<sup>374</sup>.

IV. Para alguns autores, nomeadamente STRATENWERTH, a exclusão da culpa deveria ser negada em hipóteses onde os factos ocorrem no seio de uma comunidade de perigo voluntariamente criada, ou quando sobre o agente recai, relativamente à vítima potencial, um especial dever de protecção ou de cuidado.

---

<sup>372</sup> Cf. STRATENWERTH, “*Strafrecht. Allgemeiner Teil I. Die Straftat*” (2000), § 10, n.º 110.

<sup>373</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE, “*Comentário do Código Penal*” (2010), p. 188.

<sup>374</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “*Direito Penal, Parte Geral*”, Tomo I (2004), p. 567.

São os chamados casos de ilicitude da acção de salvamento que podem ser de dois tipos: numa situação, é o agente mais forte que se apropria do direito de sacrificar os bens jurídicos do lesado; noutras situações, o agente apropria-se do direito de escolher quem vive e quem morre. Em ambos os casos, a ilicitude da acção de salvamento decorre da imponderabilidade da vida da pessoa. São exemplos do primeiro tipo o caso clássico de Mignonette, em que os náufragos esfomeados à deriva num bote matam um deles, o mais enfraquecido, para se alimentarem dele; o caso da tábua de Carneades, em que um de dois náufragos agarrados a uma tábua empurra o outro para a água, morrendo este e salvando-se aquele; e o caso dos montanhistas, muito discutido na doutrina e jurisprudência alemã, em que o último dos montanhistas agarrados por uma corda resvala para um precipício, arrastando os outros, tendo um deles cortado a corda que os unia. São do segundo tipo o caso do agulheiro, que desvia um comboio de mercadorias descontrolado para uma linha onde se encontravam três trabalhadores, com vista a evitar um choque com um comboio de passageiros; o caso da máquina de reanimação, em que o médico desliga a máquina de reanimação de um doente com 30% de hipóteses de sobrevivência, para a ligar a um doente com 70% de hipóteses de sobrevivência; o caso Holmes ou do piloto de Ferry, que para salvar a maioria das crianças que seguiam no barco sobrelotado lança algumas ao mar, para evitar o afundamento do barco; e o caso dos médicos nazis, que ordenaram que fossem mortos alguns doentes mentais de um estabelecimento hospitalar de modo a evitar que todos os doentes mentais desse estabelecimento fossem mortos<sup>375</sup>.

Em todos estes casos, pode ter lugar o estado de necessidade desculpante, tudo depende da pura aferição, *in casu*, da cláusula de inexigibilidade.

V. Diferentemente, CONCEIÇÃO CUNHA<sup>376</sup> distingue entre os casos de “comunidade de perigo com pessoa marcada para morrer, de cuja esfera advém o perigo”, como o dos montanhistas, e os casos de “comunidade de perigo sem pessoa marcada para morrer”, como os casos Mignonette, dos médicos nazis, e da tábua de Carneades. No primeiro tipo de casos (com pessoa marcada para morrer), a autora admite a existência de uma causa de justificação nova, o estado de necessidade destituído da cláusula da autonomia pessoal do lesado, o que, além de introduzir o

---

<sup>375</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE, “Comentário do Código Penal” (2010), pp. 188-189.

<sup>376</sup> Cf. CONCEIÇÃO CUNHA, “Vida contra vida, Conflitos existenciais e limites do direito penal” (2009), pp. 611, 670 e 711.

arbítrio intrinsecamente associado à incerteza existencial do prognóstico da morte dos “marcados para morrer”, constitui uma causa de justificação “alargada” ou “flexível” que prescinde da dignidade da pessoa do lesado, um estado de necessidade justificante cego ao princípio da solidariedade comunitária. Trata-se em última análise de uma causa de justificação contraditória nos seus próprios termos.

Por outro lado, a autora considera o segundo tipo de casos (sem pessoa marcada para morrer) como “livres de direito”, em que o direito penal não intervém, o que redundaria na consagração do arbítrio da lei do mais forte e mesmo numa admissão da contradição radical da ordem jurídica, com prejuízo das regras do direito não penal como sucede no direito marítimo, que dá preferência a certas vítimas como as mulheres, velhos e crianças. O âmbito do art. 35º fica, no parecer da autora, restringido a um outro tipo de casos, os de “comunidade de perigo alternativas”, isto é, de transferência do perigo para um terceiro alheio, como o caso do agulheiro, ou de desapossamento de meios de salvamento, como o caso da máquina de reanimação<sup>377</sup>.

VI. Não é possível acolher uma tal orientação porque a mesma não leva em consideração o princípio da cláusula de exigibilidade. O que se pretende no estado de necessidade desculpante é de aferir se em determinado caso seria possível ao agente adoptar um comportamento diferente, por sua vez, lícito. Em qualquer dos exemplos clássicos não podia ser exigido aos agentes um comportamento diferente; mesmo nos casos designados pela autora por “comunidade de perigo sem pessoa marcada para morrer”, não era exigido aos agentes, em cada caso em particular, que os mesmos se deixassem morrer, apesar de ser ilícito tirar a vida a outra pessoa para se salvarem. Não se pretende com os exemplos clássicos generalizar formas de desculpação à custa de vidas humanas porque, conforme dispõe o art. 35º, tudo dependerá de uma análise cuidada das circunstâncias de cada caso em concreto; só após essa análise dos factos se poderá concluir se era exigido ou não aquele agente em concreto um comportamento diferente.

A distinção feita por CONCEIÇÃO CUNHA acaba por tornar a exclusão da culpa do art. 35º dependente dos requisitos objectivos relacionados com o perigo e o bem jurídico ameaçado ao invés de submeter a situação em concreto a uma cláusula de inexigibilidade individual como se impõe ao nível da culpa. Tal entendimento, na minha

---

<sup>377</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE, “*Comentário do Código Penal*” (2010), p. 189, anotação 7.

opinião, para além de contraditório, acaba por misturar elementos próprios do estado de necessidade justificante com o estado de necessidade desculpante em detrimento da culpa individual do agente *in casu*. Por conseguinte é de rejeitar tal interpretação do art. 35º CP.

VII. Ainda relacionado com este tema, surge a questão de saber em que termos a proporção ou desproporção dos bens jurídicos conflitantes deve, em última análise, influenciar a própria cláusula de inexigibilidade, nomeadamente se o bem salvaguardado for sensivelmente inferior ao bem lesado, em que medida se deve considerar pura e simplesmente excluída do âmbito do estado de necessidade uma tal situação.

FIGUEIREDO DIAS dá como exemplos de situações deste género, o caso de A que produz em B uma ofensa grave à sua integridade física para afastar de si o perigo de um leve ferimento; e que C mutila D para afastar o perigo de um ferimento relativamente grave mas reparável. Para este autor, a negação da exclusão da culpa só deve, em princípio, ter lugar em caso de crassa desproporção dos bens em jogo, devendo todos os restantes casos ser decididos em função da cláusula de inexigibilidade da situação em concreto<sup>378</sup>.

#### **2.3.4. O elemento subjectivo**

Por força da situação de conflito existencial em que se encontra o agente no estado de necessidade desculpante, é muito relevante o *animus* do agente. Assim, diversamente do que sucede no estado de necessidade justificante, o facto só pode excluir a culpa quando o agente tenha, com ele, prosseguido a finalidade de salvação do bem jurídico ameaçado.

Tendo em conta que no estado de necessidade justificante o agente pratica um facto lícito (conforme ao direito) e que no simplesmente desculpante um facto ilícito e, por conseguinte, juridicamente desaprovado, a culpa do agente é afastada precisamente por força da situação de “coação motivacional” em que se encontra o agente, que acaba por se decidir contra o Direito, mas por objectivos atendíveis pelo Direito. Deste modo,

---

<sup>378</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “Direito Penal, Parte Geral”, Tomo I (2004), p. 568.

não bastará ao agente que actue com conhecimento da necessidade e de que o seu facto a evitará, mas antes que o agente actue com intuito de salvaguardar o bem jurídico em perigo. Por conseguinte, o *animus salvandi* é constitutivo do estado de necessidade desculpante<sup>379</sup>.

### **2.3.5. A possibilidade de atenuação especial ou de dispensa da pena**

O perigo pode respeitar a quaisquer outros bens jurídicos além da vida, da integridade física, da honra e da liberdade. Nestes casos, verificando-se a mesma situação de inexigibilidade de conduta diversa do agente, o sistema penal admite que a carência de pena dê lugar a uma atenuação especial da pena ou mesmo a uma dispensa de pena.

Há autores que afirmam que o n.º 2 do art. 35 se trata de um alargamento da figura do estado de necessidade desculpante, podendo servir para ela de fundamento o perigo para quaisquer interesses jurídicos diferentes da vida, da integridade física, da honra ou da liberdade; tanto mais quanto o preceito em referência exige que se verifiquem os restantes pressupostos do estado de necessidade desculpante<sup>380</sup>.

Todavia, esta consideração teria como consequências a ideia de que a esta regulamentação estaria subjacente a ideia da aceitação da inexigibilidade como causa geral de desculpa, em todo o caso com a concessão de que o seu efeito não seria o da exclusão da culpa mas o da sua simples atenuação ou, excepcionalmente, o da dispensa de pena. Acresce ainda que neste contexto tal regulamentação se depararia com um autêntico problema de culpa, sendo criticada por não ter tido a coragem de levar o pensamento até ao fim, isto é, que também nestes casos deveria ser excluída a culpa do agente quando se concluísse não lhe ser exigível um comportamento adequado ao direito<sup>381</sup>.

### **2.3.6. O erro sobre os pressupostos do estado de necessidade desculpante**

---

<sup>379</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE, “Comentário do Código Penal” (2010), p. 189, anotação 8.

<sup>380</sup> Em especial SILVA DIAS, in “A Relevância Jurídico-Penal das Decisões de Consciência” (1987), pp. 152-153.

<sup>381</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “Direito Penal, Parte Geral”, Tomo I (2004), p. 569.

I. Nos termos do art. 16º n.º 2, última parte, o erro sobre um estado de coisas que, a existir, excluiria a culpa do agente, exclui o dolo, só permanecendo em aberto a eventualidade de punição do agente a título de negligência (art. 16º n.º 3). Todavia, as questões relacionas com o erro sobre um estado de coisas, surgem apenas, de um ponto de vista prático-normativo, nas situações de necessidade ou análogas, daí a sua abordagem em matéria de estado de necessidade desculpante.

O agente que erra sobre os pressupostos de um estado de necessidade desculpante (por exemplo, o naufrago de Carneades que empurra para longe o companheiro que quer agarrar-se à tábuas, porque está erroneamente convencido que esta só suporta o peso de um), actua com dolo do tipo e, além disso, com consciência do ilícito, pelo que a grande questão que se coloca está relacionada com a cláusula de inexigibilidade, ou seja, se o seu efeito desculpante reside na situação de “conflito espiritual” que cria para o agente, ou se porventura importará que o perigo exista na realidade independentemente do quadro de circunstâncias que foram representadas pelo agente como verdadeiras. Surgem então duas teses para resolver o problema: a tese da inexigibilidade e a tese da analogia.

II. Segundo a tese da inexigibilidade, tendo em conta que o efeito desculpante reside desculpante reside na situação de “conflito espiritual” que cria para o agente, é indiferente a existência real do perigo, porque o mesmo “existe” no quadro de circunstâncias que foram representadas pelo agente, pelo que não é admissível negar *a priori* o efeito desculpante. Por conseguinte a resolução do problema passa por uma análise ao quadro das circunstâncias representadas pelo agente de maneira a saber se lhe era ou não exigível outro comportamento: se não, a culpa deve considerar-se excluída, nomeadamente quando o erro era inevitável; se sim, o agente deve ser punido a título de dolo.

III. Por seu turno, a tese da analogia, contrapondo-se à tese da inexigibilidade, entende que em caso de erro censurável, a solução não passa tanto pelo pensamento da inexigibilidade, mas antes pela espécie de erro em causa. Tendo em conta o tratamento de casos de erro sobre os pressupostos de um obstáculo à ilicitude, e uma vez que o erro exclui o dolo, esta tese defende que a mesma solução deve ser utilizada para o erro sobre os pressupostos de um obstáculo à culpa, nomeadamente do estado de necessidade

desculpante. Assim, o erro exclui o dolo, mas o agente pode vir a ser punido, ser for caso disso, a título de negligência.

Também sobre esta questão ROXIN entendia que o que nestas hipóteses sucede é que “uma prima causa produzida por negligência origina uma violação dolosa de bens jurídicos que, como tal, é desculpável, mas não pode excluir o carácter imputável da primeira causa. De um ponto de vista construtivo trata-se aqui como que de uma variante, até hoje mal entrevista, da *actio libera in causa*”<sup>382</sup>.

IV. O art. 16º n.º 2, última parte, parece decidir-se no sentido de colocar o problema da mesma forma que o coloca a tese da inexigibilidade, mas soluciona-o da mesma forma que a tese da analogia. Deste modo, se, apesar do erro em que o agente incorreu, lhe era exigível outro comportamento, então o erro é irrelevante e a punição deve ocorrer a título de dolo. O que está verdadeiramente aqui em causa não é a aceitação errónea dos pressupostos de uma causa de exclusão da culpa, mas a falsa suposição de que o direito liga às circunstâncias erroneamente aceites a consequência da exclusão da culpa. Aqui, por isso, só é pensável uma relevância do erro pela via de uma falta de consciência do ilícito (art. 17º) com que ele porventura se encontre conexado<sup>383</sup>.

V. Todavia, se por virtude do erro em que o agente incorreu, se lhe torna inexigível outro comportamento, não é possível concluir logo pela ausência de culpa, porque esta só pode afirmar-se se o erro não for censurável. Se, porventura, o erro for censurável importa determinar que tipo de erro está em causa e qual a sua influência sobre a culpa do facto. Tal como refere FIGUEIREDO DIAS: “o erro, em si mesmo considerado, torna-se fundamento do facto e é a censurabilidade do erro que fundamenta a censurabilidade do facto; há-de ser por isso a forma de censura do erro que vai fundamentar a forma de censura do facto”<sup>384</sup>. Deste modo, se nestes casos o erro se traduzir indiscutivelmente, segundo o tipo de censura que o atinge, numa falta de cuidado e atenção para com a situação em que a conduta se insere – ou seja, se o erro é um erro de conhecimento, um erro intelectual, ou um erro da consciência intencional –,

---

<sup>382</sup> Cf. ROXIN, “Die Behandlung des Irrtums im Entwurf” (1962), p. 612; citado por FIGUEIREDO DIAS in “Direito Penal, Parte Geral”, Tomo I (2004), p. 571.

<sup>383</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “Direito Penal, Parte Geral”, Tomo I (2004), p. 571.

<sup>384</sup> Op. Cit. p. 572.



então ele exclui o dolo e só deixa persistir a eventualidade de uma punição do agente a título de negligência.

### **2.3.7. Emoção e estado de necessidade desculpante**

I. Pode coexistir com a actuação em estado de necessidade um violento estado emocional que domine o agente: tudo depende da gravidade do perigo e dos interesses jurídicos ameaçados. Em regra, mais que emoção, trata-se de uma forte pressão psíquica sobre o agente, um “conflito espiritual” que o obriga a adoptar um comportamento ilícito. Contudo, não é a existência de um estado emocional, que faz funcionar a desculpa ou a atenuação da culpa, mas sim a ponderação de interesses jurídicos que estando em perigo e em estreita ligação com o agente, hão-de sobre ele exercer uma forte pressão psíquica, de tal forma que não seria razoável, naquela situação em concreto, exigir-lhe comportamento diferente. Por conseguinte, os estados emotivos que estão na base do estado de necessidade desculpante não são necessariamente os mesmos que dão azo ao excesso de legítima defesa. Tudo está em saber se a conduta determinada por estes estados emotivos é censurável ou, dito de outro modo, se seria exigível conduta diversa do agente<sup>385</sup>.

II. Na primeira parte do art. 133º é distinto o condicionalismo exigido pois é a emoção (que deve ser sempre violenta e dominar o agente) que é colocada em primeiro plano e não a motivação do agente. Esta, no art. 35º, assenta na salvaguarda de interesses objectivamente valorados pela ordem jurídica capazes, pelo que é de excluir a culpa do agente, apesar da ilicitude do facto cometido, se não lhe for exigível comportamento diferente. No art. 133º a emoção é valorada como compreensível independentemente dos motivos do agente. Se estes existirem e forem configurados como valiosos pelo agente (independentemente do princípio da relevância objectiva), tal facto poderá contribuir para a consideração da emoção como compreensível mas não de forma decisiva.

III. No estado de necessidade a exigibilidade de outro comportamento será intensificada, se incumbirem ao agente especiais deveres ou se este causou

---

<sup>385</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE, “*Comentário do Código Penal*” (2010), p. 188, anotação 4.

voluntariamente perigo para os interesses jurídicos. Porém, nos casos do art. 133º, tendo em conta que a causa da emoção pelo agente só será relevante nos termos já referidos<sup>386</sup>, a existência de deveres especiais não afasta, embora possa dificultar, a compreensibilidade das emoções.

Tal como refere AMADEU FERREIRA, a este propósito, pode ser enganador falar de emoção compreensível quando não seja exigível ao agente outro comportamento, uma vez que a exigibilidade não é uma ideia unitária<sup>387</sup>.

### 3. Homicídio qualificado

I. O homicídio qualificado surge como um tipo de culpa agravada do homicídio simples previsto no art. 131º CP, por força da cláusula geral da especial censurabilidade ou perversidade, que se concretiza de acordo com um elenco de circunstâncias não automático e não taxativo. Assim, o critério generalizador, dos exemplos-padrão consubstancia-se num tipo de culpa, cuja função é a de caracterizar de forma autónoma uma atitude do agente actualizada no facto como especialmente censurável ou perversa.

Deste modo, a técnica dos exemplos-padrão, permite, por um lado, que o tribunal rejeite a subsunção ao tipo qualificado de uma situação da vida formalmente subsumível a alguma das alíneas do nº 2 do art. 132º, mas que não revela a especial censurabilidade pressuposta pela qualificação e, por outro, subsuma ao tipo qualificado situações da vida semelhantes às nele previstas desde que reveladoras daquela especial censurabilidade pressuposta pela qualificação.

Por conseguinte, a noção do tipo de culpa é fundamental na apreensão do critério generalizador utilizado pelo legislador. A sua existência e a sua missão no âmbito de um conceito material de culpa permitem a conversão de medidas susceptíveis de elevar ou diminuir a pena para além dos limites fixados pela graduação da ilicitude<sup>388</sup>.

II. A qualificação no art. 132º decorre da verificação de um tipo de culpa agravado assente numa cláusula geral e extensiva, descrita com recurso a conceitos indeterminados; isto é, a “especial censurabilidade ou perversidade” do agente referida

---

<sup>386</sup> Vide supra ponto 1.2.

<sup>387</sup> Cf. AMADEU FERREIRA, “*Homicídio Privilegiado*” (1991), pp. 116-118.

<sup>388</sup> Cf. SILVA PEREIRA, “*Direito Penal II. Os homicídios*” (2008), p. 56.

no art. 132º n.º 1 CP, verifica-se através de circunstâncias ou elementos relativos ao facto e/ou ao autor, que se encontram elencados no n.º 2 do art. 132º, de forma meramente exemplificativa. A não verificação destes elementos, por um lado, não implica, só por si, a realização do tipo de culpa e a consequente qualificação; e, por outro lado, a sua não verificação não impede que se verifiquem outros elementos substancialmente análogos aos descritos e que integrem o tipo de culpa qualificador.

Por conseguinte, o tipo de culpa supõe a realização dos elementos constitutivos do tipo orientador que resulta de uma imagem global do facto agravada pelo correspondente tipo de culpa especial que se encontra no n.º 2 do art. 132º. Estes elementos são típicos de certas classes de crimes, designadamente das que constituem grupos valorativos que exprimem um maior ou menor desvalor da atitude relativamente ao tipo fundamental. Ou seja, são típicos os crimes a que se pode chamar variantes que constituem especificações dependentes através da adição ao tipo fundamental de elementos que exprimem uma agravação ou uma atenuação quer do conteúdo da ilicitude quer do conteúdo da culpa dando origem a tipos qualificados ou privilegiados.

III. Face ao disposto no art. 132º CP não parece que se possa defender outra doutrina que não seja a de ver ali, elementos constitutivos do tipo de culpa. É certo que muitos dos elementos constantes das diversas alíneas do n.º 2 do art. 132º, de *per si*, não chocam directamente com uma atitude mais desvaliosa do agente, mas sim com um acentuado desvalor da acção e da conduta, resultante da forma de cometimento do crime. Todavia, não é esse maior desvalor da conduta o determinante da agravação; pelo contrário, ele é mediado sempre por um mais acentuado desvalor da atitude, pelo que a especial censurabilidade ou perversidade do agente verifica-se no especial tipo de culpa do homicídio agravado. Só assim é possível compreender e aceitar que haja hipóteses em que aqueles elementos estão presentes e, no entanto, a qualificação vem a ser negada em definitivo. Em princípio, face ao que acaba de ser exposto, não há objecções a que se defenda que a agravação da culpa é em todos os casos suportada por uma correspondente agravação (gradual-quantitativa) do conteúdo do ilícito<sup>389</sup>.

### **3.1. Princípio da legalidade**

---

<sup>389</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “Comentário Conimbricense ao Código Penal” (1999), pp. 25-28.

I. O que está em causa no art. 132º é o maior grau de culpa, e não de ilicitude, porque nem todas as condutas do n.º 2 envolvem uma maior ilicitude. A ilicitude tem que estar definida e não estar em aberto, como resulta da expressão “*é susceptível de revelar a especial censurabilidade (...), entre outras,*”. Por esse motivo, a técnica legislativa utilizada pelo legislador nacional é incompatível com a ilicitude, uma vez que a atitude interna do agente tem a ver com a individualidade (culpa).

Deste modo, o fundamento de qualificação é a culpa agravada devido à especial censurabilidade ou perversidade porque o ilícito é o mesmo do 131º; o n.º 2 tem apenas carácter exemplificativo. O n.º 1 do 132º tipifica e qualifica o homicídio e o n.º 2 orienta quanto ao fundamento para qualificar o crime, ou seja é no n.º 1 do art. 132º que se encontra o critério para qualificar. Deste modo, a qualificação assenta na culpa, sendo o critério para qualificar a “especial censurabilidade ou perversidade” do agente que actuou com uma exigibilidade acrescida<sup>390</sup>.

II. Para FERNANDA PALMA<sup>391</sup> a culpa agravada é um critério para a qualificação, mas não é o único fundamento. No entender da autora, integra também uma ilicitude acrescida, isto é há um misto de ilicitude e culpa. Na *alínea a)* o comportamento do agente revela um maior desvalor da acção: trata-se de um grau mais grave de ilícito, pelo que se fosse só a culpa não era necessário descrever as situações porque a culpa é um juízo de censura. Na regra de determinação da moldura penal não se pode ter um tipo de crime que assenta só na culpa (art. 71.º n.º 2), tem de existir também um fundamento de ilicitude.

III. Na posição defendida por FERNANDO SILVA<sup>392</sup>, o art. 132º trata-se exclusivamente de um tipo de culpa. A *alínea a)* envolve um maior desvalor da acção, mas nem todas as alíneas o envolvem, pelo que o preenchimento do n.º 2 não implica a qualificação, tem que estar presente o critério qualificador. O legislador deu-nos exemplos padrão para nos orientar no n.º 2. O art. 71.º CP funciona no âmbito da

---

<sup>390</sup> Em sentido contrário, FERNANDA PALMA, “Direito Penal, parte especial. Crimes contra as pessoas”, Lisboa, AAFDL, 1983, pp. 33 e ss., e também, TERESA BELEZA, “Ilicitamente comparticipando – o âmbito de aplicação do art. 28.º do Código Penal” in Estudos em homenagem ao Prof. Eduardo Correia, III, n.º especial do BFDUC, 1988.

<sup>391</sup> Cf. FERNANDA PALMA, “Direito Penal, parte especial. Crimes contra as pessoas”, Lisboa, AAFDL, 1983, pp. 40 e ss.

<sup>392</sup> Cf. FERNANDO SILVA, “Direito Penal Especial, Os Crimes contra as Pessoas” (2008), pp. 70 e ss.

determinação concreta da pena, e ao integrar o agente no 132.º a determinação concreta da medida da pena é abstracta (de 12 a 25 anos) e só depois na determinação concreta da pena é que se chama à colação o art. 71.º.

IV. Também no sentido da posição de FERNANDO SILVA, PINTO DE ALBUQUERQUE refere que foi essa a vontade expressa do legislador na comissão de revisão do CP de 1966. O acréscimo de novas circunstâncias legais pelo Decreto-Lei n.º 101-A/88 de 26 de Março, pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, e pela Lei n.º 65/98, de 2 de Setembro e, de novo, pela recente Lei n.º 59/2007, revela o propósito do legislador de evitar a insegurança da aplicação analógica das circunstâncias já existentes. Em síntese, dada a aplicabilidade do princípio da legalidade ao tipo de culpa, a constitucionalidade da norma está dependente de dois caminhos, que têm sido seguidos completamente: por um lado, o referido caminho da concretização dos tipos de culpa, preferido pelo legislador, e por outro, o caminho da interpretação literal dos tipos de culpa, dirigida à descoberta do significado social das palavras ao tempo em que a norma foi criada, preferido pelos tribunais<sup>393</sup>. No entender deste autor, não se viola o princípio constitucional da legalidade uma vez que está no âmbito da culpa jurídico-penal, pelo que as circunstâncias do n.º 2 não funcionam automaticamente, e têm um carácter meramente exemplificativo<sup>394</sup>.

V. Seguindo a posição de SOUSA E BRITO, no seu ensino oral, entendo que o direito penal, no Estado de Direito, tem de edificar-se sobre o homem como ser pessoal e livre – do homem que, sendo responsável pelos seus actos, é capaz de se decidir pelo Direito ou contra o Direito. Há-de ser, por isso, um direito penal ancorado na dignidade da pessoa humana, que tenha a culpa como fundamento e limite da pena, pois não é admissível pena sem culpa, nem em medida tal que exceda a da culpa. Isto é, trata-se de um direito penal, que tem a culpa como fundamento no limite ou legitimidade das penas, sem descuidar os seus fins de prevenção geral e especial, o seu carácter acessório, fragmentário. Deste modo, a necessidade da pena – que tem de ser uma pena de culpa – limita, pois, o âmbito de intervenção do direito penal, sendo mesmo o critério decisivo dessa intervenção.

---

<sup>393</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE, “*Comentário do Código Penal*” (2010), p. 400.

<sup>394</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “*Comentário Conimbricense ao Código Penal*” (1999), p. 29; também neste sentido: FERNANDO SILVA, “*Direito Penal Especial, Os Crimes contra as Pessoas*” (2008), p. 82.

Por conseguinte, o princípio da culpa, enquanto princípio conformador do direito penal de um Estado de Direito, proíbe que se aplique uma pena sem culpa e, bem assim, que a medida da pena ultrapasse a da culpa. Como tal, um direito penal da culpa não é compatível com a existência de penas fixas já que, é em função dela que, em cada caso, se há-de graduar a medida concreta da pena, situada entre o mínimo e o máximo previsto na lei para aquele tipo de comportamento.

É precisamente neste sentido que o n.º 2 do art. 132º autoriza a inclusão de factos para além do sentido possível da letra da lei. Embora o princípio da legalidade se aplique a todos os elementos do crime que fazem parte do tipo e, pela razão de ser do próprio princípio, não seja admitida a analogia *in malam partem*, a verdade é que o princípio da legalidade é limitado pelo princípio da culpa e é através do relacionamento entre os dois princípios que se autoriza uma variação da pena entre o máximo e o mínimo, tendo como fundamento a culpa do agente.

Se, por exemplo, não existisse o crime de homicídio qualificado e existe apenas o homicídio simples mas com uma moldura penal de 8 a 25 anos de prisão, seria deixado ao livre arbítrio do juiz a medida da pena, mas tal decisão estaria de acordo com o princípio da legalidade, por força da sua limitação e relacionamento directo com o princípio da culpa. Ora, se seria constitucional a existência de uma norma com uma moldura penal desta natureza que deixasse ao livre arbítrio do juiz a escolha entre o limite máximo e mínimo da pena, mais depressa se aceita que o n.º 2 do art. 132º, ao limitar o livre arbítrio do juiz, esteja de acordo com a Constituição, no sentido de proteger os direitos dos cidadãos. Assim, os exemplos padrão não são inconstitucionais porque só permitem a qualificação de situações reveladoras de uma especial censurabilidade ou perversidade, semelhantes às referidas no n.º 2 do art. 132º. O princípio da legalidade não se aplica de todo a circunstâncias especialmente qualificativas, porque a especificação dessas circunstâncias só é possível de efectuar mediante o grau de culpa do agente revelado na prática do facto. Na prática a técnica dos exemplos padrão acaba por proteger os próprios fins do princípio da legalidade por respeitar a compatibilização que a lei faz entre este princípio e o da culpa.

### **3.2. Tipos de culpa agravadores da pena**

I. O especial tipo de culpa do homicídio doloso é em definitivo conformado através da verificação da “especial censurabilidade ou perversidade” do agente.

À primeira vista dir-se-ia que, traduzindo-se a culpa jurídico-penal, em último termo, num juízo de censura, apelar tipicamente para uma especial censurabilidade só poderia ter o significado tautológico e, como tal, inútil e equívoco, de apelar para uma culpa especial. Todavia, a ideia de censurabilidade constitui um conceito nuclear sobre o qual se funda a concepção normativa da culpa. Assim, a censurabilidade respeita à atitude interna do agente, consubstanciada numa conduta bastante inversa em relação a um particular quadro de valores e, como tal, se afastando de um padrão dito normal, ou seja, censura-se o agente se ele podia determinar-se de acordo com a norma e não fez.

No art. 132.º CP trata-se de uma censurabilidade especial, pois as circunstâncias em que a morte foi causada são de tal modo graves que reflectem uma atitude profundamente distanciada do agente em relação a uma determinação normal de acordo com os valores legais. Nesta medida, o grau de censurabilidade eleva-se pelo facto de existir na decisão do agente o vencer dos factores que, à partida, deveriam orientá-lo para um recuo definitivo da sua acção. Por conseguinte, as motivações que o agente revela, ou a forma como executa o facto, constituem não apenas um completo desrespeito por um normal padrão axiológico vigente na sociedade, como traduzem, ainda, situações, em que a exigência para o não empreendimento da conduta se revela mais acentuada<sup>395</sup>.

II. A perversidade representa uma atitude de franco desprezo, característica de sentimentos torpes ou de egoísmo, onde a firmeza em “querer” matar e vir, posteriormente, a executá-lo, são motivados por argumentos inaceitáveis, *in extremis*, pela sociedade, e daí o primado da noção de culpa referida ao agente. Assim, com a referência à especial perversidade, tem-se em vista uma atitude profundamente rejeitável, por força do agente ter sido determinado por motivos e sentimentos que são absolutamente rejeitados pela sociedade.

Importa, contudo, salientar que a qualificação de especial se refere tanto à censurabilidade como à perversidade. A razão da qualificação do homicídio reside exactamente nessa especial censurabilidade ou perversidade revelada pelas circunstâncias em que a morte foi causada.

---

<sup>395</sup> Cf. FERNANDO SILVA, “Direito Penal Especial, Os Crimes contra as Pessoas” (2008), pp. 48 e ss.

III. A natureza jurídica que se atribui aos exemplos-padrão, no art. 132.º CP é a de determinação de uma moldura penal agravada, e, de modo algum, a de elementos do tipo. A relação entre uma especial maior culpa e uma moldura penal agravada está perfeitamente de acordo com o princípio da culpa<sup>396</sup>.

### 3.2.1. Alínea a)

I. FERNANDA PALMA pretende encontrar, nesta alínea, uma particular justificação para a ideia de que circunstâncias, como esta, seriam particularmente indicativas de que a agravação do homicídio tem de que ver também com um maior desvalor do tipo de ilícito, só por essa via relevando para a verificação de um tipo de culpa especialmente agravado. No entender da autora: “não é necessária nenhuma motivação especial do agente para que o homicídio seja qualificado. Basta que o agente tenha consciência da sua relação de parentesco com a vítima...”<sup>397</sup>.

Contrariamente, FIGUEIREDO DIAS entende que nestas hipóteses se exige que a prática do homicídio revele uma especial censurabilidade ou perversidade do agente, indiciada por aquele ter vencido as contra-motivações éticas relacionadas com os laços de parentesco<sup>398</sup>.

II. Deste modo, a qualificação pode ser afastada se o filho mata o pai dominado por compaixão ao vê-lo sofrer de uma forma atroz devido a uma doença incurável e dolorosa que já se encontra no seu estágio terminal, ou se o pai apelou seriamente ao filho para que este o ajudasse a acabar com o sofrimento e esse pedido foi a causa que determinou o filho a tal comportamento de maneira a respeitar os últimos desejos do seu pai (homicídio a pedido da vítima – art. 134º CP). Também não é possível qualificar a acção da filha que mata o pai de maneira a acabar com o sofrimento que este infligia à mulher, mãe da agente<sup>399</sup>.

---

<sup>396</sup> Cf. DUARTE MANSO, “*Direito Penal. Casos Práticos Resolvidos.*” vol. I (2007), p. 63.

<sup>397</sup> Cit. FERNANDA PALMA, “*Jornadas de Direito Criminal, Revisão do Código Penal*” vol. I (1996), p. 143; citado por PINTO DE ALBUQUERQUE in “*Comentário do Código Penal*” (2010), p. 401.

<sup>398</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “*Comentário Conimbricense ao Código Penal*” (1999), pp. 29-30.

<sup>399</sup> Cf. Ac. STJ de 6-6-1990.



### 3.2.2. Alínea b)

Tendo em conta que os laços familiares básicos com a vítima devem constituir para o agente factores inibitórios acrescidos, e cujo vencimento supõe uma especial censurabilidade, a Lei n.º 59 de 2007 veio alargar ainda mais esta tutela penal, prescindindo mesmo da existência de laços familiares básicos entre a vítima e o agente, ao incluir o homicídio de ex-cônjuge, de pessoa com quem o agente “tenha mantido” relação análoga à dos cônjuges e mesmo de progenitor de descendente comum em 1º grau. Deste modo, a actual alínea b) do n.º 2 do art. 132 surge como continuidade do sentido da alínea a), ao qual se incluem, sob a tutela penal, as relações familiares pretéritas e as relações parentais não familiares. É certo que as relações familiares, presentes e pretéritas, e as relações parentais são também aquelas que permitem uma maior desinibição, mas essa desinibição não pode constituir um factor de tolerância da violência, fundando o legislador precisamente nessas relações um juízo de censura penal agravado<sup>400</sup>.

Por exemplo, tal como refere o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 16 de Novembro de 1983, a relação familiar de sogro e genro existente entre o agente e a vítima ou vice-versa não permite, por si só, qualificar o homicídio como especialmente censurável<sup>401</sup>.

### 3.2.3. Alínea c)

A pessoa particularmente indefesa é a pessoa que se encontra numa situação de especial fragilidade devido à sua idade precoce ou avançada, deficiência, pessoa que se encontra numa situação de dependência hierárquica, económica ou de trabalho do agente como, por exemplo, a situação da empregada doméstica que reside no mesmo domicílio do agressor.

A especial censurabilidade da atitude do agente evidencia-se na exploração (“aproveitamento”) da situação de desamparo da vítima. Por conseguinte, a mera diferença acentuada de idades entre a vítima e o agente, por exemplo, não permite por si

---

<sup>400</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE “*Comentário do Código Penal*” (2010), p. 401, anotação 4; SILVA PEREIRA, “*Direito Penal II. Os homicídios*” (2008), p. 102.

<sup>401</sup> Cf. Ac. do STJ de 16-11-1983.

só qualificar o crime<sup>402</sup>, nem o facto de a vítima se encontrar embriagada, ainda para mais se esta se colocou dolosamente naquela situação<sup>403</sup>.

#### **3.2.4. Alínea d)**

I. O emprego de tortura ou crueldade evidencia-se na utilização de meios de provocação de dor para além da necessária para causar a morte. A tortura, tal como descrita no art. 243º n.º 3, consiste na provocação de sofrimento físico ou psicológico agudo, cansaço físico ou psicológico grave ou o emprego de produtos químicos, drogas ou outros meios considerados degradantes e desumanos<sup>404</sup>. Não estão incluídos os actos que visem apressar a morte, nem os actos *post mortem*.

O emprego da tortura ou crueldade é incompatível com a culpa atenuada do homicídio em estado de compreensível emoção violenta ou por relevante valor social ou moral. Por conseguinte, é compreensível a emoção que domina A e o impele a matar B porque este matou C, pai de A, mas se A, por seu turno, tortura B antes de o matar a sua conduta pode ser especialmente censurável, pois torna-se difícil provar que a emoção violenta que dominou A e o levou à prática do crime, também o tenha impelido a torturar B para satisfazer a sua vingança. Todavia, é possível em termos teóricos afirmar que uma emoção pode ser de tal forma intensa que mesmo quando A tortura B se encontra dominado por uma emoção violenta compreensível<sup>405</sup>.

II. Como outros exemplos, de crime de homicídio qualificado pelo emprego de crueldade temos o caso relatado pelo acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 10 de Julho de 1985 no qual o agente ofende fisicamente a mulher de forma grave, a estrangula e, seguidamente, simula o suicídio dela, pegando fogo às roupas por ela vestidas<sup>406</sup>; ou o caso do acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 17 de Outubro de 2007 que relata o caso de um agente que circulando num veículo automóvel, guina este

---

<sup>402</sup> Cf. Ac. do STJ de 30-3-2006.

<sup>403</sup> Cf. Ac. do STJ de 5-3-2008.

<sup>404</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE “Comentário do Código Penal” (2010), p. 731.

<sup>405</sup> Neste sentido: SOARES DA VEIGA, “Do concurso aparente entre homicídio qualificado e homicídio privilegiado” (1985), p. 27; TERESA SERRA, “Homicídio Qualificado, Tipo de Culpa e Medida da Pena” (1990), p. 97; FIGUEIREDO DIAS, “Comentário Conimbricense ao Código Penal” (1999), p. 32. Em sentido contrário: SILVA PEREIRA, “Direito Penal II. Os homicídios” (2008), p. 44; PINTO DE ALBUQUERQUE “Comentário do Código Penal” (2010), pp. 401-402.

<sup>406</sup> Cf. Ac. STJ de 10-7-1985.

súbita e bruscamente na direcção da vítima, galga o passeio onde esta seguia, atingindo-a com a dianteira e, apercebendo-se que a vítima tinha ficado aí presa, imprime ainda maior velocidade ao veículo, arrastando o corpo daquela por cerca de 29,50 metros e, por fim, passa-lhe por cima, abandonando depois o local<sup>407</sup>.

### **3.2.5. Alínea e)**

I. Para que se possa falar em homicídio qualificado motivado por avidez é necessário que se verifique uma das seguintes situações: existir por parte do agente a vontade de obter vantagens patrimoniais indevidas; existir a vontade de manter vantagens patrimoniais já recebidas, mas legitimamente postas em causa pela vítima; ou a vontade de se libertar de dívidas e obrigações para com a vítima. É irrelevante o montante do lucro que se pretende alcançar, sendo até o homicídio tanto mais censurável quanto mais pequeno o lucro visado. Exemplos desta motivação são as do agente que mata para roubar ou do agente que é pago para matar alguém (assassino contratado)<sup>408</sup>.

II. A motivação do prazer de matar ou de causar sofrimento supõe uma atitude de satisfação do agente com a provocação da dor e da morte, que não é necessariamente consequência de uma patologia no agente, mas antes de distúrbios da personalidade que em si mesmo não configuram uma situação de inimputabilidade<sup>409</sup> como sucede, por exemplo, nos casos em que o agente persegue a vítima como se fosse um animal de caça num torneio desportivo de caça<sup>410</sup>.

III. A motivação da excitação sexual inclui todas as práticas de provocação de dor em terceiro com vista à satisfação sexual. Não é necessária a verificação efectiva da satisfação sexual, bastando que o agente tenha cometido o facto com esse propósito. Exemplos desta motivação são os casos em que a vítima é morta durante o cometimento

---

<sup>407</sup> Cf. Ac. STJ de 17-10-2007.

<sup>408</sup> Cf. Ac. do STJ de 14-11-2007.

<sup>409</sup> Vide supra parte I ponto 5.

<sup>410</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE “*Comentário do Código Penal*” (2010), p. 402, anotação 11.

de uma violação, em virtude da força física usada, ou quando o agente mata a vítima com o propósito de em seguida praticar actos sexuais com o cadáver (necrofilia)<sup>411</sup>.

IV. O motivo torpe ou fútil consiste numa motivação incompreensível ou inexplicável à luz do modo de agir de um homem fiel ao direito, ou mesmo revelador de um baixo carácter, isto é, um motivo manifestamente desproporcionado face às concepções da comunidade e/ou um carácter revelador de uma total falta de consideração pela vida humana<sup>412</sup>. Para aferir da baixeza de carácter ou da futilidade do motivo devem ter-se em conta, por um lado, a desproporção entre a conduta da vítima e a reacção do agente e a responsabilidade do agente pela situação criada; e, por outro lado, as características pessoais do agente, como, por exemplo, as representações culturais do seu país de origem quando se trate de estrangeiro ou a sua história pessoal como vítima de maus-tratos<sup>413</sup>.

Como exemplos de homicídios motivados por motivos fúteis, temos o caso relatado pelo acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 26 de Outubro de 1983, no qual um agente da PSP encosta uma arma à cabeça da vítima por mero exibicionismo e prime o gatilho, matando-a<sup>414</sup>; o caso relatado pelo acórdão da Relação de Coimbra de 15 de Fevereiro de 1984, no qual o agente matou a vítima com quem tinha cortado relações há quatro anos por motivo de desvio de águas<sup>415</sup>; o caso do agente que matou a vítima por esta se recusar a continuar a ser sua amante<sup>416</sup>; ou o caso do agente que atinge a tiro um companheiro de café porque este pretendia dissuadi-lo de ir à procura da mulher e do amante para os matar, relatado pelo acórdão do STJ de 6 de Maio de 1993<sup>417</sup>.

Todavia, a jurisprudência não considerou como motivo fútil o caso, por exemplo, relatado pelo acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 30 de Novembro de 1983 no qual a vítima vinha passando, contra a vontade expressa do agente, numa vereda situada em prédio deste, por onde uma vez mais passava no momento da prática do facto<sup>418</sup>; se

---

<sup>411</sup> Op. Cit. p. 402, anotação 12.

<sup>412</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “*Comentário Conimbricense ao Código Penal*” (1999), p. 32, § 13.

<sup>413</sup> Cf. SILVA PEREIRA, “*Direito Penal II. Os homicídios*” (2008), p. 50.

<sup>414</sup> Cf. Ac. do STJ de 26-10-1983.

<sup>415</sup> Cf. Ac. da RC de 15-2-1984.

<sup>416</sup> É também esta a opinião de PINTO DE ALBUQUERQUE (“*Comentário do Código Penal*”, 2010, p. 402, anotação 12), mas contra a decisão do Ac. da RC de 26-6-1986.

<sup>417</sup> Cf. Ac. do STJ de 6-5-1993.

<sup>418</sup> Cf. Ac. do STJ de 30-11-1983.

o agente tinha desentendimentos com a vítima com quem vivia, vivendo a vítima atemorizada e pensando em divorciar-se e havendo na vida do agente outra mulher, tal como relata o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 7 de Junho de 1987<sup>419</sup>; ou o caso do acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 27 de Maio de 2004<sup>420</sup>, no qual o agente mata a vítima, sua mulher, com dois disparos depois de uma discussão entre ambos, desconfiando o agente da fidelidade da vítima.

### **3.2.6. Alínea f)**

O ódio racial, religioso ou político supõe que a vítima é perseguida pela sua raça, filiação ou convicções políticas, religião ou mundividência religiosa, o que significa que também o ateu pode ser vítima de ódio religioso. A nova lei acrescenta ainda o ódio gerado pela origem étnica ou nacional, pelo sexo ou pela orientação sexual da vítima, uma vez que o ódio gerado pela “cor” da vítima identifica-se com o ódio racial. A especial censurabilidade do facto reside na atitude do agente que, em virtude das suas convicções e da sua mundividência, não reconhece a vítima como uma pessoa digna dos direitos inerentes a qualquer cidadão numa sociedade democrática e pluralista. O motivo ideológico (religioso ou político) qualifica o homicídio, quer ele se enquadre na prossecução de benefícios egoístas do agente (como eliminação de um rival), quer ele se enquadre na prossecução dos propósitos de um grupo, organizado ou não, de pessoas a que pertença o agente do homicídio (como a tomada de poder por uma facção no seio de uma instituição)<sup>421</sup>.

### **3.2.7. Alínea g)**

O cometimento do crime de homicídio com vista à preparação, facilitação, execução ou encobrimento de “outro crime”, ou seja, a instrumentalidade do crime de homicídio, supõe uma proximidade espaço-temporal entre o homicídio e o “outro crime”. O outro crime pode ser doloso ou negligente, tentado ou consumado, cometido por acção ou omissão. O “outro crime” não carece de verificação nem mesmo de realização, basta que na representação mental do agente o crime de homicídio seja útil

---

<sup>419</sup> Cf. Ac. do STJ de 7-6-1987.

<sup>420</sup> Cf. Ac. do STJ de 27-5-2004.

<sup>421</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE “*Comentário do Código Penal*” (2010), p. 403, anotação 16.

para a consecução de um “outro crime”, quer este outro crime tenha sido ou venha a ser cometido pelo próprio agente ou por terceiro<sup>422</sup>.

Deste modo, comete o crime de homicídio qualificado o agente que viola a vítima e depois a mata para esconder o crime de violação, bem como o agente que rouba a vítima e depois a mata para encobrir o crime de roubo<sup>423</sup>; também os agentes que matam a vítima à paulada com vista a tirar-lhe uma pequena quantia em dinheiro cometem um homicídio qualificado<sup>424</sup>.

### **3.2.8. Alínea h)**

I. Por força do disposto no art. 26º do CP, a prática do crime com, pelo menos, mais duas pessoas consiste numa co-autoria de três pessoas, pelo que, não é suficiente, para qualificar o homicídio com base no alínea h), que o agente cometa o crime juntamente com apenas um co-autor e um cúmplice. Diferentemente, LEAL-HENRIQUES e SIMAS SANTOS entendem que basta a comparticipação para qualificar o homicídio<sup>425</sup>. Ora, não é possível concordar com tal entendimento porque o mesmo não faz jus à lei, podendo inclusive ser considerado um entendimento *contra legem*.

II. O meio particularmente perigoso é aquele que tem uma perigosidade tal que pode atingir terceiros indiscriminadamente, como por exemplo, uma caçadeira de cano de calibre 12 com cartuchos com 12 ou 16 bacos de zagalote, com diâmetro aproximado de 7,5mm e 2,4g., conforme relata o acórdão do STJ de 1 de Outubro de 2003<sup>426</sup>, ou um taco de *baseball*, tal como o considerou o acórdão da Relação do Porto de 3 de Dezembro de 2008<sup>427</sup>. Contudo, o acórdão da Relação do Porto de 17 de Dezembro de 2008<sup>428</sup> considera que uma arma de fogo proibida, por si só, não constitui um instrumento particularmente perigoso.

---

<sup>422</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “Comentário Conimbricense ao Código Penal” (1999), p. 34.

<sup>423</sup> Cf. Ac. do STJ de 13-7-1983.

<sup>424</sup> Cf. Ac. do STJ de 27-7-1983.

<sup>425</sup> Cf. LEAL-HENRIQUES e SIMAS SANTOS, “Código Penal Anotado, Parte Geral” vol. I (2002), p. 68.

<sup>426</sup> Cf. Ac. do STJ de 1-10-2003.

<sup>427</sup> Cf. Ac. da RP de 3-12-2008.

<sup>428</sup> Cf. Ac. da RP de 17-12-2008.

III. O crime de perigo comum só qualifica o homicídio quando o agente do homicídio é também autor ou participante num crime doloso de perigo comum, não sendo suficiente que ele cometa o crime de perigo comum negligentemente, nem que ele aproveite o crime de perigo comum cometido por terceiro sem a sua participação. Para os efeitos desta alínea, são crimes de perigo comum não apenas os previstos nos artigos 272º e seguintes, mas também outros crimes de perigo comum previstos fora do CP, como, por exemplo, o crime previsto no art. 86º da Lei n.º 5/2006, que substituiu o anterior art. 275º. Porém, no entender de SILVA DIAS, é: “*necessário que o explosivo ou a arma de fogo tenham sido usados caracteristicamente como meios de perigo comum*”<sup>429</sup>.

A especial censurabilidade do facto verifica-se na atitude do agente que não se importa com o destino de outros além da vítima do homicídio<sup>430</sup>.

### **3.2.9. Alínea i)**

A especial censurabilidade no uso de veneno ou de outro meio insidioso revela-se na atitude dissimulada ou traiçoeira do agente que actua sem permitir à vítima qualquer possibilidade de defesa. O veneno é uma substância que pode agir sobre o organismo por via bacteriológica, química ou mecânica de forma a lesar a saúde ou a vida da vítima. São exemplos de venenos os vírus, as bactérias, os medicamentos em dose não receitada, os produtos estupefacientes e os vidros moídos<sup>431</sup>.

Na jurisprudência temos exemplos de crime de homicídio qualificados por meio insidioso no caso relatado pelo acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 4 de Julho de 1996<sup>432</sup> no qual o agente matou a sua esposa à facada enquanto esta dormia; no caso do agente que mata a vítima com uma navalha sem que esta se aperceba do que lhe está a acontecer, tal como relata o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 1 de Outubro de 1998<sup>433</sup>; no caso relatado pelo acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 5 de Fevereiro de 1998<sup>434</sup> no qual o agente, escondido por arbustos, espera a vítima fazendo-lhe uma emboscada; no caso do agente que segue diante da vítima e repentinamente se

---

<sup>429</sup> Cit. SILVA DIAS, “Crimes contra a vida e a integridade física” (2007), p. 34.

<sup>430</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE “Comentário do Código Penal” (2010), p. 404.

<sup>431</sup> Op. Cit. p. 404, anotação 22.

<sup>432</sup> Cf. Ac. do STJ de 4-7-1996.

<sup>433</sup> Cf. Ac. do STJ de 1-10-1998.

<sup>434</sup> Cf. Ac. do STJ de 5-2-1998.

vira a ela empunhando uma faca, tal como relata o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 27 de Setembro de 2000<sup>435</sup>; no caso relatado pelo acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 20 de Maio de 2004<sup>436</sup> no qual o agente apanha a vítima desprevenida, exhibe a arma e dispara sem lhe dar tempo de reacção.

#### **3.2.10. Alínea j)**

A premeditação revela a atitude de elaboração mental e reflexão no propósito criminoso do agente, que merece uma censurabilidade acrescida da conduta. São indícios dessa atitude a frieza de ânimo, a reflexão sobre os meios empregados e a persistência na intenção de matar por mais de 24 horas<sup>437</sup>.

A frieza de ânimo, contudo, não consiste na mera afirmação pelo agente, quatro minutos antes de atingir a vítima, de que ela ainda se sairia mal e que a trazia debaixo de olho. Mas consiste antes em encomendar um homicídio, por exemplo, em Novembro de 2004 e na sua execução em 4 de Dezembro desse ano, tal como demonstrou o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 14 de Novembro de 2007<sup>438</sup>.

#### **3.2.11. Alínea l)**

A especial censurabilidade no cometimento de homicídio contra autoridades públicas ou privadas, como o docente de uma escola privada, no exercício das suas funções ou por causa delas, reside na atitude de desprezo do agente para com a função da vítima.

#### **3.2.12. Alínea m)**

O cometimento do crime por funcionário no exercício das suas funções ou por causa delas é um abuso grave da autoridade, o que justifica a qualificação.

### **3.3. Formas de cometimento do crime**

---

<sup>435</sup> Cf. Ac. do STJ de 27-9-2000.

<sup>436</sup> Cf. Ac. do STJ de 20-5-2004.

<sup>437</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE “Comentário do Código Penal” (2010), p. 405.

<sup>438</sup> Cf. Ac. do STJ de 14-11-2007.



I. No entender de PINTO DE ALBUQUERQUE, SÁ PEREIRA e ALEXANDRE LAFAYETTE<sup>439</sup>, o homicídio qualificado pode ser cometido em qualquer forma de dolo, sendo admissível o seu cometimento na forma de dolo eventual, salvo nos casos de emprego de tortura ou crueldade, persistência na intenção de matar por mais de 24 horas, reflexão sobre os meios utilizados, avidez e prazer de matar ou causar sofrimento. TERESA QUINTELA DE BRITO<sup>440</sup> vai mais longe e inclui também neste leque o homicídio contra pessoa particularmente indefesa.

Todavia, tal como refere MARGARIDA SILVA PEREIRA<sup>441</sup>, é incompatível com o menor desvalor e a menor censurabilidade do dolo eventual a admissão de homicídio, uma vez que, apesar de o agente representar a circunstância agravadora e se conformar com ela, o resultado típico surge como uma consequência possível da sua conduta. Deste modo, há que concordar com a posição desta autora, porque o agente que mata com dolo eventual, embora utilize certos métodos e admita que a vítima sofra mais, não revela uma crueldade tão intensa como nos casos em que o agente concretiza a morte da vítima e actua com o fim imediato de realizar o facto ilícito típico. Por conseguinte, nos casos de dolo eventual, não é possível afirmar que a conduta do agente revela uma culpa especialmente censurável, tal como é exigida para efeitos de qualificação de homicídio do art. 132º.

II. O erro do agente sobre as circunstâncias respeitantes a uma situação de facto (alíneas a), b), c), d), h), i), l) e m), é irrelevante, porque a maior censurabilidade da sua atitude interna não depende da correspondência entre a representação mental da circunstância e à realidade, mas antes da decisão com base na representação mental da circunstância. No que respeita às circunstâncias da vontade do agente [alíneas e), f), g) e j)], o agente tem de agir com os referidos propósitos<sup>442</sup>.

A punição da tentativa de homicídio qualificado depende da prática de actos de execução que revelem especial censurabilidade do agente. Tal significa que a tentativa de homicídio deve ser punida com referência à moldura penal do art. 132º sempre que o

---

<sup>439</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE “*Comentário do Código Penal*” (2010), p. 405; SÁ PEREIRA e ALEXANDRE LAFAYETTE “*Código Penal Anotado e Comentado*” (2008), p. 347.

<sup>440</sup> Cf. QUINTELA DE BRITO “*Direito Penal – Parte Especial: Lições, Estudos e Casos*” (2007), p. 209.

<sup>441</sup> Cf. SILVA PEREIRA, “*Direito Penal II. Os homicídios*” (2008), p. 90.

<sup>442</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “*Comentário Conimbricense ao Código Penal*” (1999), p. 43.

agente tenha revelado, nos actos de execução realizados, uma especial censurabilidade. Todavia, esta censurabilidade pode resultar da suposição errónea pelo agente da verificação de uma circunstância qualificativa inexistente, razão pela qual também a tentativa impossível de homicídio qualificado pode ser punível, verificadas as condições do art. 23º n.º 3<sup>443</sup>.

III. Face à natureza do tipo de culpa do homicídio qualificado, cada participante é punido de acordo com as circunstâncias qualificativas que se verifiquem em relação a ele, nos termos do art. 29º. Assim, o estranho que, por exemplo, instiga um pai a matar o seu filho é apenas punido por instigação a homicídio simples, embora o pai seja punido por homicídio qualificado. O inverso também pode suceder, isto é, o pai que paga a um terceiro para lhe matar o filho é instigador de um crime de homicídio qualificado, mas o terceiro que executa o crime comete apenas o crime de homicídio simples. Há, contudo, uma restrição a fazer a este princípio: as circunstâncias qualificativas que consubstanciem modos de execução do crime especialmente censuráveis (previstas nas alíneas d), h) e i) têm um efeito delimitador da responsabilidade do autor mediato, do instigador e do cúmplice, na medida em que os participantes só podem ser punidos nos limites da execução do autor imediato.

Deste modo, se, por exemplo, o instigador tiver incitado o agente a utilizar veneno, mas ele tiver utilizado as próprias mãos para matar um inimigo, incorre o agente no crime de homicídio simples e o instigador no crime de instigação ao homicídio simples<sup>444</sup>.

IV. O concurso entre um homicídio qualificado que é cometido para facilitar, preparar, executar ou encobrir outro crime e esse outro crime facilitado, preparado, executado ou encoberto é um concurso efectivo de crimes. Por exemplo, verifica-se concurso efectivo entre o crime de violação e o crime de homicídio qualificado cometido para o encobrir.

---

<sup>443</sup> Op. Cit. p. 43, anotação 36.

<sup>444</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE “*Comentário do Código Penal*” (2010), p. 406.

O crime de terrorismo previsto no art. 4º n.º 1, da Lei n.º 53/2003, de 22 de Agosto, consome o crime de homicídio ou homicídio qualificado, determinado por ódio político ou religioso<sup>445</sup>.

O concurso de circunstâncias, por um lado, deve ser ponderado na determinação da medida concreta da pena: qualificada a conduta com a mais grave circunstância, as outras circunstâncias devem ser tidas em conta na determinação da pena concreta. Por outro lado, as circunstâncias atenuantes gerais, como o bom comportamento anterior e a confissão espontânea, não funcionam como contraprova do efeito qualificativo das circunstâncias do art. 132º, n.º 2<sup>446</sup>.

A especial censurabilidade da conduta do agente é intrinsecamente incompatível com a atenuação especial da pena com base no art. 72º.

#### **4. Homicídio a pedido da vítima**

I. O homicídio a pedido da vítima constitui uma forma privilegiada de homicídio, que se fundamenta numa diminuição do ilícito resultante do pedido dirigido pela vítima ao agente e numa culpa acentuadamente diminuída do agente. O pedido da vítima não constitui apenas uma forma qualificada de consentimento. Ele representa mesmo uma instigação do agente pela vítima. Por outro lado, quando o agente responde positivamente ao pedido da vítima, dele deixa-se convencer pelas razões existenciais da vítima para buscar a morte. É nesta partilha do destino da vítima, que reside o motivo político-criminal para a autorização do crime e para a redução da moldura pena em relação ao homicídio privilegiado.

O pedido deve ser sério, instantâneo, expresso, conformador e determinante da conduta do agente. A aferição destas características do pedido é feita de acordo com o critério de um homem fiel ao direito colocado na posição do agente, mas munido dos conhecimentos especiais do agente. Os requisitos do pedido sério, instantâneo e expresso vão para além dos pressupostos gerais do consentimento, sem prejuízo de valermos os pressupostos gerais do consentimento<sup>447</sup>.

---

<sup>445</sup> Op. Cit. p. 407.

<sup>446</sup> Cf. TERESA SERRA, “*Homicídio qualificado, Tipo de Culpa e medida da pena*” (1990) pp. 66 e ss.

<sup>447</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE “*Comentário do Código Penal*” (2010), p. 412.

II. O pedido sério não é fruto de precipitação da vítima nem de ascendentes psicológico de terceiro, mas de uma decisão existencial reflectida de pôr termo à vida. Desde logo, nos termos gerais do art. 38º, n.º 3. Além disso, o pedido sério não é compatível com uma vontade inquinada por qualquer vício, causado ou aproveitado pelo agente. Caso o vício da vontade da vítima tenha sido causado ou seja aproveitado pelo próprio agente, não há lugar ao privilegiamento do facto. Caso o vício da vontade da vítima tenha sido causado pela vítima ou por terceiro, mas seja desconhecido do agente, o desconhecimento do vício pelo agente é irrelevante e não prejudica o privilegiamento do facto. No caso de pedido feito por pessoa que não tem capacidade para consentir (por exemplo, menor de 16 anos), o homicídio pode ainda subsumir-se ao tipo de homicídio privilegiado.

O pedido instantâneo é aquele que é repetido, insistente, em que se revela uma firmeza da vontade de morrer. Por ser escrito, oral ou por sinais, formulado por uma asserção positiva ou em sentido interrogativo<sup>448</sup>.

O pedido é conformador da conduta do agente, na medida em que ele é prévio à conduta, mantém-se durante a execução do facto e pode ser revogado a todo o tempo. Portanto, o pedido deve ser mantido até ao momento da perda de consciência da vítima. Por outro lado, o pedido pode estabelecer o modo e o tempo em que a conduta do agente deve ter lugar. Por fim, o pedido da vítima é dirigido directamente à pessoa que a vai matar, não sendo relevante o pedido feito por interposta pessoa.

O pedido é determinante da conduta do agente, no sentido de que o pedido cria no agente uma vontade que ele não tinha anteriormente. Nesta medida, o pedido consubstancia uma instigação do agente pela vítima. Ficam, pois, excluídas as acções do agente já predeterminado a matar a vítima ou do agente que provoca (dolosa ou negligentemente) na vítima a vontade de morrer. Por outro lado, o homicídio a pedido de vítima com *animus malus* do agente (por exemplo, agindo por cobiça) não se subsume ao tipo do art. 134º, porque o agente não é determinado pelo pedido de outra pessoa, mas por interesses egoístas pessoais, revelando uma culpa que nada tem de diminuta<sup>449</sup>.

---

<sup>448</sup> Cf. FERNANDO SILVA, “Direito Penal Especial, Crimes contra as pessoas” (2008), pp. 123-124.

<sup>449</sup> Cf. SILVA DIAS, “Crimes contra a vida e a integridade física” (2007), p. 51.

III. O crime não pode ser cometido na forma omissiva, mesmo que o titular do dever de garante seja médico, como no caso Wittig, em que a vítima tentou suicidar-se com medicamentos e foi encontrada já inconsciente com um escrito na mão pedindo ao seu médico que não a salvasse. A razão é esta: o dever de garante cessa se a vítima se opuser à acção salvadora do titular do dever de garante<sup>450</sup>.

O tipo subjectivo admite qualquer forma de dolo. Quando o agente não conhece a existência do pedido, comete um crime de homicídio simples, mesmo que exista esse pedido. Quando o agente pensa existir um pedido com as características exigidas pela lei, mas ele não existe, o erro não modifica a sua culpa (diminuída) e é, por isso, irrelevante, devendo o agente ser punido pelo crime de homicídio a pedido da vítima<sup>451</sup>.

A tentativa é punível nos termos gerais. Desistindo o agente do seu propósito de satisfazer o pedido, ele deve ser punido pelas ofensas à integridade física entretanto consumadas, não se encontrando estas ofensas justificadas pelo consentimento, já que elas visavam a provocação da morte.

A comparticipação rege-se pela regra geral do art. 28º n.º 1, parte final, isto é, o grau de ilicitude do facto depende de uma relação especial entre o agente e a vítima, mas a intenção da norma incriminadora exclui a comunicação da relação. A consequência prática é a de que só podem beneficiar da imputação do crime privilegiado os comparticipantes que tiverem sido directamente determinados pelo pedido<sup>452</sup>.

O crime de homicídio a pedido da vítima está numa relação de concurso aparente (especialidade) com o crime de homicídio simples e numa relação de exclusão com o crime de homicídio qualificado. O crime de homicídio privilegiado é subsidiário do crime de homicídio a pedido da vítima<sup>453</sup>.

## 5. Infanticídio

I. O crime de infanticídio constitui uma forma privilegiada de homicídio, que se fundamenta numa culpa acentuadamente diminuída do agente. A influência perturbadora do parto é, com efeito, um elemento especial do tipo de culpa. Esta forma

---

<sup>450</sup> Op. Cit. p. 60.

<sup>451</sup> Cf. SILVA PEREIRA, “Direito Penal II. Os Homicídios” (2008), p. 152.

<sup>452</sup> Cf. FERNANDO SILVA, “Direito Penal Especial, Crimes contra as pessoas” (2008), p. 130

<sup>453</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE “Comentário do Código Penal” (2010), p. 415.

de cometimento do crime é apenas uma modalidade especialíssima do crime de homicídio privilegiado, constituindo o estado de perturbação da mãe uma modalidade da “emoção compreensível” do agente. Contudo, ao invés do homicídio privilegiado, o crime de infanticídio não pode ser cometido por qualquer pessoa, porquanto depende da existência de uma relação especial do agente com a vítima, a relação de maternidade. Trata-se, pois, de um crime específico impróprio a dois títulos: primeiro, porque a relação especial não fundamenta o ilícito e, segundo, porque a relação especial não agrava *in casu* o ilícito, antes o efeito agravante da relação especial é neutralizado pela consideração da culpa diminuída do agente.

O infanticídio também se pode verificar no caso da gravidez de “mãe de aluguer”, uma vez que a interpretação extensiva do tipo é em favor do arguido, já que, de outro modo, aplicar-se-ia o tipo de homicídio simples<sup>454</sup>.

II. A acção típica de matar deve ter lugar durante ou logo após o parto, isto é, com o início das “contracções ritmadas, intensas e frequentes que previsivelmente conduzirão à expulsão do feto” ou com o início da cesariana e até aos momentos imediatamente subsequentes ao final do parto. Não basta a consideração do estado de influência puerperal, exigindo a lei, além desse estado de “influência perturbadora”, a proximidade temporal da acção de matar em relação ao próprio parto (“logo após o parto e estando ainda sob a sua influência perturbadora”). Com efeito, o tipo da lei nacional não exige apenas a influência do estado puerperal, como os tipos homólogos do StGB suíço e do StGB austríaco, impondo-se um requisito cumulativo de proximidade temporal em relação ao parto, tal como sucede no tipo homólogo do StGB alemão. O tipo da lei nacional conjuga, pois, o critério emocional das leis suíça e austríaca com o critério temporal da lei alemã<sup>455</sup>.

A morte do feto pode ter lugar ainda dentro do organismo da mãe, desde que a acção de matar tenha tido lugar com o início do parto.

O crime pode ser cometido por omissão, uma vez que impede sobre a mãe um dever de garante. Se a mãe omitir a conduta adequada a salvar o filho que se encontra em perigo de morrer, podendo fazê-lo, comete o crime na forma omissiva. É o que acontece se a mãe não procura um médico quando o parto se afigura difícil e perigoso.

---

<sup>454</sup> Op. Cit. p. 521.

<sup>455</sup> Op. Cit. p. 521, anotação 5.

III. O estado de perturbação pode ser endógeno (por exemplo, resultante de uma crise depressiva da mulher) ou exógeno (por exemplo, causado por uma situação económica extremamente difícil da mãe). A revisão do CP de 1995 suprimiu a causa da “ocultação da desonra”, pois no estado actual da sociedade portuguesa a meternidade fora do casamento já não é objecto de censura social. Esta supressão não obsta, contudo, ao privilegiamento nos termos gerais do art. 133º, quando se verifiquem os respectivos pressupostos<sup>456</sup>.

Por exemplo, tal como foi decidido pelo acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 27 de Maio de 1992, não integra o crime de infanticídio a conduta da mulher que passados 8 dias do parto que decorreu normalmente, tendo tido alta do hospital por ser considerada em estado físico normal, mata o filho com insecticida por ele ser de raça negra, quando ela e o homem com quem vivia eram de raça branca<sup>457</sup>.

A influência perturbadora do parto tem de verificar-se no momento da acção ou omissão típicas. Aliás, a letra do preceito dá uma indicação preciosa neste sentido: a mãe deve estar “ainda” sob a influência perturbadora do parto, o que quer dizer que essa perturbação não pode anteceder o momento do início do parto. Por isso, a acção sob influência perturbadora do parto não é compatível com a premeditação. A premeditação supõe precisamente o distanciamento emocional, o cálculo criminoso, a preparação psicológica do agente, que são estranhos à perturbação sentida em virtude do parto. Portanto, a mãe que congemina e prepara previamente (isto é, antes do início do parto) a morte do seu filho não age sob “influência perturbadora do parto”<sup>458</sup>.

IV. A tentativa do crime de infanticídio é punível, desde que a mãe tenha realizado actos de execução, durante ou logo após o parto, adequados a produzir a morte do filho, mas não tenha sobrevivido a morte do filho por motivo estranho à vontade da mãe.

A mãe é a autora do crime, mas ela pode agir por intermédio de terceiro de boa fé, sendo então autora mediata. A mãe também pode realizar o crime em co-autoria com outrem ou instigando outrem ou ainda com a ajuda de outrem. Mas a punição da comparticipação entre agentes rege-se pela regra do art. 29º, tal como acontece no

---

<sup>456</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “Comentário Conimbricense ao Código Penal” (1999), p. 102.

<sup>457</sup> Cf. Ac. do STJ de 27-5-1992.

<sup>458</sup> Cf. Ac. do STJ de 10-4-1984.

homicídio privilegiado, uma vez que o privilegiamento se deve à culpa acentuadamente diminuída da mãe. Portanto, à autora mãe pode ser imputado um crime de infanticídio e ao participante (co-autor, instigador ou cúmplice) da mãe um crime de homicídio simples ou mesmo qualificado, desde que tenha conhecimento de que a autora é mãe da vítima e esse conhecimento seja revelador de uma culpa especialmente censurável (art. 132º n.º 2 alínea a). Ao invés, a mãe cúmplice no homicídio do seu filho cometido por outrem logo após o parto pode ser punida por infanticídio e autor imediato pode ser punido por homicídio simples, qualificado, ou privilegiado, consoante as circunstâncias.

O crime de infanticídio está numa relação de concurso aparente (especialidade) com os crimes de homicídio simples e privilegiados e numa relação de consumação com o crime de exposição ou abandono<sup>459</sup>.

Tal como acontece com o homicídio privilegiado, o infanticídio é cumulável com a atenuação especial da pena nos termos do art. 72º se a circunstância que determina a atenuação não for a mesma situação de constrangimento que determina a subsunção ao infanticídio<sup>460</sup>.

## **6. Exposição ou Abandono**

I. O tipo objectivo consiste na exposição de uma pessoa em lugar que a sujeite a uma situação que ela sozinha, pelos seus meios, não possa defender-se ou no abandono de uma pessoa sem defesa, criando deste modo um perigo para a vida dessa pessoa.

A exposição ao perigo consiste, não apenas na acção de deslocação da vítima para um local perigoso para ela, mas também na acção de colocação da vítima numa situação de perigo (sem deslocação da vítima), através do afastamento ou da destruição de meios de salvamento. O perigo criado é um perigo concreto para a vida.

A exposição pode ser cometida por omissão, se o omitente tiver um dever de garante.

O abandono ao perigo consiste na omissão dos actos adequados a salvar a vítima quando o omitente tenha um dever de garante (crime de omissão pura ou própria), tendo a fonte de perigo sido criada pela própria vítima, por um terceiro ou pelo acaso.

---

<sup>459</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE “*Comentário do Código Penal*” (2010), p. 422.

<sup>460</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “*Comentário Conimbricense ao Código Penal*” (1999), p. 105.



Portanto, o tipo pode ser preenchido: quer o omitente permaneça no local onde se encontra a vítima e omita a ação de salvamento; quer o omitente se afaste do local onde se encontra a vítima; quer o omitente não se encontre no local onde está a vítima e não providencie pela ajuda devida à vítima. Por exemplo, comete o crime o pai que deixa o filho de 4 meses de idade na via pública, junto à porta de uma residência, retirando-se do local de imediato, sem saber se alguém recolherá o bebê<sup>461</sup>.

Para efeitos do crime de abandono, as fontes do dever de garante são as mesmas da disposição geral do art. 10º n.º 2, incluindo o contrato e a ingerência, mas não é suficiente o dever geral de garante resultante do art. 200º n.º 1<sup>462</sup>.

O tipo pode ser cometido em qualquer forma de dolo (dolo de perigo), incluindo o dolo eventual. O dolo só pode incluir a criação de perigo, pois se incluir a morte ou a ofensa à integridade física, haverá tentativa de homicídio ou tentativa de ofensa à integridade física.

II. A tentativa do crime de exposição é punível, nos termos gerais. A desistência é admissível se o agente ou omitente impedir ou evitar a produção da morte ou da ofensa à integridade física (art. 24º parte final). Já a “tentativa” de abandono não é punível, uma vez que se trata de um crime de omissão própria.

O crime de exposição é um crime comum, pelo que pode ser cometido por qualquer pessoa. São aplicáveis as regras gerais da comparticipação. Já o crime de abandono é um crime específico próprio, que só pode ser cometido pelo titular de um dever de garante. É aplicável o disposto no art. 28º, sendo comunicável a qualidade típica ao participante que a não possua.

O crime de exposição está em relação de concurso aparente (consunção) com o crime de abandono ao perigo. O crime doloso de homicídio ou de ofensa à integridade física consome o crime de exposição ou abandono. O crime de omissão auxílio está numa relação de concurso aparente (subsidiariedade implícita) com o crime de exposição ou abandono.

Se da exposição ou do abandono resultar a morte ou a ofensa à integridade física grave e estes resultados forem imputáveis à negligência do agente, o agente responde pelo crime agravado pelo resultado<sup>463</sup>.

---

<sup>461</sup> Op. Cit. p. 120.

<sup>462</sup> Cf. SILVA DIAS, “*Crimes contra a vida e a integridade física*” (2007), p. 82.

## **Parte III: Inexigibilidade dos autores passionais**

---

<sup>463</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE “*Comentário do Código Penal*” (2010), p. 425.

## 1. Inexigibilidade nos factos passionais

### 1.1. O conceito de inexigibilidade

I. O conceito de inexigibilidade surgiu com a concepção normativa da culpa, ao considera-la como censurabilidade do facto tendo em conta a capacidade do agente de se deixar motivar pela norma, isto é, por ter agido ilicitamente, quando podia ter-se comportado de outra maneira. Deste modo, veio acentuar-se que aquela censura só se deveria efectivar quando ao agente, na concreta situação, fosse exigível um comportamento adequado ao direito.

Tal como referia EDUARDO CORREIA: “assim como uma “disposição interior do agente para o facto” pode furtar-lhe a capacidade de motivação pela norma, também “as circunstâncias exteriores, na moldura das quais se desenvolve um facto, podem configurar-se de tal maneira que arrastem irresistivelmente o agente para a sua prática, roubando-lhe toda a possibilidade de se comportar diferentemente... Aceitando a exclusão do poder de agir de outra maneira por força da situação exterior, necessariamente que com isso fica excluído o pressuposto de toda a censura”<sup>464</sup>. Assim, a inexigibilidade de comportamento diferente constituiria uma verdadeira causa geral de exclusão da culpa.

II. Todavia, tal como refere FIGUEREDO DIAS, esta tese a ser aceite nas suas consequências poria em causa toda a eficácia de um direito penal da culpa e seria político-criminalmente insustentável. À luz importaria, na verdade, reconhecer que a exigibilidade teria de aferir-se face à valoração individual dos motivos pelo agente e não à sua valoração pela ordem jurídica; por outro lado, deveria conduzir à exclusão da culpa sempre que a acusação não conseguisse provar que, no momento do facto e perante a concreta pressão do circunstancialismo superficial exercida sobre a mente do agente este podia ter-lhe resistido e ter-se comportado de acordo com a norma. Uma tal concepção sobre o Direito Penal destruiria a sua função de protecção subsidiária de bens jurídicos no contexto social<sup>465</sup>.

---

<sup>464</sup> Cit. EDUARDO CORREIA, “*Unidade e Pluralidade de Infracções*” (1945), p. 294.

<sup>465</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “*Direito Penal, Parte Geral*”, Tomo I (2004), p. 555.

## **1.2. Desenvolvimentos doutrinários posteriores**

Um tal entendimento sobre a doutrina da inexigibilidade levou vários autores, nomeadamente DOHNA a ter considerado que uma tal doutrina: “*iluminou como um meteoro o horizonte para perder-se de novo, depois de um breve prazo, na obscuridade*”<sup>466</sup>. Por conseguinte surgiram várias outras teorias com o intuito de colmatar as falhas deixas por esta primeira teoria da inexigibilidade.

## **1.3. A inexigibilidade como causa de diminuição substancial da culpa e de renúncia da ordem jurídica à sua punição (causa de “desculpa”)**

Uma primeira teoria considera que a inexigibilidade – sejam quais forem as consequências “sistemáticas” que desta consideração venham a ser retiradas – não constitui substancialmente uma causa de exclusão da culpa, mas unicamente um motivo de renúncia da ordem jurídica a punir uma culpa que subsiste, mas em grau diminuto<sup>467</sup>. Com a afirmação, no caso concreto, da imputabilidade e da potencial consciência do ilícito estaria confirmado o poder de o agente se deixar motivar pela norma e por isso de agir de acordo com o direito, de responder ao apelo normativo deste. A exigibilidade não se ligaria deste modo à fundamentação da censura da culpa, nem tão-pouco a inexigibilidade à sua exclusão, mas apenas à sua qualificação, em particular, à circunstância de a culpa se encontrar em certos casos especialmente diminuída. Estabelecendo-se, deste modo, a distinção entre verdadeiras causas de exclusão da culpa (a inimputabilidade e o erro sobre a ilicitude não censurável) e simples causas de desculpa (as derivadas da inexigibilidade). Por isso, a ordem jurídica é livre em dizer quais os casos e quais as pessoas relativamente às quais entende renunciar à punição em nome da inexigibilidade: esta não é, consequentemente, uma causa geral de renúncia à punição, mas uma causa que só pode, diferentemente, ser aceite nas hipóteses previstas por lei.

## **1.4. A inexigibilidade como causa de exclusão da “responsabilização pelo facto”**

---

<sup>466</sup> Cit. DOHNA, “*Graf zu, Der Aufbau der Verbrechenslehre*” (1947), p. 46; citado por FIGUEIREDO DIAS, in “*Direito Penal, Parte Geral*”, Tomo I (2004), p. 555.

<sup>467</sup> Cf. KAUFMANN, “*Die Dogmatik der Unterlassungsdelikte*” (1959), pp. 153 e ss.; referido por FIGUEIREDO DIAS, in “*Direito Penal, Parte Geral*”, Tomo I (2004), p. 556.

A partir daqui ficava próxima a tentativa de, sem contestar em definitivo o pensamento fundamentador da inexigibilidade, afastá-la pura e simplesmente do domínio da culpa e da sua correspondente localização sistemática. Uma tal tentativa foi pela primeira vez levada a cabo por MAURACH<sup>468</sup>. Invocando razões político-criminais e de funcionalidade do sistema, este autor chama a atenção para que nas situações ditas de inexigibilidade o que está em causa é que o comportamento contrário à norma é perdoável ou “desculpável” relativamente a toda e qualquer pessoa e nada tem a ver com o agente concreto ou com as suas específicas condições pessoais na situação, pelo que o seu relevo jurídico-penal não pode situar-se em sede de culpa.

Deste modo, concluir-se-ia, a partir daqui, que tais situações devem ser imputadas a uma categoria sistemática intermediária entre a ilicitude e a culpa, que MAURACH designou de “responsabilidade pelo facto”. É esta responsabilização, não a culpa, que deve ser excluída nas situações de inexigibilidade; tendo em conta que essa responsabilização é afinal um pressuposto tanto da aplicação de uma pena, como de uma medida de segurança.

### **1.5. A inexigibilidade como causa de exclusão da ilicitude**

Outros autores mais radicais, entre os quais GIMBERNAT<sup>469</sup>, defendem que a inexigibilidade deve logo revelar ao nível da própria ilicitude, no sentido de a excluir, e que ela constitui por isso uma autêntica causa de justificação. Assim, os comportamentos em situação de inexigibilidade seriam lícitos não porque a culpa estivesse afastada, nem sequer porque revelariam necessidades de punição, mas, pura e simplesmente, porque o direito se não quer opor a esta espécie de comportamentos.

Contudo, tal entendimento não parece exacto nem de um ponto de vista teleológico, nem de um ponto de vista jurídico-positivo, porque aquilo que contra o legislador entende não lutar não conforma “causas de justificação”, mas sim comportamentos atípicos e por isso jurídico-penalmente irrelevantes; o que de todo não sucede com os comportamentos típicos em situação de inexigibilidade.

---

<sup>468</sup> Cf. MAURACH, “*Schuld und Verantwortung*” (1948), § 31 e ss.; citado por FIGUEIREDO DIAS, in “*Direito Penal, Parte Geral*”, Tomo I (2004), p. 557.

<sup>469</sup> Cf. GIMBERNAT, “*Der Notstand: ein Rechtswidrigkeitsproblem*” (1974) p. 485; citado por FIGUEIREDO DIAS, in “*Direito Penal, Parte Geral*”, Tomo I (2004), p. 558.

### 1.6. A inexigibilidade como causa de exclusão da “responsabilidade”

ROXIN, por seu turno, em vez de imputar a questão da inexigibilidade a uma categoria sistemática “anterior” à culpa – seja à da ilicitude, como sustenta GIMBERNAT, seja a uma responsabilização pelo facto que se situaria entre a ilicitude e culpa –, atribui-a a uma nova categoria que, porém, seria “posterior” à da culpa: a da “responsabilidade”. Este autor considera a inexigibilidade como causa de exclusão da culpa – defendendo que deixa, pelo contrário, que a culpa subsista – e que ela exclui a responsabilidade do agente. A culpa, como permeabilidade do agente ao apelo normativo, estaria dada definitivamente com a imputabilidade e a consciência potencial do ilícito.

Todavia, em certos casos que a ordem jurídico-penal há-de indicar expressamente, a punição não deve efectivar-se porque, não se verificando no caso exigências preventivas a que aquela deva dar resposta, o agente não deve ser chamado à responsabilidade. Na inexigibilidade do que se trataria seria, afinal, não de um problema de exclusão da culpa, mas de uma questão de ausência de exigências de prevenção e, conseqüentemente, de desnecessidade ou falta de necessidade de punição<sup>470</sup>.

### 1.7. Consideração crítica

I. FIGUEIREDO DIAS considera que todos os desenvolvimentos apontados pecam por não incluírem a inexigibilidade na problemática da censura jurídico-penal e, por conseguinte, na categoria sistemática da culpa. No seu entender e à luz de uma concepção da culpa como capacidade de motivação pela norma ou de permeabilidade ao apelo normativo, se se reconhece a existência de circunstâncias internas que podem afectar uma tal capacidade, também existem circunstâncias externas, capazes de afectar a capacidade motivacional do agente e às quais é necessário reconhecer, porventura até com maior razão e frequência, a possibilidade de desencadearem tal efeito.

Entendendo a culpa como o “poder de agir de outra maneira”, o problema da exigibilidade deve continuar hoje a colocar-se do mesmo modo em que surgiu, isto é,

---

<sup>470</sup> Cf. ROXIN, “Zur jüngsten Diskussion über Schuld, Prävention und Verantwortlichkeit im Strafrecht” (1979), p. 279; citado por FIGUEIREDO DIAS, in “Direito Penal, Parte Geral”, Tomo I (2004), p. 559.

como pressão do condicionalismo externo, determinante de uma motivação anormal, sobre aquele poder, susceptível de conduzir, na situação, à sua exclusão. Mas sendo assim, também àquela luz só uma concepção da exigibilidade à maneira de FREUDENTHAL é coerente: uma concepção que determina e mede o exclusivo ponto de vista do poder concreto do agente individual no momento do facto. E se se reconhecer que isto é político-criminalmente impossível, só o abandono daquela concepção básica da culpa e do seu conteúdo material é viável.

II. Deste modo, o entendimento de FIGUEIREDO DIAS contrapõe-se à concepção de MAURACH, para quem a categoria da “responsabilidade pelo facto” não tem razão de ser bastante (quer porque ela não deve considerar-se pressuposto da aplicação de uma medida de segurança, quer porque, relativamente à pena, tudo caberá numa compreensiva concepção da culpa), ou, quando deva entrar no sistema da doutrina do facto punível, terá de posicionar-se sistematicamente como categoria “posterior” à da culpa, e não “anterior” a ela. Como se contrapõe à concepção de ROXIN, que junta na categoria da “responsabilidade” a culpa *stricto sensu* e as necessidades preventivas que, igualando-se no seu efeito de afastar a responsabilidade e a punição, sempre que uma delas não se verifique *in casu*, são, contudo, estruturalmente diversas na sua substância ou materialidade, na sua justificação político-criminal, na sua teologia e na função que desempenham no sistema.

Por conseguinte, não é em considerações deste tipo que deve residir o essencial da crítica no presente enquadramento. O essencial reside na consideração substancial comum, sobre a qual repousam as construções de MAURACH e de ROXIN: a de que a impunidade que resulta, em último termo, das situações de inexigibilidade constitui um facto de natureza geral, assente em outras considerações que não as da situação pessoal do agente pertencentes à sua culpa. Pensar assim levaria a fazer funcionar o efeito da impunidade desligado da sua razão de ser, quando pelo contrário, se pretende assegurar que a impunidade fica ali a dever-se, em último termo, a considerações retiradas das circunstâncias concretas do facto e da atitude pessoal do agente<sup>471</sup>.

### **1.8. Inexigibilidade e exclusão da culpa**

---

<sup>471</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “Direito Penal, Parte Geral”, Tomo I (2004), pp. 559-560.

I. Pode acontecer que relativamente a certos factos, por exemplo se revele uma sensível desconformidade entre a sua censurabilidade externo-objectiva e a “essência de valor” da personalidade neles plasmada, tal como resulta nomeadamente da atitude global do agente ou das suas “intenções fundamentais” perante as exigências jurídico-penais. Nestes casos, verificando-se que uma tal desconformidade tem a sua origem numa pressão dominadora de momentos exteriores à própria pessoa, que não encontram nesta um “eco” favorável, antes “estorvaram” ou “desviaram” o cumprimento normal das suas intenções fundamentais, deverá então a culpa considerar-se excluída por inexigibilidade de um comportamento conforme com o direito.

Deste modo, assume aqui importância a ideia de que a ordem jurídico-penal não pode desagregar a personalidade em exigências contraditórias. Por conseguinte, a personalidade exigida pela ordem jurídica não é a do “herói moral”, mas a do homem dotado de uma resistência espiritual normal. Por isso não faria sentido censurar o agente pela personalidade manifestada no momento do facto, quando afinal ela acaba por se revelar adequada no essencial ao modelo suposto pela ordem jurídica. Ponto é que a situação exterior seja de tal ordem que permita afirmar que também a generalidade dos homens “honestos” ou “normalmente fiéis ao direito” teriam provavelmente actuado da mesma maneira; e que as qualidades pessoais juridicamente relevantes manifestadas no facto não sejam, apesar disso, juridicamente censuráveis. É este o verdadeiro fundamento da inexigibilidade como causa de exclusão da culpa<sup>472</sup>.

II. Assim a exigência de que por um lado, o facto seria também praticado por um “homem fiel ao direito”, e que o agente não manifeste naquele qualidades da personalidade juridicamente desvaliosas e censuráveis, permite na prática, relativamente à generalidade dos casos, que seja desculpada a conduta de um agente que não esteja vinculado por um dever especial. Em tais casos, chamados de exigibilidade intensificada (quando sobre o agente recai um especial dever de suportar riscos acrescidos: soldados, bombeiros, polícias...), compreende-se que já não possa, em princípio desculpar-se, em nome da inexigibilidade de um comportamento adequado ao direito, o agente que praticou o facto em virtude de um défice das qualidades pessoais

---

<sup>472</sup> Op. Cit. p. 560.



de resistência que são exigidos pela ordem jurídica a quem tenha assumido tais deveres especiais<sup>473</sup>.

III. Por conseguinte, a inexigibilidade não deve constituir uma causa geral de exclusão da culpa, mas só deva ser aceite nas hipóteses em que a lei tenha entendido dever exprimi-la. É em definitivo à lei que pertence definir as situações relativamente às quais reconhece (seja em função do perigo, seja do bem jurídico lesado, seja do círculo de agentes que à desculpa podem remeter-se) que a pressão exterior das coisas para o facto ultrapassa a resistência que ela espera de uma personalidade “fiel ao direito”: só nessas situações deve, em princípio, reconhecer-se a exclusão da culpa por inexigibilidade<sup>474</sup>.

## **2. Princípio da desculpa**

I. Antes de iniciar a análise de situações típicas de crime passional, assim como as respectivas decisões judiciais, convém referir, neste ponto, o chamado Princípio da desculpa, de FERNANDA PALMA<sup>475</sup>.

A autora apresenta o princípio da desculpa como fundamento de legitimidade para o exercício do poder punitivo – a par do livre arbítrio frequentemente invocado pela doutrina para este efeito – e, segundo o qual, o Direito Penal não pode estabelecer incriminações de determinadas condutas sem simultaneamente apresentar soluções para a desculpa<sup>476</sup>. Assim, o princípio da desculpa tem por base o reconhecimento da falibilidade humana e impõe que se apure, em qualquer caso em que se tenha verificado um facto ilícito típico, se o agente dispunha de alguma oportunidade de adoptar um comportamento alternativo para a acção, ou se, por sua vez, o facto foi determinado pela sua estrutura ético-valorativa, característica da existência de uma pessoa moral, caso em que não deve ser responsabilizado.

O objecto de estudo de FERNANDA PALMA, para fundamentar a implementação do princípio da desculpa, foi essencialmente o conjunto de situações que costumam ser associadas ao termo inexigibilidade, isto é, as causas de exclusão da culpa

---

<sup>473</sup> Op. Cit. p. 561.

<sup>474</sup> Op. Cit. p. 562.

<sup>475</sup> Cf. FERNANDA PALMA, “*Princípio da Desculpa*”, 2005.

<sup>476</sup> Op. Cit. pp. 64, 82 e s., 126.

previstas nos arts. 33.º e 35.º do CP, e as causas de diminuição da culpa previstas nos arts. 133.º e 136.º. Contudo, a autora evita aquela expressão por contestar desde logo a ideia da inexigibilidade, pelo menos enquanto factor de desculpa regido pela avaliação das possibilidades de um homem médio perante determinadas circunstâncias objectivas. O seu princípio da desculpa procura uma subjectivização da desculpa, associada à ideia de que a desculpa deve consistir numa censura pessoal ao agente do facto ilícito, que não pode ignorar as suas condições individuais, o seu modo de ser, a sua própria ética de valores<sup>477</sup>. O ponto de partida é a constatação da fragilidade como condição essencial do ser humano: ao contrário do defendido pelas correntes existenciais, de que se aproxima FIGUEIREDO DIAS, o homem não tem um modo de ser totalmente distinto do animal, e o seu modo de sentir e de agir não podem ser considerados ideais, mas sujeitos a diversos tipos de fragilidades e vulnerabilidades<sup>478</sup>.

Para FERNANDA PALMA, as emoções, paixões e desejos, representam um papel fundamental na compreensão das acções, pois ajudam a compreender o estado mental do agente no momento do facto<sup>479</sup>. Deste modo, as emoções possuem qualidades (boas e más) e que podem reflectir a personalidade do agente no acto. Segundo a autora, é ainda necessário ter em consideração o modo como as valorações e os deveres do direito são assimilados pelo indivíduo, pois nestes casos: “*surge uma teia de valorações adaptadas ao sentir do Direito por cada pessoa, como um código de aceitação individual dos valores colectivos*”<sup>480</sup>. Este código de emoções motivadoras não é apenas um facto psicológico mas um verdadeiro dado normativo, pois trata-se de um núcleo de bens e valores que devem ter expressão no Direito. A ausência destas bases emotivas explica, muitas vezes, a violação da norma mas também pode justificar a impossibilidade de a cumprir<sup>481</sup>.

CURADO NEVES critica a posição de FERNANDA PALMA em vários pontos, mas no geral o que o leva a rejeitar o princípio da desculpa é o facto da exclusão da punição por inexigibilidade, só poder ser praticada quando se verifiquem razões válidas e aceitáveis, do ponto de vista do direito, para não observar a conduta legalmente

---

<sup>477</sup> Cf. CURADO NEVES, “A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais”, (2008), p. 660.

<sup>478</sup> Cf. FERNANDA PALMA, “Princípio da Desculpa”, (2005), pp. 69 e ss.

<sup>479</sup> Op. Cit. pp. 73 e ss.

<sup>480</sup> Op. Cit. p. 145.

<sup>481</sup> Op. Cit. p. 147.

prescrita <sup>482</sup>. Vejamos então algumas questões abordadas por estes dois autores relativamente à exigibilidade/inexigibilidade da conduta do agente.

II. CURADO NEVES começa por concordar com FERNANDA PALMA quando esta afirma que as emoções constituem uma base de valoração. Citando, nomeadamente, o modelo do processo motivacional de JANZARIK, segundo o qual, cada evento da vida é guardado numa estrutura mental composta por um lado representativo e por um lado dinâmico – a que fica associada uma determinada disposição para agir e a que se pode reconduzir a personalidade do indivíduo <sup>483</sup> –, CURADO NEVES entende que são as emoções, conjugadas com os impulsos, que projectam na mente do agente os planos de acção. Para este autor: “uma disposição a que não associado um certo grau de emoção raramente ou nunca chegará à consciência como proposta de reagir de determinado modo a certo estímulo exterior”<sup>484</sup>. Por outro lado, nota também que as emoções estão frequentemente ligadas a valores e que, por esse motivo, à medida que o indivíduo amadurece constrói em si mesmo um “edifício valorativo” que filtra as disposições de acção resultantes das mais variadas emoções. Assim, a luta entre as diversas disposições para agir, na qual prevalecerá aquela que tiver mais carga dinâmica, passa para segundo plano, uma vez que o processo de desactualização retirará dinâmica às várias disposições, isto é, retirará peso às emoções para que se possa proceder a uma decisão racional. Daí que CURADO NEVES afirma que não é só a intensidade da emoção associada, mas a sua compatibilidade com o “código valorativo” individual que dita a sua passagem à acção <sup>485</sup>.

III. Todavia, em relação ao valor dado às emoções, FERNANDA PALMA, baseando-se no pensamento de ARISTÓTELES, denota que as emoções têm qualidades que podem ser consideradas boas ou más <sup>486</sup> e que esta qualificação das emoções está presente em artigos do código penal, nomeadamente nos arts. 33º e 133º<sup>487</sup>. Por outro lado, reconhece que não se escolhem as emoções, que são produzidas

---

<sup>482</sup> Cf. CURADO NEVES, “A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais”, (2008), p. 679.

<sup>483</sup> Cf. JANZARIK, “*Schuldfähigkeitsprüfung*” (1995)

<sup>484</sup> Cit. CURADO NEVES, “A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais”, (2008), p. 662.

<sup>485</sup> Op. Cit. p. 663.

<sup>486</sup> Cf. FERNANDA PALMA, “*Principio da Desculpa*”, (2005), pp. 73 e ss.

<sup>487</sup> Op. Cit. pp. 167 e ss.

inconscientemente<sup>488</sup>; mas acaba por rejeitar a perspectiva racionalista, para a qual as emoções conflituariam com a realidade da acção<sup>489</sup>. As emoções permitem, em seu entender, não só compreender a acção, como também explicar as reacções nos outros que suscita. FERNANDA PALMA entende que é através da emoção que se verifica a consciência do agente presente no acto e que aquela tem um inerente valor comunicacional que permite uma identificação dos outros, nomeadamente do julgador com o autor do facto.

Por seu turno, CURADO NEVES entende que uma única emoção pode originar várias acções, e uma única acção pode resultar de diferentes emoções. Deste modo, considera que FERNANDA PALMA não demonstra efectivamente a possibilidade de valoração das emoções, pois, no seu entender, quer o ciúme quer a cólera, por exemplo, conforme o seu grau de intensidade, podem despoletar no agente reacções muito diversas como atacar o parceiro(a) infiel e/ou o seu co-autor, ou por termo definitivo à relação amorosa, no caso do ciúme; já no caso da cólera a mesma pode surgir devido à perda de dinheiro numa partida de poker, mas também devido à troca de insultos no meio de uma discussão. Por esse motivo, CURADO NEVES crê não ser “possível formular um juízo valorativo (ético ou moral) sobre as emoções em si; estas podem apenas constituir um sintoma do que é efectivamente objecto de juízos de valor”<sup>490</sup>. Para este autor, a orientação das acções depende da integridade da estrutura valorativa do agente e do conjunto de regras e valores, bem como as suas relações hierárquicas, na dita estrutura valorativa ou quadro de valores. CURADO NEVES entende que: “não é possível afirmar que a pessoa agiu em certo sentido em função de uma emoção mais ou menos censurável, mas antes por o seu edifício valorativo ter permitido que essa emoção se convertesse em motivo de determinada acção, ou seja, ter autorizado a acção”<sup>491</sup>.

Tenho dúvidas quanto à sujeição da emoção ao quadro valorativo pessoal do agente em detrimento do grau de intensidade da emoção em si mesma. *In veritate*, o que realmente interessa é verificar se uma dada emoção esteve ou não na origem de determinado comportamento e saber até que ponto essa mesma emoção retirou, parcial ou totalmente, o juízo frio e objectivo exigível a qualquer homem fiel ao direito, isto é,

---

<sup>488</sup> Op. Cit. pp. 184-185.

<sup>489</sup> Op. Cit. p. 186.

<sup>490</sup> Cit. CURADO NEVES, “A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais”, (2008), p. 664.

<sup>491</sup> Op. Cit. p. 665.

se a dita emoção em si mesma foi a causa do facto ilícito típico. Sujeitar o agente a uma avaliação da emoção segundo o seu quadro valorativo não me parece uma solução justa, pois apesar da maior ou menor resistência que o ser humano tem às emoções esténicas e asténicas, a verdade é que face a um determinado evento pode surgir no agente uma emoção violentíssima que o impele para a prática de um facto ilícito típico mesmo que no seu quadro valorativo ele rejeite tal emoção. Por outro lado, através desta sujeição ao quadro valorativo pessoal, seria mais fácil, por exemplo, “compreender” a emoção violenta de um indivíduo já de si agressivo; assim como, dificilmente, se aceitaria o excesso asténico de legítima defesa de um indivíduo valente e corajoso e que, por conseguinte, rejeita peremptoriamente qualquer emoção e/ou sentimento de medo. O quadro valorativo pode clarificar o motivo que leva ao desenvolvimento de determinada emoção, mas ainda assim é sempre necessário ter em conta o conjunto de situações que estão na génese dessa mesma emoção.

Por conseguinte, entendo que verificar se determinada emoção encaixa ou não no quadro valorativo de determinado agente deixa de ter em conta a intensidade da emoção que foi causa do facto ilícito típico e corresponde, na prática, a uma exigência que vai para além da normal resistência exigida a qualquer homem fiel ao direito. Tal exigência centraliza a análise do crime em Direito penal na figura do seu autor (direito penal do autor), passando a análise do facto para segundo plano. Por esse motivo é de rejeitar tal solução.

IV. A inclusão do princípio da desculpa nas causas de exclusão da culpa geralmente associadas à inexigibilidade parte da crítica de FERNANDA PALMA à ideia de que o juízo de culpa tem uma função residual na apreciação da punibilidade, limitando-se a excluir a punição em certos casos de prática de factos típicos ilícitos. A autora entende que tal ideia não leva em consideração a personalidade do agente, os seus motivos, a sua ordem de valores, e que reduz a culpa à verificação da conformidade da conduta do agente com padrões ético-culturais previamente estabelecidos<sup>492</sup>. Para tal, critica a doutrina da inexigibilidade, considerando tratar-se de “*um conceito sem substancia, meramente regulador de uma actividade interpretativa*”<sup>493</sup>. No seu entender, a doutrina da inexigibilidade não consegue resolver

---

<sup>492</sup> Cf. FERNANDA PALMA, “*Princípio da Desculpa*”, (2005), pp. 15 e ss., e 134.

<sup>493</sup> Op. Cit. p. 218.

o dilema de, por um lado, ter que definir critérios de valor e formular regras que distingam claramente o que é proibido do que não o é, e por outro lado, satisfazer, quanto à não punição, exigências de justiça inerentes a uma sociedade baseada na dignidade da pessoa humana e no pluralismo de concepções de vida<sup>494</sup>.

CURADO NEVES, começa por reconhecer alguma razão a FERNANDA PALMA, quando esta afirma que o conceito de inexigibilidade não pode só por si servir para delimitar critérios de exclusão da punição<sup>495</sup>. Porém, considera que limitar as perspectivas da figura da inexigibilidade à alternativa entre um mero princípio regulador de interpretação das normas penais e uma cláusula geral de desculpa não vinculada a uma tipificação como a do art. 35º, é demasiado redutor<sup>496</sup>. Este autor esclarece que o entendimento da inexigibilidade como princípio regulador foi defendido essencialmente por HENKEL, que entendia que o julgador da causa tem uma margem de manobra pouco compatível com o princípio da tipicidade, pelo que o conceito de inexigibilidade seria completamente vazio, tratando-se de um mero conselho ao tribunal de que decida pontos pouco claros na interpretação da lei com a justa prudência. No entanto, tal perspectiva sobre a doutrina da inexigibilidade está ultrapassada, pelo que a crítica feita por FERNANDA PALMA deveria incidir sobre a teoria largamente dominante da inexigibilidade, segundo a qual, esta não é apenas uma regra de interpretação, mas também não uma cláusula geral de afastamento da culpa; é antes um fundamento de desculpa que intervém para tomar em consideração circunstâncias excepcionais que podem ser obstáculos ao cumprimento da lei penal. A sua excepcionalidade é vincada pela tipificação daquelas circunstâncias em regras específicas que detalham com algum pormenor em que condições podem levar à impunidade<sup>497</sup>.

V. FERNANDA PALMA critica também a confusão entre fundamento e consequências da inexigibilidade, bem como a sua delimitação em termos objectivizantes. *In veritate*, é aqui que a autora incide o seu princípio da desculpa, opondo-o às teorias normativas dominantes, apelando à necessidade de tomar em consideração a pessoa do agente e as circunstâncias da prática do facto, vendo em que medida reflectem a sua personalidade, as suas convicções éticas, e até que ponto é

---

<sup>494</sup> Op. Cit. p. 220.

<sup>495</sup> Op. Cit. p. 160.

<sup>496</sup> Cf. CURADO NEVES, “A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais”, (2008), p. 668.

<sup>497</sup> Op. Cit. p. 669.

admissível condená-lo por a sua ordem de valores divergir da dominante, ou a sua estrutura ético-afectiva se afastar da do “homem médio”. Para marcar a sua diferença de opinião em relação a uma visão tradicional da inexigibilidade, a autora apresenta vários casos retirados da jurisprudência recente dos tribunais portugueses<sup>498</sup>.

CURADO NEVES, por seu turno, reconhece a crítica feita pela autora à confusão entre fundamento e consequências da inexigibilidade, e retira dois dos casos recentes analisados por FERNANDA PALMA, para contestar a opinião da autora e os critérios que defende.

Um grupo de casos incide sobre crimes de abuso de confiança fiscal cometidos por empresários que não entregam à segurança social os montantes deduzidos para esse efeito e que alegam ser movidos por estado de necessidade, pois de outra forma não poderiam continuar a pagar os salários aos seus trabalhadores. Os tribunais rejeitam geralmente esta desculpa, observando que, ponderando os vários deveres que se poderiam encontrar em conflito, se chega à conclusão de que o dever de pagar à segurança social é superior ao de pagar os ordenados<sup>499</sup>. FERNANDA PALMA observa que este raciocínio revela uma confusão entre causas de justificação e de desculpa, uma vez que a ponderação do peso relativo dos bens ou dos deveres em conflito só tem lugar na apreciação da ilicitude<sup>500</sup>. Aliás, esta é também uma das mais fortes críticas que dirige em geral aos defensores de um conceito essencialmente objectivo da desculpa, porque os critérios destinados a delimitar o que é lícito e ilícito quando são usados em matéria de verificação da desculpa diluem a linha de demarcação entre justificação e exculpação, que é sempre necessária na resolução de qualquer caso.

CURADO NEVES reconhece que esta crítica põe em relevo um problema que se encontra frequentemente na análise de decisões judiciais, que diz respeito ao facto da articulação sistemática de muitos institutos não ser suficientemente tomada em consideração, acabando, muitas vezes, por prejudicar uma decisão acertada. No entanto, esta crítica é dirigida mais à falta de aprofundamento de questões dogmáticas pelos nossos tribunais do que ao acerto da teoria da inexigibilidade, a qual acaba por ser ignorada na mistura de questões referida. Contudo, há um argumento que surge num acórdão do Tribunal da Relação do Porto, que FERNANDA PALMA destaca como mais bem construído, que não pode ser ignorado: o de que a não responsabilização do

---

<sup>498</sup> Cf. FERNANDA PALMA, “*Princípio da Desculpa*”, (2005), pp. 221 e ss.

<sup>499</sup> Cf. Ac. do STJ de 18-06-2003.

<sup>500</sup> Cf. FERNANDA PALMA, “*Princípio da Desculpa*”, (2005), p. 221.



agente que tenha actuado pelo motivo indicado abre o perigo de generalização daquele tipo de condutas<sup>501</sup>. A autora critica energeticamente este argumento que, em seu entender, levaria à perda de autonomia da desculpa face à justificação; e observa que, se universalizado, poderia ser usado contra qualquer fundamento de desculpa<sup>502</sup>.

Todavia, CURADO NEVES entende que o está aqui em causa é um problema que transcende a simples apreciação da justiça do caso, que foi abordado por JAKOBS ao referir o problema da ubiquidade da conduta eventualmente desculpável. Este autor formulou o princípio de que não é possível isentar de pena um comportamento frequente ou que surge no quadro de um estado de coisas frequente. A desculpa não é possível porque na prática se traduziria numa permissão de modelos de comportamento que não são desejados pela ordem jurídica. Deste modo, o tribunal da relação do Porto tem razão ao afirmar que a absolvição em caso de não pagamento das contribuições para a segurança social implicaria deixar de poder reprimir qualquer comportamento semelhante – e quem diz não pagamento de contribuições sociais diz também não pagamento a qualquer credor, não realização dos serviços contratados, etc.<sup>503</sup>

Por seu turno, FERNANDA PALMA entende que se está precisamente perante um caso evidente de confusão entre justificação e desculpa e que é necessário distinguir as condutas não proibidas das condutas não censuradas criminalmente. Esta distinção é particularmente evidente no caso de conflito entre duas vidas que só possa ser resolvido sacrificando uma delas, como no caso da tábua de Carneades: o único meio de salvação só serve para uma de duas pessoas em perigo de vida. O direito não pode exigir de qualquer dos dois náufragos que prescinda do meio de salvação, pois não pode decidir que a vida de um deles é mais digna de protecção que a do outro. Por esse motivo não é possível punir o náufrago que empurra o outro para longe da tábua, causando-lhe a morte, porque o direito não pode censurar alguém que pratica o único acto possível para salvar a sua vida, ainda que à custa do outro. Daí resulta uma situação em que não é possível autorizar qualquer das condutas, mas também não é possível censurá-las.

Deste modo, partilhando a opinião de CURADO NEVES, não é possível concordar com a afirmação de FERNANDA PALMA de que ignorar a condição subjectiva do agente em estado de necessidade equivale a proceder a uma ponderação dos bens em conflito, dando precedência a um deles, em conflito com o princípio

---

<sup>501</sup> Cf. Ac. da RP de 2-04-2003.

<sup>502</sup> Cf. FERNANDA PALMA, “*Princípio da Desculpa*”, (2005), p. 222.

<sup>503</sup> Cf. CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*”, (2008), p. 671.



constitucional da dignidade da pessoa humana. *In veritate*, a solução apontada pelo art. 35º para a resolução do conflito traduz-se precisamente no oposto. Isto é, o facto não é censurado exactamente porque o conflito não pode ser resolvido através de uma ponderação de bens. A renúncia à punição indica precisamente que a ordem jurídica não pode dar razão a um ou a outro.

VI. Todavia, FERNANDA PALMA identifica estes casos pela natureza das circunstâncias (empresa sem liquidez para pagar aos trabalhadores) e não pela situação psíquica de cada agente ao praticar o facto. Mas, por sua vez, o caso só pode ser devidamente identificado se tivermos em consideração o propósito do autor. Se as suas afirmações puderem ser consideradas credíveis dir-se-á que o empresário foi movido pelo desejo de salvaguardar a situação económica dos trabalhadores. Nesta medida este caso assemelha-se aos apresentados por FREUDENTHAL: o caso do pároco que falsificava o registo da data de nascimento dos filhos dos mineiros, para que estes pudessem gozar de um dia feriado que só era concedido se o nascimento tivesse ocorrido em dias úteis; o caso do caixeiro-viajante que fazia desfalques nos dinheiros que recebia, pois só assim se poderia pagar as boas roupas sem as quais não impressionaria os potenciais clientes. Contudo, os casos de FREUDENTHAL falam contra a conclusão que o autor deles pretendia retirar. O autor dos desfalques age por um motivo compreensível, ser bem sucedido profissionalmente e obter rendimentos dignos. Mas este é um meio de o conseguir que lhe está vedado. A generalidade dos profissionais do seu ramo (e não só) procuram alcançar os mesmos objectivos. Se todos, ou mesmo só uma parte significativa, usassem o mesmo método a profissão acabaria, pois os produtores das suas mercadorias teriam que encontrar um outro meio de as comercializarem. Aliás, o mesmo tem que valer para qualquer outro indivíduo encarregue de vender produtos alheios e receber o respectivo preço. Assim, não faria muito sentido que a lei penal deixasse impune um comportamento que, quando repetido, poria em causa um sector importante da actividade económica, e que seria certamente muito repetido, quando se soubesse que os tribunais não puniam aqueles que tivessem tal conduta.

Não seria, certamente, a informação de que o acto não era punido por via da exclusão da culpa, continuando a ser ilícito, que demoveria um número importante dos candidatos a abusadores de confiança. Contudo, há uma diferença fundamental entre

este caso e o do não pagamento de contribuições à segurança social, pois enquanto naquele o acto é praticado em benefício próprio, neste há uma motivação altruísta, pois pretende-se salvaguardar o bem-estar dos trabalhadores, sendo certo que o patrão está também a pagar um salário a si próprio em detrimento da segurança social. Mas este aspecto torna-se secundário se se supuser que o caixeiro-viajante actua movido pela consideração de que está apenas a recuperar o que é justo caber-lhe. O que há de comum é o agente procurar obter um resultado que é contrário ao disposto pelo direito. Esse resultado é, nos dois casos, conseguir um benefício patrimonial à custa de outrem – a segurança social, o empregador do caixeiro-viajante. Ora, poder-se-á legitimamente lamentar a situação dos beneficiários do acto, que se arriscam a perder o emprego e a respectiva remuneração, ou não têm sequer os meios para exercer o emprego condignamente. Porém, estes não são interesses que possam ser salvaguardados por via do estado de necessidade, uma vez que este se destina a salvaguardar um estado de coisas (a vida daquele que se encontra em necessidade, por exemplo) que é promovido pelo direito e só se encontra ameaçado devido ao surgimento de circunstâncias excepcionais. O mesmo não acontece nos dois casos que têm sido analisados. Aqui, a situação que cria a necessidade é provavelmente lamentável, mas é produto de uma ordem de forças, de uma situação económica que é inerente ao funcionamento normal da economia, e não provem de qualquer perigo ilegítimo que ameaça bens jurídicos. É normal que haja empresas que vão à falência; o direito contém um conjunto de regras que indicam o que fazer nesta situação. Quem viola estas regras está sem dúvida a procurar uma solução que considera mais justa, de credores que verão os seus créditos satisfeitos segundo uma hierarquia prevista legalmente. A ordem jurídica não pode simultaneamente criar determinado regime normativo e isentar de responsabilidades aquele que não o cumpre especificamente porque não está de acordo com ele. Do mesmo modo, o caixeiro-viajante está vinculado por um contrato de trabalho que, com mais ou menos entusiasmo, celebrou. Por muito que ache o contrato injusto, por a sua remuneração ser demasiado baixo, não pode alterar unilateralmente as suas cláusulas, atribuindo-lhe parte do preço dos produtos vendidos, que deve entregar na íntegra à entidade patronal<sup>504</sup>.

---

<sup>504</sup> Op. Cit. pp. 673-674.

VII. Neste ponto, FERNANDA PALMA argumentará, certamente, que por esta ordem de ideais ninguém pode agir em estado de necessidade desculpante, porque este implica sempre violar a lei e lesar bens jurídicos fundamentais, como acontece no caso limite de se tirar a vida a alguém para salvaguardar a própria vida ou a de alguém próximo. No entanto, tal como refere CURADO NEVES, a perda da vida, ou a lesão grave da integridade física, daquele que se encontra em perigo não é consequência do funcionamento normal do sistema tutelado pela ordem jurídica. A morte de pessoas em incêndios ou em acidentes rodoviários é, certamente, consequência inevitável da construção de edifícios ou do trânsito automóvel, mas que se procura a todo o custo reduzir ao mínimo. No caso de falência, ou do pagamento de ordenados muito baixos, o direito procura regular estas situações, mas não impedi-las, tendo em conta o grau dos bens jurídicos conflitantes. Assim, se uma empresa não pode satisfazer o total dos seus débitos deve abrir falência, em lugar de distribuir o dinheiro que ainda tem por forma diferente da desejada pelo direito – e, por maioria de razão, reter verbas que não lhe pertencem para alcançar o mesmo objectivo. O que o empresário denomina “perigo” é na realidade o resultado da aplicação de determinadas regras jurídicas. O mesmo não acontece se o perigo resultar de evento natural ou de atitude indevida de terceiro. Só neste último caso se pode falar de estado de necessidade. Não se encontra em estado de necessidade aquele cuja liberdade é ameaçada por sentença condenatória em pena de prisão ou cuja propriedade é ameaçada por acto administrativo de expropriação. Deste modo, com a taxatividade das causas de exclusão da culpa, ou de desculpa pretende-se evitar a admissão de novas causas não tipificadas que criem disfuncionalidades no âmbito do Direito Penal ou mesmo de outros ramos de direito<sup>505</sup>.

VIII. Noutro grupo de casos recolhidos da jurisprudência recente por FERNANDA PALMA, estão em análise situações de condução automóvel em estado de embriaguez praticada por condutores que não encontram outra forma de satisfazer necessidades urgentes. Num dos casos trata-se de levar ao hospital a mulher do condutor, acometida de doença súbita e grave<sup>506</sup>; no outro o condutor conduz também embriagado para o hospital, ao saber que a filha sofreu um acidente e se encontra

---

<sup>505</sup> Op. Cit. p. 675.

<sup>506</sup> Cf. Ac. da RL de 5-5-1998.

internada<sup>507</sup>. No primeiro caso, FERNANDA PALMA sustenta que devia ter sido aplicada a norma relativa ao estado de necessidade justificante, e não o desculpante, como considerou o tribunal, pois este não tomou em consideração o não surgimento (presumido) de perigo concreto para outros automobilistas. CURADO NEVES partilha a opinião de FERNANDA PALMA, mas alerta que no momento do início do facto não era possível se surgiria algum perigo concreto para outros transeuntes. Contudo, refere que a autorização ou proibição do facto não pode decorrer do surgimento de um resultado logicamente posterior à acção, pelo que, no seu entender, é preferível associar o juízo sobre a justificação à medida que a condução em estado de embriaguez aumentasse significativamente o perigo de acidente grave, tendo em conta, principalmente, o trajecto e o grau de alcoolemia do agente<sup>508</sup>.

No segundo caso, contudo, o agente não pretende salvar a filha, que já está no hospital, mas vê-la, inteirar-se do seu estado, estar com ela naquela situação difícil. Por muito nobres que sejam as suas intenções, não depende de si o acto de salvação da filha, ao invés do caso anterior, em que transportar a mulher para o hospital é essencial para o seu tratamento e possível sobrevivência. Comparando os dois casos conclui-se de que no primeiro se verifica um estado de necessidade, mas no segundo não.

FERNANDA PALMA sustenta que nos devemos afastar de uma concepção da desculpa essencialmente objectiva, que só atenderá aos interesses da sociedade e cuja subjectivação não vai além do que constitui a moral dominante, corporizada no “homem médio”, o qual partilhará o modo de ver e os valores geralmente aceites na sociedade em causa<sup>509</sup>. No entender da autora, esta forma de encarar o agente não tem em consideração o momento de censura pessoal essencial para a legitimidade da punição, com o que o autor do facto punível estará a ser instrumentalizado em benefício da comunidade. Os termos da desculpa devem antes ser procurados no modo como o agente vive o facto ilícito. Para isso é necessário compreender a lógica ético-afectiva que presidiu à motivação e que revele a estrutura individual de valores que permitirá apreciar subjectivamente o acto, e concluir se nele se manifestou uma personalidade

---

<sup>507</sup> Cf. Ac. da RL de 2-1-1984.

<sup>508</sup> Cf. CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*”, (2008), p. 675, nota de rodapé.

<sup>509</sup> Cf. FERNANDA PALMA, “*Princípio da Desculpa*”, (2005), p. 143.

com valores distintos dos valores dominantes, mas que ainda caracterizem uma pessoa moral<sup>510</sup>.

FERNANDA PALMA formula assim um princípio a que se deverá obedecer ao questionar a desculpa, com dois aspectos que são simultaneamente dois critérios básicos de desculpa: por um lado, o agente tem de disposto da oportunidade de alcançar uma estrutura motivacional na qual a motivação em conformidade com o direito possa ser operante; e, por outro lado, a manifestação na sua actuação de factores que implicam com a sua própria identidade<sup>511</sup>.

FERNANDA PALMA chama a atenção para um aspecto mais lato, relativo à formação da estrutura mental do agente e à possibilidade de aceder às valorações por que se orienta o legislador<sup>512</sup>. Toma como exemplo os crimes contra a honra, nomeadamente os homicídios ou ofensas corporais praticados por homens que se sentem atraídos pela respectiva mulher. Embora em muitos destes casos seja possível localizar a razão da prática do facto em emoções censuráveis, como o despeito ou o ciúme, noutros o agente pode ter sido motivado por um código de valores ultrapassado, para o qual a infidelidade conjugal feminina é uma terrível mancha na honra do marido, que tem que ser lavada em sangue. Embora esta motivação também seja censurável, pode a decisão do agente ter sido tomada em circunstâncias em que dificilmente teria oportunidade de se motivar em conformidade com os valores acolhidos na ordem jurídico-constitucional vigente. Poderá ser o que acontece se o agente foi criado e sempre continuou a viver num meio conservador que não lhe deu acesso a conhecimentos e valores que lhe permitiriam opor às emoções características da sua ordem ético-afectiva outras que levassem a uma contra-motivação em função do apelo do direito<sup>513</sup>.

Sobre esta questão, CURADO NEVES, refere que a necessidade de tomar em conta as oportunidades de que o agente dispunha para se motivar de acordo com o direito é uma manifestação do princípio da culpa, que tem o seu campo central de aplicação na proibição da responsabilidade objectiva em Direito Penal. O autor acrescenta que também tem importância em matéria de erro de proibição, ajudando a delimitar o campo do erro não censurável. Para tal o autor dá como exemplo o caso de

---

<sup>510</sup> Op. Cit. pp. 145 e ss, 172, 173, 177, 178, 194.

<sup>511</sup> Op. Cit. pp. 134 -140, 231.

<sup>512</sup> Op. Cit. pp. 180 e ss.

<sup>513</sup> Op. Cit. pp. 180-189, 195.

A, de 19 anos, que é acusado de ter praticado o crime do art. 174º do CP, por ter mantido relações sexuais com uma rapariga de 15 anos. O agente defende-se afirmando que não abusou da inexperiência da jovem, pelo que a sua conduta não está abrangida por aquele tipo de crime. É-lhe ripostado que o art. 174º foi alterado há poucos meses, tendo-lhe sido dado teor idêntico ao do art. 175º para pôr termo à desigualdade de tratamento em função da orientação sexual do agente. A defende-se agora afirmando que não poderia razoavelmente ter tomado conhecimento da mudança da lei, por ter passado os últimos 6 meses internado num hospital com doença grave, sem possibilidades de se informar do que acontecia no mundo exterior.

CURADO NEVES entende que o argumento de A é procedente, porque a razão do erro está no obstáculo à aquisição do conhecimento resultante da doença e do internamento hospitalar. Porém, se por exemplo, A se defendesse com impossibilidade de conhecimento da alteração legal, argumentando que passou os últimos 6 meses sem sair de casa e sem ouvir noticiários, ocupando a desenvolver um complexo programa informático; neste caso já seria procedente o argumento de A, uma vez que o seu trabalho não tinha que constituir obstáculo à aquisição de conhecimento. A sua ignorância não resulta de falta de oportunidade, mas apenas da decisão e realização do propósito de cortar relações com o mundo exterior durante determinado período. Por esta forma, A não foi colocado em plano de desigualdade com a generalidade dos cidadãos, que têm o ónus de se manter informados sobre as regras jurídicas por que devem orientar os seus actos<sup>514</sup>.

O mesmo deve valer quando se questiona a oportunidade que teve determinado indivíduo de formar a sua ordem interna de valores de modo a poder ser motivado por normas jurídicas. Só é possível aceitar a falta dessa oportunidade quando a mesma decorre de um obstáculo plausível, susceptível de afectar do mesmo outras pessoas que se encontrem ou possam vir a encontrar na mesma situação. Não é possível incluir aqui o caso de pessoas cuja ordem de valores resulte da sua formação num meio tão conservador e isolado que não permita a consciencialização de que aqueles valores estão ultrapassados e colidem com os actuais princípios que informam o conjunto da comunidade jurídica, plasmados mesmo no texto constitucional. Só seria possível adoptar a solução oposta se se dissesse que todas as pessoas criadas naquele meio não podem ser censuradas por se orientarem pelos mesmos valores ultrapassados e

---

<sup>514</sup> Cf. CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*”, (2008), pp. 677-678.

retrógrados. Em conformidade, dever-se-ia aceitar que certos sectores da população, ou a população de determinadas áreas geográficas, estão em última análise dispensados de observar as mesmas normas e respeitar os mesmos princípios fundamentais que os restantes cidadãos do país. Teria que se entender que frequentar determinados meios ou viver em certas áreas do país constitui um obstáculo à formação dessas pessoas como cidadãos iguais e responsáveis.

Deste modo, CURADO NEVES entende que esta ordem de ideias também se aplica no caso do pai que conduz embriagado para ir ver a filha hospitalizada na sequência de um acidente. A perplexidade que este caso suscita, quando observado do ponto de vista da eventual desculpa do típico ilícito praticado – condução em estado de embriaguez – é a aparente falta de razão para desculpar: ao fim e ao cabo, o agente não pretende realizar qualquer fim útil ou afastar algum perigo relevante, não existe propriamente um conflito de deveres (o dever moral de visitar a filha não é tão premente que não permita esperar algumas horas de não colocar em perigo o trânsito automóvel), não está a repelir qualquer espécie de agressão. Por esse motivo, não há razão para desculpar a conduta do agente.

VIII. Todavia, entendo que face a uma emoção forte que domine o agente e o impele à prática do facto ilícito típico, as características pessoais do agente, o meio conservador em que foi criado, e determinados obstáculos à formação do agente como cidadão responsável, podem explicar o motivo porque uma dada emoção arrastou o agente para o crime. Contudo, tudo depende do grau de intensidade de emoção, pois só uma emoção suficientemente forte ao ponto de dominar o agente e o impelir à prática do crime pode desculpar a conduta deste.

No caso do pai que conduz alcoolizado para ir ver a filha ao hospital, poderia existir uma qualquer emoção que o dominasse e o arrastasse para o facto, além do mais, recorde-se que o mesmo estava alcoolizado e que tal situação aumenta o grau de intensidade das emoções<sup>515</sup>. No entanto não se verifica nenhum perigo que ameace os bens jurídicos da filha, pelo que a sua conduta nunca poderia ser considerada como adequada a remover tal perigo.

---

<sup>515</sup> Tal como é referido por Dias Cordeiro in “*Manual de psiquiatria forense*” (2008), pp. 314 e ss.

IX. FERNANDA PALMA critica ainda duramente a doutrina actual, largamente dominante, sobre o fundamento da desculpa no estado de necessidade desculpante. O entendimento de que a desculpa passa pela valoração do acto do agente, pela sua utilidade, pela salvaguarda de bens em que o direito se reconhece, pela aprovação pelo direito da sua atitude, consiste sempre num juízo sobre a proximidade dos valores que o agente pretende salvaguardar com os maioritariamente aceites e reconhecidos pela ordem jurídica em que se insere. Mas desta forma, considera, não há lugar para considerar a subjectividade do indivíduo<sup>516</sup>. Um princípio de solução como este não atende à autonomia da pessoa, não podendo por esta forma ter em consideração o pluralismo de concepções de vida e realizar plenamente um modelo de sociedade política liberal<sup>517</sup>.

Concordo, neste ponto, com CURADO NEVES ao demonstrar o seu total desacordo com FERNANDA PALMA, pois a desculpa, ou seja, a exclusão da punição por inexigibilidade, só pode ser praticada quando se verifiquem razões válidas, aceitáveis do ponto de vista do direito, para não observar a conduta legalmente prescrita<sup>518</sup>. Passemos então à análise dos seguintes casos, para melhor demonstrar a minha posição.

### 3. Casos práticos

#### 3.1. Caso Lienhard

I. O caso Lienhard foi julgado na Suíça e é apresentado por KRUMPELMANN<sup>519</sup>, que acompanhou de perto o caso e encontra nele bons fundamentos para afastar a culpa do agente.

O caso Lienhard é pouco comum, pois não se encontra o frequente conflito entre um parceiro amoroso/conjugal que pretende deixar a relação e o outro que a quer manter a todo o custo. Aqui o conflito tem lugar entre a mulher, neurótica, que agride sempre o marido com acusações, queixas e insultos, e o marido que se esforça por diluir os conflitos e alcançar uma vida familiar pelo menos tolerável. No início do matrimónio

---

<sup>516</sup> Op. Cit. pp. 215-216.

<sup>517</sup> Op. Cit. p. 220.

<sup>518</sup> Cf. CURADO NEVES, “A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais”, (2008), p. 679.

<sup>519</sup> Cf. KRUMPELMANN, “*Affekt*”, 1972.



era o marido o parceiro determinante, que escolheu o local da residência, a casa a comprar, o tipo de relações com as famílias de um e outro. A mulher, assoberbada com trabalho, desenvolve o que é apontado pela psiquiatria forense que se debruçou sobre o caso como uma neurose de carácter. Começam as queixas e as exigências, e o marido começa a ceder, para evitar o agravamento das disputas; mas a agressividade da mulher não desaparece, antes se vai tornando mais pronunciada. O marido procura alterações na vida da família, ajudando cada vez mais a mulher nas tarefas domésticas, e depois concebe projectos pouco realistas, como fazer uma tese de habilitação, que lhe permitiria seguir uma carreira académica que deixasse mais tempo livre para a família, ou emigrar para a América, onde a solidão da família proporcionasse mais união e solidariedade; mas a todos os projectos se opõe a esposa. O conflito aparentemente insolúvel leva ao desenvolvimento no futuro agente de aspectos característicos da síndrome de Rasch, como um estado de esgotamento emocional e a concentração no tema do conflito. O facto é precedido nos dias anteriores pelo acentuar das agressões por parte da mulher. Na noite anterior, quando Lienhard chega a casa de um curso nocturno, é mais uma vez recebido com agressões verbais, sendo-lhe dito, nomeadamente, que foi a última noite em que frequentou o curso. Quando, depois de deitados, Lienhard adormece, é acordado pela mulher para repetir todas as acusações que lhe dirigira ao longo do serão. Isto deixa-o num estado de forte irritação, que só dificilmente controla. O dia seguinte é passado em grandes discussões sobre projectos de organização doméstica e as férias da família. Quando, à noite, o casal procede a arrumações na cava, a mulher começa a repetir as ameaças, afirmando que lhe proíbe levar avante qualquer projecto de carreira ou estudos nocturnos, Lienhard sente-se terrivelmente atingido. Agarra no primeiro objecto que vê, dirige-se à divisão ao lado onde a mulher se encontrava e atingiu-a na cabeça, provocando-lhe a morte. Afirmou depois que, pura e simplesmente, não conseguia ouvir mais. Queria que aquilo parasse, ter finalmente sossego<sup>520</sup>.

II. Apreciando o caso, KRUMPELMANN afirma que o estado passional era inevitável, pelo que Lienhard devia ser absolvido (como aconteceu na realidade). O estado passional era inevitável porque não é possível indicar ao agente o que devia ter feito para evitar a situação emocional que o levou a agir. O modo mais evidente, que

---

<sup>520</sup> Cf. KRUMPELMANN, *Affekt*, 1972, pp. 70 e ss., p. 111 e ss.

seria a separação da mulher, mesmo que física, era inevitável. Com 4 filhos e a mulher mentalmente doente não era possível esperar dele que abandonasse a família, e se o tivesse feito a sua conduta seria mesmo merecedora de censura. Todos os meios de apaziguar a vítima que procurou só levaram ao agravamento do conflito. Também não era viável no caso a outra forma mais comum de abrandar o conflito, a de mudar o seu posicionamento em relação a ele. Esta é a alternativa preferível quando o conflito provém de exigências sobre o comportamento da contraparte que esta não pode ou não tem de satisfazer, como no caso dos maridos ciumentos que pretendem que a mulher não saia de casa, abandone o emprego, corte com relações de amizade consideradas suspeitas, etc. Esta saída também não é possível no caso Lienhard, pois o conflito é provocado pela incontornável agressividade da futura vítima, as sucessivas cedências não dão lugar a qualquer desanuviamento<sup>521</sup>.

A quase totalidade dos juspenalistas alemães vê nos estados passionais perturbações psíquicas (mais concretamente, perturbações da consciência) que, a partir de certo grau, privam o agente de capacidade de motivação, com o que estariam reunidos os requisitos dos elementos, respectivamente, psico-patológico e psicológico da incapacidade de culpa. Na situação em análise o agente encontrava-se numa situação de inevitabilidade que não permitia exigir-lhe outro comportamento, resta por isso enquadrar o caso com a regulamentação da inexigibilidade contida no direito português, ou seja, se é possível enquadrar o caso nos arts. 33.º, 35.º, ou eventualmente no art. 37.º.

O que une estes artigos é o contexto fáctico que leva à prática do facto ilícito: a defesa contra agressão ilícita, no art. 33.º, a salvaguarda de bens em perigo, no art. 35.º, a celeridade na actuação da administração pública, no art. 37.º. Se se procurar um estado de coisas comparável com o caso Lienhard nada se encontra, pois o que caracteriza este como outros casos de estado passional é o facto de o agente ter sido levado ao facto por uma emoção incontroável, à qual não tinha a possibilidade de escapar. O que KRUMPELMANN destaca é a perda da capacidade de motivação, que o agente não tinha podido evitar devido aos obstáculos intransponíveis a qualquer medida que pusesse termo ao conflito ou o minorasse. Todavia, existem dois elementos fundamentais nas causas de exclusão da culpa por inexigibilidade: uma situação externa que representa perigo para bens juridicamente protegidos, e a intenção do agente de os salvar. Estes elementos não se encontram nos estados passionais: a situação emocional

---

<sup>521</sup> Cit. CURADO NEVES, Problemática, p. 651.

do agente constitui um conflito interno, não um concurso real entre bens tutelados pelo direito. As causas de exclusão da culpa têm como pressuposto a motivação não censurável do agente, mas o facto passional caracteriza-se precisamente pela aparente ausência de motivo, ou pelo menos por o motivo passar para segundo plano, uma vez que é disputada, precisamente, a capacidade de motivação. Os factos passionais, vistos por este ângulo, nada têm em comum com as causas de exclusão da culpa contidas no CP<sup>522</sup>.

III. A questão agora que se coloca é a de saber se seria possível enquadrar este caso na *ratio* do art. 133.º do CP, ou seja no âmbito do homicídio privilegiado. Ora, o estado de afecto em que Lienhard se encontrava e que o impele à prática do facto é uma emoção violenta que obviamente prevaleceu sobre as suas inibições éticas. Também se trata, manifestamente, de uma emoção compreensível, no sentido de que um homem fiel ao direito pode representar-se como tendo possivelmente uma emoção semelhante nas circunstâncias dadas. Exige-se apenas compreensão da emoção e não do facto.

Quanto à ponderação da diminuição sensível de culpa (diminuição da exigibilidade de conduta diferente) é indispensável para a subsunção dos factos ao art. 133.º do CP: só se o "estado de afecto" que determina o crime for de molde a atenuar sensivelmente a exigibilidade de conformidade com o direito, mitigando notavelmente a culpa, o homicídio pode ser privilegiado.

Conforme já se referiu, tal ponderação terá de ser realizada à luz do que seria exigível a alguém colocado naquelas circunstâncias concretas; doutra forma, poderia dar-se relevância atenuativa a reacções violentas desproporcionadas e extravagantes, ou a condutas completamente reprováveis, com o álibi de serem desencadeadas por "estados de alma" fortemente emotivos.

*In casu*, verifica-se uma situação de imputabilidade diminuída, diminuição sensível da culpa, uma vez que o agente, devido à forte perturbação psicológica que o envolve, não consegue ter o domínio total do curso do acontecimento. A reacção violenta do agente, face às agressões verbais da mulher, e o ambiente infernal em que vivia (situação criada pela própria vítima), diminuem sensivelmente a sua culpa. O homicídio surge como consequência de um conjunto de situações que desperta no agente uma cólera incontável que o leva à prática do facto ilícito típico. Não era

---

<sup>522</sup> Cf. CURADO NEVES, "A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais", (2008), pp. 652-653.

exigível a nenhum homem fiel ao direito, colocado na posição do agente, “suportar” tal situação, pelo que a conduta de Lienhard, tal como refere KRUMPELMANN, era praticamente inevitável.

Parece-me assim, face ao exposto, ser possível enquadrar este caso na *ratio* do artigo 133.º, ou seja, tratar-se de um homicídio privilegiado.

### 3.2. Caso Rudolf

I. Neste caso, também apresentado e seguido de perto por KRUMPELMANN, Rudolf iniciou uma relação amorosa com Gabriele, que encontrou oposição decidida na mãe desta. Depois de vários atritos, verifica-se uma grande discussão entre os três, que leva à ruptura do namoro, de que resulta uma estado de extremo abatimento para Rudolf. Mas a relação renova-se em segredo, até ao dia em que, inesperadamente, Gabriele diz que não é possível continuar. Rudolf, apanhado de surpresa, golpeia com uma faca, provocando-lhe a morte<sup>523</sup>.

II. No caso Rudolf podemos, apenas e só, apiedar-nos da sua infidelidade amorosa. Não lhe é reconhecido qualquer direito a ter a sua paixão retribuída. As relações amorosas pertencem ao mais íntimo da vida privada de cada um; podemos mesmo dizer que integram a sua inviolável autonomia ética. Rudolf não tem assim qualquer pretensão cuja satisfação possa legitimamente reivindicar. Não é vítima de ninguém, menos ainda de Gabriele, que não está sujeita de qualquer ponto de vista a algum dever de atender os seus desejos. Rudolf poderia queixar-se da perseguição da mãe da vítima, que se esforça por impedir o casamento, mas também esta não tem qualquer obrigação de se pôr de lado e calar as suas objecções. A simpatia que se pudesse ter pela força dos sentimentos do jovem desaparece quando este pretende impô-los a outros. O agente não tem qualquer motivo passível de consideração para se vingar na vítima da sua desilusão<sup>524</sup>. Como tal, não se verifica, *in casu*, uma situação de exigibilidade diminuída, de diminuição sensível da culpa, pois que ao agente era exigível comportamento diferente. A reacção violenta do agente, não pode receber a cobertura do art. 133.º do CP, porque o agente devia respeitar as decisões de Gabriele,

---

<sup>523</sup> Op. Cit., p. 653.

<sup>524</sup> Op. Cit., p. 656.

como pessoa dotada de autonomia plena, e consequentemente tinha o dever de auto-controlar as suas emoções.

Penso que neste caso, a moldura penal mais adequada seria a prevista no homicídio simples (art. 131.º), ou seja, entre 8 a 16 anos de pena de prisão, não se verificando, *in casu*, nenhuma situação que pudesse atenuar especialmente a pena, nos termos do art. 72.º do CP.

### **3.3. O caso de Mangualde**

I. Outro caso característico de homicídio passional foi objecto da decisão do Tribunal da Relação de Coimbra (acórdão de 1987), anotado por FIGUEIREDO DIAS<sup>525</sup>, onde se relata que, o agente suspeitava já há algum tempo de que a mulher, bastante mais nova, lhe era infiel. Interrogava-a constantemente, mas ela negava sempre que o fosse. Um dia, ouvindo uma observação enigmática de terceiro, supôs tratar-se de uma referência velada à infidelidade da esposa; interrogou-a de novo, e pensou encontrar nas suas palavras uma confissão velada. Entendeu então que tinha que a matar. Começou por se munir de uma pistola, treinou o tiro, mas entretanto foi protelando a prática do facto, evitando ir a casa. Dois dias depois, quando se preparava para se ausentar, encontrou casualmente a mulher, que insistiu que fosse jantar com ela a casa. Entendendo a sua expressão e tom de voz como carinhosos, acedeu. Contudo, quando se encontrava na cozinha e a mulher se preparava para o servir, ouviu-lhe uma observação que tomou como sendo de troça relativamente à sua situação de marido enganado. Naquele preciso momento não se conteve mais, empunhou a pistola e disparou todas as balas que esta continha sobre a mulher, provocando-lhe a morte.

II. No caso em apreço, encontramos, indubitavelmente, perante um homicídio passional. Verificam-se as características típicas, como o conflito prévio (dúvidas e ciúmes do marido), o agravamento da relação conjugal (as palavras da mulher que tomou como confissão), a disposição para o facto, e o evento desencadeador (a expressão da mulher que tomou como troça). Não se verifica, *in casu*, uma situação de inimputabilidade, pois o agente não sofria, manifestamente, de qualquer anomalia

---

<sup>525</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, “parecer” in Colectânea de Jurisprudência, ano XII, 1987, tomo IV, p. 51 e ss.

psíquica que o impedisse de compreender o significado e o alcance do seu acto; dificilmente se pode falar de síndrome de Rasch. Interessa antes verificar se é possível falar aqui de inexorabilidade por força da emoção que acompanha o facto e que está na origem da emoção.

Genericamente, o autor é movido pelo ciúme, enquanto sentimento negativo derivado da convicção de ter sido vítima de infidelidade conjugal. No momento do facto a emoção que se afigura prevalece é a cólera, desencadeada pela impressão de ter sido vítima de troça. Parece assim que o que leva à acção é o desejo de vingança, contudo, não pode ser ignorado que o marido considera ter sido vítima de uma lesão grave aos seus direitos conjugais, e por esta forma à sua honra, pelo que (presumivelmente) pensa ter o direito (se não o dever) de castigar a esposa infiel, para recuperar o seu bom nome e consideração.

Ao referir o bom nome e a consideração, somos conduzidos para o preceito do art. 35.º do CP, onde se prevê o estado de necessidade de honra. É de supor que o agente entendeu assim dever agir como única forma de se resgatar da nódoa que na sua maneira de ver resultava da conduta da mulher. Alias, o mesmo parece indicado pelas palavras que, segundo relatou, acompanharam o facto: “então corneias-me assim e ainda me gozas?”. Mas, ao questionarmos se estão reunidos os pressupostos do art. 35.º, não será difícil concluir que não. O adultério deixou há muito de ser ilícito criminal, passando a ser considerado meramente violação de deveres conjugais que não redundava necessariamente em fundamento de divórcio. A ideia de que a infidelidade da mulher constitui uma mancha na honra do marido e que deve ser lavada em sangue, está de todo abandonada<sup>526</sup>.

O problema que caso suscita, é que o marido “atraído”, provavelmente, não verá as coisas desta maneira. O próprio agente parece apontar para alguma forma de necessidade lógica do homicídio, de que teria que ser o executor: ao convencer-se de que as suas suspeitas eram fundamentadas decidiu matar a mulher, embora não parecesse ter grande vontade de o fazer, pois passou o resto do dia e o dia seguinte a evitá-la; mais, pretendia ausentar-se ao jantar para não ter ocasião de praticar o crime. Por outro lado, existem vários factores que o impeliriam a ter da questão uma visão ultrapassada, como indica FIGUEIREDO DIAS: o marido já tinha alguma idade (65 anos à data do facto), o seu nível cultural era baixo, o ambiente (aparentemente rural, na

---

<sup>526</sup> Cf. CURANDO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*”, (2008), pp. 680 e 681.

região de Mangualde) não seria propício à superação de antigos conceitos ligados à moral sexual<sup>527</sup>; não é difícil supor que lhe parecesse óbvio dever tirar desforra da afronta que tinha sofrido. A questão que agora se levanta é de saber em que medida pode este agente beneficiar de alguma forma de desculpa.

Ao analisar o caso, FIGUEIREDO DIAS pondera a aplicação analógica do n.º 2 do art. 33.º, aponta para o enquadramento da situação na atenuação especial da culpa, mas conclui ser a norma preferencialmente aplicável o art. 133.º, por se estar perante uma compreensível emoção violenta.

Na opinião de CURADO NEVES, tal conclusão é questionável, pois a par da compreensibilidade da emoção (que FIGUEIREDO DIAS funda na convicção do marido ter sido vítima de adultério) seria necessário que se verificasse uma diminuição sensível da culpa, como requisito adicional para a aplicação do art. 133.º<sup>528</sup>.

Mas no caso em análise haverá razões para negar o privilegiamento do art. 133.º do CP? Ora a ponderação da diminuição sensível de culpa, da diminuição da exigibilidade de conduta diferente, é indispensável para a subsunção dos factos ao art. 133.º do CP. Só se o “estado de afecto” que determina o crime for de molde a atenuar sensivelmente a exigibilidade de conformidade com o direito, mitigando notavelmente a culpa, o homicídio pode ser privilegiado<sup>529</sup>. No caso em análise o agente actuou, claramente, dominado por uma emoção violenta, que o levou à prática do facto ilícito típico e que, obviamente, prevaleceu sobre as suas inibições éticas. Também se trata de emoção compreensível no sentido de que o homem fiel ao direito pode representar-se como tendo possivelmente uma emoção semelhante nas circunstâncias dadas<sup>530</sup>. A obsessão causada pela perturbação que o envolve impede-o de reconhecer e respeitar os seus deveres sociais. O distúrbio ajuda-o a convencer-se de que a única saída do conflito é aniquilar a parceira, e de que não pode viver sem pôr termo ao conflito. A degradação mental leva-o a já não se importar com as consequências do facto, comprometendo a sua capacidade de decisão. O agente está claramente numa situação de imputabilidade diminuída, a emoção violenta que o envolve é de tal forma intensa que chega a provocar uma perturbação de consciência tal que o agente, no momento de agir, não possuía plenamente a faculdade de apreciar o carácter ilícito do seu acto ou de se determinar de

---

<sup>527</sup> Cf. FIGUEIREDO DIAS, parecer, p. 55.

<sup>528</sup> Cf. CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*”, (2008), p. 681.

<sup>529</sup> Acórdão do STJ de 3-10-2007.

<sup>530</sup> Conforme já foi referido, oportunamente, exige-se apenas compreensão da emoção e não do facto.

acordo com essa apreciação. Dificilmente lhe poderia ser exigido outro comportamento, motivo pelo qual, considero que após uma avaliação conjunta e global da situação, o julgador deveria concluir que a emoção violenta compreensível diminui, neste caso, sensivelmente a culpa do agente.

Creio estarem reunidos os pressupostos de aplicação do art. 133.º do CP, pelo que o arguido deveria ter sido condenado a uma pena prisão de um a cinco anos<sup>531</sup>.

### **3.4. Caso de Glatzel**

I. O seguinte caso foi relatado e comentado pelo psiquiatra forense alemão Glatzel, e relata que A., autora, matou V., seu marido, depois de quase 20 anos de casamento. Este começou por correr bem, sob o signo da colaboração profissional dos dois. V., começou a explorar uma empresa de transporte de passageiros. A., colaborou com ele desde o início, conduzindo um dos autocarros e ainda atendendo à noite num pequeno café pertencente ao casal. Com o evoluir dos negócios começou a verificar-se que a mulher era mais trabalhadora e empreendedora, assumindo gradualmente papel dominante nas várias actividades da família. Em paralelo, o marido foi tomando atitudes cada vez mais agressivas, à medida que se afastava da actividade nas explorações da família, até deixar simplesmente de trabalhar. Não deixou contudo de tirar proveito das receitas obtidas, nomeadamente gastando-as em viagens com uma amante. As relações com a mulher foram-se deteriorando com o passar dos anos; adquiriu o hábito de a difamar, contando histórias falsas a seu respeito, depois injuriando-a perante terceiros. Começou também a maltrata-la fisicamente, batendo-lhe por vezes tão violentamente que ela tinha que receber assistência médica. Este estado de coisas manteve-se cerca de 6 anos até que A., se decidiu a agir. Comprou uma pistola a um cliente e guardou-a num armário cerca de meio ano. Uma noite levantou-se de madrugada, pegou na arma e pô-la no travesseiro. Quando o dia começava a clarear disparou à queima-roupa sobre a cabeça de V. de seguida passou o dia nas suas actividades normais; à noite informou o pai do sucedido e pediu-lhe que avisasse a polícia<sup>532</sup>.

---

<sup>531</sup> Em sentido contrário, vide: CURADO NEVES, “A problemática da culpa nos crimes passionais”, pp. 679-705.

<sup>532</sup> Cit. CURADO NEVES, Problemática, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*”, (2008), p. 705.



II. Ao comentar o caso, Glatzel procura demonstrar que o evento só pode ser explicado tendo em consideração a educação e estrutura de personalidade da autora. Esta provem de uma família modesta, tendo sido ensinada desde pequena que a realização pessoal só pode ser alcançada através do sucesso económico obtido. A comunhão familiar é o meio para o realizar, isto é, ganhar o respeito e a admiração dos membros da comunidade com uma família estável e unida nos seus esforços para o objectivo comum. Era assim que via a colaboração com o marido nos primeiros anos de vida conjugal. O surgimento dos conflitos apanha-a impreparada, mas decidida a ignorá-los: a confiança na comunidade familiar não pode ser posta em causa, sob pena de ver ruir os seus objectivos e razão de ser.

Neste caso tem um papel importante a estrutura da personalidade de A., caracterizada pela rigidez e fixação nos objectivos anteriormente definidos. À medida que o marido se vai afastando das actividades económicas da família e também da sua vida em comum, A., vê-se perdida e não consegue fazer outra coisa senão apegar-se ainda mais às suas várias actividades, como se fosse ainda possível realizar o seu projecto de harmoniosa vida familiar, não aprendendo alternativas de comportamento e novos projectos. É muito demorado o processo de reconhecimento da situação exterior e da impossibilidade de alcançar os seus objectivos de vida neste quadro alterado de circunstâncias. A incapacidade de encontrar alternativas para a situação não parece deixar de alternativas senão o suicídio ou o homicídio. A., acaba por se decidir por este ultimo, embora conhecendo as circunstâncias jurídicas do facto. Para Glatzel, uma vez que o facto foi praticado num estado de profunda perturbação da consciência, A., encontrava-se inimputável<sup>533</sup>.

III. Não me parece que no caso se possa falar de inimputabilidade, visto que a autora, ao que tudo indica, apesar de desenvolver a síndrome de Rasch, que a deixa desorientada e desamparada, não a impede de a levar a sua vida quotidiana, o que alias é testemunhado pela sua conduta depois de matar o marido<sup>534</sup>. A sua responsabilidade penal só pode ter lugar por via de uma imputabilidade diminuída.

---

<sup>533</sup> GLATZEL relata e comenta o caso em duas publicações diferentes: *Strafverteidiger* 1983, pp. 339 e ss., e *Forensische Psychiatrie* 1985, pp. 56 e ss.

<sup>534</sup> Também neste sentido, CURADO NEVES, “A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais”, (2008), p. 706.

Recapitulando a situação de A., o marido frustra constantemente a possibilidade de levar uma vida normal, pessoal e economicamente estável. Não só não contribui com qualquer actividade útil para a manutenção das empresas da família, mas ainda faz desfalques regulares. A., está constantemente sujeita a humilhações, devido aos insultos e às calúnias de V., e também aos espancamentos regulares que sofre às suas mãos.

Saltam à vista as semelhanças com o caso Leinhard, todavia a conduta de A., não pode ser legitimada porque, sendo perfeitamente justificada a pretensão de se ver livre do marido, a autora tinha outros meios para conseguir o mesmo resultado, recorrendo (nomeadamente) à força publica e aos tribunais. Porém, *in veritas*, ela está privada do recurso a esta via, não por obstáculos exteriores mas pelos dados da sua personalidade e do seu sistema de valores. Trata-se de uma situação muito semelhante à de Lienhard, que também não vê como pode deixar o cônjuge. Mas há uma diferença incontornável no modo como o facto foi praticado. Lienhard agiu sob a pressão de um estado de cólera compreensível, que lhe diminui sensivelmente a culpa; mas não é o que acontece com o facto ilícito típico de A., que foi planeado muita antecedência e executado com invulgar sangue frio. Nesta medida, não é possível falar a este respeito de emoção que violenta, pelo que não pode ser aplicada a primeira alternativa do art. 133.º do CP.

No entanto, tal como refere o CURANDO NEVES, o art. 133.º do CP prevê ainda a pratica do facto em estado de desespero. Neste estado psicológico o agente actua porque não encontra outra saída para uma situação desesperante que não seja a de matar a pessoa que provoca a situação. Neste campo surge geralmente o conceito de tirano domestico, como regra o marido e/ou pai que maltrata, física e moralmente, os outros membros da família, aproveitando a sua superioridade física ou económica, ou o seu ascendente por razão de idade ou do seu papel de “chefia” da família, criando um estado de coisas que não permite às suas vitimas a segurança, liberdade e auto-determinação que são considerados fundamentos essenciais de uma vida digna na nossa sociedade. Este tirano pode matar quando as vítimas alcançam a coragem ou a maturidade para se subtrair à sua influência, mas pode também ser morte como condição subjectivamente vivida daquela libertação<sup>535</sup>.

*In casu*, verifica-se que A., se encontra num estado psicológico que não lhe permite avaliar claramente o seu acto; a incapacidade de encontrar saídas para a

---

<sup>535</sup> Cit. CURANDO NEVES, “A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais”, (2008), p. 707.

situação em que vive e os maus tratos a que é sujeita não lhe deixam alternativas senão o suicídio ou a morte do marido (causador da situação). A autora opta pela segunda alternativa, libertando-se finalmente do “inferno conjugal” que a impedia de ter uma vida digna. Deste modo, a conduta de A., surge como consequência de uma situação de desespero, na qual a autora, após uma prolonga reflexão, conclui que a única solução para por fim à situação em que vive é a morte do marido. Ao se aferir da posição e do entendimento que a autora tinha naquela concreta situação, conclui-se que a mesma se encontrava numa situação de imputabilidade diminuída: feita uma avaliação global e conjunta da situação, dificilmente lhe poderia ser exigido outro comportamento. Deve-se por isso admitir que no caso em concreto, o estado de desespero vivido pela autora e que a leva a praticar o homicídio, lhe diminui sensivelmente a culpa.

Concluo ser possível enquadrar este caso na *ratio* do art. 133.º do CP, devendo A., ser condenada a uma pena de prisão de um a cinco anos.

### **3.5. Caso de Ansião**

I. O caso é proveniente da jurisprudência do STJ e trata-se de um homicídio ocorrido em Ansião, objecto de acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 5 de Fevereiro de 1992.

Consistiu este caso num homicídio praticado no seio de um matrimónio onde a autora, A., matou o marido, B., com quem vivia há mais de 30 anos, na sequência de uma alteração. As referências do STJ às relações anteriores dos cônjuges traçam o quadro de uma vida marcada por variadas ofensas praticadas por B., sobre a mulher. Sucediam-se injúrias, agressões, ameaças e todo o tipo de humilhações, incluindo sucessivas ligações extra-conjugais que não se dava sequer ao trabalho de esconder. O incidente que culminou no homicídio é característico: numa noite, depois de longamente injuriar a mulher, o marido foi chamá-la já depois de ela se deitar, intimando-a que o levasse de automóvel a casa da amante. A mulher recusou-se a sair da cama, argumentando com o adiantado da hora. Mas o marido a ameaçou destruir o automóvel (que pertencia à mulher) caso ela não acedesse. A mulher acabou por se

levantar; mas em vez de se dirigir ao veículo, foi procurar uma machada, com a qual vibrou a B. uma série de golpes na cabeça, que lhe provocaram a morte<sup>536</sup>.

II. Apesar de o acórdão do STJ não fazer qualquer referência a exames psicológicos ou psiquiátricos que permitiam saber se se verificava uma síndrome de Rasch ou alguma outra perturbação psíquica, *veritas* A., praticou o acto num quadro fáctico e psíquico em que não encontrava mais soluções para um tormento vitalício que já não era suportável. A autora praticou o acto num estado de imputabilidade diminuída (como refere o Acórdão), que é sugerido pelas circunstâncias que rodeavam o homicídio e pela história das relações entre marido e mulher, que configuram, claramente uma situação de desespero: a autora pratica o facto para por fim a uma situação que qualquer observador externo qualificará como insuportável.

Feita uma avaliação global e conjunta da situação, facilmente se conclui que a autora é levada a matar o marido por se encontrar num estado de desespero, e que na situação em concreto, A., não se encontra num estado psicológico que lhe permita avaliar friamente o seu acto, pelo que a sua conduta, embora homicida, lhe diminui sensivelmente a culpa. É assim aplicável o art. 133.º, na sua terceira alternativa – desespero<sup>537</sup>.

### 3.6. Caso de Évora

I. A análise deste caso surge devido a uma questão colocada por TERESA BELEZA, relativamente aos crimes de homicídio familiar praticados como forma de libertação por mulheres maltratadas, ou seja, perante quadros de vida insuportáveis, devem as vítimas de tão longo martírio ainda ser punidas?

TERESA BELEZA, citando sobretudo literatura norte-americana, sugere que nestes casos deve ser tomada em consideração a menor força física da mulher e da noção adquirida de impossibilidade de defesa de que muitas mulheres maltratadas padecem, e que as impede de se defenderem do marido abusador ou de deixarem a relação conflituosa, o que pode levar, para alguns autores, à justificação do facto

---

<sup>536</sup> Op. Cit., pp. 14-15.

<sup>537</sup> Também neste sentido, mas considerando tratar-se de uma situação de menor exigibilidade, vide: CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*”, (2008), p. 708.

praticado nestas circunstâncias, para outros à exclusão da culpa<sup>538</sup>. Cita, exemplarmente, o acórdão da Relação de Évora publicado na Colectânea de Jurisprudência II, 2, 1977, p. 367. Este incidiu sobre o homicídio pela mulher do marido que a maltratava há muitos anos, quando este, depois de a fechar à chave consigo numa divisão, a maltratou e depois se pôs a dormir. Para TERESA BELEZA verifica-se uma situação de legítima defesa, pelo que a autora do facto devia ter visto a sua conduta justificada<sup>539 540</sup>.

II. Seguindo a posição de CURADO NEVES, e estando em desacordo com a posição de TERESA BELEZA, tenho a dizer que as causas de exclusão da culpa previstas nos arts. 33.º e 35.º do CP, surgem no prolongamento das causas de justificação que as precedem, na arrumação das varias normas sobre exclusão da ilicitude e exclusão da culpa. O direito de necessidade e o estado de necessidade desculpante, por um lado, e a legítima defesa e o excesso de legítima defesa, por outro, partilham os mesmos pressupostos: perigo iminente e não repelível de outro modo, num caso, e agressão ilícita, no outro. A linha de fronteira encontra-se nos limites impostos à acção de remoção do perigo ou de defesa, considerados necessários para não desequilibrar a tutela dos bens e interesses em perigo e eventualmente sacrificados. Este limite, não permite ir mais além na autorização da acção de salvamento ou defesa; mas deixa ainda uma zona de equilíbrio entre os diferentes bens em conflito, na qual o direito entende não poder impor peremptoriamente a salvaguarda dos pontos de vista de um lado ou outro<sup>541</sup>. Neste caso a acção daquele que pretende remover o perigo ou repelir a agressão deixa de ser autorizado, mas não é ainda censurada penalmente.

Deste modo, a distinção entre causas de justificação e de exculpação parece passar pela diferença entre o que não é censurado e o que não é autorizado. Esta diferença é essencial para a demonstração, por via judicial, de quais actos são modelos de comportamento valido, e quais são simplesmente tolerados.

III. Esta distinção é fundamental na apreciação de casos como o de Évora, julgado pelo Acórdão da RE, CJ II, 2, 1977, p. 367, e o de Ansião, julgado no Acórdão

---

<sup>538</sup> Cf. TERESA BELEZA, “*Jornadas Cavaleiro Ferreira*” (1995), pp. 295 e ss.

<sup>539</sup> Op. Cit., pp. 298 e ss.

<sup>540</sup> Cit. CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*”, (2008), pp. 708-709.

<sup>541</sup> Esta ideia tem o seu limite na regra de que o acto de defesa contra o perigo ou a agressão deixa de ser ilícito. Cit. CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*”, (2008), p. 709.

do STJ de 5-2-1990. Num caso como no outro poderia ser alegada legítima defesa, todavia, no caso da relação de Évora faltava a actualidade da agressão, pois o agressor estava embriagado e a dormir; no caso de Ansião, o meio utilizado e a forma como foi utilizado excedeu o necessário para prevenir a agressão iminente.

TERESA BELEZA refere que a superioridade física do agressor, o seu ascendente sobre a vítima que não é capaz de se defender adequadamente na altura em que é agredida, devem levar a avaliar a punibilidade do facto da mulher maltratada à luz de requisitos modificativos.

Não é possível concordar com tal solução de dilatar as condições de aplicação da legítima defesa para justificar ainda estes homicídios, pois o direito não pode autorizar condutas largamente lesivas de bens jurídicos tutelados sempre que houver alternativas de conduta menos graves do que a escolhida<sup>542</sup>. É o que acontece com as autoras deste facto. A falta de alternativas, devido à conformação da relação marido abusador/mulher vítima, decorre apenas de características da personalidade ou do estado mental doentio da mulher regularmente maltratada. Este é um factor que tem que ser tomado em consideração ao apreciar a responsabilidade penal da autora em causa. Mas em termos gerais, e tomando em consideração que as pessoas, na sua grande maioria, têm uma estrutura mental que lhes permite lidar com as agressões, o que o direito deve dizer ser lícito é a conduta adequada para lidar com este tipo de situações, a menos lesiva para o conjunto dos bens jurídicos que tutela. Para aqueles que têm dificuldades acrescidas de respeitar as exigências da ordem jurídica existem regras próprias – as relativas à culpa<sup>543</sup>.

IV. No caso de Ansião há obstáculos à desresponsabilização de A., para além dos já referidos. O homicídio não pode ser considerado como acto de defesa da sua autora, uma vez que B., seu marido, a intimou a fazer o que ele queria porque caso contrário danificaria o automóvel.

Comparando os bens em jogo teríamos que chegar à conclusão de se verificar uma considerável desproporção entre o que se defendia e o que foi sacrificado. Entendendo-se que, quando se considere que o criminoso não perde com a prática do facto o direito à vida e ao respeito pela sua dignidade de pessoa humana, a defesa contra

---

<sup>542</sup> Apesar de tudo, a vida do marido abusador continua a ser um bem jurídico tutelado.

<sup>543</sup> Também neste sentido, CURADO NEVES, “*A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais*”, (2008), pp. 709-710.

bens essenciais só é possível para defender bens de igual estatuto, terá que se concluir que a defesa da integridade do automóvel não legitima que mate o agressor. Todavia, do ponto de vista da autora a perspectiva é outra. A., não mata o seu tormentador apenas para preservar a integridade do automóvel. O facto e os seus motivos têm que ser vistos no contexto da vida da autora e das suas relações com a vítima. Agora tudo leva a crer que a razão do facto não se encontra na ameaça de B., mas em tudo o que a procedeu, nomeadamente o tipo de vida que o marido lhe impõe. Não apenas as injúrias, as agressões frequentes, mas os seus efeitos conjugados e duradouros. Pode vislumbrar-se uma vida dominada pelo medo, pela humilhação, pela falta de liberdade. Em suma: A., não sofre apenas as varias agressões descritas, antes sofre permanentemente a pratica do crime de maus tratos conjugais do n.º 2 do art. 152.º do CP. Este é um crime de execução continuada, pois o dano sofrido não se esgota no conjunto das agressões físicas e psíquicas, incriminadas anteriormente, antes defraudando continuamente a expectativa de uma vida digna, livre e autónoma. Contra esta agressão duradoura tem a vítima o direito de se defender a qualquer momento, pelos meios adequados<sup>544</sup>.

O problema coloca-se em relação à adequação dos meios, ou seja, será necessário, para pôr fim ao tormento que se arrasta há dezenas de anos, tirar agora a vida ao agressor? A resposta não diferirá da dada quanto à legítima defesa da vida e da integridade física: A., tinha outros meios ao seu dispor, como o recurso às autoridades ou a pessoas próximas.

Sobre esta questão TERESA BELEZA refere que os dados da experiências, assim como muitos estudos científicos, demonstram, pelo menos até há bem pouco tempo, como era difícil às mulheres maltratadas encontrar apoio junto de elementos das forças da ordem e mesmo de muitos magistrados para os quais é dever da mulher obedecer ao marido, e de famílias pouco dispostas a aceitar os custos, materiais e morais, de uma separação familiar.

Apesar de estes dados serem inegáveis, pois muitas mulheres maltratadas não encontram apoio exterior para as suas tentativas de evasão, a verdade é que isso não altera a situação, porque muitas destas pessoas encontram em si próprias a força para pôr termo às agressões, quando mais não seja cortando a relação com o abusador. Deste

---

<sup>544</sup> Neste sentido, TRECHSEL, *Kritische Vierteljahresschrift für Gesetzgebung und Rechtswissenschaft*, Sonderheft, 2000, pp. 188 e ss., e também, CURADO NEVES, “A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais”, (2008), p. 711.

modo, é preferível a solução que não passe pela eliminação física do autor dos maus tratos.

V. Surge por último, na análise destes dois casos (Ansião e Évora), a questão de saber se será ainda possível excluir a culpa das autoras.

A principal diferença entre o regime do estado de necessidade desculpante do art. 35.º e o excesso de legítima defesa do art. 33.º pode traduzir-se naquilo a que CURADO NEVES chama de “economia de dano”, presente no estado de necessidade desculpante, mas não no excesso de legítima defesa desculpante. Assim, não é estranha à exclusão da culpa no estado de necessidade a circunstância de se estar a defender bens a que a ordem jurídica confere um valor, no mínimo, equiparável ao dos sacrificados. Existem uma espécie de “saldo” que, não sendo necessariamente positivo, também não será significativamente negativo. Tal é indicado claramente por dois aspectos do regime do estado de necessidade desculpante. Por um lado, o recurso a este meio de salvamento só é tolerado como *ultima ratio*; o facto ilícito só pode levar à desculpa se for a única forma de remover o perigo. Por outro lado, pelo requisito contido no art. 35.º, só bens estritamente pessoais são passíveis de tutela, enquanto outros bens individuais poderão levar à impunidade, em função do juízo do julgador. Este é o núcleo acertado da doutrina dominante na Alemanha, que vê o fundamento da exclusão da responsabilidade penal no que considera uma forte diminuição da ilicitude material do facto, dado que este foi praticado para salvaguardar bens considerados (muito) valiosos pela ordem jurídica<sup>545</sup>.

Retomando agora os casos passionais em análise (Ansião e Évora), o homicídio do parceiro íntimo (tirano domestico) constitui uma forma de libertação, todavia, a culpa não pode ser totalmente excluída, pois o saldo dos interesses tutelados e a tutelar será sempre negativo. Esta conclusão não resulta de o facto se traduzir na perda da vida da vítima, pois a recuperação de um sentido possível de vida para o ex-tiranzado não é incomparável com a perda da vida do tirano. Determinante é antes a circunstância de o acto homicida não ser o único meio, nem o mais económico, para pôr termo à relação opressora, uma vez que existem meios menos danosos de pôr termo à situação. O que caracteriza verdadeiramente estes casos é o facto de a parte oprimida, por fraqueza de ânimo, pela falta de apoio exterior, pela conjugação de circunstâncias, não encontrar

---

<sup>545</sup> Cf. CURADO NEVES, “A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais”, (2008), p. 712.



outro meio de libertação. Só estas circunstâncias justificam que se discuta a desculpa do facto patentemente ilícito. Mas precisamente estas circunstâncias só lateralmente podem desempenhar algum papel na decisão sobre a razoabilidade da desculpa no estado de necessidade. Em contrapartida, têm um papel central na avaliação da censurabilidade do excesso de defesa<sup>546</sup>.

Nos termos do n.º 2 do art. 33.º, o que une o medo, a perturbação e o susto é que, em qualquer caso, o agente actua sempre com o intuito de se defender – só aquelas emoções podem explicar que a defesa tenha sido excessiva. Já não é o que acontece com as emoções comumente apontadas como esténicas. Tal é evidente para o desejo de vingança, pois a própria definição implica que o agente quer algo mais do que defender-se. O mesmo vale para o ódio ou a raiva, que implicam que o motivo do agente vai mais longe do que a simples defesa. Esta definição dá um sentido inteiramente plausível à distinção em função da natureza das emoções, pois estas revelam motivações e significados diferentes. É natural que a lei queira impedir a desresponsabilização do agente quando este está a aproveitar a agressão para alcançar um objectivo que o direito não aprova.

Porém, aquela bipartição de motivos não basta para delimitar a área do excesso de legítima defesa não culposa. A lei refere inequivocamente que a perturbação, medo ou susto, são requisitos alternativos da desculpa, mas têm ainda que passar o crivo da censurabilidade. Em que casos se pode dizer que aquelas emoções são censuráveis? A resposta a esta questão passa pela diferença de regimes entre os arts. 33.º e 35.º CP. No primeiro procura-se uma economia de dano: a desculpa é admitida dentro do pressuposto de que os danos causados não são significativamente superiores àqueles que se pretende evitar. Isto não acontece no excesso de legítima defesa, pois por definição se vai além do que seria indispensável para pôr termo à agressão. Este excesso também pode ter lugar no estado de necessidade, mas nesse caso impedirá a desculpa da conduta excessiva. A razão da diferença está na posição do titular dos bens a sacrificar: no excesso de defesa ele é o agressor, que criou a situação, no estado de necessidade é um terceiro não envolvido que o acaso colocou no caminho da acção de salvamento. É natural que os seus interesses sejam protegidos mais rigorosamente do que os do autor da agressão que suscita a defesa<sup>547</sup>.

---

<sup>546</sup> Op. Cit., p. 713.

<sup>547</sup> Op. Cit., p. 714.

A desculpa do excesso de legítima defesa decorre de o autor da agressão original ter ele próprio criado o risco de excesso. Isto acontece quando a agressão é praticada de surpresa, em circunstâncias de tempo ou modo propícias a causar a perturbação. Surge então o problema de saber se o estado de perturbação permanente que impede muitas vezes as vítimas de tirania doméstica de abandonarem a relação opressora pode ser imputada ao tirano, em termos que permitam desculpar o facto homicida que o tiranizado sente como única forma de libertação.

Convém agora retomar de novo o caso de Ansião. A mulher sofre ao longo de dezenas de anos as agressões e humilhações do marido. Esboça uma tentativa de libertação com o projecto de divórcio, mas abandona-o perante as ameaças do tirano. Poderemos falar de um estado de perturbação ou medo crónicos, que desculpem o acto de defesa em rigor desnecessário e praticado num momento em que se a defendente não se encontrava em perigo grave? Ou apenas de uma fraqueza da mulher, que se vai acomodando e resignando ao comportamento do marido? Neste momento surge uma dificuldade, pois o acórdão do STJ não contém muitas informações sobre o estado de espírito da agente. Não se encontra a indicação de que a arguida tenha sido submetida a algum exame psicológico ou psiquiátrico que ajudasse a explicar por que razão agiu naquele momento daquela forma. Contudo a descrição do caso, sobretudo a referência ao modo como a agente mudou de atitude, tendo com aparente frieza ido buscar o instrumento do crime e praticado o facto, parece apontar para um estado passional em que a disposição para o facto já alcançada é libertada através de um controlo de desactualização passivo, o que permite a execução mais ou menos mecânica do facto – precisamente o que levou o tribunal de primeira instância a supor frieza de ânimo e o Ministério Público a recorrer, pedindo uma pena ainda mais elevada do que a, já manifestamente desproporcionada, aplicada pelo tribunal colectivo. Em que medida pode este estado passional influir na decisão sobre a culpa do agente?

É necessário ter presente que só o estado passional – provavelmente resultante da progressão da síndrome de Rasch – pode explicar que o facto tenha sido praticado. O que tudo leva a supor ser a estrutura passiva da personalidade da agente impediu-a ao longo de muitos anos de se defender ou evadir-se da relação conflituosa, e provavelmente continuaria a fazê-lo sem progressão da síndrome. Todavia, não se pode falar de progressão de um distúrbio mental que leva à inimputabilidade, porque a síndrome de Rasch altera apenas as disposições para agir do padecente, mas não a sua

visão do mundo e a capacidade para nele se situar. A síndrome de Rasch propicia a concentração sobre os seus próprios males e o surgimento de um estado de espírito de desespero, mas não afecta a capacidade para ponderar os seus actos e perspectivar as suas consequências no quadro de vida do agente. Não pode levar a considerar que o agente deixou de ser imputável. Em contrapartida, a presença visível da síndrome de Rasch pode ajudar a compreender o processo de motivação do agente, as razões que o levaram a actuar nestas circunstâncias. Não é de esperar de uma pessoa que sofreu passivamente durante mais de trinta anos os maus tratos do marido que de súbito seja a luz e decida imediatamente pôr termo violentamente à situação ignominiosa. Só o estado de desespero acumulado e uma alteração gradual da disposição para reagir, pode levar ao homicídio que de outro modo pareceria um acto frio e deliberado<sup>548</sup>.

### **3.6.1. Aplicação analógica do n.º 2 do art. 33º**

I. No caso do acórdão de Évora, assim como no caso de Ansião, não há como negar que ambas as condutas são subsumíveis na *ratio* do art. 133º do CP porque traduzem situações de desespero, porém tais condutas não foram subsumíveis nos casos de exclusão da ilicitude e da culpa porque em ambos os casos faltaram sempre um ou mais requisitos de aplicação das respectivas causas de justificação e de exclusão da culpa. Contudo falta saber se será possível excluir a culpa do agente se se aplicar analogicamente o art. 33º n.º 2 ao excesso extensivo asténico.

Conforme já foi referido, as emoções asténicas podem também dominar um agente e retirar-lhe o controlo frio e objectivo da situação; pela letra do n.º 2 do art. 33º e por se tratar de uma analogia *in bonam partem*, nada impede que se possa aplicar analogicamente um requisito da legítima defesa ao n.º 2 do art. 33º e, deste modo, excluir a culpa do agente por excesso de legítima defesa.

Segundo dados da APAV, em 2000 cerca de 0,3% do total dos casos de violência doméstica terminaram com a morte da vítima na maioria dos casos mulheres. Em 2010 cerca 1,4% dos casos de violência doméstica terminou com a morte da vítima e cerca 3,1% dos casos respeitavam a tentativas de homicídio no seio doméstico<sup>549</sup>. Tal

---

<sup>548</sup> Op. Cit., pp. 716-718.

<sup>549</sup> Cf. <http://www.apav.pt/portal/>

significa que a possibilidade de homicídio da vítima de violência doméstica tem vindo a crescer desde 2000.

A vítima de violência doméstica, devido aos maus tratos físicos e psicológicos, não se encontra numa situação onde lhe é possível exigir uma conduta fria e objectiva dos seus actos. A situação daquela vítima configura uma clara situação de desespero, mas também, em certa medida, de pânico e medo, criados pelo agente agressor que prolonga esses maus tratos. Assim, o que temos muitas vezes nas situações de violência doméstica são casos onde há uma agressão actual e ilícita (maus tratos) contra bens jurídicos penalmente tutelados da vítima (honra, integridade física, liberdade ambulatoria e sexual, e vida).

Os maus tratos físicos correspondem ao crime de ofensas à integridade física simples e os maus tratos psíquicos aos crimes de ameaça simples ou agravada, coacção simples, difamação e injúrias simples ou qualificadas (os maus tratos podem ser reiterados ou não). As privações da liberdade incluem o sequestro simples, as ofensas sexuais incluem a coacção sexual prevista no art. 163º n.º 2, a violação prevista nos termos do art. 164º n.º 2, a importunação sexual, o abuso sexual de menores dependentes previsto no art. 172º n.º 2 ou 3.

O emprego de formas mais graves de ofensas corporais dolosas, coacção, sequestro, escravatura, e ofensas à liberdade e autodeterminação sexual é punível pelas respectivas incriminações<sup>550</sup>.

Nos vários números e alíneas que constituem o art. 152º vemos que a violência doméstica constitui um ataque a vários bens jurídicos da vítima, que se iniciam no momento em que são infringidos os maus tratos. Deste modo, podemos considerar que a agressão ilícita é sempre actual, até ao em que cessa a situação de violência doméstica.

II. Com a Lei n.º 112/2009 de 16.9., nos termos dos arts. 35º e 36º, o tribunal pode determinar a fiscalização do cumprimento da pena acessória de contacto com a vítima com meios técnicos de controlo à distância, nomeadamente o *tagging* e o *reverse tagging* do arguido. Nestes casos, o condenado é submetido a uma pulseira electrónica que dá sinal para órgão de controlo sempre que ele se aproxima do local da habitação ou do local onde se encontra a vítima. Contudo, a aplicação do meio técnico de controlo à distância depende do consentimento do arguido, pelo que, o mesmo pode não autorizar

---

<sup>550</sup> Cf. PINTO DE ALBUQUERQUE, “Comentário ao Código Penal” (2010), p. 465.

a sujeição a tal pena acessória e continuar a perseguir a vítima. Além do mais, trata-se de situações em que o tribunal e as forças de segurança pública já intervieram; o grande problema é que as vítimas devido ao medo e ao sentimento de culpa e vergonha muitas vezes não comunicam os abusos às autoridades.

Toda situação criada pelo agressor (tirano doméstico) prende a vítima e impede-a de agir devido ao medo que se cria, contudo casos há em que os sucessivos abusos levam a vítima ao limite, e a procurar uma solução definitiva para o seu problema. É o caso do homicídio privilegiado motivado por desespero, que se verifica quando o agente não vê outra saída para a situação que está a viver senão a morte daquela determinada pessoa. Todavia, nestes casos, a vítima reflecte durante determinado tempo, concluindo ser aquela uma situação para a qual não existe outra saída e acaba por eliminar o responsável que criou a situação desesperante. Situação diferente verifica-se quando face a mais uma ameaça, ofensa à integridade física, etc., por parte do agressor, a vítima agarra no objecto que tem mais próximo e acaba com a vida deste. Nestes casos, o medo criado pelo agressor e que exerce uma forte pressão psicológica na vítima, apodera-se daquela e impulsiona-a a actuar, a proteger a sua integridade física ou mesmo a própria vida. É indiferente saber se a agressão do tirano doméstico se destinava a provocar ofensas à integridade física à vítima, ou a mata-la, porque a vítima encontra-se num estado de perturbação profundo que lhe retira a percepção normal da realidade; para ela é quase certo que o agente não vai parar e, por isso, ela tem de se defender porque mais tarde ou mais cedo o agente vai mata-la. Este medo da morte, a criação da situação infernal por parte do agressor, e o facto de o homicídio surgir como meio para repelir uma agressão actual e ilícita, levam-me a concluir que estariam reunidos os pressupostos para excluir a culpa do agente/vítima/defensor, tendo em conta que o excesso se deveu à existência de uma forte perturbação asténica que lhe retirou a análise fria e objectiva da sua conduta.

III. No caso da relação de Évora temos uma situação em que a agressão não é actual porque o tirano doméstico se encontrava embriagado e a dormir, contudo o meio utilizado pela vítima foi considerado necessário a repelir a agressão caso a mesma tivesse ocorrido naquele preciso momento. Ora, *in veritate*, estamos perante um caso em que a aplicação analógica do art. 33º n.º 2 a outros requisitos da legítima defesa, excluiria a culpa do agente. Neste caso, a mulher vítima de violência doméstica

encontra-se perturbada devido a toda aquela situação criada pelo marido; quando o marido adormece após a ter espancado brutalmente, a agente actua dominada por medo de futuras agressões e temendo pela sua própria vida. O facto homicida surge para a agente como o único meio possível de salvar a sua própria vida. Apesar de a agressão não ser actual existiam certezas muito fortes para prever que da próxima vez que o marido chegasse a casa embriagado, a mulher seria vítima de mais agressões que poderiam, inclusive, retirar-lhe a vida. Assim, e aplicando analogicamente o disposto no n.º 2 do art. 33º à falta de actualidade da agressão seria excluída a pena da agente porque a sua conduta, à luz do art. 33º do CP é desculpável.

IV. No caso de Ansião o meio utilizado e a forma como foi utilizado excedeu o necessário para prevenir a agressão iminente. Contudo, penso que o STJ ignorou, de certa forma, o facto de ser uma situação de violência doméstica que originou o homicídio. É certo que perante uma ameaça de destruição de um bem móvel, caso o indivíduo não ceda à chantagem, o homicídio do agente agressor revela-se excessivo para acabar com aquela agressão. Mas no caso de Ansião, acontece que a mulher era vítima de sucessivos abusos por parte do marido, desde agressões, injúrias, humilhações, etc., ou seja, o facto homicida não surgiu num contexto isolado mas antes devido à mulher ser vítima de violência doméstica. A acção de defesa não se destinou a repelir uma agressão contra o carro da vítima mas antes a acabar com uma agressão prolongada a vários bens jurídicos nomeadamente, honra, integridade física, liberdade ambulatoria, e vida.

A violência doméstica não se esgota no conjunto das agressões físicas e psíquicas infligidas, porque defrauda continuamente a expectativa de uma vida digna, livre e autónoma. O problema neste caso, é que não foram realizados exames psicológicos que permitissem demonstrar que o que levou ao facto homicida foi o medo que se apoderou da agente e lhe retirou o controlo sobre o curso causal dos factos. Entendo, em defesa da vítima, que a agente se viu confrontada com uma situação insuportável e que o medo criado pelo marido a impedia de se libertar. A conduta da mulher face à ameaça do marido na noite em que ocorreu o homicídio surgiu motivada por uma forte perturbação asténica (provavelmente medo ou pânico) que lhe retirou a análise fria e objectiva da sua conduta. A agente actuou com o intuito de salvar a sua vida, a sua integridade física, e a sua dignidade como pessoa humana, que há muito

tempo haviam sido constantemente violados pelos actos do marido. A agressão na violência doméstica surge no momento em que são infligidos os primeiros maus tratos e, por se tratar de um crime continuado, só termina quando cessar a situação de violência doméstica. Assim, em relação à actualidade da agressão não se vislumbram quaisquer entraves. Já quanto aos meios utilizados para acabar com a agressão, verifica-se um excesso quanto à utilização dos mesmo, porém é importante não esquecer que o bem sacrificado (vida) concorre contra o bem jurídico vida, integridade física, honra, dignidade e liberdade da vítima, porque, conforme já se disse, trata-se de uma defesa a uma situação de violência doméstica e não de um dano patrimonial. Por outro lado, o que motiva o agente é o medo, o temer pela sua vida, pelo seu bem-estar, e o crer legítimo de ter uma vida digna e de se libertar daquele inferno conjugal que não lhe é exigível suportar. O excesso é devido a um estado psíquico asténico que lhe retira a análise fria e objectiva da sua conduta e a conduta surge, no interior da agente, como o único meio possível de defender a sua vida.

Neste sentido, penso que, também aqui, seria possível enquadrar a situação na *ratio* do art. 33º do CP e retirar a culpa da agente.

## Conclusão

I. É inerente ao ser humano agir no impulso dos seus sentimentos, podendo esse impulso levar o indivíduo a atitudes boas ou más no decorrer da sua vida. Deste modo, justifica-se o facto do crime passional sempre existir na história da humanidade, independentemente da época e do lugar.

Os sentimentos e as emoções, em grande número na mente do ser humano, afectam o corpo, o comportamento, e a vida. É por isso que, diante de um sentimento negativo, como o ódio, a inveja, a vingança, a frustração, a rejeição, um indivíduo, que normalmente apresenta uma boa conduta social, se pode tornar perigoso e ameaçador.

O homicida passional é contaminado por sentimentos nocivos, devido ao comportamento da vítima, ou seja, a atitude do autor do delito passional, deve-se à somatória do seu desequilíbrio diante de determinados sentimentos, e ainda ao comportamento da vítima que, na sua mente, instigam-no à prática do crime. Todavia, nestes casos, não se pode ignorar a diminuída consciência de ilicitude que o sofrimento ou transtorno emocional, causados por uma afronta ou provocação injusta, causam no agente. Isto porque a dor actua como uma força que impede a correcta análise e determinação do agente sobre os seus pensamentos e condutas.

II. O estado passional, em si, não constitui uma causa de inimputabilidade em razão de anomalia psíquica, porque não se verifica nenhuma perturbação patológica da consciência que altere a estrutura motivacional do atingido; antes se verifica uma perturbação transitória e não patológica da consciência, com cariz súbito, reactivo e mecânico, mas que não impede que o agente se oriente pelos valores. Por outro lado, não é possível falar em inimputabilidade sem verificar alguma forma de doença mental, tal como refere o n.º 1 do art. 20º CP. O conceito de anomalia psíquica presente neste artigo é um conceito essencialmente normativo, cujo significado só pode ser encontrado no contexto legal e doutrinário que lhe deu origem.

Contudo, em alguns destes casos, pode verificar-se uma atenuação da culpa por força da emoção violenta ou do desespero – conforme dispõe o art. 133º. Por outro lado, é possível que em certas situações o estado passional exclua a culpa do agente, nomeadamente no excesso de legítima defesa ou no estado de necessidade desculpante.



II. Os agentes passionais só podem ver a sua conduta privilegiada, nos termos do art. 133.º CP, se actuarem dominados por compreensível emoção violenta ou, por desespero (casos de Ansião e de Évora). Assim, no art. 133.º do CP está-se perante um especial caso de atenuação da pena, de caso expressamente previsto na lei – art. 72.º, n.º 1, do CP – que conduz a uma redução da moldura penal de forma mais significativa que a resultante da modificação da pena nos termos do art. 73.º. A autonomização justificar-se-á com a circunstância de a pena cominada no art. 133.º não ter necessariamente de coincidir com aquela que o juiz encontraria em função dos critérios de atenuação especial contidos no art. 73.º, e ainda no propósito do legislador de – dada a frequência com que os tribunais se confrontam com hipóteses de homicídio privilegiado – ter pretendido dar um particular ênfase aos factores relevantes de privilegiamento.

Para haver privilegiamento do homicídio por emoção violenta é necessário que o agente se encontre dominado por emoção violenta, que tal emoção seja compreensível, mas também que seja tal emoção a causadora do acto criminoso (nexo causal entre a emoção e o crime). A emoção violenta só é compreensível se se estabelecer uma relação entre o afecto e as suas causas ou motivos, pois, para se entender uma emoção tem de se entender as relações que lhe deram origem, tendo em atenção o sujeito que a sentiu e o contexto em que se verificou a atitude, de maneira a entender o estado de espírito, o conflito espiritual, a situação psíquica que levaram o agente ao crime. Contudo, a compreensibilidade pode ser afastada se o estado de afecto for causado pelo próprio agente.

O desespero significa e traduz um estado subjectivo em que a angústia, a depressão ou as consequências de factores não domináveis colocam o estado de afecto do sujeito no ponto em que nada mais das coisas da vida parece possível ou sequer minimamente positivo, de tal forma que se permite considerar, nas circunstâncias do caso, uma acentuada diminuição da culpa por menor exigibilidade de outro comportamento.

As cláusulas previstas no art. 133.º do CP não funcionam automaticamente, por si mesmas, para privilegiar o crime, sendo exigível, para além da verificação do elemento privilegiador, uma conexão com uma concreta situação de exigibilidade diminuída por eles determinada, por isso a lei é expressa ao exigir que o agente actue “dominado” por aqueles estados.

III. O estado passional que configura uma tipicidade constante do art. 132.º CP, revela por parte do agente uma atitude de franco desprezo, característica de sentimentos torpes ou de egoísmo, onde a firmeza em “querer” matar e vir, posteriormente, a executá-lo, são motivados por argumentos inaceitáveis, *in extremis*, pela sociedade, e daí o primado da noção de culpa referida ao agente. Assim, com a referência à especial perversidade, tem-se em vista uma atitude profundamente rejeitável, por força do agente ter sido determinado por motivos e sentimentos que são absolutamente rejeitados pela sociedade. As motivações que o agente revela, ou a forma como executa o facto, constituem não apenas um completo desrespeito por um normal padrão axiológico vigente na sociedade, como traduzem, ainda, situações, em que a exigência para o não empreendimento da conduta se revela mais acentuada.

A especial censurabilidade verifica-se nas circunstâncias em que a morte foi causada, pois são reveladoras uma atitude profundamente distanciada do agente em relação a uma determinação normal de acordo com os valores legais. Nesta medida, o grau de censurabilidade eleva-se pelo facto de existir na decisão do agente o vencer dos factores que, à partida, deveriam orientá-lo para um recuo definitivo da sua acção.

Em relação à técnica dos exemplos padrão, como o princípio da legalidade é limitado pelo princípio da culpa – sendo através do relacionamento entre os dois que se autoriza uma variação da pena entre o máximo e o mínimo, que tem como fundamento a culpa do agente – autoriza-se no n.º 2 do art. 132º a inclusão de factos para além do sentido possível da letra da lei. A técnica dos exemplos padrão limita o livre arbítrio do juiz, porque só permitem a qualificação de situações reveladoras de uma especial censurabilidade ou perversidade, semelhantes às referidas no n.º 2 do art. 132º. Como tal, encontra-se perfeitamente de acordo com os princípios constitucionais e defesa e protecção dos direitos dos cidadãos.

IV. No excesso de legítima defesa, é o estado passional asténico a causa do excesso, e se esse não for censurável está excluída a pena. Para que o mesmo não seja censurável, a emoção que está na génese da conduta do agente deve ser se tal forma intensa a ponto de dominar o agente e a lhe tornar inexigível outra conduta.

No caso de concurso entre estados passionais asténicos e esténicos deve ser apurado qual deles, no momento da defesa, é que dominou o agente e o levou a actuar. No momento de actuar apenas a natureza esténica ou asténica do estado passional

domina e compele o agente à prática do facto. Assim não é possível configurar situações em que o agente actua dominado por medo e ódio, porque no momento da prática do facto foi o ódio ou o medo que o dominaram, isto é, no momento da prática do facto o agente é dominado por apenas uma destas emoções e não pelas duas em simultâneo. Se num concurso entre estados passionais prevalecer o estado esténico, nos termos do art. 33º n.º 1, o agente é condenado mas a pena pode ser especialmente atenuada.

V. O que está em causa no estado de necessidade deculpante é um estado passional muito intenso que exerce uma forte pressão psíquica sobre o agente, criando-lhe um “conflito espiritual” que o obriga a adoptar um comportamento ilícito. Deste modo, não é a existência de um estado emocional asténico ou esténico, que faz funcionar a desculpa ou a atenuação da culpa, mas sim a ponderação de interesses jurídicos que estando em perigo e em estreita ligação com o agente, hão-de sobre ele exercer uma forte pressão psíquica, de tal forma que não seria razoável, naquela situação em concreto, exigir-lhe comportamento diferente. Por conseguinte, os estados emotivos que estão na base do estado de necessidade deculpante não são necessariamente os mesmos que dão azo ao excesso de legítima defesa. Tudo está em saber se seria exigível ao agente uma conduta diferente.

VI. No homicídio a pedido da vítima, é por força das características do pedido que tem de ser sério, instantâneo, expresso, conformador e determinante da conduta do agente, que o estado passional nasce e impele o agente à prática do facto, porque a vítima acaba por funcionar como instigadora do crime. Trata-se, por isso, de uma forma privilegiada de homicídio, que se fundamenta numa diminuição do ilícito resultante do pedido dirigido pela vítima ao agente e numa culpa acentuadamente diminuída do agente. Se o homicídio se fundar em motivos pessoais do agente (cobiça, vingança etc.) não se subsume ao tipo do art. 134º, porque o agente não é determinado pelo pedido de outra pessoa, mas por interesses egoístas pessoais, deixando assim de revelar uma culpa diminuta.

No infanticídio é a influência perturbadora do parto que cria o estado passional, isto é, o estado de perturbação da mãe que constitui uma modalidade da “emoção compreensível” do agente. Trata-se de uma forma privilegiada de homicídio, que se fundamenta numa culpa acentuadamente diminuída do agente, mas, contrariamente ao

homicídio privilegiado, depende da relação especial de maternidade que existe entre o agente e a vítima, para preencher o tipo de ilícito.

VII. Durante a análise dos casos práticos surgiu a dúvida de saber até que ponto não seria possível excluir a ilicitude ou a culpa dos agentes passionais, em situações de desespero, uma vez que são eles próprios vítimas de tal longo martírio. *In veritate*, nos casos analisados (Ansião e Évora), chegou-se à conclusão que não era possível às autoras beneficiarem das causas de exclusão da ilicitude dos arts. 32.º e 34.º, ou das causas de exclusão da culpa dos arts. 33.º n.º 2 e 35.º n.º 1, uma vez que, quer num caso como noutro, não se verificam, respectivamente, na sua totalidade, os requisitos (elementos intrínsecos à própria conduta do agente) e os pressupostos (elementos extrínsecos à própria conduta do agente) necessários para afastar a ilicitude ou a culpa das autoras. Em casos semelhantes, só é possível aos agentes, beneficiarem dos regimes dos arts. 32.º e 34.º, ou dos arts. 33.º n.º 2 e 35.º n.º 1, se estiverem preenchidos cumulativamente os respectivos requisitos e pressupostos de admissibilidade.

Deste modo, o estado passional em si, não é fonte de inexigibilidade na prática do facto homicida. Em contrapartida pode constituir um factor desculpante no caso de o agente, ao praticar o facto procurar realizar uma finalidade que o direito considera legítima, como seja a libertação de uma relação pessoal da qual resulta a impossibilidade de levar uma vida digna e autónoma. A atenuação ou exclusão da culpa só é possível caso o agente não consiga encontrar outra forma de libertação da situação de opressão, o que pode não corresponder a uma impossibilidade real (caso em que se poderia discutir a exclusão da ilicitude) mas pelo menos à incapacitação do agente para procurar e encontrar meio menos violento de pôr termo à situação intolerável. O Requisito, neste caso, é que a situação de incapacidade seja resultante do comportamento indevido da futura vítima, em termos que façam prever que o risco da prática do facto ilícito lhe possa ser imputado.

Dentro deste quadro, tendo em conta o carácter normativo pessoal da culpa, em casos de estados passionais onde o agente se encontra numa situação de desespero ou angustia provocado pela futura vítima e posteriormente tira a vida a essa pessoa (no caso da violência doméstica, quando a vítima tira a vida ao tirano doméstico), é possível aplicar analogicamente a regra do n.º 2 do art. 33.º, levando à exclusão da pena. Está-se na presença de situações em que os bens jurídicos do agente se encontram ameaçados

continuamente, o agente não se encontra num estado de espírito que lhe permita um normal discernimento sobre a situação, e verifica-se a presença de uma emoção asténica muito intensa que domina o agente e o impele à prática do facto ilícito típico (como nos casos de Évora e Mangualde). Reunidos estes requisitos, mais do que uma atenuação da culpa, deve a culpa do agente ser definitivamente excluída, porque tendo em conta a figura do “homem fiel ao direito”, a pressão exercida pelo agente, a natureza e intensidade da emoção que se desenvolve e domina o agente, não lhe podia ser exigido um comportamento diferente.

## Bibliografia

ACTAS CP/EDUARDO CORREIA, “Actas das sessões da comissão revisora do Código Penal. Parte Geral, tomo I, Lisboa, AAFDL, 1965.

ACTAS CP/FIGUEIREDO DIAS, “Código Penal, Actas e Projecto da Comissão de Revisão”, Ministério da Justiça, Lisboa, Rei dos Livros, 1993.

Albuquerque, Paulo Pinto de, “Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem”, Universidade Católica, 2008.

Almeida, Carlota Pizarro de, “Modelos de Inimputabilidade, Da Teoria à Prática”, Coimbra, Almedina, 2000.

Almeida, Thiago de, “Ciúme romântico e infidelidade amorosa”, São Paulo, 2007.

Andrade, Manuel da Costa, “Consentimento e Acordo em Direito Penal (Contributo para a fundamentação de um paradigma dualista)”, Coimbra, Coimbra Editora, 1991.

Aristóteles, “*Da Alma (De anima)* I.2 (C.H. Gomes trad.)”, Lisboa: Edições, 2001.

Aurélio, Marco, “Pensamentos”, Belo Horizonte, Verbo, 1971.

Beleza, Teresa Pizarro, “Direito Penal – Parte Geral”, 1.º vol., 2ª edição, AAFDL, Lisboa, 1985.

Brito, José de Sousa e, *Um Caso de Homicídio Privilegiado*”, Colectânea de Textos de Parte Especial do Direito Penal – AAFDL, Lisboa, 2008.

Brito, Teresa Quintela de, “*Liber Discipulorum* para Jorge Figueiredo Dias”, Coimbra, Coimbra Editora, 2003

Brito, Teresa Quintela de, “Direito Penal – Parte Especial: Lições, Estudos e Casos”, Coimbra, 2007.

Carvalho, Américo Taipa de, “A Legítima Defesa, Da Fundamentação Teórico-Normativa e Preventivo-Geral e Especial à Redefinição Dogmática”, Coimbra, Coimbra Editora, 1995.

Carvalho, Américo Taipa de, “Direito Penal. Parte Geral, Questões fundamentais”, Porto, Universidade Católica Editora, 2003.

Carvalho, Américo Taipa de, “Direito Penal, Parte Geral, volume II, Teoria Geral do Crime”, Porto, Universidade Católica Editora, 2004.

Casal, Cláudia Neves, “Homicídio Privilegiado por Compaixão”, Coimbra, 2003.

Cohon, Rachel, “Hume's Moral Philosophy” (2010), in Stanford Encyclopedia of Philosophy, <http://plato.stanford.edu/entries/hume-moral/>

Cordeiro J. C. Dias, “Psiquiatria Forense”, 2ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

Cordeiro J. C. Dias, *et. al.*, “Manual de Psiquiatria Clínica” 4ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

Correia, Eduardo, “Código Penal, Projecto da Parte Geral, in BMJ, n.º 127, 1963.

Cunha, Maria Ferreira da Conceição, “Vida contra vida, Conflitos existenciais e limites do direito penal”, Coimbra, Coimbra Editora, 2009.

Damásio, António, “O Livro da Consciência. A construção do cérebro consciente”, Lisboa, Temas e debates, 2010.

Darwin, Charles, *The Expression of the Emotion in Man and Animal*, 1872 in <http://darwin-online.org.uk/>

Dias, Augusto Silva, “Direito Penal - Parte Especial: Crimes Contra a Vida e a Integridade Física”, AAFDL, Lisboa, 2007.

Dias, Jorge de Figueiredo, “Homicídio Qualificado” in CJ, XIII, 4, 1987, pp. 51 a 55.

Dias, Jorge de Figueiredo, “Comentário Conimbricense ao Código Penal – Parte especial”, Tomo I, Coimbra, 1999.

Dias, Jorge de Figueiredo, “Direito Penal – parte geral”, Tomo I, Coimbra, 2004.

“Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders”, fourth edition, Text Revision American Psychiatric Association, 2000, in <http://allpsych.com/disorders/dsm.html>

Eluf, Luiza Nagib, “A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres: de Pontes Visgueiro a Pimenta Neves”, São Paulo: Saraiva, 2002.

Ferreira, Amadeu José, “Homicídio privilegiado”, Coimbra, 1991.

Ferreira, Manuel Gonçalves Cavaleiro de, “Direito Penal Português. Parte Geral”, I, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1982.

Ferreira, Manuel Gonçalves Cavaleiro de, “Lições de Direito Penal, Parte Geral, I, A Lei Penal e a Teoria do Crime no Código Penal de 1982, 4<sup>a</sup> edição, Lisboa, Editorial Verbo, 1992.

Ferri, Enrico, “O delito passional na civilização contemporânea.” Campinas: LZN, 2003.

Freud, S. “Alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranóia e no homossexualismo”. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 18, pp. 271 281), Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Trabalho original publicado em 1922).

Gómez, Euzébio “Paixão e delito.”, Buenos Aires: Edições América Latina, s.d.

Gonçalves, Manuel Lopes Maia, “Código Penal Português Anotado”, 13.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Almedina, 2007.



Leal-Henriques, Manuel de Oliveira; Santos, Manuel José Carrilho de Simas, “Código Penal Anotado - 1º Volume - Parte Geral”, Lisboa, Rei dos Livros, 2002.

Manso, Luís Duarte, “Direito Penal – Casos práticos resolvidos”, vol. I., Quid Juris, 2007.

Mathes, E. W., “A cognitive theory of jealousy”. In P. Salovey (Ed.), *The psychology of jealousy and envy* (pp. 52-78). New York: Guilford Press, 1991.

Montalvo, Javier Fernández; Echeburúa, Enrique, “Hombres condenados por violencia grave contra la pareja: un estudio psicopatológico”, in “Análisis y Modificación de Conducta”, 2005, Vol. 31, n.º 138.

Neves, João Curado, “O homicídio privilegiado na Doutrina e na Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça”, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 2001.

Neves, João Curado, “A Problemática da Culpa nos Crimes Passionais”, Coimbra, 2008.

Palma, Maria Fernanda, “Direito Penal, parte especial. *Crimes contra as pessoas*”, AAFDL, Lisboa, 1983.

Palma, Maria Fernanda, “A Justificação por Legítima Defesa como Problema de Delimitação de Direitos”, volume I, Lisboa, AAFDL, 1990.

Palma, Maria Fernanda, “O Princípio da Desculpa em Direito Penal”, Coimbra, Almedina, 2005.

Palma, Maria Fernanda, “CM-Crimes passionais”, 2008, em <http://www.smmp.pt/?p=604>

Palma, Maria Fernanda, et. al., “Casos e Materiais de Direito Penal”, 3ª edição, Coimbra, Almedina, 2004.

Pereira, Rui, “O consumo e tráfico de droga na lei penal portuguesa”, in *RMP*, ano 17º, n.º 65, 1996, p. 63.

Pereira, Sá e Lafayette Alexandre, “Código Penal Anotado e Comentado, Legislação Conexa e Complementar”, Lisboa, Quid Iuris, 2008.

Pereira, Maria Margarida Silva, “Direito Penal II. Os homicídios”, AAFDL, Lisboa, 2008.

Pinto, Frederico de Lacerda da Costa, “Homicídio privilegiado (art. 133º do Código Penal): tipo de culpa e *in dubio pro reo*” in RPCC 8 (1998), n.º 2, pp. 279-300.

Polónio, Pedro, “Psiquiatria Forense”, Lisboa, Livraria Petrony, 1975.

Rabinowicz, Léon, “O crime passional”, Leme: AEA Edições Jurídicas, 2000.

Roxin, Claus, “*Strafrecht. Allgemeiner. Teil. Band I.*”, *Grundlagen. Aufbau der Verbrechenslehre*, 3ª edição, 1997.

Rutherford, Donald, “Descartes’ Ethics”, 2008, in Stanford Encyclopedia of Philosophy, <http://plato.stanford.edu/entries/descartes-ethics/>

Sagarin, B. J. “Reconsidering Evolved Sex Differences in Jealousy: Comment on Harris (2003). *Personality and Social Psychology Review*”, 2005.

Schmitter, Amy M., “17th and 18th Century Theories of Emotions”, 2010, in Stanford Encyclopedia of Philosophy, <http://plato.stanford.edu/entries/emotions-17th18th/index.html>

Serra, Teresa, “Homicídio Qualificado, Tipo de Culpa e Medida da Pena”, Coimbra, Almedina, 1990.

Serra, Teresa, “Homicídios em série” in CEJ, Jornadas de Direito Criminal, Revisão do Código Penal, Alterações ao Sistema Sancionatório e Parte Especial, volume II, Lisboa, 1998, pp. 137-180.

Serra, Teresa, “Homicídio Qualificado - Tipo de Culpa e Medida da Pena”, 4ª reimpressão, Almedina, 2003.

Silva, Fernando, “Direito Penal Especial: Os Crimes Contra as Pessoas”, Lisboa, Quid Juris, 2008.

Silva, Germano Marques da, “Direito Penal Português, Parte Geral, II, Teoria do Crime”, Lisboa, Verbo, 1998.

<http://www.dgsi.pt>.

<http://www.gddc.pt/actividade-editorial/versao-online-ultimo-num-bmj.html>